PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

FOME URBANA NO BRASIL: a denúncia do passado e o fato no presente (1930-2022)

KEILA LEMOS DE OLIVEIRA BARRETO

GOIÂNIA
2024

KEILA LEMOS DE OLIVEIRA BARRETO

FOME URBANA NO BRASIL: a denúncia do passado e o fato no presente (1930-2022)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Doutor Ycarim Melgaço Barbosa.

GOIÂNIA

2024

KEILA LEMOS DE OLIVEIRA BARRETO

FOME URBANA NO BRASIL:
a denúncia no passado e o fato no presente (1930-2022)

Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, defendida e aprovada em 15 de março de 2024 pela Banca Examinadora constituída pelo(as) professor(as):

gov.br Documento assinado digitalmente
YCARIM MELGACO BARBOSA
Data: 15/03/2024 20:09:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. Ycarim Melgaço Barbosa
Orientador / PUC Goiás

gov.br Documento assinado digitalmente
CARLOS HENRIQUE LINARES
Data: 19/03/2024 21:33:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. Carlos Henrique Linares
Examinador externo / UNIFAN

gov.br Documento assinado digitalmente
PEDRO ARAUJO PIETRAFESA
Data: 20/03/2024 09:05:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. Pedro Araújo Pietrafesa
Examinador interno - PUC Goiás

Catalogação na Fonte – Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás

B273f Barreto, Keila Lemos de Oliveira.
Fome urbana no Brasil : a denúncia do passado e o fato no presente (1930-2022) / Keila Lemos de Oliveira Barreto.-- 2024.
281 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês.
Orientador: Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa.
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2024.
Inclui referências: f. 271-281.

1. Castro, Josué de, 1908-1973. 2. Fome. 3. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977. 4. Direito à alimentação. 5. Segurança alimentar. 6. Igualdade. I. Barbosa, Ycarim Melgaço - 1961. II. Pontifícia Universidade Católica e Goiás - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial - 15/03/2024. III. Título.

CDU: 364.692:612.391(043)

Márcia Rita Freire - Bibliotecária - CRB/1551

À minha mãe, Jane, por me ensinar o significado de felicidade pessoal, sob a perspectiva da empatia.

À minha avó materna, Sônia Nasciutti (in memoriam), pelo exemplo de mulher guerreira e obstinada.

Aos que conseguem ver a humanidade no outro, de se colocar no seu lugar e desejar-lhe o melhor que o mundo tem a oferecer. A todas as pessoas que se dedicam de corpo, alma e coração a garantir o alimento a quem não tem. É delas de quem falo.

Aos pesquisadores pelo trabalho de extrema relevância que desenvolvem ao multiplicarem, com o conhecimento científico que produzem, olhares diversificados e plurais do mundo, viabilizando transformações, sobretudo sociais.

“O primeiro direito de um homem é o de não passar fome!”, Josué de Castro (1908-1973)

“(...) no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome”, Carolina Maria de Jesus (1941-1977)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por abrir todas as portas que viabilizaram ampliar minha experiência acadêmica e profissional.

À minha mãe, Jane, meu esteio e incentivadora diária, que, com suas palavras e ternura de sempre, me mantiveram firme na intrincada gestão do tempo de estudo com os afazeres laborais e domésticos. É um privilégio ser a sua filha nesta vida.

Ao meu querido filho, Murilo, uma dádiva de Deus, pela resiliência marota frente a distância que o mestrado me exigiu (milhares de horas) ao longo de fevereiro de 2021 até o depósito do texto definitivo da dissertação. Desejo que o meu comprometimento e dedicação nesse período te sirvam de exemplo e colabore para a sua formação pessoal e profissional, principalmente como cidadão dotado de consciência social.

Ao meu marido, Antonio, destacado estimulador do meu crescimento profissional, que não apenas se esforçou para entender a minha ausência e distância, como também se desdobrou para garantir a minha dedicação a este trabalho acadêmico.

À Rosilene, por cuidar de mim e da minha família. Sem o seu auxílio, compreensão e paciência, o título de mestre seria um sonho inatingível.

À família “Barreto”, por ficar com Murilo (neto de Eleusa e sobrinho de Luiza e Sylvia) para que eu tivesse condições de realizar a pesquisa e elaborar o texto dissertativo, especialmente nos meses mais cruciais que antecederam a minha qualificação e defesa. Um registro especial ao meu sogro, Léo Barreto, que nos deixou em junho de 2023, pela influência e inspiração por meu interesse pela literatura brasileira.

Ao meu orientador, professor doutor Ycarim Melgaço Barbosa, por acreditar neste projeto e apoiar-me durante toda sua trajetória. O seu apoio intelectual na escolha dos elementos essenciais da pesquisa e sugestões de subsídios teóricos para desenvolvê-la até desembocar neste texto foram decisivos para canalizar a efervescência de tantas ideias. Agradeço, ainda, por seus ensinamentos multidisciplinares, pelo compartilhamento de experiências e pelas palavras de respaldo. A sua singular capacidade de raciocínio, diversidade de perspectivas, notável criatividade e simplicidade no trato com os alunos o fazem um profissional diferenciado. Foi uma honra tê-lo como orientador!

Ao meu coorientador, professor doutor Pedro Araújo Pietrafesa, pela generosidade e pronta disposição de contribuir na condução científica da proposta dissertativa, nos moldes da metodologia de praxe, bem como pelas palavras de incentivo e de encorajamento nos momentos de tensão, dúvidas e dificuldades. Sou grata, ainda, por seu relevante papel na publicação do

artigo científico, bem como pelo apoio nos meses finais do curso. A sua postura humana e solidária me comoveu, tão rara no mundo de hoje. Externo, por fim, a minha percepção sobre sua vivacidade profissional e destacada habilidade interpessoal como coordenador do curso, professor e orientador de pesquisas científicas.

Ao professor doutor Alex Pizzio da Silva, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, por ter feito parte da banca avaliadora, no momento da qualificação, e abrilhantado meu trabalho com sua larga experiência acadêmica. Suas observações e sugestões profícuas trouxeram ainda mais coesão ao texto e contribuíram para ampliar a perspectiva socioeconômica conferida ao trabalho no tocante às temáticas da pobreza e das desigualdades.

Estendo meu agradecimento ao professor doutor Carlos Henrique Linares, pelo pronto aceite de participar da última fase do curso, momento em que desenvolvi a defesa do meu trabalho.

À PUC-Goiás pelo excepcional quadro de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, que me instruíram e inspiraram na formação multidisciplinar deste trabalho. Rendo graças ao Secretário do programa, José Renato dos Santos, por sua disponibilidade, apoio técnico-administrativo e polidez no atendimento.

Ao Ministério Público de Goiás (MP-GO), do qual faço parte do quadro de serviços auxiliares, por autorizar os meus afastamentos para cursar as disciplinas obrigatórias do mestrado. Em especial, agradeço a minha chefia imediata, promotora de justiça dra. Marlene Nunes Freitas Bueno, a quem tenho grande estima como pessoa humana e profissional. Sua benevolência e compreensão foram determinantes para a realização do estudo.

Aos profissionais que prestaram relevantes contributos nas searas da revisão do texto, do designe gráfico e da formatação estatística, Mônica Ceolotto Galati, Marcos Vinícius Divino de Lima[1] e Fernanda Grazielle da Silva Azevedo Nora[2], respectivamente.

E a todos que, de certa forma, também colaboraram para a construção desta obra, a qual foi fruto de um processo árduo, mas extrema e curiosamente recompensador.

[1] Especialista em engenharia de software pela Universidade de São Paulo.
[2] Profa. PhD Associada 2 na Universidade Federal de Goiás.

RESUMO

Este trabalho objetivou a análise da fome urbana no Brasil de hoje (2020-2022) como um problema eminentemente político, volvendo os olhos para o passado (1930-2020), a fim de compreender sua agudização e maior incidência em famílias chefiadas por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda (**recortes espacial e demográfico**). O levantamento da matéria-prima restringiu-se aos anos de 1930 a 2022 (**recorte temporal**), os quais foram divididos em seis marcos governamentais (1930-1956; 1956-1961; 1961-1985; 1985-2003; 2003-2016; e 2016-2022). Como **estratégias metodológicas complementares**, delimitou-se a coleta a aspectos e subaspectos histórico-políticos, jurídico-legislativos, econômicos e sociais estritamente aos elementos estruturais da proposta. A **pesquisa é bibliográfica e documental, e do tipo exploratória**. Os principais dados e informações técnicos e estatísticos sobre a (in)segurança alimentar global em linhas gerais, e no Brasil com maior detalhamento, foram obtidos especialmente do site da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. A **abordagem é qualitativa**. Para a **análise de conteúdo** considerou-se não apenas o contexto da economia de mercado, desagregada da concepção de desenvolvimento humano como liberdade, mas também a perspectiva da desigualdade de gênero, de cor/raça e de acesso ao alimento, em função da renda. Foram delineadas **categorias analíticas** para o refinamento da pesquisa. A conjugação das obras "GEOGRAFIA DA FOME (O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO)" (1946), de Josué de Castro, e "QUARTO DE DESPEJO: Diário de uma favelada" (1960), de Carolina Maria de Jesus, formaram o **embasamento teórico**. Visando conciliar a sistematização da fome da primeira obra e a literatura realista da segunda ao discurso dissertativo, fragmentou-se o perfil demográfico trabalhado em dois grupos: "Carolinas do século XX" (1930-2000) e "Carolinas do século XXI" (2001-2022). Como **problemática**, indagou-se: há relação de causalidade da atuação estatal de 1930 a 2022 com o aumento da fome urbana nos anos de 2020 a 2022, em termos de gênero, cor/raça, responsabilidade familiar, escolaridade e renda? Apurou-se que um dos segmentos mais atingido pela fome de acordo com as pesquisas de 2020 a 2022, já figurava como o mais vulnerável nos anos anteriores até 1930. A par disso, verificou-se que o Estado de 1930 a 2022 não se voltou, sensível, pontual e eficazmente à sua proteção social, o que pode ter contribuído para o aumento da insegurança alimentar grave em famílias urbanas chefiadas por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda, tendo em vista a ausência de prioridades dos governos dos períodos e a inexistência de políticas públicas focalizadas na área.

Palavras-chave: direito social à alimentação; desigualdade de gênero, de cor/raça; desenvolvimento humano como liberdade; Josué de Castro; Carolina Maria de Jesus.

ABSTRACT

This work aimed to analyze urban hanger in Brasil today (2020-2022) as an eminently political problem, looking to the past (1930-2020), to undesrstand its worsening and greater incidence in families headed by clack women, with low education and income (spatial and demographic breakdowns). The raw material survey was restricted to the years 1930 to 2022 (timeframe), which were divided into six governmental milestones (1930-1955, 1956-1961, 1961-1985, 1985-2003, 2003-2016 and 2016-2022). As complementary methodological strategies, the collection was limited to historical-political, legal-legislative, economic and social aspects and sub-aspects strictly to the structural elements of the proposal. The research is bibliographic and documentary, and exploratory. The main technical and statistical data and information on global food (in)security in general terms, and in Brazil in greater detail, were obtained especially from the website of the United Nations Food and Agriculture Organization, the Brazilian Institute of Geography and Statistics and the Brazilian Research Network on Food and Nutritional Sovereignty and Security. The approach is qualitative. For the content analysis, not only the context of the market economy was considered, disaggregated from the conception of human development as freedom, but also the perspective of gender inequality, color/race and access to food, depending on income. Analytical categories were outlined to refine the research. The combination of the works "GEOGRAFIA DA FOME (O BRAZILIAN DILEMMA: BREAD OR STEEL)" (1946), by Josué de Castro, and "QUARTO DE DESPEJO: Diário de uma favelada" (1960), by Carolina Maria de Jesus, formed the theoretical basis. Aiming to reconcile the systematization of hunger in the first work and the realistic literature of the second with the dissertation discourse, the demographic profile worked on was fragmented into two groups: "Carolinas of the 20th century" (1930-2000) and "Carolinas of the 21st century" (2001-2022). As a problem, the question was: is there a causal relationship between state action from 1930 to 2022 with the increase in urban hunger in the years 2020 to 2022, in terms of gender, color/race, family responsibility, education and income? It was found that one of the segments most affected by hunger according to research from 2020 to 2022, was already the most vulnerable in previous years until 1930. In addition, it was found that the State, from 1930 to 2022, did not respond sensitively, punctually and effectively to its social protection, which may have contributed to the increase in severe food insecurity in urban families headed by black women, with low education and income, given the lack of priorities from governments at the time and the lack of public policies focused on the area.

Keywords: social right to food. Gender, color/race inequality. human development as freedom. Josué de Castro. Carolina Maria de Jesus.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Posse de Josué de Castro como presidente do Conselho Executivo da FAO-ONU em 1952.....40
Figura 2: Mapas extraídos da obra *Geografia da fome* sobre a situação alimentar do Brasil no final dos anos de 1940 72
Figura 3: Foto de Carolina Maria de Jesus na noite de autógrafos do lançamento da obra (19/8/1960) e de trecho do seu diário sobre o grande dia.....86
Figura 4: Carolina com os três filhos.....89
Figura 5: Tendências na subnutrição por agrupamento de países 185
Figura 6: O número de subnutridos no mundo de 1969 a 2009 191
Figura 7: Evolução dos níveis de insegurança alimentar entre 2004 e 2020.....224
Figura 8: Panorama de Insegurança Alimentar no Brasil.....225
Figura 9: Evolução Populacional Brasileira quanto a relação urbana e rural.....229
Figura 10: Evolução de Gênero na população brasileira nos marcos temporais. 230
Figura 11: Evolução racial da população brasileira.....231
Figura 12: População Brasileira de Mulheres Caracterizada por Cor 233
Figura 13: Percentual de distribuição domiciliar da população brasileira por sexo do responsável familiar 233
Figura 14: Insegurança alimentar no mundo 234
Figura 15: Insegurança alimentar no Brasil.....234
Figura 16: Insegurança alimentar no Brasil quanto a gênero 236
Figura 17: Nível de segurança alimentar no Brasil 2021/2022 237
Figura 18: Panorama da insegurança alimentar na população de mulheres no Brasil 238
Figura 19: Panorama da fome do Brasil de 2003 até 2022.....238
Figura 20: Resultado Primário do Tesouro Nacional (2014-2022) 239
Figura 21: Evolução do Produto Interno Bruto brasileiro 240
Figura 22: Evolução do panorama da inflação no Brasil 241
Figura 23: Evolução da pobreza no Brasil.....242
Figura 24: Panorama da pobreza no Brasil.....243
Figura 25: Pobreza no Brasil durante a pandemia da COVID19 244
Figura 26: Distribuição população brasileira acima de 14 anos segundo o seu grau de escolaridade 245
Figura 27: Evolução da taxa de analfabetismo no Brasil de 1930 até 1955.....246

Figura 28: Taxa de analfabetismo de mulheres no Brasil 247
Figura 29: Escolaridade de mulheres no Brasil 248
Figura 30: Distribuição por sexo da população brasileira acima de 14 anos ocupadas com base nos rendimentos 249
Figura 31: Panorama do auxílio emergencial durante a pandemia da COVID19 250
Figura 32: Evolução dos bilionários brasileiros 250
Figura 33: Panorama da riqueza no mundo e no Brasil entre 2019 até 2022 252

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Marcos temporais/governamentais de 1930-2022 131
Tabela 2: Subaspectos propostos nos marcos temporais 132
Tabela 3: Classificação do nível de insegurança alimentar segundo a Rede PENSSAN 164

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Banco Mundial
Bolsonaro	Jair Messias Bolsonaro
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Carolina	Carolina Maria de Jesus
Castro	Josué Apolônio de Castro
CF/1891	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891
CF/34	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934
CF/37	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937
CF/46	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946
CF/67	Constituição da República Federativa do Brasil de 1967
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CGU	Controladoria-Geral da União
CMA	Cúpula Mundial de Alimentação
Collor	Fernando Collor de Melo
Covid-19	*Coronavirus Disease* 2019
Dilma	Dilma Vana Rousseff
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Dutra	Eurico Gaspar Dutra
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Goulart	João Belchior Marques Goulart
IA	Insegurança Alimentar

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Itamar	Itamar Augusto Cautiero Franco
JK	Juscelino Kubitschek de Oliveira
Lula	Luiz Inácio Lula da Silva
Mazzilli	Paschoal Ranieri Mazzilli
ONU	Organização das Nações Unidas
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
Quadros	Jânio da Silva Quadros
Rede PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
Sarney	José Ribamar Ferreira de Araújo Costa
SARS-CoV-2	Novo coronavírus
SOFI	*The state of food secury and nutrition in the world*
Temer	Michel Miguel Elias Temer
Vargas	Getúlio Dornelles Vargas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....26

CAPÍTULO 1. "GEOGRAFIA DA FOME (O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO)", DE JOSUÉ DE CASTRO (1946).....35

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....38

1.2 JOSUÉ DE CASTRO: VIDA, PROFISSÃO E O LEGADO DE SUA OBRA.....38

1.3 FOME: PRODUTO DO PRÓPRIO HOMEM CONTRA SEU SEMELHANTE (1930-1946).....41

1.4 REFERENCIAL TEÓRICO 1: JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DA PROPOSTA DISSERTATIVA (IDEIAS-CHAVE).....79

CAPÍTULO 2. "QUARTO DE DESPEJO: Diário de uma favelada" (1960): O TESTEMUNHO DE CAROLINA MARIA DE JESUS SOBRE A FOME URBANA NO BRASIL.....82

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....82

2.2 QUEM FOI CAROLINA MARIA DE JESUS?.....84

2.3 A ROTINA DA PANELA VAZIA: DESABAFO SOLITÁRIO E DENÚNCIA SOCIAL (1955-1960).....88

2.4 REFERENCIAL TEÓRICO 2: JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DA PROPOSTA DISSERTATIVA (IDEIAS-CHAVE).....123

CAPÍTULO 3. DIÁLOGOS ENTRE JOSUÉ DE CASTRO E CAROLINA MARIA DE JESUS PARA UM BRASIL SEM FOME.....126

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....126

3.2 PROPOSTA DISSERTATIVA.....127

3.2.1 Estado da arte, recortes e elementos estruturais da pesquisa.....127

3.2.2 Literatura realista no campo do desenvolvimento e planejamento territorial.....137

3.2.3 Embasamento teórico: conjugação das ideias-chave (Geografia da fome/Diário de Despejo).....139

3.2.4 Metodologia científica e categorias analíticas.....142

3.3 ATUAÇÃO ESTATAL CONTRA A FOME URBANA NO BRASIL (1930-2022): ENTRE CONQUISTAS, AVANÇOS E RETROCESSOS.....178

3.3.1 Panorama da fome global nos séculos XX e XXI (1999-2022).....178

3.3.2 Panorama da fome urbana no Brasil de 1930-2022.....195

3.3.2.1 Aspectos gerais: territoriais, populacionais e de situação domiciliar 196

3.3.2.2 Aspectos específicos: histórico-políticos, jurídico-legislativos, econômicos e sociais.....197
3.3.2.2.1 Marco governamental 1: fome um tema proibido e de combate acanhado (1930-1956).....197
3.3.2.2.2 Marco governamental 2: fome e desenvolvimentismo (1956-1961).....198
3.3.2.2.3 Marco governamental 3: milagre econômico e o pecado da fome (1961-1985).....198
3.3.2.2.4 Marco governamental 4: fome e redemocratização (1985-2003).....200
3.3.2.2.5 Marco governamental 5: o Brasil no Mapa da Fome da ONU (2003-2016).....210
3.3.2.2.6 Marco governamental 6: agudização da fome e o desmonte de políticas públicas setoriais (2016-2022).....215
3.3.2.3 Balanço geral da conjuntura de 1930-2022: perfil de atuação estatal 228
3.4 HÁ RELAÇÃO DE CAUSALIDADE DA ATUAÇÃO ESTATAL DE 1930 A 2022 COM O AUMENTO DA FOME URBANA NO BRASIL NOS ANOS DE 2020 A 2022, EM TERMOS DE GÊNERO, COR/RAÇA, RESPONSABILIDADE FAMILIAR, ESCOLARIDADE E RENDA?.....252
3.4.1 Considerações iniciais.....252
3.4.2 Resultados e discussões.....253
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....268
REFERÊNCIAS.....271

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A fome não é um assunto novo, ao contrário, faz-se contumaz na história humana e algoz de milhões de vidas. Acompanha o homem desde o seu surgimento e, apesar dos avanços político-legislativos, bem como tecnológicos e de inovantes aplicados ao agronegócio, à indústria e a outros setores envolvidos com o mercado alimentício, as estatísticas ainda registram vergonhosas cifras do seu crescimento.

Desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o flagelo vem sendo enfrentado como um problema universal. Todavia, o quadro se agravou com o conflito seguinte (1939-1945). Do século XX[3] para o seguinte, a fome alcançou mais pessoas nos quatro cantos da terra. De lá para cá, várias estratégias já foram adotadas no combate à fome em todo o mundo, mas os Estados ainda não foram capazes de distribuir a riqueza produzida, indistintamente, a todos os seres humanos. É verdade que a história registra importantes conquistas, mas, ainda assim, suas oscilações são grandes, havendo recuos significativos. Estado e sociedade não lograram êxito, ao menos, de minorar os impactos negativos do neocapitalismo[4] de forma perene à parcela mais vulnerável da população.

Se passaram cento e vinte e um anos, estamos no século XXI, mas a temática permanece atual, sendo uma das maiores e mais sensíveis preocupações no cenário internacional. A par disso, novos e complexos desafios, especialmente quando entrelaçados a desigualdades socioeconômicas, que são incessantes e nefastas a grupos historicamente fragilizados, tais como as pessoas negras e as mulheres, com suas lamentáveis dissimetrias de cor/raça e de gênero.

O que quer dizer que a ferida causada pela fome ainda está aberta e, pior, em latente processo inflamatório. Recentes atualizações sobre o estado da segurança alimentar e nutricional publicadas em 12 de julho de 2023 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), evidenciam a ascendência na variação de escala e intensidade da fome[5] no mundo.

---

[3] Compreende os anos de 1901 a 2000. O século XXI engloba 2001 a 2100.

[4] É uma ideologia econômica que combina elementos do capitalismo original com de outros sistemas econômicos. Surgiu em países reconstruídos após a Segunda Guerra Mundial e baseia-se na forte intervenção estatal para a promoção do bem-estar social. O termo foi usado pela primeira vez na década de 1950 por intelectuais europeus como André Gorz (RODRIGUES, 2009, p. 52).

[5] Os termos "fome" e "insegurança alimentar" serão oportunamente definidos e delimitados, sendo, ainda, apresentadas as classificações utilizadas para medir o grau do último deles, de acordo com as normas técnicas da FAO, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN).

O relatório da série, intitulado *The state of food secury and nutrition in the world* [6], abreviado para SOFI (sigla em inglês), concluiu que a fome permaneceu muito acima dos níveis pré-pandemia da *Coronavirus Disease* 2019 (Covid-19)[7] e afetou 9,2% da população mundial em 2022 contra 7,9% em 2019. A estimativa foi de 691 a 783 milhões de pessoas em insegurança alimentar[8] (IA). Mais de 122 milhões sofreram com o flagelo em 2022 do que em 2019. As mulheres continuam sendo uma das vítimas mais comuns, quando comparados os números da fome quando homens (FAO, 2023).

Em 2021, a IA caminhou curva acima. Os impactos advindos pela contaminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2) foram devastadores. Vivenciou-se uma recessão econômica global. A situação de fome das populações já calejadas com a luta pela sobrevivência agravou-se. Entre 702 e 828 milhões de pessoas foram afetadas pela IA. O número de famintos aumentou cerca de 150 milhões desde o início da pandemia, mais de 103 milhões entre 2019 e 2020 e mais de 46 milhões em 2021 (SOFI 2022).

Entre 2019 e 2020, a estimativa foi de 90 milhões de pessoas passando fome. Isso significou o fim de três décadas de progresso global na redução da pobreza. Os índices globais de fome foram alarmantes (SOFI's 2020 e 2021).

A escalada das desigualdades aparece como um dos principais fatores de IA, o que, aliás, vem sendo repetidamente anunciado pela FAO em seus relatórios. Para se ter uma ideia, o primeiro deles já informava o aumento da fome nos anos de 1995 a 1997, comparativamente aos dados de 1990-1992 (SOFI 1999). Vale salientar que, naquela época, buscava-se uma redução dos números pela metade, como objetivo estabelecido em 1996 pela Cúpula Mundial de Alimentação (CMA).

As projeções da FAO para 2030 não são boas. Considerando os dados coletados ao longo da série SOFI 2019-2023, a organização lançou os olhos para o futuro e vislumbrou que cerca de 600 milhões de pessoas terão fome (FAO, 2023). Daí por que seja tão relevante revisitar o passado em busca de uma resposta para a incógnita da (irre)solução do problema. O cenário ainda se mostra mais preocupante considerada a revisão de 2022 das perspectivas da população mundial da Organização das Nações Unidas (ONU). No relatório *World Population Prospects*[9] consta que em 2030 seremos 8,5 bilhões de pessoas; em 2050, 9,7 bilhões (ONU, 2022). Afinal,

---

[6] Traduzido para o português: "O estado da segurança alimentar e nutricional".

[7] BRASIL, Ministério Público do Trabalho. **CORONAVÍRUS**: ENTENDA O SIGNIFICADO DAS SIGLAS. JUNHO/2020. p. 14. Acesso em: 8 de jan. 2023. Disponível em: https://www.pcdlegal.com.br/siglas/wp-content/themes/siglas-coronavirus/media/downloads/siglas.pdf.

[8] Os termos "fome" e "insegurança alimentar" serão usados neste trabalho de forma intercambiável, como explicitado adiante.

[9] Tradução: "Perspectivas da População Mundial".

sem querer retomar a famosa e odiada teoria do britânico Thomas Robert Malthus[10], o aumento populacional pode tornar ainda mais dificultoso o processo de combate global da fome.

Os relatórios sequenciais da FAO mostraram que o mundo caminhava em direção diametralmente oposta à erradicação da fome, em todos os seus níveis de IA. Os resultados sobre o cumprimento das metas estabelecidas pela ONU em 1992, com a Agenda 2021, em 1996, com a CMA, e, em 2000, com a Declaração do Milênio (ONU, 2022).

A atual referência é a Agenda 2030, lançada em 2015, a fim de mobilizar os países em torno da identificação de problemas e superação de desafios socioeconômicos e ambientais, mas a FAO, quem faz o monitoramento de "Erradicação da Pobreza" e "Fome Zero e Agricultura Sustentável", não tem se mostrado tão animadora, uma vez que os resultados apurados até 2022 mostraram recuos significativos no cumprimento dessas metas.

No quesito do compartilhamento das principais vantagens e benefícios do sistema econômico hodierno, como a riqueza material, o Brasil continua virando as costas para seus filhos mais carentes. A falta de comida no prato é um exemplo típico desta prática. Acerca da fome brasileira, a SOFI 2022 apontou considerável piora. Foram cerca de 61,3 milhões de pessoas com algum grau de IA. Destes, 15,4 milhões representaram o grau mais grave. O estudo revelou, ainda, que a desigualdade de gênero se aprofundou (FAO, 2022).

Entre 1999 e 2014, a FAO vinha anunciando a gradual redução dos índices de IA, ano a ano, até finalmente, o Brasil ser retirado do famigerado Mapa da Fome em 2014. Em *The State of Food Insecurity in the World*, o relatório mostrou que o percentual da população subalimentada caiu, em razão de políticas públicas de enfrentamento à pobreza e à miséria implementadas nos períodos para mais de 14 milhões de família (FAO, 2014). Todavia, a curva dessa conquista social voltou a subir, gradativamente, e com maior intensidade, no período da pandemia.

Em 17 de setembro de 2020, o IBGE, por meio da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), constatou que, de 2017 a 2018, 10,3 milhões de pessoas viviam em domicílios com privação severa de alimentos em algum momento no período; mais da metade dos domicílios com IA grave eram chefiados por mulheres; e, em 15,8% do total desses domicílios, a pessoa de referência era autodeclarada preta e parda (IBGE, 2020). A verificação dessa trajetória negativa constou também dos I e II Inquéritos Nacionais sobre Insegurança Alimentar no

[10] O estudioso (1766-1834), autor do "Ensaio sobre o Princípio da População" (1798), ficou conhecido por sua teoria que relacionava o aumento populacional e a produção de alimentos. Dizia que a superpopulação era a causa da fome. Segundo ele, a solução estaria numa política de controle forçado de natalidade (FONTE).

contexto da pandemia da Covid-19[11], conduzidos pela Rede PENSSAN nos períodos de dezembro de 2020 e novembro de 2021 a abril de 2022. No primeiro deles, apurou-se que 19,1 milhões de brasileiros enfrentaram fome; no segundo, já eram 33 milhões. Entre outros resultados apurados, destacou-se a possível personalização da fome: mulheres negras, com baixas escolaridade e renda, e chefes de famílias urbanas. Os números mostram que a fome no Brasil continua presente, em curvas crescentes e em proporções ferozes sobre segmentos sociais de maior vulnerabilidade, especialmente se considerados os históricos socioeconômico e cultural, dos quais se extraem múltiplas dimensões do fenômeno, a exemplo da mistura de gênero, cor/raça, escolaridade e renda. Nesse ponto, salienta-se que, durante a crise sanitária, a problemática da fome em solo nacional fez parte de divulgações midiáticas, sendo diariamente mostradas imagens estarrecedoras de pessoas em situações humilhantes. No contexto, destacaram-se em veículos de comunicação a busca por ossos com retalhos de carne em açougues[12] e de restos de comida em caminhões de lixo[13].

Contraditoriamente, no mesmo ano, o Brasil figurou na lista dos maiores produtores alimentares do planeta ao lado da China, Índia e EUA (Embrapa, 2022). O distanciamento de incertezas sobre os rumos da fome é lembrado todos os anos no dia 16 de outubro (Dia Mundial da Alimentação). Um retrospecto de 1990 a 2014, período em que os brasileiros puderam testemunhar e experimentar melhoras substanciosas na segurança alimentar, nos mostra que o cenário a partir de então até 2022 é, de fato, um ponto de interrogação.

Pelo exposto, há motivos suficientes para a retomada do debate sobre o combate à fome no Brasil. É preciso não parar de gritar, com palavras de fogo, mesmo que voltem as costas, por que os grilhões e correntes do presente são invisíveis, mas existentes, como consta do poema "Protesto" de Carlos Assumpção (Literafro, 2022). Emerge daí como assunto de importância primordial: o papel do Estado na concretização dos direitos sociais e como responsável

[11] Os resultados dos inquéritos advêm de amostras probabilísticas, representativa da população geral brasileira, nas cinco regiões, em domicílios rurais e urbanos, com arrimo em entrevistas realizadas nos períodos, relativamente a eventos ocorridos nos três meses anteriores às entrevistas realizadas nos períodos de 5 a 24 de dezembro e novembro de 2021 a abril de 2022. A pessoa entrevistada tinha idade igual ou superior a 18 anos, sendo ou não o responsável familiar. As informações e dados coletados dizem respeito a oito itens da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a qual é adotada pelo IBGE desde 2004. A experiência brasileira com a EBIA inspirou o desenvolvimento da Escola Internacional de Medida da Experiência da Insegurança Alimentar (*Food Insecurity Experience Scale* - FIES) pela FAO, usada desde 2014 para o monitoramento global do ODS 2, Fome zero e agricultura sustentável (Rede PENSSAN, 2020-2021).

[12] G1. Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. 25/7/2021, 20h56. Disponível em: https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contra-a-fome.ghtml. Acesso em 10 nov. 2023.

[13] Correio Brasiliense Brasil. No CE, comida catada em caminhão de lixo. 18/10/2021, 23:51. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/10/4956279-no-ce-comida-catada-em-caminhao-de-lixo.html. Acesso em 10 nov. 2023.

principal pela redução da pobreza e das desigualdades. Sendo a alimentação um direito humano, de *status* constitucional na grande maioria das Nações, o dever estatal de garanti-lo à população, sobretudo a mais carente, em quantidade e qualidade adequados, merece ser retomado pela comunidade científica e acadêmica. Esta dissertação caminha nesse sentido.

A temática da fome urbana no Brasil abarca os idos de 1930-2022. A escolha do **recorte temporal** vincula-se aos anos reportados nas obras adotadas como embasamento teórico (1930-1960) e nas pesquisas da FAO (1999-2022), do IBGE (2017-2022) e da Rede PENSSAN (2020-2022).

Em "GEOGRAFIA DA FOME (O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO)", publicada em 1946, Josué de Castro traz um retrato da fome em regiões brasileiras, a partir de 1930 até 1960, ano em que faz substanciosa revisão do texto. A narrativa de problemas urbano, entre os quais a fome, em "QUARTO DE DESPEJO: diário de uma favelada" (1960), de Carolina Maria de Jesus, refere-se ao período de 1955 a 1960, e se apresenta como um testemunho de alguém bem próximo ao flagelo e que relevou uma triste experiência humana em seus "escaninhos sombrios"[14]. Ela é a personagem desta dissertação e serviu de inspiração para a escrita em prol da defesa social do segmento trabalhado. Se o Brasil de 2020-2022 registrou um agravamento da fome, quando nos anos de 2004 a 2013 tinha reduzido as estatísticas a ponto de ser excluído do famigerado Mapa da Fome da ONU em 2014 (SOFI 2015), é possível extrair-se indícios do perfil da atuação estatal a partir de 1930 até o limite de 2022 e, assim, tentar compreender essa involução.

Dito isso, a proposta apresenta como **objetivo geral** analisar a fome no Brasil de 2020-2022, como um problema eminentemente político, volvendo os olhos para o passado (1930-2022), a fim de compreender sua agudização e maior incidência em famílias chefiadas por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda (**recorte do perfil demográfico**).

Como **objetivos específicos**, o estudo buscou, em síntese, extrair as ideias-chave do referencial teórico, circunscritas aos aspectos políticos, econômicos e sociais da fome; consolidá-las; conjugá-las para viabilizar o diálogo sobre a agudização e maior incidência da fome urbana em famílias chefiadas por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda, a partir da atuação estatal de 1930-2022; compreender noções teóricas sobre a fome como um problema complexo e multifacetado; analisar o histórico do estado de insegurança alimentar e sua elevação no mundo, em linhas gerais, e no Brasil, detalhadamente, contados dos resultados das pesquisas realizadas pela FAO, IBGE e Rede PENSSAN; estudar a desigualdade de gênero,

[14] A expressão foi usada por Ítalo Moroni na introdução da obra OS CEM MELHORES CONTOS BRASILEIROS DO SÉCULO (2009, p. 14).

de cor/raça e de acesso ao alimento, em função da renda; apresentar o cenário internacional da fome, baseando-se nos principais eventos dos séculos XX e XXI; expor a fome urbana no Brasil de 1930 a 2022, em seus aspectos gerais e específicos; analisar os aspectos específicos com base em subaspectos; estabelecer o perfil de atuação estatal dos anos de 1930 a 2022, baseando-se na prioridade de interesse conferida pelos governos dos períodos de 1930-1955; 1956-1961; 1961-1985; 1985-2003; 2003-2016; e 2016-2022; e refletir a fome como um problema eminentemente político, a partir da figura do Estado como protagonista na superação da fome.

Para tanto, delimitou-se o levantamento da matéria-prima aos anos de 1930 a 2022. Na sequência, dividiu-se o **recorte temporal** em seis períodos governamentais (1930-1955; 1956-1961; 1961-1985; 1985-2003; 2003-2016; e 2016-2022) para extrair indícios do traço marcante da atuação estatal no combate à fome no Brasil. A fim de evitar repetições desnecessárias em cada um deles, optou-se pela remissão como técnica de redação, tendo em vista que parte deles constam dos dois capítulos iniciais do texto, quando feitas as contextualizações de cada referencial teórico adotado. Como **estratégia metodológica complementar**, restringiu-se essa caracterização aos principais aspectos gerais (territoriais e demográficos) e específicos (histórico-políticos, jurídico-legislativos, econômicos e sociais). Estes últimos, por sua vez, foram afunilados em subaspectos, de modo a viabilizar a proposta dissertativa e responder ao problema da pesquisa. Todos os dados e informações carreados ao estudo, aspectos e subaspectos, inclusive, ligam-se estritamente à temática da fome de famílias urbanas chefias por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda, de modo a respeitar-se os recortes e evitar fugas e divagações desnecessárias.

A **pesquisa é bibliográfica e documental, do tipo exploratória**. A **abordagem é qualitativa**. Para a **análise de conteúdo** considerou-se o contexto da economia de mercado, desagregada da concepção de desenvolvimento humano como liberdade, e sob a perspectiva da desigualdade de acesso ao alimento, em razão da renda. A **base fática principal** advém dos relatórios SOFI/FAO 1999-2023, da POF/IBGE 2002-2018, bem como dos I e II VIGISAN/Rede PENSSAN.

A **problemática** reside na seguinte indagação: há relação de causalidade da atuação estatal de 1930 a 2022 com o aumento da fome urbana nos anos de 2020 a 2022, em termos de gênero, cor/raça, responsabilidade familiar, escolaridade e renda?

A conjugação de ideias-chave das obras “GEOGRAFIA DA FOME (O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO)”, de Josué de Castro, e “QUARTO DE DESPEJO: Diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, formam o **embasamento teórico** do trabalho.

Eis, de modo conciso, alguns dos elementos da proposta dissertativa e da metodologia adotados. O detalhamento de cada um deles será oportunamente trabalhado no capítulo 3.

Optou-se pelo **modelo tradicional de dissertação** (introdução, desenvolvimento e conclusão). Sendo assim, a estrutura do desenvolvimento contém três capítulos, cada qual com suas seções e subseções, vejamos sua resenha:

No **capítulo inaugural** "'GEOGRAFIA DA FOME (O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO)', DE JOSUÉ DE CASTRO (1946)", cuidou-se do primeiro referencial teórico. Em linhas gerais, há a biografia do autor e o contexto em que foi escrita a obra (1931-1946) e, ao final, destacam-se a justificativa e a delimitação da proposta dissertativa, por meio da extração de suas ideias-chave.

No **segundo capítulo**, "'QUARTO DE DESPEJO: Diário de uma favelada' (1960): O TESTEMUNHO DE CAROLINA MARIA DE JESUS SOBRE A FOME URBANA NO BRASIL", tratou-se da narrativa realista que juntamente com a anterior, formou o embasamento teórico do trabalho. A estrutura de apresentação seguirá o mesmo formato do capítulo anterior.

No **terceiro capítulo**, "DIÁLOGOS ENTRE JOSUÉ DE CASTRO E CAROLINA MARIA DE JESUS PARA UM BRASIL SEM FOME", constam o detalhamento da proposta dissertativa, a consolidação e conjugação das ideias-chave do embasamento teórico, a maior parte dos dados e das informações bibliográficos, documentais e estatísticos, nos aspectos gerais e específicos do período de 1930 a 2022, o balanço estatístico da conjuntura e o perfil de atuação estatal, e, ao final, a análise da questão-problema, os resultados apurados pela pesquisa e as discussões respectivas. Ademais, nele foram veiculadas as reflexões sobre o papel do Estado na promoção, proteção e ampliação do acesso ao alimento a "Carolinas do século XXI", a partir do arcabouço pesquisado.

Apurou-se a existência de indícios suficientes da relação causal da atuação estatal de 1930 a 2022 com a agudização da fome de famílias urbanas chefiadas por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda nos anos de 2020 a 2022.

Isso porque, após a caracterização do perfil governamental de cada marco temporal, verificou-se que o Estado dos períodos de 1930-1955, 1956-1961, 1961-1985, 1985-2003, 2003-2016 e 2016-2022 não se voltou, sensível, pontual e eficazmente à proteção social do segmento, de modo a contribuir para a redução progressiva da insegurança alimentar na sequência dos anos que se seguiram.

Verificou-se, ainda, como ponto de reflexão sobre o protagonismo estatal na promoção, salvaguarda e ampliação do acesso ao alimento, a convergência entre "Carolinas do Século XX" e "Carolinas do Século XXI", em termos de gênero, cor/raça, referência familiar, renda e

escolaridade, evidenciando que mulheres negras, com baixas escolaridade e renda, e chefes de família domiciliadas em áreas urbanas já figuravam como o segmento mais vulnerável dos anos anteriores até 1930. Nessa toada, emerge a premente necessidade de o Estado adotar, a par das políticas públicas já existentes para o combate à fome, medidas governamentais setoriais para alcançar uma das categorias mais comuns como vítimas da insegurança alimentar no país.

Nas **considerações finais**, foram retomados os pontos mais relevantes desenvolvidos ao longo do trabalho, destacando-se os resultados apurados, a efetividade do método e procedimento metodológicos adotados, o cumprimento das metas da proposta dissertativa, sua relevância social e acadêmica, e os direcionamentos futuros.

CAPÍTULO 1. "GEOGRAFIA DA FOME (O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO)", DE JOSUÉ DE CASTRO[15] (1946)

[15] A fotografia foi extraída do site da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis: http://catedrajc.fsp.usp.br/quem-somos/.

CAPÍTULO 1. "GEOGRAFIA DA FOME (O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO)", DE JOSUÉ DE CASTRO (1946)

"A fome é a expressão biológica de males sociológicos" (Josué de Castro)

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A fome voltou a ter destaque no quadro social com o seu agravamento ao longo da pandemia do novo coronavírus. A responsabilidade pela alavancada não foi do vírus. Quis fosse isso muitos políticos. O processo já havia sido deflagrado em 2014 quando o Brasil, logo após sair do Mapa da Fome da ONU, passou a caminhar no sentido oposto aos resultados obtidos nos anos anteriores.

Com as consequências adversas causadas pela covid-19, os holofotes voltaram-se para o estado de insegurança alimentar no país. A gravidade da fome despertou o interesse midiático. O Estado passou a atuar sob pressão, sendo obrigado a adotar céleres e diferenciadas medidas para prevenir contaminações, restaurar a saúde das pessoas infectadas e conter o avanço da pandemia. Paralelamente, a máquina administrativa teve que se desdobrar, a grande maioria com parcos recursos públicos e frágil estrutura sanitária, para minorar a avalanche de infortúnios econômicos e sociais. Nesse contexto, destacou-se a fome, agora, sob novas roupagens. Aos antigos desafios e dilemas somaram-se outros. Esse cenário fez brotar, no âmbito acadêmico, produções científicas inovadoras e diferenciadas.

No ano de 2021, a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo criou a Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis, destinada à disseminação de conhecimento na área em suas dimensões econômica, social, cultural, jurídica, ambiental, política e de saúde, a partir da valiosa contribuição do pioneiro no pensamento. Entre os ânimos de destaque, o livro "Da Fome à Fome: diálogos com Josué de Castro", organizado por Tereza Campello e Ana Paula Borboletto, com base na clássica obra do escritor pernambucano, "GEOGRAFIA DA FOME (O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO)" (1946), após 75 anos de sua publicação.

Se a fome é um fenômeno complexo, multifacetado, que se retroalimenta e reinventa ao longo da história, o seu combate demanda soluções com as mesmas características. Antes de compreendê-lo, porém, é preciso apreender sua realidade fática, passada e mais recente. Afinal, só se pode enfrentar aquilo que se conhece bem, sob pena de ineficácia e ineficiência da engrenagem advinda do conhecimento e práticas quistos. Nisto reside um dos motivos que

justificam pesquisas e estudos na seara tratada nesta dissertação. A geração de conhecimento científico sobre a (in)segurança alimentar é um passo primordial no conseguimento de conquistas e avanços sociais.

Foi o que fez Josué de Castro pelo mundo, por seu país, ao descortinar e delinear as mazelas causadas pela calamidade. Hoje e graças a ele e a tantos outros estudiosos, diferentemente da época que retratou em sua obra (1930-1960), é possível entender do que se trata a fome para a humanidade. Em razão disso, a fala sobre o flagelo conduz o estudo inevitavelmente à Josué de Castro, pois foi quem galgou os primeiros passos de sua sistematização e consolidação, especialmente ao abordá-la, de forma integrativa, como problema histórico-cultural, social, econômico e, eminentemente, político. Dedicou mais de vinte e cinco anos de sua vida para estudar e pesquisar a fome. A seus afazeres e compromissos profissionais somou uma incessante atuação política (Castro, 1984).

Josué de Castro saiu do plano abstrato para tentar remover as suas ideias do papel, das agendas governamentais e das meras promessas políticas, nacionais e internacionais, inclusive. E não lhe faltou coragem nessa empreitada, especialmente quando escreveu “GEOGRAFIA DA FOME (O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO)”. Com ele, expôs ao mundo uma ferida social até então desconhecida e/ou pouco discutida nas décadas de 1930 e 1946. Eram tempos difíceis. Getúlio Dornelles Vargas (Vargas) governava o país de forma centralizada e autoritária (1930-1945).

O século XXI está livre das amarras da ditadura, ao menos da era Vargas e do governo militar. Hodiernamente, a especulação científica pode desenvolver-se livremente, se fartar do assunto, buscar e se arriscar em novas rotas. E vejam, nem assim, o progresso econômico, científico e tecnológico foi capaz de impedir a fome no mundo, que se já verifica em período tão alargado da história humana. Aliás, quiçá reduzi-la ao longo do tempo, a passos de formiguinha, mas de maneira a tornar os avanços mais perenes. O que está por trás dos patamares alarmantes de fome no mundo e de suas curvas ascendentes? O problema já foi exposto e amplamente divulgado, mas respostas resolutivas dependem de algo mais por trás da “mão invisível”[16] de Adam Smith. Outrora, Josué de Castro elaborou uma intrigante indagação na introdução de sua obra (1984, p. 17): “Quais são os fatores ocultos desta verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome?”.

[16] O escritor cunhou a expressão em seu livro “Teoria dos Sentimentos Morais” (1759), no qual trata da interferência do mercado sobre a economia. Há um interessante artigo científico, que propõe resgatar o seu significado original, nos idos dos séculos XVII e XVIII, a partir de uma abordagem histórico-filosófica (GANEM, 2000).

Esse ponto de interrogação foi endereçado a toda a estrutura de poder que, à época e convenientemente preferia encobrir o sofrimento dos famintos. O assunto era proibido e/ou pouco discutido (Castro, 1984).

Tratava-se de um problema político que não queriam expor. Algo vergonhoso diante de tanta riqueza produzida no mundo. No início do século passado, o desconhecimento ou poucos estudos sobre a situação alimentar no mundo, e mesmo assim, sob aspectos muito especializados, era um dos maiores obstáculos para o enfrentamento da fome (Castro, 1968).

De lá para cá, o mundo sofreu grandes transformações. Há pesquisas e produções científicas que abrangem múltiplos conteúdos e áreas do saber humano. O que parece não ter mudado muito foi a ambição ilimitada da estrutura de poder. Hoje, talvez, o seu movimento em direção ao lucro esteja mais célere e sofisticado, mas a conspiração permanece firme e dedicada a favor da fome. Porém, essa estrutura de poder já não consegue evitar, como antes e por muito tempo, a propagação de graves violações a direitos humanos. No mundo digital do século XXI, em que as comunicações instantaneamente, as grandes corporações podem até tentar calar o povo (fala-se de países democráticos), mas a tarefa se mostra mais difícil e trabalhosa. Lado outro, têm condições financeiras e políticas para direcionar os resultados de estudos e pesquisas, criar teses que distorcem a realidade dos fatos, ludibriar os famintos e que os defendem e, ainda, cooptarem representantes estatais. Há muitos exemplos disso na história mundial e deste país no âmbito da retroalimentação e da reinvenção atreladas às nefastas engrenagens da economia de mercado e da captura do Estado pelos interesses privados de grandes grupos[17].

Josué de Castro já havia alcançado uma compreensão singular sobre as regras desse jogo, seu eixo, seu móvel e como o mundo gira em função do dinheiro[18]. Essas e tantas outras ideias e reflexões sobre a fome sobrevivem em suas obras, como as que compõem "GEOGRAFIA DA FOME (O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO)", cuja narrativa associa a conjuntura socioeconômica do Brasil à ineficaz atuação estatal do período de 1930 a 1960 (Castro, 1984).

Como salientou Mello (2003, p. 4): o "que podemos fazer não depende mais de Castro ou de uns poucos admiradores. A missão envolve a todos. É mais uma lição que ele soube nos dar".

[17] Apesar de a teoria da captura ser compreendida originalmente a partir da relação de agências reguladoras e entes regulados (prestadores privados de serviços de interesse público), é possível inseri-la num contexto mais abrangente, considerando-a no sentido *lato sensu* quando o Estado é cooptado por grupos que fazem valer os seus interesses na esfera governamental em áreas não reguladas. Ao Brasil é possível aplicar esse entendimento quando o ambiente institucional atuar no sentido extravasar o papel do Estado frente a demandas econômicas de grandes setores privados (SILVA, 2017, p. 71-72).

[18] Tamanhas mudanças no mundo que no século XXI, as moedas metálicas e de papel permanecem em circulação física, no mercado já se usa o dinheiro eletrônico, devidamente instituído e regulamentado pelo Banco Central, diferentemente da denominada criptomoeda, ativos privados e que circulam na clandestinidade (MOEDAS, 2023).

Em 2022, é preciso recordar o seu pensamento, fazer uma releitura e utilizar o resultado dessa operação para dissertar sobre a fome e seu agravamento, a partir de 1930, como decorrentes da atuação dos homens, daqueles que se dizem representantes políticos e institucionais e que deveriam harmonizar os interesses públicos e privados e, durante essa tentativa, reduzir desigualdades e preservar direitos fundamentais e sociais, tal como o direito à alimentação. Sobre tudo isso repousa a contemporaneidade de sua obra.

Pela importância representativa de “GEOGRAFIA DA FOME (O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO)”, algumas de suas ideias-chave formam o referencial teórico deste trabalho. Mas antes de conhecer o pensamento, é preciso conhecer o pensador e o seu lugar de sua fala. A trajetória de vida e profissão de Castro se mostra imprescindível para demonstrar a relevância teórica e prática de suas lições para o estudo da insegurança alimentar no Brasil de hoje (2021-2022), a partir de um olhar ao passado (1930-2020). Para facilitar o desenvolvimento do trabalho, a partir da próxima seção, passa-se a tratar a obra e o autor simplesmente pelos nomes respectivos: Geografia da Fome e Castro.

1.2 JOSUÉ DE CASTRO: VIDA, PROFISSÃO E O LEGADO DE SUA OBRA

Há farta literatura sobre a biografia do autor de Geografia da Fome. Aqui se encontra uma seleção de dados e informações extraídos de alguns livros, cujas fontes estão citadas conforme as regras científicas de praxe. Diferentemente, daqueles retirados do site Intérpretes do Brasil, da Cátedra Josué de Castro e do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro.

Não é difícil observar que tudo na vida parece ter um termo inicial e um final, que vez ou outra surgem a partir de certos eventos. Talvez isso tenha ocorrido com o estudioso para justificar sua insistente atuação contra a pobreza, as desigualdades socioeconômicas e a fome. A questão da dualidade faria parte de sua história profissional. Dinamizar a Agricultura (pão) ou a Indústria (aço)? Temos desenvolvimento ou subdesenvolvimento? Estas e outras indagações que pairaram em sua produção e discursos científicos, bem como atuação político-institucional.

Josué Apolônio de Castro nasceu em Recife, aos 5 de setembro de 1908. Quando menino pobre, testemunhou a impressionante luta pela sobrevivência travada entre o homem e os caranguejos nos manguezais da cidade, marcada por profundos contrastes (Castro, 1984).

Sobre a origem dessa história, que depois se transformou em um livro intitulado “Homens e caranguejos” (1966), revelou o próprio autor (1967, p. 12):

> Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. A fome se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis do Recife – Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta foi a minha Sorbonne.

Aos 21 anos formou-se em medicina. Alguns anos depois, obteve um título de bacharelado em filosofia. O médico e filósofo ainda era poliglota e autodidata em outras áreas do saber humano. A história a seguir é figurinha carimbada em estudos sobre Castro. Mas de tão significativa para a compreensão da atuação estatal da Era Vargas, impossível não a mencionar. Em 1930, Josué foi contratado pelo proprietário de uma fábrica têxtil para avaliar as condições médicas dos operários. Ao final do trabalho, concluiu que a fome era a responsável pelas doenças e baixa produtividade deles. Esta experiência o estimulou a realizar, dois anos depois, um Inquérito sobre “As Condições de vida da classe operária no Recife: estudo econômico de sua alimentação” (Batista; Soares, 2017).

Como enfatizaram Fernandes e Gonçalves (2007, p. 21): “o estudo pioneiro no país (...) serviria de modelo para investigações semelhantes, nos anos de 1930 e 1940, em outros Estados da federação”. Desde sua tese de livre-docência pela Faculdade de Medicina de Recife, a que nominou “O problema fisiológico da alimentação no Brasil” (1932), não parou mais de produzir para a ciência, a exemplo de um artigo publicado na Revista de Medicina de Pernambuco sobre “O metabolismo basal e o clima”, que também teve grande repercussão (Andrade, 1997).

Em 1946, publicou Geografia da Fome, relevando ao mundo os efeitos, as vítimas e a gravidade da fome em regiões brasileiras. A obra rendeu-lhe o Prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras, no ano de 1947, por conta do pioneirismo de consolidar e sistematizar dados e informações sobre a situação alimentar e nutricional da população. No ano de 1951, o escritor veiculou uma análise panorâmica da fome no mundo. A obra, “Geopolítica da Fome”, foi reconhecida como o livro do ano pela Fundação Roosevelt, da Academia Americana de Ciência Política (1953). O livro e outros tantos que se seguiram, “terminaram por identificar o autor com o tema central de suas obras” (Andrade, 1997).

O seu engajamento e disposição para eliminar a fome no mundo, levou-o à presidência do Conselho Executivo da FAO, na qual permaneceu até o final de 1956. Naquela época, foi aconselhado a desistir da segunda recondução, pois sua postura crítica e humanizada já incomodava algumas autoridades. A trajetória de Josué não foi delineada apenas por glórias. O estilo de escrita dura e direta, e avesso a padrões acadêmicos, sofreu duras críticas de grupos conservadores, políticos, intelectuais e acadêmicos. A sua atuação política, defesa das minorias e uso de diferentes disciplinas nos estudos e pesquisas causaram sérias divergências com geógrafos brasileiros (Mendonça; Abrão, 2020).

Figura 1: Posse de Josué de Castro como Presidente do Conselho Executivo da FAO-ONU em 1952.

Fonte: https://geografiadafome.fsp.usp.br/carta-de-anna-maria-de-castro-em-homenagem-ao-pai/.

Conforme Fernandes e Gonçalves (2007, p. 23): “Em 1960, presidiu a Campanha de Defesa contra fome promovida pelas Nações Unidas, advogando como primeiro direito do homem o de não passar fome”. Mais tarde, Josué tornou-se embaixador do Brasil na ONU, mas, com o golpe militar[19] foi afastado do posto e teve os direitos políticos cassados. Impedido de voltar a sua terra natal, residiu em Paris e continuou a exercer atividades intelectuais. Pelo trabalho e importante papel desenvolvido no cenário mundial, recebeu três indicações ao prêmio Nobel de Medicina (1954) e da Paz (1963 e 1970). Em 1973, publica um importante artigo[20] sobre ameaças e impactos ambientais no mundo. No mesmo ano, falece aos 65 anos, sem conseguiu realizar o senho de retornar à terra natal com a esposa e os filhos.

Valendo-se da expressão de Mello, o “gigante multifacético” (2007, p. 21) era um homem da ciência, que caminhava sobre bases racionais, mas também um sonhador, dotado da dose certa de ingenuidade para pensar um mundo com mais justiça social. Há quem sustente que Josué não teria sido o precursor nos estudos sobre a fome no Brasil, havendo estudos anteriores de autoria do farmacêutico cearense Rodolfo Marcos Teófilo em 1880 (Vasconcelos, 2005; Leme, 2021).

Independentemente de quem tenha influenciado direta ou indiretamente as discussões sobre a fome na primeira metade do século XX, sobretudo no período pós-guerra de 1945, ou se foram aspectos político-administrativos que tornaram a temática tão fecunda para importantes reflexões sociais, não se pode negar que Josué contribuiu significativamente para

[19] O presidente João Goulart foi deposto em 31 de março de 1964, que se estendeu até 1º de abril de 1964, quando iniciou-se a ditadura militar no Brasil (SÓ HISTÓRIA, *on line*).

[20] “Subdesenvolvimento: Causa primeira da poluição” foi publicado pela revista Correio da UNESCO, ano I, número 3.

os avanços verificados na temática no mundo. Mais que cumprir protocolos profissionais e institucionais, tomou como missões de vida informar, despertar a consciência e alertar o mundo para as consequências desastrosas do flagelo da fome. Josué já não vive entre nós como antes, mas nos estudos, pesquisas e publicações posteriores, que inspirou e impulsionou.

Em seu nome e de sua causa uma infinidade de iniciativas e propostas já foram deflagradas. Os seus ensinamentos reverberam pelo mundo a fora, agora em Goiânia. Como registrado em linhas volvidas, antes de conhecer o pensamento, é preciso conhecer o pensador. Josué já não é mais um estranho. Agora, voltemo-nos à Geografia da Fome, que constitui o embasamento teórico 1 deste trabalho.

1.3 FOME: PRODUTO DO PRÓPRIO HOMEM CONTRA SEU SEMELHANTE (1930-1946)

Josué tem um rol extenso de trabalhos expressivos. A fome quase que monopoliza as reflexões na maioria deles. Geografia da Fome faz parte desse universo. Antes, porém, de falar sobre a obra, mister contextualizar sua narrativa, a fim de concernir suas considerações sobre a fome no Brasil de 1946 até 1960, notadamente seus aspectos socioeconômicos e políticos.

O título da obra e o dilema da dualidade “pão ou aço” em 1946

Por meio de Geografia da Fome, o pesquisador retratou o flagelo em solo brasileiro e introduziu inovações teóricas, metodológicas e de perspectiva que abalaram as bases do pensamento científico do século XX. Discorrer sobre “a mais terrível das calamidades sociais”, como ele mesmo dizia (1968, p. 25) e, ainda, propositalmente silenciada pelos poderes, pela própria ciência, inclusive, teria que produzir certos “estragos” mesmo.

E se a sua intenção dele foi romper paradigmas, ao descortinar problemas estruturais da sociedade brasileira, como os produzidos pelo flagelo da fome, conseguiu, a começar pelo título. A escolha não foi aleatória, mas uma engenhosa estratégia literária, a altura de um “Combatente da Fome[21]”. A soma das palavras “GEOGRAFIA” e “FOME” foi suficiente para causar estranheza em muita gente. Mas o autor prestou os devidos esclarecimentos no prefácio da própria obra e complementou em outra, “Geopolítica da Fome”, tão importante quanto a primeira, em repercussões, inclusive. Quanto ao título “GEOGRAFIA DA FOME”, a palavra “GEOGRAFIA” não detinha o sentido usual, de riquezas da terra e vitórias do homem, nem

[21] A expressão faz parte do título da obra “O Combatente da Fome: Josué de Castro: 1930-1973”, de Maria Gusmão de Mendonça e publicada em 2021.

mesmo o sentido da Geografia Humana, voltada aos brilhantes resultados da atuação humana sobre a natureza. A “GEOGRAFIA DA FOME” visava estudar outro aspecto das relações do homem com o meio: suas misérias e seus fracassos. A terra de que trata não alimenta o homem, mas é alimentada por ele. O “DILEMA BRASILEIRO”, por sua vez, que complementa o título, liga-se à expressão “PÃO OU AÇO” (subtítulo) e traduziu uma preocupação com os rumos da economia. O dilema da primeira edição da obra (1946) circunscrevia-se à dualidade de dinamizar a agricultura (“PÃO”) ou a indústria (“AÇO”). Naquela época, o Brasil ainda era considerado um por Castro um (1984, p. 38): “país tipicamente subdesenvolvido”, com característica econômica de tipo colonial, dependente da exportação de poucos produtos primários, dentre os quais se destacava o café” (Castro, 1968).

Josué falou do Brasil de 1930-1946, quando quis evidenciar seu subdesenvolvimento econômico, a partir de um inventário regional sobre a situação alimentar. O recorte temporal do estudo é revelado pelo próprio autor (1984, p. 38): “um retrato do Brasil de cerca de quinze anos atrás”. Eis, pois, o motivo pelo qual o ano de 1930 foi escolhido como marco inicial desta pesquisa para subsidiar, fática e teoricamente, a análise da agudização da fome noventa e dois anos mais tarde (2020-2022).

O Brasil de Geografia da Fome (1930-1946)

Sobre o ambiente nacional e internacional do qual nasceu Geografia da Fome, dissertou Castro (1984, p. 26):

> (...) foi pensada e escrita sob a influência psicológica da pesada atmosfera que o mundo vem respirando nos últimos vinte anos. Atmosfera abafada pela fumaceira das bombas e dos canhões, pela pressão das censuras políticas, pelos gritos de terror e de revolta dos povos.

De 1930 a 1946, o mundo sofreu graves crises econômicas e conflitos político-ideológicos que dizimaram milhões de pessoas. A queda da Bolsa de Nova York em 1929 e a Segunda Guerra Mundial, o holocausto[22] na Europa, inclusive, são exemplos representativos dessa pesada atmosfera. A par disso, o mundo viveu os ares da ideologia comunista[23],

[22] Foi o maior genocídio do século XX. O assassinato de milhões de judeus ocorreu nos anos de 1933 a 1945 (SÓ HISTÓRIA).

[23] O comunismo, segundo os seus idealizadores, Karl Marx e Friedrich Engels, seria a última fase da formulação teórica que denominaram socialismo científico. A primeira delas seria o socialismo, por meio do qual os trabalhadores conduziriam o processo, derrubando o Estado e assumindo os meios de produção, com o fim de eliminar as opressões e explorações humanas advindas do capitalismo. A fase seguinte viria com a implantação do comunismo para a construção de uma sociedade alternativa baseada na igualdade. Na prática, a teoria marxista nunca saiu do papel. No século XX, nenhuma das nações que adotaram o socialismo alcançaram o estágio de

centralizada pela União Soviética[24] (Só História, *online*). Esses eventos ecoaram no Brasil e produziram significativas mudanças em sua estrutura política e econômica. O período do Brasil de Geografia da Fome (1930-1946) é delimitado pela primeira fase do governo de Vargas até sua deposição pelos militares.

Para a entender o estado da (in)segurança alimentar de que trata a obra, faz-se necessário retroceder a algumas páginas da história, numa viagem em sentido inverso, para relembrar os principais aspectos histórico políticos, jurídico-legislativos, econômicos e sociais do país naquele período. Vale esclarecer que este trabalho não se constitui numa investigação histórica, mas o atendimento da proposta dissertativa depende de uma imersão pontual, talvez, com algumas irresistíveis particularidades! O elucidativo e pequeno desvio, alguns anos atrás do marco temporal (1930-2022), visa compreender a realidade brasileira que se busca retratar, notadamente em razão do recorte demográfico com que se trabalhou.

Extrai-se da história brasileira as raízes da fome do seu povo. Sua origem, desde o período colonial, nos séculos XVI até o XIX, quando se priorizava o mercado exportador de matérias-primas e se limitava a riqueza da colônia nas mãos de poucos proprietários de terras. Além disso, o mercado interno sofria com a complicada estrutura geográfica, notadamente o transporte dos alimentos, o que causava elevação dos preços e crises no abastecimento. A população mais carente ficava à mercê da monocultura e sofriam graves restrições alimentares e nutricionais (Silva; Sá, 2006).

No início do século XVIII, o Brasil vivenciou 25 anos de fome e outros anos depois de muita penúria. A resposta para o problema estava nas relações entre o produtor mercantil e o consumidor interno, uma vez que o comércio colonial se mostrava mais vantajoso, relevando à pobreza os pequenos agricultores. Com a produção preponderantemente voltada para o mercado externo, o sistema econômico não permitiu a diversificação das atividades ao longo dos séculos XVIII e XIX. Os alimentos eram escassos e de difícil acesso. Outros fatores concorreram para o cenário de fome na época. As oscilações climáticas, como as secas, foram responsáveis pela morte de milhares de pessoas (Rocha; Guedes, 2006).

Segundo Cavenaghi e Alves (2018, p. 17): “Até 1888, a única monarquia das Américas se sustentava em uma sociedade escravocrata, atrasada e pobre”. Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o sistema político e econômico do país alterou-se

transformação idealizado. Não obstante o significado, o termo comunismo passou a ser usado durante a Guerra Fria apenas para associar tudo o que envolvia o governo da Rússia (História do Mundo).

[24] A antiga Rússia foi transformada em União Soviética em 1922. No século XX era a maior e mais poderosa nação socialista. Deixou de existir em 1991, fragmentando-se em 15 nações (História do Mundo).

imensamente. Abolido o trabalho escravo, iniciou-se o deslocamento de pessoas do meio rural para as cidades. A intensificação desse processo de migração se daria somente nos cem anos seguintes. De acordo com a Diretoria Geral de Estatística[25], o Império do Brazil[26] tinha uma população presente[27] de 14,33 milhões, sendo pouco mais de 7,2 milhões de homens e 7,09 milhões de mulheres, espalhados por vinte e um Estados. Do total, 12,21 milhões analfabetos, cerca de 85% como um todo (IBGE, 1890).

No dia 24 de fevereiro de 1891, o Brasil ganha uma nova Constituição, a qual vigorou até 1934. A nação brasileira passa a ser chamada de Estados Unidos do Brasil[28], uma república federativa presidencialista. Além de representar o fim da monarquia, a Constituição Federal de 1891 (CF/1891) estabeleceu as bases político-administrativas atuais[29]. Com ela, a religião católica perde o *status* de religião oficial, o casamento se torna civil e a inviolabilidade de direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade passam ao *status* de garantia constitucional. A nova ordem jurídica, aparentemente justa e equilibrada, na prática, excluía minorias e favorecia a elite agrária, principalmente os cafeicultores paulistas.

Extrai-se da leitura dos noventa e um artigos da CF/1891 que o legislador constituinte originário não impôs ao Estado obrigações prestacionais de caráter assistencial a populações carentes. A grande massa da população ficava à mercê da própria sorte mesmo, da caridade pública ou da dádiva dos protagonistas políticos do período. O resultado não poderia ser outro, senão a sua disseminação em termos dramáticos. O caso mais emblemático do período foi Canudos. O descaso das autoridades públicas levou à morte de mais de vinte e cinco mil pessoas. A migração de grande quantidade de pessoas pobres, fugindo da seca nordestina, foi considerada uma ameaça à ordem republicada (Eugênio, 2017).

Nesse contexto, destaca-se ainda que, embora a CF/1891 tenha instituído o voto, não secreto, para cidadãos maiores de vinte e um anos, pondo cabo ao denominado voto censitário ou por renda[30], permaneceram alijados do processo eleitoral federal os mendigos, os analfabetos e as mulheres. Portanto, essas categorias ficaram sem representação política e, consequentemente, do direito a uma fatia da riqueza nacional.

---

[25] Foi o primeiro órgão oficial de estatística criado no Brasil (IBGE, Almanaque do Censo Demográfico, 2022, p. 27).
[26] Na época vigorava a Constituição Política do Império, de 25 de março de 1824.
[27] Até 1960, a unidade de coleta era a população presente. O total abarcava brasileiros e estrangeiros presentes. Depois disso, passou a ser a população residente (IBGE, SIDRA).
[28] De 1889 até 23 de janeiro de 1967, o país se chamava oficialmente Estados Unidos do Brasil. Isso é verificado o artigo 1º da Constituição de 1946. Com a Constituição de 1967 (24/1/1967), passou a ser República federativa do Brasil (artigo 1º). A Constituição Federal de 1988, vigente até os dias atuais, manteve o nome (artigo 1º).
[29] A referência é 2023.
[30] Aquele concedido apenas aos cidadãos que atendessem a determinados critérios econômicos (TSE, 2022).

Até o início da segunda metade do século XX, a população brasileira era predominantemente rural. Envoltos a movimentos populares contra as péssimas condições de vida e pressionados pela busca de soluções, os governos foram lentamente gestando para reduzir a miséria e melhorar o abastecimento alimentar nativo. Em 1920, o Brasil já eram 30,6 milhões de habitantes presentes, segundo o Recenseamento Geral (IBGE, 1940). Naquela época, o movimento migratório voltava-se para regiões agrícolas. A partir da década de 1930, a rota de milhões de pessoas passa a ser os grandes centros urbanos. Os fluxos migratórios internos se tornam mais regulares e intensos a partir de 1940. O motivo mais comum era a busca por melhores de condições de vida. O êxodo rural, somado a outros fatores, deflagrou o processo de urbanização[31]no país. Em 1930, eram 41,1 milhões de habitantes, distribuídos em cinco regiões[32]. O Rio de Janeiro era a capital federal (IBGE, 1940).

Desde o século XVIII, a economia brasileira era voltada para a exportação de alguns produtos agrícolas, como o próprio Castro registrou em sua obra. Com o fim do ciclo do ouro[33], tempos áureos para Estados como Minas Gerais (MG), houve a necessidade de se diversificar a economia, para abastecer o mercado interno, inclusive. O que o Brasil não produzido no solo era objeto de importação. Da época colonial até 1930, a exportação do café se manteve como a principal atividade econômica do país, com destaque para São Paulo (SP). MG passou a explorar suas potencialidades minerais, como o ferro, o que poderia ser usado para a siderurgia (Farias, 2014). O destaque da produção agrícola na economia refletia os polos do poder político. Desde 1889, as elites oligárquicas dos Estados de SP e de MG mantinham uma aliança[34] de alternância no poder, a fim de assegurarem políticas favoráveis aos seus interesses lucrativos. Com a crise de 1929, os preços do café caíram significativamente, afetando as exportações do produto, além das importações de produtos industrializados das quais o país era dependente (Só História, *online*). Temendo as consequências da conjuntura, o grupo paulista decidiu pôr fim ao acordo e indicou outro candidato para a sucessão política. MG se uniu a outros Estados e formaram outra aliança, que contou com a participação de militares, e lançou o nome do gaúcho Vargas. Em 1º de março de 1930, o voto popular deu vitória ao candidato paulista. A validade

[31] Traduz-se no aumento da população em zonas urbanas em detrimento das zonas rurais.
[32] Na década de 1930 existiam inúmeras divisões e por isso houve a necessidade de se estabelecer um padrão oficial. A divisão inicial foi escolhida pelo Ministério da Agricultura para organizar os dados estatísticos do Anuário Estatístico do Brasil publicado em 1938 (Centro, Este, Nordeste, Norte e Sul). O IBGE foi criado em 1936 e passou a ser o órgão responsável pela divisão territorial e regional. A mais atual foi criada na década de 1970 e divide o Brasil em 5 grandes regiões: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul (CONTEL, 2014).
[33] A história da economia brasileira costuma ser contada a partir da exploração das seguintes atividades: pau-brasil (1500-1530); cana-de-açúcar (segunda metade do século XVI até o final do XVII); ouro (século XVIII); algodão (século XVIII até o começo do XIX); borracha (final do século XIX e início do XX); e café (1870-1930).
[34] Era conhecida como “Política do Café com Leite”.

da eleição foi rejeitada. A par disso, cresciam reinvindicações de outros Estados e de outros setores econômicos. O clima de insatisfação era geral e foram decisivos para a mudança de curso do país. Como Washington Luís não pretendia renunciar, acabou sendo deposto em 24 de outubro de 1930 (Farias, 2014). Vargas sobe ao poder, pondo fim à política da República Oligárquica em 3 de novembro de 1930 e ergue a bandeira da industrialização como o caminho para o progresso brasileiro, exatamente como desejava MG. A ascensão do Estado intervencionista, pautado no modelo desenvolvimentista nacional, ocasionou uma expansão da taxa de investimento público, com o escopo de promover a transformação estrutural e o crescimento econômico pela ação do setor produtivo estatal, o que se deu por meio da industrialização (IPEA, 1990).

Observa-se que assim como os movimentos políticos anteriores, o fim da Primeira República (1889-1930) não contou com a participação das camadas populares, mas teve como base de apoio dos coronéis e dos governadores. Sobre o ponto, observa Holanda (1995, p. 56): “É curioso notar que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo”. Vale lembrar que a participação política nos rumos do país vincula-se ao grau e extensão dada às liberdades políticas, como oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, entre outras nuances (Sen, 2010). O ponto é relevante no contexto porque a vulnerabilidade política, relativamente à baixa representatividade política de certos nichos da sociedade liga-se diretamente ao déficit de direitos e garantias. O fator político, sem dúvida alguma, interfere no processo de criação e gozo de normas e, consequentemente, na justiça e bem-estar sociais (Ehrhardt Jr.; Lobo, 2021). De Vargas para frente o que se tem é um movimento expansivo do direito ao voto, sua suspensão em fase posterior e sua dilação total quando a política se torna eminentemente democrática.

A Era Vargas compreendeu o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945)[35]. Ao assumir o comando do país, revogou a CF/1891, passando a exercer o poder de mando no Brasil por meio de simples decretos. Foram dezenove anos de governo, sendo quinze anos ininterruptos, com diferentes estágios estratégicos, ditadura, inclusive. Os anos de 1930-1945 representam o período transitório entre a República Oligárquica e a Democracia Populista e, segundo Forjaz (1984, p. 1): “encerra transformações profundas na estrutura de classes da sociedade brasileira, na configuração do Estado e no sistema econômico no Brasil”.

[35] SÓ HISTÓRIA. Disponível em: https://www.sohistoria.com.br/. Acesso em: 2 jun. 2023.

Ao se volver para os recentes problemas econômicos do país, Vargas conseguiu driblar os efeitos advindos com a crise de 1929. Num primeiro momento, face às dificuldades enfrentadas pela oligarquia cafeeira, seu governo não teve condições de minimizar ou arcar com os prejuízos. Os empréstimos internacionais estavam suspensos e as reservas cambiais foram tragadas pela fuga de capitais estrangeiros. Para reduzir a oferta e conter a queda dos preços do café, Vargas determinou a queima de 70 milhões de sacas de café (Só História, *online*).

Com a baixa dos preços do café e da exportação, os produtos fabricados pelo Brasil se tornaram mais vantajosos. A agricultura continuou sendo a protagonista nas exportações até 1970, mas agora com uma maior diversificação no mercado nacional. A substituição de importações permitiu o desenvolvimento de uma industrialização extensiva (Furtado, 1984).

Até 1930, a produção industrial no Brasil era inexpressiva e precária, notadamente em razão da dependência de matérias-primas e máquinas do exterior. As poucas indústrias existentes eram extrativas e de transformação (IBGE, 2007). Agora, com forte redução das importações, a produção industrial destinada exclusivamente ao mercado interno passou a ser a principal renda do país. Dentro desta conjectura, a economia brasileira se recupera da crise de 1929 e a acumulação industrial torna viável o seu crescimento a partir de 1933, momento em que já se pode falar de industrialização. Há notável expansão da produção industrial até 1955 (Fernandes; Paiva, 2022). Leciona Munhoz (1997, p. 59):

> A história da economia brasileira registra que o país apresentou, nas seis décadas que se seguiram à eclosão da crise de 1929, uma taxa de crescimento excepcionalmente elevada — próxima de 6,0% ao ano, resultando na quintuplicação do produto real *per capita*. (...). Poder-se-ia dizer que o período pós-30 da história econômica brasileira se caracterizaria por três grandes saltos qualitativos: o primeiro foi o processo de industrialização que se consolidou no bojo da própria crise; o segundo se liga à modernização industrial na segunda metade dos anos 50; e o terceiro, a transformação na estrutura das exportações do país, ao longo dos anos 70 e 80, com os produtos industrializados respondendo atualmente por cerca de 3/4 do total das vendas externas.

Conforme Cavenaghi e Alves (2018, p. 17): “Após a chamada Revolução de 1930, o Brasil acelerou o passo para deixar para trás uma sociedade predominantemente rural e agrária, com alto índice de analfabetismo e baixo nível de cidadania”. Uma visão retrospectiva da história econômica brasileira revela fases de turbulências, marcadas pela inflação, com reflexos negativos nos preços e, consequentemente, no custo de vida da população. A inflação no Brasil é um problema que acompanha o seu histórico econômico, principalmente no século XX. Com os impactos da crise de 1929, houve desemprego em massa. A partir de 1930, há uma expansão do ensino em razão da crescente demanda. Entretanto, isso se dá de maneira deficiente, tanto no aspecto quantitativo, pertinente à oferta insuficiente, ao baixo rendimento do sistema e à

discriminação social acentuada; quanto estrutural, no que se refere ao formato arcaico e inadequado para as necessidades sociais e econômicas de uma sociedade industrial. As mudanças somente se processaram a partir de 1964 (Romanelli, 1986).

A fome no país começou a ser estudada e debatida no século XIX, com focos em hábitos alimentares e doenças carenciais, por meio de teses científicas. O século XX, por outro lado, registra uma série de descontinuidades da trajetória da segurança alimentar e nutricional na agenda governamental brasileira, além de impactos sociais. Lecionam Belik, Silva e Takagi que (2003, p. 13): "Até a década de 1930, os problemas de abastecimento estavam associados à questão da oferta de alimentos para a população que crescentemente se dirigia às metrópoles".

O enfrentamento da fome inicia-se com estrutura mais fortalecida com Vargas, após os estudos publicados por Castro, quando a fome passou a ser debatida não somente como um problema de saúde, mas também social. Embora autores já tenham situado a questão da fome no Brasil dentro do processo histórico de formação da sociedade brasileira e sua emergência no início do período colonial, os primeiros estudos sistematizados sobre hábitos alimentares e doenças decorrentes de carências nutricionais, datados do século XIX, mostram que uma política social específica surgiu a partir da Ditadura Vargas, de 1937-1945 (Vasconcelos, 2005).

Deflui-se da década de 1930 ações e medidas que influenciaram o surgimento e implementação de propostas inovadoras no campo da nutrição. Os primeiros instrumentos específicos de política social de alimentação e nutrição foram instituídos ao longo do governo de Vargas, a exemplo do estabelecimento do salário-mínimo na Constituição de 1934, por meio do Decreto nº 399, de 30/4/1938, com a finalidade de amenizar as dificuldades com o acesso à alimentação (Vasconcelos, 2005).

Depois dos estudos e inquéritos alimentares realizados por Castro, outros estudos similares foram realizados e as precárias condições da classe trabalhadora passaram a ser amplamente denunciadas (Vasconcelos, 2005; Batista; Soares, 2017). O cenário de enfrentamento da fome como um problema socioeconômico e político foi marcado por mobilizações, estudos e pesquisas na área, nacionais, com repercussões internacionais. Na sequência, o presidente gaúcho criou em 1940 o Serviço de Alimentação da Previdência Social, subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, destinado à melhoria das condições nutricionais da classe trabalhadora (Fogagnoli, 2011).

Em linhas gerais, o governo de Vargas teve um perfil nacionalista, centralizador, intervencionista e populista[36]. Direcionou grandes investimentos para o setor industrial e

[36] Nome atribuído por seus adversários, em razão de sua trajetória com ações em prol da sociedade, endereçando especial atenção aos trabalhadores.

priorizou áreas como infraestrutura. Comandava o país de maneira estratégica. Enquanto amolecia os corações dos patrióticos, reprimia movimentos sindicais e qualquer ideologia progressista de esquerda (Memorial da Democracia, *online*). Os programas decorrentes da legislação social de Vagas eram técnicas enganosas usadas de forma estratégica para canalizar a energia dos grupos emergentes. Era compreensível o apoio a quem prometia garantia de emprego e oportunidade de habitação subsidiada. Conseguia controlar os trabalhadores e a relação dos sindicatos com os empresários. No ponto, criou a legislação sindical brasileira. Não foi sua criação, mas tem origens remotas no período imperial (Garschagen, 2020). Embora as medidas se direcionassem à massa proletária e tivesse como objetivo protegê-la de uma excessiva pauperização, as condições efetivas de vida de algumas categorias não melhoraram nos anos de 1930 a 1945 (Junqueira, 1981).

Em 1932 editou o Novo Código Eleitoral, com o voto secreto estendido o direito para as mulheres. O voto é universal e obrigatório a partir dos 18 anos, sendo direto, segredo e por maioria dos votos. Apesar do avanço, a vedação do voto aos mendigos e analfabetos é mantida (Memorial da Democracia, *online*).

Seu governo autocrata, concretizado por meio de decretos, deflagrou a Revolução Constitucionalista de 1932, que levou à elaboração da Constituição de 1934, a qual passou a prever expressamente no artigo 2º o princípio da soberania popular nos seguintes dizeres: "todos os poderes emanam do povo e em nome dele são exercidos. O novo texto avançou um pouco mais que seu antecessor, no tocante aos direitos eleitorais e trabalhistas, como a instituição do salário-mínimo, o repouso semanal, as férias anuais remuneradas. Entre outros progressos, uma nova estruturação da Justiça no país, com a instituição da Justiça do Trabalho e do Ministério Público, além de ações judiciais como o mandado de segurança e a ação popular (STF, *online*).

Quem imaginaria, com os ideais de desenvolvimento do país por meio da industrialização, foi conveniente para o Estado estimular o trabalho feminino. Houve o fenecimento da família patriarcal. Seria inadequado manter as mulheres exclusivamente donas-de-casa. A mulher se transforma em uma questão de Estado. Precisou dar-lhe importância no mundo do trabalho, mas preservar suas obrigações domésticas (Ostos, 2012).

Embora a Carta de 1934[37] tivesse incumbido o Estado de cuidar da assistência social e da saúde, de amparar as pessoas que estivessem em indigência, com proteção especial à família, especialmente as de prole numerosa, a realidade se distanciava muito da escrita do papel. Destaca-se que, embora o legislador constituinte tenha desviado o olhar do ordenamento

[37] Artigos 5º, inciso XIX, "c"; 10, inciso II; 34; 138, "d"; e 144.

jurídico nacional da propriedade para a pessoa humana somente em 1988, sua noção já estava incorporada no constitucionalismo brasileiro. E mesmo assim não foi suficiente para proteger a população mais vulnerável.

A CF/34 durou pouco, apenas três anos, sendo revogada tacitamente pela Constituição de 1937 (CF/37), a qual foi outorgada por Vargas para consolidar o Estado Novo e sua ditadura no país. Na segunda fase do seu governo, Vargas, após pronunciamento em rede de rádio, lançou um Manifesto à Nação, em 10 de novembro de 1937, anunciado um golpe de Estado. As tensões sociais, políticas e econômicas foram a justificativa ideal para que Vargas desse mais um dos golpes registrados na infâmia história brasileira. A repressão política foi institucionalizada. Sua legalização também foi verificada durante o regime militar de 1964 a 1984, embora a ditatura de Vargas tenha sido mais violenta (Garschasen, 2020).

O interregno de 1930-1964 caracterizou-se, do ponto de vista econômico, pela atuação estatal voltada aos investimentos diretos nos setores de infraestrutura e da indústria de base.

Durante o governo, longos e terríveis anos, Vargas suspendeu eleições, fechou o Congresso, amordaçou a imprensa, atropelou os direitos civis, as cadeias se avolumaram de presos políticos. Qualquer crítica ao governo era calada e da pior forma possível, com forte repressão, censura e uso da tortura como arma política. A propaganda oficial divulgava incessantemente a figura do presidente. A CF/37 foi inspirada nos regimes totalitários europeus em ascensão no período imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial (STF, *online*).

Nessa época, Vargas muda sua estratégia política e passa a dialogar mais de perto com os trabalhadores. Não à toa que movimentou a máquina para implementar uma abrangente política de direitos sociais e trabalhistas, passando a ser conhecido como o "pai dos pobres".

Em 1940[38], o Brasil possuía uma população de fato de 41.2 milhões. Eram 10,6 milhões homens e 20,6 milhões de mulheres, que passaram a ser a maioria da população. Daquele total, 26,1 milhões eram brancos e 14,7 milhões pardos/negros[39]. Deste universo, 7,4 milhões eram mulheres. Sabiam ler e escrever 13,2 milhões, a maioria homens. Eram mais de 11 milhões de mulheres analfabetas. O Estado mais populoso era SP, com 7,1 milhões de pessoas (IBGE, 1940). Nessa época [40], apenas 31,3% dos brasileiros viviam em áreas urbanas. Nenhuma região tinha atingido 50% no nível de urbanização (IBGE, 2007).

[38]Os dados foram extraídos da Sinopse preliminar do censo demográfico 1940 (Dados Gerais), pertinente ao V Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1940, quinto do censo populacional (IBGE, RJ, de 29/5/1946). Desde então, a pesquisa passou a ser decenal, com exceção dos anos de 1910 e 1930 (levantamentos suspensos), 1990 (adiamento para 1991), e 2020 (adiamento por causa da covid-19).

[39] Consta do levantamento 41,9 milhões de pessoas de cor não declarada (CENSO, 1940).

[40] Quando a população passou a ser legalmente dividida entre urbana e rural (IBGE, Evolução da Divisão Territorial do Brasil, 2010).

Quanto à escolarização do período, assinalam Cavenaghi e Alves (2018, p. 24): “na década de 1940, dois terços das mulheres eram analfabetas”. Isso significava 67,2% de mulheres analfabetas, contra 58,95% de homens (IBGE, 1940).

No governo inicial de Vargas, o Estado passou a assegurar o seu financiamento público com o advento da CF/34 e da CF/46. Modificações legislativas substanciais ocorreram a partir das décadas de 1940 e 1950. Num primeiro momento, buscou-se a unificação nacional das orientações no campo educacional elementar. A preponderância dos gastos com o ensino primário na década de 1930 perdeu campo para o ensino superior sete anos mais tarde. Inicialmente, a educação no país era subdividida entre o ensino técnico e primário para o povo, e o ensino secundário e superior para a elite. Era uma herança da Velha República. A primeira volta-se para a formação das classes dirigentes, a outra para a mão-de-obra. Assim permaneceu até o ano de 1960. Sob a perspectiva econômica, devido aos efeitos da Segunda Guerra Mundial, o primeiro ciclo inflacionário no país ocorreu na década de 1940. Poucos anos depois, com o congelamento das moedas estrangeiras, a inflação se manteve a índices moderados.

Entre as décadas de 1930 e 1950, o mundo constatou que o problema da fome não estava numa limitada produção de alimentos, mas na dificuldade do seu acesso. Geografia da Fome foi publicada em 1946, mas descoberto um cenário de fome e desnutrição desde 1930. Surgiu a preocupação de contar quantas pessoas passavam fome e sua localização geográfica. Os resultados fáticos do estudo de Castro revelaram os detalhes da geografia da fome brasileira, como adiante mostrado. Os estudos de Josué influenciaram a construção da política do salário mínimo no Brasil. Sua instituição ocorreu em 1940, como já mencionado em linhas volvidas. No mesmo ano, foi criada a Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS), também por idealização de Castro, após perceber a necessidade de complementação salarial do segmento (Evangelista, 2008).

Vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a SAPS destinava-se a fornecer comida boa e barata aos empregados. Dentre suas missões incluía a organização de uma rede de restaurantes populares nas principais cidades do país. Ressalte-se que o gozo de restaurantes comunitários se voltou apenas a trabalhadores e trabalhadoras, ou seja, pessoas no trabalho formal, o que de longe não representava a maioria da população da época.

Além da SAPS, da oficialização do salário-mínimo, ambos em 1940, a consolidação das leis trabalhistas em 1943, Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio (Brasil, 1943), formaram o arcabouço das políticas públicas mais relevantes do governo de Vargas.

Em 1930 vigorava os réis como unidade monetária nacional. Em 1942, os réis foram substituídos pelo Cruzeiro (Moedas do Brasil, *online*). Ao longo da história percebeu-se que o

valor fixado não era suficiente para satisfazer as necessidades basilares e individuais do trabalhador. Os reajustes quando ocorriam eram abaixo do custo de reprodução da força de trabalho. Para o trabalhador adquirir o que na época se chamou de ração essencial mínima, era preciso elevar significativamente o seu tempo de trabalho (Vasconcelos, 2005).

Devido a sua aposta no desenvolvimento do país por meio da industrialização, Vargas conduziu a política no sentido de reduzir investimentos em outras áreas, como na área habitacional. Não gerou empregos, mas agravou a situação. Como o progresso dependia da tecnologia, os trabalhadores não estavam preparados. O custo de vida agravou muito, com grande inflação dos gêneros alimentícios (Farias, 2014).

Somente a partir da segunda metade do século XX, devido a inúmeras transformações no mundo e que se refletiram no Brasil, somadas a fatores internos, o modelo econômico altera-se de agroexportador para uma configuração urbana-industrial (Fernandes; Fernandes; Paiva, 2022).

O apoio que Vargas recebeu no início passa a se destinar à implantação de um caminho mais democrático e liberal. A comoção popular era grande, especialmente após os bombardeios que atingiram navios mercantes brasileiros. Vargas se viu obrigado a atuar contra os regimes antidemocráticos. Manifestos, protestos, passeatas se tornaram frequentes, jornais passaram a desobedecer a censura. Em razão disso, no dia 22 de janeiro de 1945, o Congresso Brasileiro de Escritores, realizado no Teatro Municipal de São Paulo, reúne expressivos intelectuais e líderes políticos, de diferentes ideologias, religiosos e imprensa para reivindicar, abertamente, uma reorganização política no país e o fim do Estado Novo. Todos pela defesa da democracia, da liberdade de expressão, do voto livre e da soberania popular (Só História, *online*).

A Era Vargas iniciou após a Revolução de 1930 e finalizou quando foi deposto por militares do próprio governo. Ainda que quisesse, e ele quis, e mesmo com o “queremismo”, movimento de apoio a sua permanência no governo, a sua saída foi inevitável. Ficou difícil sustentar um governo autoritário e apoiar a bandeira da democracia ocidental com o pós-guerra. O Brasil sofreu um golpe do golpe, por integrantes da alta cúpula das Forças Armadas do Brasil em 29 de outubro de 1945 (Garschasen, 2020).

A par disso e de outros aspectos, observa-se que de Deodoro da Fonseca (1889-1891) a Washington Luís (1926-1930), passando brevemente por Vargas (1930-1933), houve pouco interesse estatal no combate à pobreza.

Com a ditadura militar, surge um Brasil com democracia restrita, caracterizada pela ausência da participação de setores e classes menos privilegiados. A presidência foi ocupada por José Linhares (1945-1946), por convocação das Forças Armadas. Era o presidente do

Supremo Tribunal Federal (STF) desde 26 de maio de 1945. No Estado Novo não havia vice-presidente e o Congresso já estava fechado há mais de sete anos. Para evitar celeumas jurídicos, manteve-se vigente a Constituição de 1937. O objetivo de Linhares era tão somente assegurar a realização da eleição e administrar o país até a definição do novo presidente. Em seu curto mandato, corrigiu abusos do Estado Novo, criou o Fundo Rodoviário Nacional, que garantiu a construção de estradas, dentre outras medidas (Garschasen, 2020).

A eleição esperada ocorreu em 31 de janeiro de 1946. O General Eurico Gaspar Dutra (Dutra) se sagrou vencedor e marcou o retorno da democracia no país. Entre 1946 e 1951, Dutra outorgou a Constituição Federal de 1946 (CF/46), a primeira experiência democrática da Quarta República. O seu texto retomou preceitos da CF/34, mas extinguiu a pena de morte e garantiu a liberdade de expressão, o direito de propriedade, entre outros. Fortaleceu a participação popular, estendendo o voto para todos os homens e mulheres maiores de dezoito anos (STF, *online*).

Nota-se que o arcabouço jurídico-legislativo do período de Geografia da Fome transitou as Constituições de 1891, 1934, 1937 e 1946, com passagens que comprometeram a democracia do país, suprimiram liberdades individuais, alteraram a organização e estrutura político-administrativa brasileira e o relacionamento dos Poderes. Geografia da Fome surgiu desse ambiente pós-guerra, quando o mundo passou a se interessar mais em assuntos com dimensões humanitárias e a unir esforços em torno dos seus problemas mais sensíveis. A relação entre fome, pobreza e articulação institucional tornou-se pauta política. A par disso, com o processo de redemocratização no Brasil, Josué teria mais condições favoráveis para a divulgação de suas ideias. Mas a história mostrou um cenário diferente, com Josué decepcionado e um tanto desiludido com a eficácia de suas palavras e do pequeno resultado de sua luta contra a fome.

Novos rumos do dilema

Com a intensificação do processo de industrialização no Brasil em 1946, Castro, sempre fiel à realidade estudada, logo tratou de revisar sua obra. Eis a justificativa apresentada (1984, p. 38) "inicia com vigor a sua emancipação econômica e fugindo ao círculo de ferro do subdesenvolvimento se projeta na fase construtiva de seu desenvolvimento econômico".

No prefácio que consta de Geografia da Fome (datado de outubro de 1960), publicada pela editora Antares em 1984 (10ª edição) e que será usada neste trabalho, Castro chama a atenção do leitor sobre a revisão operada (1984, p. 39):

> (...) o livro que ora apresentamos representa uma verdadeira inovação sobre as suas edições anteriores, (...). É quase que um novo livro, utilizando o mesmo método de

> investigação, a mesma perspectiva de análise dos problemas e muitos dos materiais de base já expostos, mas tudo completado por uma nova formulação da realidade do Brasil atual e da atual conjuntura econômica e social do mundo, bem diferente das de 1946.

O Brasil da Geografia da Fome revisada (1946-1960) passou pelas mãos de Dutra (1946-1951), retornou às de Vargas (1951-1954) e, após do intervalo de dois anos (1954-1956), encerrou com o desenvolvimentismo conduzido por Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK). Se o dilema brasileiro de 1946 girava em torno da agricultura (“pão”) e da indústria (“aço”), o ponto de interrogação passou a ser a investigação dos “efeitos atuais e futuros” de uma urbanização acelerada e industrialização, custeada com a poupança nacional, para a melhoria das condições de alimentação do povo (Castro, 1984).

Devido ao conflito político-ideológico da Guerra Fria (1947-1991) - entre os Estados Unidos da América (EUA), capitalista, e a antiga União Soviética, comunista, e Dutra praticar uma política externa alinhada aos interesses americanos, seu governo passou a perseguir comunistas no Brasil (Só História, *online*).

No Brasil, as eleições de 1945 levaram às urnas homens e mulheres, maiores de 18 anos e alfabetizados. Era a primeira vez que as mulheres votavam. Era um direito reivindicado desde o início do século XX. Do ponto de vista econômico e cultural, Dutra promoveu um movimento de aproximação aos EUA. Aspecto positivo: abertura da economia ao mercado estrangeiro, aumentando a importação de produtos. Por outro lado, estagnou a indústria nacional. Acabou aumentando o volume de dívidas externas. Aspecto negativo: desvalorização do Cruzeiro. O ano de 1946 é marcado por diversos movimentos trabalhistas e greves de operários. O Brasil vivia inflação alta, como todo o mundo após a Segunda Guerra Mundial. Em nome da redução de gastos públicos para controlar a inflação, acabou prejudicando os trabalhadores, reduzindo e muito o poder aquisitivo do salário-mínimo.

Dutra criou o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), com investimentos na infraestrutura nacional. Mas os seus objetivos não foram alcançados por problemas eminentemente técnicos e financeiros. A execução contaria com investimentos públicos e empréstimo externos, mas foi inviabilizada pela coalização conservadora. A execução do plano ocorreria de 1949 a 1953, mas o seu fim encurtou-se com a saída de seu idealizador do governo (Só História, *online*)

Mesmo assim, pode-se afirmar que Dutra contribuiu para a industrialização do Brasil e durante o seu governo o setor teve um grande crescimento. Se já não era tão popular quanto Vargas, sua reputação piorou após adoção de política de arrocho salarial. Alegou que seria a única solução para conter a inflação, mas a medida desencadeou mobilizações grevistas.

Embora importantes conquistas sociais do período varguista tenham sido mantidas por Dutra, intervenção estatal em alimentação e nutrição, inclusive, seu governo foi marcado pela ferrenha perseguição ao movimento sindical e comunistas. Tudo isso contribuiu para o retorno de Vargas, graças ao apoio da burguesia industrial e camadas populares urbanas (1951-1954).

Em 1950[41], a população presente era de 51,9 milhões, sendo a maior parte mulheres (26 milhões). Mais brancos (32 milhões) que pardos/negros (19,4 milhões)[42]. A maioria da população estava no campo, 33,1 milhões. Eram 15,2 milhões de pessoas que não sabiam ler nem escrever, sendo a maioria mulheres, 13,2 milhões (IBGE, 1950).

Vargas perdeu o comando do país pelos militares em 1945, mas depois voltou em 1951[43] de primeira classe: foi eleito diretamente pelo povo. Permaneceu no comando do país até o seu suicídio, em 1954. Entretanto, como alertado por Castro (1968, p. 36): “A fisionomia do mundo da fome, em 1954, não é menos sombria do que a de 1951”. Durante o segundo mandato, Vargas criou a Comissão Nacional de Bem-estar Social para compatibilizar o crescimento econômico e o bem-estar social. Mas, na prática, os benefícios se restringiram à categoria dos trabalhadores. Para tanto, direcionou seus esforços às áreas da previdência social e da política habitacional, ampliando legalmente seus direitos. Além do salário-mínimo e da SAPS, a merenda escolar e os restaurantes populares também foram importantes iniciativas do estudioso Castro nos anos de 1950 e 1960 (Campelo; Borboletto, 2022).

Vargas herdou um país economicamente estável. A alta nos preços do café a partir de 1949, permitiu que os empresários brasileiros aumentarem as importações de produtos e bens de capital essenciais para a aceleração do ritmo do crescimento econômico. Entretanto, esse movimento superou o esperado e ocasionou desequilíbrio na balança comercial. Com a alta da inflação, Vargas teve que alterar a distribuição de renda (Bueno, 2006).

Depois disso, Vargas enfrentou forte crise econômica. Os mais prejudicados foram os trabalhadores urbanos, cujos salários estavam atrelados ao salário-mínimo, com último reajustamento ocorrido em 1951. Dois anos mais tarde, a situação se tornou insustentável. Vargas anunciou um plano de estabilização, mas os resultados demorariam a aparecer. Nesse meio tempo, a inflação continuou a acelerar. Florescem movimentos populares que se insurgem contra a pobreza e a desigualdade, com destaque para a alta dos preços e a desvalorização salarial (Só História, *online*).

[41] Os dados são do Recenseamento Geral de 1950, aprovados em 1953 (IBGE, 1950).
[42] Consta do levantamento 41.983 pessoas de cor não declarada (CENSO, 1940).
[43] O governo foi de 31 de maio de 1951 a 24 de agosto de 1954.

Nessa época, Vargas reservou um discurso muito tímido para a educação no país. O período foi permeado pela polêmica do financiamento do ensino pelas redes particulares. Mas, finalmente, após amplos debates, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi editada em 1961, sendo o fim da segmentação até então existente entre os ramos de ensino colegial, podendo até os cursos técnicos habilitarem o estudante para o ingresso em qualquer curso superior, antes de exclusividade do curso secundário. Além disso, consolidou-se a divisão das responsabilidades entre as esferas de governo, os Estados e Municípios com os ensinos primário e secundário; a União com o ensino superior (Alves, 2018).

Uma sucessão de eventos posteriores levaria à queda de Vargas. O primeiro deles, no começo de 1954, quando o então Ministro do Trabalho, João Goulart, propõe um aumento de 100% do salário-mínimo. Vargas o demitiu e apaziguou os ânimos, mantendo-o em 40%. Todavia, o plano de estabilização afetou as margens de lucro dos industriais, a população urbana pela elevação do custo de vida. Diante disso, em maio de 1954, Vargas voltou atrás e fixou o aumento do salário-mínimo em 100% (Bueno, 2006). Na sequência, Vargas instituiu uma política de austeridade, havendo redução significativa dos gastos públicos, justamente quando o país mais precisava avançar em obras de infraestrutura. O clima de insatisfação era generalizado, especialmente dos militares e da classe média pela alta dos juros e elevação dos índices do padrão de vida. A industrialização restringida foi até 1955 e se alterou para o formato de uma indústria pesada conseguir dominar o mercado (Fernandes; Fernandes; Paiva, 2022). Getúlio suicida em 24 de agosto de 1954. Assume o vice-presidente Café Filho (1954-1956). Seu governo foi marcado por insucessos políticos e econômicos (Garschasen, 2020).

Dois conflitos político-ideológicos marcam o cenário internacional do período posterior: a Guerra do Vietnã (1955-1975) – entre o Vietnã do Norte e do Sul, com a participação dos EUA (Só História, *online*).

Diferentemente de Vargas, JK (1956-1961) moveu a máquina na direção de um modelo desenvolvimentista-internacional. Para tanto, propôs o Plano de Metas, cujo *slogan* era “50 anos de progresso em 5 anos de governo”, a fim de acelerar o desenvolvimento do país por meio do incremento das seguintes áreas: energia, transporte, alimentação, indústria de base (bens de consumo duráveis e não duráveis) e educação. A par disso, a construção da nova capital federal em Brasília (Fernandes; Fernandes; Paiva, 2022). Quando assumiu o governo, JK herdou um país em crise política, marcada por um descontentamento generalizado com a postura econômica-nacionalista; crise econômica, com destaque para a alta da inflação e, consequente, aumento dos preços de bens e serviços, afetando a área produtiva do país, a exemplo dos industriais; e tensão social sobretudo pelo aumento no custo de vida. Neste caso,

os trabalhadores urbanos foram os que mais sofreram com a inflação. A perda do poder de compra vinculava-se à falta e irregularidade dos reajustamentos salariais (Bueno, 2006).

Mesmo assim, JK não hesitou em expandir o poderio estatal na economia. Manteve a posição radical de uma corrente desenvolvimentista baseada numa política nacionalista de intensificação do parque industrial. No entanto, admitiu o capital externo e beneficiou grandes grupos empresariais nacionais com linhas de financiamento. Seu modelo de gestão frutificou negativamente e produziu aumento nos gastos públicos, endividamento, desestabilização monetária, inflação, aumento dos impostos, desequilíbrio da balança comercial e outras tantas consequências que seriam assumidas pelo sucessor, Jânio da Silva Quadros (Garschasen, 2020).

Em 1960[44], a população presente era de 70,9 milhões, sendo a maior parte mulheres (26 milhões). Mais brancos (32 milhões) que pardos/negros (19,4 milhões)[45]. A maior parte vivia em área rural, 54,9%, 38,9 milhões (IBGE, 1980). Constou que não sabiam ler nem escrever 24,9 milhões de pessoas, mais mulheres (13,2 milhões). De pessoas presentes que frequentaram ou frequentavam algum curso, 14,5 milhões, a maior parte era homens (7,6 milhões). A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais era de 39,6% (IBGE, 1980).

No geral, a economia cresceu a ritmo acelerado. De 1955 a 1961, a produção industrial chegou a 80%. Diferentemente em áreas como a educação, justamente quando a expansão da economia dependia de mão-de-obra qualificada (Fernandes; Fernandes; Paiva, 2022).

Jânio da Silva Quadros (Quadros) assume a presidência em janeiro de 1961, com o desafio de ajustar os desequilíbrios deixados por JK. Para isso, adotou um programa focado na redução dos gastos públicos, no aumento da receita tributária e na negociação de dívidas externas. No entanto, as despesas, ao contrário do esperado tornaram-se cada vez maiores. Pautou-se numa política externa independente e restabeleceu os laços com países socialistas. Isto acirrou a crise com os aliados e tornou insustentável sua permanência no governo. Renunciou no dia 25 de agosto de 1961 (Garschasen, 2020).

Graças à expansão do ensino superior e a LDB de 1961 que se operacionalizou a equivalência de todos os cursos de grau médio, o nível normal, inclusive. Depois disso, as mulheres passaram a ter maiores oportunidades de participar do sistema de ensino, no superior, inclusive. Até o final da década de 1960, as mulheres representavam apenas 1/4 das pessoas com educação superior no país (Alves, 2018).

Com a saída de Quadros, o vice-presidente, João Belchior Marques Goulart (Goulart) estava em viagem para a China. Após alguns problemas político-administrativos, assumiu a

[44] Os dados são do Recenseamento Geral de 1950, aprovados em 1953 (IBGE, 1950).
[45] Consta do levantamento 41.983 pessoas de cor não declarada (CENSO, 1940).

presidência naquele ano. Goulart tentou implementar uma reforma agrária e adotou medidas que de nada resolveram a queda do crescimento econômico, o aumento da inflação no país e o corte de investimentos externos. A vaga do cargo de presidência foi declarada vaga pelo Congresso em abril de 1964, sendo ocupada interinamente pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Paschoal Ranieri Mazzilli (Mazzilli). O Brasil estava à beira de um segundo golpe militar (Garschasen, 2020).

Entre o Plano SALTE, o retorno do populismo de Vargas, o desenvolvimento acelerado do Plano de Metas de JK e as reformas de base de Goulart, a questão da intervenção estatal em alimentação e nutrição materializou-se pela continuidade das ações iniciadas na década de 1930 (Vasconcelos, 2005). A desigualdade de renda não figurou na pauta política de Vargas, nem de JK. Também sequer foi motivo de preocupação dos demais e curtos mandatos. A explicação decorria da própria concepção de desenvolvimento econômico reinante do século XX. A melhoria dos níveis de vida da população viria naturalmente com o desenvolvimento industrial. Josué já sabia e propagava sem meias palavras que essa teoria se tratava de uma grande falácia.

Fome: um problema antigo, mas pouco conhecido

Em 1930, a fome era um assunto “bastante delicado e perigoso” e que sobre ele ninguém ousava ou queria falar, embora ela já fosse uma velha conhecida no mundo (Castro, 1984).

Sobre o despertar da consciência para o fenômeno da fome, Castro lembrou que (1984, p. 19):

> foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social – a revolução russa – nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas, dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se apercebesse de que a fome é uma realidade demasiada gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo.

Era surpreendente o vazio bibliográfico e escassez de trabalhos científicos sobre o fenômeno da fome. A biografia mundial preocupava-se mais com outros assuntos de menor relevância (Castro, 1984). A humanidade já teria se beneficiado de significativos avanços científicos, na área da produção alimentar, inclusive, mas a ciência se mostrava incapaz de apontar soluções para acabar com a fome. A respeito, dissertou Castro (1984, p. 20):

> (...) envaidecidas por suas brilhantes conquistas materiais, (...), se sentiram humilhadas, confessando abertamente o seu quase absoluto fracasso em melhorar as condições de vida humana no nosso planeta, e com o seu reticente silêncio sobre o assunto faziam-se, consciente ou inconscientemente, cúmplices dos interesses políticos que procuravam ocultar a verdadeira situação de enormes massas humanas envolvidas em caráter permanente no círculo de ferro da fome.

Até divulgar seu pensamento, a fome não era estudada com profundidade. Sobre a visão limitada dos trabalhos especializados, ponderou Castro (1984, p. 21):

> Um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos reside exatamente no pouco de conhecimento que se tem do problema em conjunto, como um complexo de manifestações biológicas, econômicas e sociais. A maior parte dos estudos científicos sobre o assunto se limita a um dos seus aspectos parciais, projetando uma visão unilateral do problema. São quase sempre trabalhos de fisiólogos, de químicos ou de economistas, especialistas em geral limitados por contingência profissional ao quadro de suas especializações.

Um olhar amplificado para o problema da fome

Da detida leitura da obra, é possível verificar que as 345 páginas de Geografia da Fome resultaram da **larga experiência profissional** de Castro, como estudioso, cientista, professor, em órgãos públicos e organizações privadas; da conjugação do seu **conhecimento multidisciplinar** nas áreas da botânica, história, agronomia, geografia, medicina, fisiologia, nutrição, sociologia e literatura, antropologia, biologia; e de vasto **material bibliográfico e documental**, como ensaios, pesquisas, estudos, recenseamentos, artigos, documentários, tratados, catalogações, boletins, novas técnicas, relatórios, cartas, poemas, inquéritos e ilustrações (Castro, 1984). Sua bibliografia dá prova disso nas páginas 321-345.

O seu plano era estudar a situação da fome no mundo. Entretanto, escolheu o Brasil para concentrar as suas primeiras análises, qualificando-o como “campo de observação e de experimentação diretas do problema”, em razão de sua extensão territorial, diferentes categorias de climas tropicais, variados tipos de organização econômica, tipos de solo, botânica, grupos de distintas linhagens étnicas (Castro, 1984).

Para obter uma visão global da fome brasileira e, ainda, viabilizar a análise das ligações e influências dos diversos fatores regionais que interferem em suas manifestações, Castro não usou o método descritivo da antiga geografia, mas o interpretativo da moderna geografia. Encarou a fome como uma realidade total, com base nos “princípios geográficos, da localização, da extensão, da causalidade, da correlação e da unidade territorial” (Castro, 1984).

Sobre a importância do método geográfico, Castro lecionou (1984, p. 244):

> O estudo do regionalismo veio trazer uma nova e fecunda vitalidade à velha ciência geográfica que permaneceu até o começo do nosso século numa atitude de estéril academicismo. (...). Foi a focalização mais profunda, a análise mais dinâmica dos traços que compõem a fisionomia singular das unidades regionais, que veio dar à geografia o seu grande sentido prático, a sua inserção ativa dentro dos valores de criação da ciência, posta a serviço da vida das coletividades, (...).

Para o estudo, realizou uma “sondagem de natureza ecológica”, com o fim de captar “as ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio” (Castro, 1984).A abordagem ecológica surgiu na segunda metade do século XX, em resposta à ineficiência da ciência para resolver todos os problemas da época, notadamente a partir de visões unilaterais, especializadas do conhecimento humano. O conceito de ecossistema construiu uma visão de diferentes interações entre os seres humanos, animais, vegetais e unicelulares, o que foi de encontro a ideia prevalente de separação, pautada em Descartes[46] (Nascimento, 2002).

A aplicação de tais concepções permitiam compreender a fome além dos fatores biológicos, médicos e higiênicos sobre os quais repousavam a esmagadora dos estudos (Castro, 1984). No lugar de estatísticas, Castro usou mapas como expressão gráfica dos sistemas alimentares para identificar as áreas de fome endêmica, de epidemias e de subnutrição, bem como localizar suas vítimas no território brasileiro, o que poderia subsidiar, com mais precisão, a formulação de políticas públicas. Dada a insuficiência do método estatístico para entender a complexidade do problema, no formato proposto, os dados fizeram parte do seu estudo apenas como partícipes. Afinal, o objetivo era analisar, com preponderância, os aspectos qualitativos da fome. Apesar das barreiras rompidas por Geografia da Fome poucos estudos surgiram encarando o fenômeno sob a perspectiva universal, em seus múltiplos aspectos e correlações (Castro, 1968).

Sistematização da fome

A delimitação do objeto do ensaio deu-se logo no início da obra. A fome de que tratava não era aquela comumente veiculada por jornais, que reduziam a grave calamidade a imagens clássicas, como as de pessoas definhando em campos de concentração. Uma observação superficial poderia levar a equívocos, pois, na realidade, a fome é um fenômeno mais generalizado (Castro, 1984).

Do seu campo de análise excluiu a fome individual, nos aspectos fisiológicos e subjetivo de sensação interna. Interessava, pois, tratar da **fome coletiva**, definida como sendo aquela que atinge “endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas”; da **fome total** “fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais”; e da **fome parcial**, também chamada fome oculta “na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias” (Castro, 1984, p. 24).

[46] René Descartes foi um estudioso francês, da Idade Moderna, que propôs o método dedutivo como ponto inicial de qualquer conhecimento racional.

A **fome oculta** é fruto de grupos mais civilizados. É forma típica de fabricação humana. A monotonia alimentar diz respeito ao hábito do homem de nutrir-se com um número restritos de alimentos (Castro, 1968).

Na tarefa de sistematizar a fome, Castro também fez uso de outras expressões, como **fome epidêmica** e **fome endêmica**. A primeira, compreendida como **fome global, total**, a mais violenta, a verdadeira inanição, provocada por catástrofes ecológicas ou políticas; e a outra, **fome endêmica, parcial ou oculta**, caracterizada pela deficiência alimentar vital, falta permanente de elementos nutritivos nos regimes alimentares.

Ao prefaciar a edição inglesa de Geopolítica da fome, Lord John Boyd Orr[47] lembrou que antes de Castro a palavra fome tinha outro sentido (1968, p. 14):

> No passado, empregava-se a palavra ‘fome’ para exprimir a falta de alimentos para a satisfação do apetite e o número de mortos pela fome restringia-se então aos indivíduos esquálidos que morriam por completa inanição. O autor, porém, usa esta palavra no seu sentido, no sentido da falta de quaisquer dos quarenta ou mais elementos nutritivos indispensáveis à manutenção da saúde.

Nota-se, portanto, a importância do estudo de Castro no tocante à sistematização do fenômeno da fome, mediante a criação de termos e expressões úteis para sua compreensão.

Diversidade na abordagem

Castro ampliou as perspectivas do estudo da fome e, para isso, considerou o território brasileiro como um todo formado por partes que se interligavam. Nesse contexto, tomou a fome como uma realidade total, não limitada a sensações biológicas, mas também em suas dimensões ecológicas, socioeconômicas, políticas, culturais e humanas.

A reflexão sobre a situação alimentar em cada região brasileira traduziu, segundo Castro (1984, p. 28): “até certo ponto, uma tentativa de interpretação biológica de determinados aspectos da formação e da evolução histórico-sociais brasileiras”.

O estudo destinou-se a compreender a relação do homem e do meio do qual retira o seu alimento, e os seus efeitos, a partir de fatores naturais como o clima, o regime das chuvas, o solo, a flora e fauna. Paralelamente, investigar os hábitos alimentares de cada região para desvendar as causas naturais da determinação de cada tipo alimentar, detectar as falhas e os defeitos, verificar o grau de adaptação e de ajustamento dos grupos dentro do complexo geográfico, bem como os seus impactos sobre a estrutura socioeconômica (Castro, 1984).

[47] Médico e biólogo escocês que recebeu o Nobel da Paz por seu trabalho e pesquisas sobre nutrição e desempenho na FAO (1949).

A fome era entendida como um problema sanitário, de natureza alimentar, mas, antes de tudo, a partir de seu passado histórico, de luta dos grupos humanos em desarmonia com a natureza. Com o enfoque social, volta os olhos para a fome como decorrente de desequilíbrios gerados pela economia de mercado, marcada pela desumana e gananciosa busca do lucro, pela alta concentração de renda, que compromete as condições de vida da maior parte da população e inviabiliza o seu acesso ao alimento (Castro, 1984).

Trabalhou como causas da fome a concentração de renda e as desigualdades sociais, além da “concentração da estrutura fundiária, a expropriação dos trabalhadores rurais e a utilização da terra para a agricultura de exportação em detrimento da agricultura familiar” (Fernandes; Gonçalves, 2007).

Ao dissertar sobre a influência dos fatores socioeconômicos aos próprios fatores biológicos, Castro lecionou (1984, p. 38): “fome e subdesenvolvimento são uma mesma coisa”. Castro também correlacionou desenvolvimento e fome para falar sobre a situação alimentar do país, sendo este último termo (1984, p. 289): “expressão do subdesenvolvimento nacional”.

O ciclo sucessivo de economia destrutiva do colonizador (pau-brasil, da cana-de-açúcar, do café, do algodão e da borracha), indiferente a tudo que não lhe rendesse vantagem direta e imediata, especialmente nas regiões mais afetadas por sua empreitada mercantil, foi consequência da inaptidão do Estado político em equilibrar os interesses privados e o interesse coletivo (Castro, 1984). Sob esse ângulo, criticou a postura descomprometida do Poder Público ao ignorar a gravidade da situação alimentar e nutricional no país, dando primazia aos fatores econômicos sobre os sociais. Assim conferiu à análise da fome contornos políticos. Apesar do giro de perspectivas, o estudo não descurou o examine da fome do ponto de vista fisiológico, ao destacar as carências alimentares que predispõem os indivíduos a outras doenças intercorrentes (Castro, 1984).

Também não houve uma limitação a reflexões puramente racionais, mas abarcou aspectos morais e da condição humana. Castro foi suficientemente claro a respeito e confessou (1984, p. 25): “denunciei a fome como flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens”, em busca de sua “revalorização fisiológica”. Ao falar da fome como produto do próprio homem, lançou luz sobre tabus alimentares que marcaram a nossa histórica, em bases racionais, biológicas e culturais. A maioria estava vinculada aos policiamentos morais dos proprietários de terra para a defesa de seus bens às influências favoráveis dos negros e dos índios ao resistirem à monocultura. O estudo também irradiou luz para situações mal compreendidas, como a suposta preguiça dos povos equatoriais, ao demonstrar as influências do clima sobre o seu metabolismo. Refutou antigas

interpretações que relacionavam a baixa produtividade laboral à inferioridade de raças (Castro, 1984).

Com o trabalho, demonstrou que “era possível construir uma ciência que teria por objeto de estudo problemas específicos de países pobres e que fosse capaz de explicar a situação destes países sem recorrer ao mito da inferioridade racial, do fatalismo, do determinismo geográfico, ou até do acaso (Fernandes; Gonçalves, 2007).

Ao relacionar a fome com a natureza, Castro retirou desta a culpa preponderante que lhe fora atribuída. Sobre a questão assinalou (1968, p. 72) que:

> a fome, apesar de constituir fenômeno universal, não traduz uma imposição da natureza. Estudando a fome em diferentes regiões da Terra, poremos em evidência o fato de que, via de regra, não são as condições naturais que conduzem os grupos humanos à situação de fome, e sim certos fatores culturais, produtos de erros e defeitos graves das organizações sociais em jogo. A fome determinada pela inclemência da natureza constitui um acidente excepcional, enquanto que a fome como praga feita pelo homem constitui uma condição habitual nas mais diferentes regiões da Terra (...).

Sumário da obra

Castro dividiu Geografia da Fome em sete capítulos. Após a introdução, os demais capítulos destinaram-se à análise da fome no território brasileiro em cinco regiões (Área Amazônica; Área do Nordeste Açucareiro; Área do Sertão do Nordeste; Área do Centro-Oeste; e Área do Extremo Sul; o penúltimo deles, ao “Estudo do conjunto brasileiro”. A obra finaliza com um interessante glossário de iguarias regionais.

Salienta-se, desde logo, que para esta pesquisa volveu-se aos elementos trabalhados por Castro nos capítulos I e VI, porquanto focados, a maioria, em aspectos políticos, econômicos e sociais da fome no Brasil, em consonância com a proposta dissertativa. Para o agrupamento geográfico do estudo, não tomou o grau de especificidade carencial, mas a extensão numérica de incidência do fenômeno da fome na população, os traços culturais predominantes e as deficiências alimentares que se manifestam sobre a maioria do efetivo demográfico (Castro, 1984).

Na abordagem dos aspectos nutricionais, Castro classificou o quadro regional segundo a extensão das carências nutricionais em: áreas de fome endêmica, áreas de epidemias de fome e áreas de subnutrição. Elaborou um mapa representativo dos resultados apurados no estudo e que será reproduzido adiante. Para essa organização, Castro lançou mão do conceito geográfico abaixo (1984, p. 49):

> (...) aquelas em que pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição, sejam estas manifestações

> permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome).

Apesar da importância do estudo em sua inteireza, a apresentação dos seus capítulos II, III, IV e V será sucinta e restrita aos pontos que mais se aproximam dos recortes desta pesquisa.

Verifica-se que Castro desenvolveu análises e reflexões sobre as áreas alimentares, observando entre elas a seguinte ordem: Amazônica (p. 51-102), Nordeste Açucareiro (p. 103-162), Sertão do Nordeste (p. 163-249) e Centro-Oeste e Extremo Sul (p. 250-263), a qual também se torna referência a este trabalho. Para o conteúdo, entretanto, optou-se pela exposição agrupada, de modo a facilitar o seu resumo.

Área da Amazônia

A paisagem natural e geográfica da Amazônia é formada por uma vasta área territorial de floresta equatorial, sobre a qual a sua população foi distribuída desproporcionalmente, entre vazios e concentrações. O povoamento amazônico foi dispersivo, fadado desde o início ao fracasso. O elemento humano não foi sábio em sua estratégia para vencer as forças da natureza, especialmente seu excessivo isolamento territorial (Castro, 1984).

Sobre as características climáticas, Castro explicou trata-se de (1984, p. 64): “tipo quente e superúmido”, o que serve para explicar muito do que ocorre na região, como será visto adiante.

A maior parte da população se instalou perto dos rios, em razão da concentração das maiores riquezas econômicas para a sua subsistência. Ademais, a terra aí é realmente fértil, ao contrário do quadrante restante. O problema são as inundações periódica dos rios. Comparando-se a Amazônia com o Sertão Nordestino, ambos sofrem com flagelos distintos. Na primeira área, há excesso de água; na segunda, sua falta. A região está pautada quase que exclusivamente numa economia destrutiva, desde os tempos da colonização, sem qualquer preocupação com o melhoramento dos processos de agricultura e sua ampliação. Oprimida pelas forças da natureza e sem ter condições de explorar racionalmente suas riquezas e potencialidades, as populações regionais limitam-se à simples coleta dos produtos nativos, da caça e da pesca (Castro, 1984).

Para Castro, a Amazônia tem (1984, p. 51): “um tipo unitário de área alimentar muito bem caracterizado, tendo como alimento básico a farinha de mandioca”. Considerando os parcos recursos da região, a alimentação amazonense é, em suas palavras (1984, p. 53): “pouco trabalhada e pouco atrativa”, com “predominância manifesta da influência cultural indígena”. O consumo de legumes verdes é pequeno, assim como das frutas locais, raras e pouco saborosas, sendo seu teor vitamínico baixo, com algumas exceções, em razão do excesso de água na terra e baixa luz solar (Castro, 1984). Ao examinar a dieta amazônica, Castro constatou tratar-se de

(1984, p. 60-61 e 65): “um regime alimentar com inúmeras deficiências nutritivas” e “defeitos qualitativos deste tipo de alimentação são ainda mais graves”, especialmente “em proteínas, em sais minerais e em vitaminas”. Como consequência direta disso sobre os componentes da população, revelou Castro (1984, p. 66): “crescimento insuficiente, pela estatura abaixo do normal”.

A fauna aquática, pouco desenvolvida e praticamente destinada ao consumo interno, é a fonte que dispõe a população para o suprimento de proteína animal. A floresta e o clima, excessivamente úmido, são obstáculos para a criação de gado, que costuma ocorrer limitadamente em pequenas áreas de campos abertos (Castro, 1984).

O cenário parece aos leigos uma grande contradição, pois, embora a floresta represente riqueza em variedade de espécies, os vegetais e frutas nativos ou plantados têm baixo teor nutritivo e mineral, em razão da pouca fertilidade do solo. A explicação decorre das chuvas frequentes e temperatura elevada que provocam rápida decomposição da matéria orgânica e o humo ali existentes. Com solo pobre, o povo sofre de deficiências minerais, como de cálcio e de cloreto de sódio. Não obstante, a insolação regional é uma excelente fonte de vitamina D, suficiente para não ocasionar doenças como o raquitismo. O déficit mineral de cloreto de sódio, por sua vez, está ligado a fatores naturais e culturais. O alto consumo decorre da compensação do organismo pela transpiração excessiva promovida pelo clima equatorial. Além disso, a dieta com pouco ou nenhum sal advém das influências indígenas, cujo tempero predominante é a pimenta (Castro, 1984). Sobre esse ponto, ponderou Castro (1984, p. 74):

> (...) este é um dos poucos casos em que um grupo primitivo se mostra inábil para defender o organismo contra os perigos de uma carência específica, até certo ponto sanável com os recursos do meio. O que se vê em regra, por toda parte, é o grupo lançar mão instintivamente de recursos singulares para escapar às carências a que a alimentação habitual o expõe.

Outro acontecimento é observado por Castro na região da Amazônia (1984, p. 75):

> (...) havendo falta de sódio, lança mão do potássio, cujas taxas se apresentam sempre altas. Esta baixa de sódio e a subida vicariante do potássio representa um grave desequilíbrio iônico, sendo uma das causas do esgotamento neuromuscular e da fadiga rápida nos climas tropicais.

Paralelamente, Castro externou o seu entendimento sobre equivocadas interpretações da preguiça dos habitantes da área, envolvendo a superioridade das raças pigmentadas, à época da colonização, como do nativo (negros e índios) sobre a dos de pele branca. Para explicar a maior

resistência e produtividade do nativo, relacionou essas características às variações do metabolismo do sódio e do potássio nos climas tropicais (p. 64-65 e 81):

> O clima amazônico de tipo quente e superúmido, (...), condiciona forçosamente o organismo humano a uma sensível baixa do seu metabolismo” que “representa um processo de adaptação funcional, um processo prático de evitar a sua destruição por superaquecimento. (...). Na insuficiência alimentar quantitativa e na forçada adaptação orgânica a esta situação permanente, residem as explicações da apregoada preguiça dos povos equatoriais. A preguiça no caso é providencial.

Os nativos são resistentes a grandes esforços nesse tipo de clima, o que não ocorre com as populações brancas, que, segundo Castro (1984, 76): “sempre viveram nos trópicos uma vida sedentária, de simples administração burocrática”. Outra explicação para o menor índice de desmineralização pela sudação excessiva e concentrada em sais minerais está no pouco vestuário dos negros. Os riscos de insolação eram menores também em razão da cor pigmentada de sua pele. Os índios, por sua vez, protegiam o corpo com uma mistura de corante extraído das sementes de urucum e da gordura de jacaré (Castro, 1984). Diante disso, para Castro o que existia, de fato (1984, p. 81) eram: “diferenciações biológicas, condicionadas por diferenças do meio. O que é superioridade nas regiões polares pode constituir uma inferiormente nos trópicos e vice-versa”. Em outra obra de sua autoria, Castro assinalou (1968, p. 188):

> O meio botânico constitui o elo que liga de maneira indissolúvel o grupo humano ao meio físico – a um determinado tipo de solo e de clima. Quando se evidenciam, experimentalmente, as alterações que as carências alimentares são capazes de produzir em certos animais e em suas linhagens, compreende-se o extraordinário papel que deve ter desempenhado a alimentação na estruturação e na evolução biológica dos diferentes grupos raciais, com suas características. Hoje, sabemos que muitas características antropológicas tidas como superioridade ou inferioridade racial nada têm que ver com a raça. São consequências mais de recursos e hábitos alimentares dos grupos humanos do que de seus patrimônios genéticos.

Diante de todas as considerações tecidas no estudo da área Amazônica, Castro entendeu que a melhora nutricional de sua população dependia de (1984, p. 93): “um programa de transformações econômico-sociais”, desde que houvesse uma “solução geral do povoamento racional e adequado da área”.

Em linhas gerais, a região precisava de um programa destinado a aumentar a produção local a fim de viabilizar a exploração racional da pesca em grande escala, melhorar as raças existentes na pecuária local, introduzir modernos e adaptados métodos agrônomos de uso e conservação do solo e da avicultura, com bases de exploração doméstica, além de estimular e desenvolver o aproveitamento de frutas e hortaliças (Castro, 1984). A par disso, Castro lembrou

que a região ainda sofre com (1984, p. 98) "dificuldades na conservação dos alimentos, absoluta falta de transportes regulares e baixa capacidade aquisitiva das populações".

Apesar dos investimentos feitos e dos esforços despendidos na região, como ocorreu com o Plano Quinquenal traçado pela SPVEA[48], a Amazônia continua a ser uma região marginal no conjunto da economia nacional, com níveis de renda muito baixos (Castro, 1984). Para Castro, o cenário descoberto (1984, p. 102): "só pode se explicar pela falta de capacidade e idoneidade dos dirigentes".

Área do Nordeste Açucareiro

Dando continuidade ao seu estudo sobre a situação alimentar brasileira, Castro passou a analisar a segunda área da fome, sobre a qual sopesou (1984, p. 103):

> Poucas regiões do mundo se prestam tão bem para um ensaio de natureza ecológica como a do Nordeste açucareiro, com sua típica paisagem natural, tão profundamente alterada, em seus traços geográficos fundamentais, pela ação do elemento humano. (...) teve o Nordeste a vida do seu solo, de suas águas, de suas plantas e do seu próprio clima, tudo mudado pela ação desequilibrante e intempestiva do colonizador.

Geograficamente, a Área do Nordeste Açucareiro abrange uma estreita faixa de terra que se estende ao longo de todo o litoral nordestino, do Estado da Bahia até o Ceará (Castro, 1984). Para Castro, o colonizador encontrou na região todas as condições para obter alta lucratividade com o empreendimento (1984, p. 106):

> (...) a experiência da agricultura e do comércio do açúcar, o português sabia que este produto só poderia constituir uma atividade econômica compensadora se produzido em grande escola, com terra suficiente para o cultivo extensivo da planta, com mão-de-obra abundante e barata para o trabalho agrário e com dinheiro bastante para o estabelecimento da sua indústria em bases de um verdadeiro monopólio do produto.

Ao falar da região, Castro recordou que, antes da colonização, o solo detinha magnífica fertilidade, clima tropical, sem o excesso de água da Amazônia, com regime de chuvas, estações bem definidas, sendo totalmente favorável ao cultivo de cereais, frutas, verduras e legumes de grande variedade.

O imediatismo cego do colonizador com o cultivo da cana-de-açúcar, focado na monocultura e latifundiária, destruiu o revestimento vivo, vegetal e animal da região. O colonizador escravizou a terra, seus recursos naturais e habitantes (Castro, 1984).

Sobre a gravidade e extensão dos efeitos da exploração destrutiva do colonizar, Castro falou (1984, p. 115):

[48] A sigla refere-se a antiga Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criada em 1953 para promover uma mudança estrutural da região.

> Não foi apenas destruindo o que havia de aproveitável para a alimentação regional – riqueza da fauna, da flora e do próprio solo – que a cana foi prejudicial, mas também, e principalmente, dificultando e hostilizando em extremo a introdução de recursos outros de subsistência, que encontraria nessas terras tropicais condições as mais propícias aos seu desenvolvimento.

Ao dissertar sobre a irremediável erosão do solo, Castro fez um paralelo os cafezais paulistas, que, segundo ele, já (1984, p. 113): “ameaça aniquilar em poucos anos extensas áreas hoje cobertas de café”.

O ciclo da economia canavieira do Nordeste Açucareiro foi assim caracterizado por Castro (1984, p. 107): “com as fases de rápida ascensão, de esplendor transitório e de irremediável decadência”, cuja estabilidade econômica da época não se reproduziu ao longo da história da região. Compara. A fome na Amazônia decorre “principalmente da pobreza natural da floresta equatorial em alimentos. Já no Nordeste o fenômeno é chocante porque não se pode explicá-lo à base de razões naturais” (Castro, 1984, p. 104).

De acordo com Castro a (1984, p. 103 e 111): “ação desequilibrante e intempestiva do colonizador” preferiu o açúcar ao alimento, sendo a policultura asfixiada, as pequenas propriedades agrícolas engolidas pelo latifundiário e agravadas as condições de vida da população. Concluiu o estudioso que (1984, p. 126, 128-129): “desde quase o início da colonização brasileira até hoje, a alimentação do nordestino foi sempre de má qualidade”, “sempre pobre em vegetais, frutas e verduras, em carne e leite”, e, do ponto de vista qualitativo, o regime alimentar local padece de deficiências proteicas, sais minerais insuficientes, como o cálcio e o ferro.

A falta do ferro, mais acentuada nas zonas açucareiras, contribuía e muito para o estado de apatia e depressão física da população local. Quanto às avitaminoses, há falta especialmente das vitaminas A, B, C e do ácido nicotínico (Castro, 1984).

Sobre as consequências da alimentação precária da população nordestina, destacou que as diferentes carências acarretam insuficiência calórica e, consequentemente, “reduzida capacidade de trabalho dessa gente que se cansa ao menor esforço”, “crescimento lento e precário”, formando “indivíduos de estatura abaixo do normal” (Castro, 1984, p. 132 e 134).

A população costeira, entretanto, diferencia-se da zona da cana por causa da fauna aquática e do alto valor nutritivo do coco e do caju. Subjugada pelos fatores econômicos, naturais e culturais, a população do Nordeste Açucareiro centrou o seu complexo alimentar na farinha de mandioca, de cultivo fácil e barato, sem grandes exigências nem de solo nem de clima, nem de mão-de-obra, mas pobre em nutrientes (Castro, 1984).

Quanto ao povoamento na região, Castro explicou que (1984, p. 125): “a fome de braços sempre imperioso condicionou rapidamente uma alta concentração demográfica (...). Ainda hoje representa o Nordeste açucareiro uma das zonas rurais de mais alta densidade demográfica do país”.

Como o desenvolvimento da cana-de-açúcar foi latifundiária e escravocrata e, nesse aspecto, “o braço escravo veio substituir o do branco”, a falta de opção laboral “obrigava o trabalhador rural a se submeter irremediavelmente à terrível exploração ou a emigrar para as cidades ou para outras zonas econômicas do país” (Castro, 1984, p. 131).

Com a abolição da escravatura, reféns agora de salários miseráveis, reduziram as quantidades de alimentos e passaram a não dispor do combustível necessário para produtividade laboral. Os padrões diziam que era um sinal de preguiça. Mas a verdade é que a lentidão não era um sinal da raça, mas da fome (Castro, 1984).

Castro chama a atenção para outro fator (1984, p. 132): “durante o período da safra amplia-se o horizonte de trabalho e surge uma prosperidade relativa, mas na entressafra vem o desemprego e se acentua a miséria dessa população, que não tem possibilidade de acumular reservas na fase de produção”.

Em 1938, Castro analisou os tabus alimentares no Brasil. O estudo, intitulado Fisiologia dos Tabus, recaiu sobre a região do nordeste açucareiro. Nele, Castro registrou que (1984, p. 141): “as superstições alimentares, proibições, restrições ao uso de certos alimentos em determinados períodos, tudo sem nenhum fundamento biológico, puras sobrevivências culturais das interdições dos senhores a seus escravos e moradores”.

Os indígenas e o negro africano deixaram boas influências para a população da região no sentido de melhorar o seu padrão de nutrição. Tanto um quanto o outro resistiram à monocultura e se mantiveram rebeldes ao trabalho agrícola de natureza exportadora, embora não tenham contribuído decisivamente para a melhoria do regime alimentar da região (Castro, 1984).

Da colonização portuguesa para a holandesa, não houve alteração significativa no panorama, apenas “acentuou alguns dos seus males” e “não deixou marca definitiva nos hábitos da região”, permanecendo a alimentação de má qualidade (Castro, 1984, p. 126-127).

Quanto aos efeitos da migração da cana para o cacau, Castro acrescentou pouca coisa (1984, p. 160): “condições de vida mais ou menos idênticas, com um mesmo tipo de regime alimentar defeituoso e as mesmas calamitosas”, embora “o mecanismo que deu origem à sua estruturação apresenta algumas diferenças”.

No ponto, declinou da análise acurada, tendo em vista a ausência de material informativo a respeito. Ao encerrar o capítulo, Castro concluiu que o estudo, até aquele momento, tinha evidenciado que a Amazônia e o Nordeste Açucareiro são áreas de fome endêmica no Brasil.

Sertão do Nordeste

A fome do Sertão do Nordeste é bem diferente das outras duas áreas analisadas. Não é aquela fome “permanente, condicionada pelos hábitos de vida cotidiana, mas apresentando-se episodicamente em surtos epidêmicos”, “que surgem com as secas, intercaladas ciclicamente com os períodos de relativa abundância”. São “epidemias de fome global quantitativa e qualitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda e atingindo indistintamente a todos, ricos e pobres” (Castro, 1984, p. 163).

A área do estudo é conhecida como “Polígono das Secas”[49]. Não fosse isso, talvez o Sertão do Nordeste não teria sido incluído no estudo como uma das áreas da fome. O clima é semiárido, com chuvas escassas e, principalmente, irregulares, de solo arenoso, pobre em elementos nutritivos e rico em seixos.

Do ponto de vista alimentar, as subáreas do agreste, da caatinga e do alto sertão formam uma só área, do milho, seu alimento básico (Castro, 1984).

Conforme as constatações de Castro (1984, p.172-173): “a flora do sertão é bastante pobre em espécies que forneçam bons alimentos” e a sua “fauna fornece poucos recursos alimentares”.

A alimentação sólida, mas bem equilibrada, graças a atuação da pecuária e da agricultura, vocacionadas ao simples consumo de subsistência. O milho é pouco nutritivo, mas é consumido em conjunto com a proteína animal da cabra, que assegura a boa altura da população. A dieta é pobre em verduras e frutas.

O regime alimentar é quantitativamente suficiente, mas deficiente em minerais e vitaminas, que costumam ser supridas por influência da luz solar abundante (Castro, 1984).

Como bem assinala Castro, o cenário muda completamente quando vem a seca, cujos intervalos variam (1984, p. 206-207): “as crises do Nordeste estão sujeitas a intervalos diferentes: a seca parcial que obedece a um período da ordem de 4 a 5 anos. A seca generalizada, cujo período parece ser de 10 ou 11 anos, e a seca excepcional, que parece obedecer ao ciclo de 50 anos. (...), de forma sempre imprevista.

[49] Em atendimento à Convenção da ONU de Combate à Desertificação nos países afetados por Seca Grave, decorrente da Conferência Internacional realizada em 1977, e da qual o Brasil faz parte desde 1997, o “Polígono das Secas” passou a ser chamado de Semiárido Brasileiro”. Há pesquisas específicas do IBGE, desde 2014.

Nas secas prolongadas[50], o sertanejo (Castro, 1984, p. 208): “cai imediatamente num regime de subalimentação (...), submetendo-se “às ‘iguarias bárbaras’ – raízes, sementes e frutos silvestres de plantas incrivelmente resistentes à dessecação do meio ambiente”.

Acerca da apressada e simplista impressão que se tem da fome do Sertão Nordestino como produto exclusivamente do seu clima, Castro destaca (1984, p. 245):

> Nem todo o Nordeste é seco, nem seca é tudo, mesmo nas áreas do sertão. Há tempos que nos batemos para demonstrar, para incutir na consciência nacional o fato de que a seca não é o principal fator da pobreza ou da fome nordestinas. Que é apenas um fator de agravamento agudo desta situação, cujas causas são outras. São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região.

Grande parte da população ativa encontra-se na agricultura. É um potencial humano muito grande se esta população tivesse mais terras em condições favoráveis para torná-las produtivas. O atual sistema agrário regional não possibilita isso.

De um lado, há latifúndios; do outro, minifúndios improdutivos, por ausência de assistência técnica. Ao fim, Castro se mostrou esperançoso com a criação da SUDENE, embora com algumas reservas, para auxiliar no processo de desenvolvimento econômico da região (Castro, 1984).

Áreas do Centro-Oeste e do Extremo Sul

Essas últimas áreas tratadas pelo estudo foram denominadas áreas de nutrição, sobre as quais restringiu-se aos traços mais significativos (Castro, 1984).

Sobre a área do Centro-Oeste, constou, em síntese, que: a) o alimento básico é o milho, que, diferentemente do Sertão Nordestino, é associado a diferentes outras substâncias alimentares; b) há criação de porcos e gado bovino; c) há cultivo de vários produtos agrícolas; d) nela o consumo de hortaliças, especialmente a couve, fonte de sais e de vitaminas, e de frutas, é mais amplo; e) no regime alimentar não há carências calóricas, até certo excesso; e f) provavelmente, a mudança da capital federal para Brasília vai impactar no padrão alimentar do Planalto de Goiás e agravar as condições alimentares da zona rural (Castro, 1984).

Quanto à área do Extremo Sul, ressaltou que: a) há alto consumo de verduras e frutas; b) é a área mais rica do país, de maior desenvolvimento econômico, tanto agrícola quanto industrial, com maior padrão de renda; c) detém a maior parcela da produção de alimentos; d)

[50] Uma das primeiras grandes secas nordestinas ocorreu no período de 1723-1727. A pior delas, principalmente para o Ceará, que causou a morte de quinhentas mil pessoas, verificou-se em 1877-1879. A mais prolongada de todas as secas no Brasil, afetando nove estados do Nordeste e os estados de Minas Gerais e São Paulo (ÁGUA SUSTENTÁVEL, 2022).

o clima e solo são favoráveis para a agricultura; e) devido à intensa leva de imigrantes, a área alimentar é uma espécie de mosaico, com subáreas, com variações de alimentos básicos, seus arranjos e influências; f) é a que tem mais carências qualitativas (crônicas), de todas as regiões, especialmente de proteínas, entre as crianças mais pobres; e g) SP apresenta o padrão alimentar menos defeituoso de todas as cidades da área (Castro, 1984).

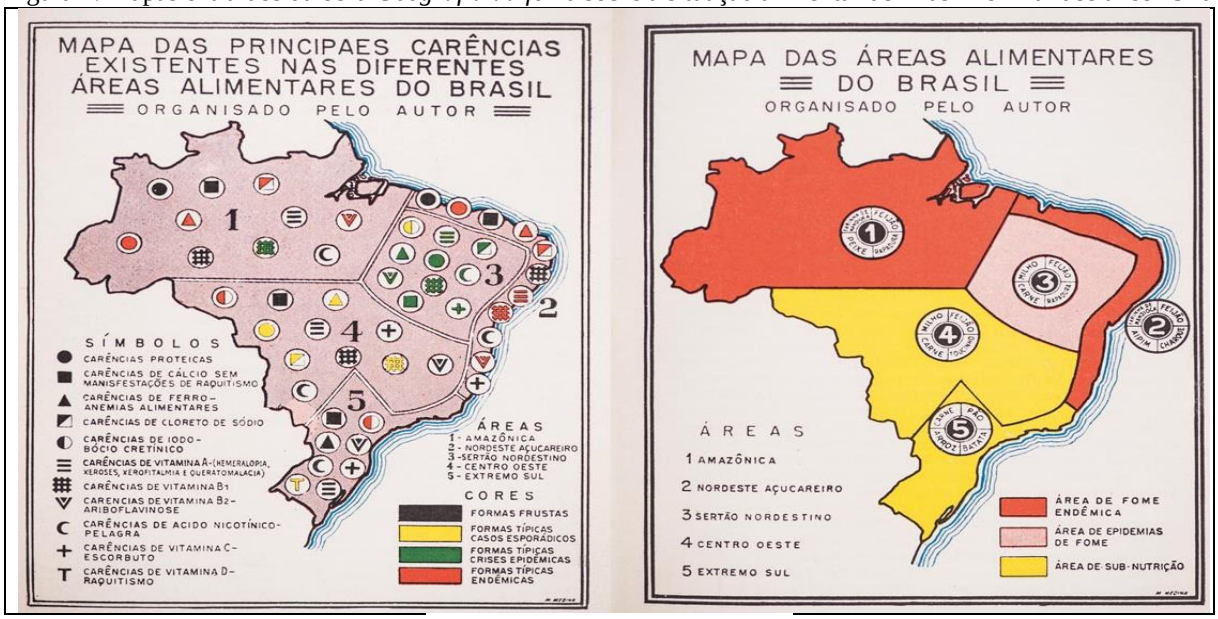
O “Mapa das Áreas Alimentares do Brasil” divide o país em cinco áreas (Amazônica, Nordeste Açucareiro, Sertão Nordestino, Centro-Oeste e Extremo Sul), segundo o tipo de fome que caracteriza cada uma delas (Fome Endêmica, Epidemias de Fome e Subnutrição).

Para Castro, Amazônica e Nordeste Açucareiro são áreas de fome endêmica, o Sertão Nordestino é área de epidemias de fome e as demais (Centro-Oeste e Extremo-Sul) áreas de subnutrição.

Já o “Mapa das Principais Carências existentes nas diferentes Áreas Alimentares do Brasil”, ilustra os tipos de carências e suas variações de cada uma das cinco áreas e os graus de incidência (frustas, típicas de casos esporádicos, típicas de crises epidêmicas e típicas endêmicas).

Os resultados dos levantamentos e das avaliações feitas por Josué de Castro, que constam de Geografia da Fome, encontram-se representados nos mapas abaixo:

Figura 2. Mapas extraídos da obra *Geografia da fome* sobre a situação alimentar do Brasil no final dos anos 1940



FONTE: Revista Pesquisa FAPES

Percebe-se que a metodologia e abordagens adotadas por Castro foram decisivas no estudo, tendo em vista a consideração de múltiplos fatores, suas interligações e reflexos sobre o quadro socioeconômico do país, notadamente do conjunto analisado sobre o complexo

fenômeno da fome, em termos qualitativos. Os mapas registram e condensam, de forma sintético, as condições de alimentação e nutrição em diferentes áreas do país. Sobre essa base fática e teórica o estudo construiu o capítulo final da Geografia da Fome, “Estudo do Conjunto Brasileiro”, no qual Castro fez a “análise dos fatores que interferem, de maneira direta, na sua estruturação e das consequências que daí decorrem”, dentre as quais destacam-se (Castro, 1984, p.264-286):

1. a fome que perdura no Brasil, apesar dos progressos de diversos setores, é consequência do seu **histórico de luta desarmônica com a natureza**, especialmente da inabilidade e indiferença do colonizador, unicamente preocupado com os lucros;
2. a desequilibrada aventura mercantil colonizadora tanto o **ciclo sucessivo de economia destrutiva** quanto o **ciclo de industrialização artificial** implementado com barreiras alfandegárias e regime de inflação;
3. o desajustamento econômico e social decorreu da **inaptidão do Estado em equilibrar os interesses privados e o interesse coletivo**;
4. o **Estado preferiu os interesses do capital estrangeiro**, direcionando os rumos da economia para a **exploração primária da terra e exportação** de nossas riquezas, potencial (oriunda do solo e da mão-de-obra), inclusive, a preços irrisórios;
5. o **Estado deixou desassistidas as necessidades nacionais, de bens de consumo para o seu povo**, e de equipamentos para o progresso do país;
6. **tal como fez os colonizadores europeus**, assim agindo, o **Estado escolheu expandir uma agricultura extensiva de produtos exportáveis, ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência que pudesse alimentar o seu povo**;
7. o Estado, sem distribuir os benefícios do exercício do seu poder excessivamente centralizador, **aumentou as obrigações das unidades regionais** ao mesmo tempo que **lhes retirou quase todas as receitas** para o cumprimento respectivo;
8. devido à fraqueza estatal, os **interesses colonialistas restringiram os lucros do progresso econômico a pequenos proprietários agrícolas**, sem alcançar o conjunto da população;
9. na contramão de um verdadeiro desenvolvimento emancipador, o **Estado abandonou o campo e patrocinou um processo de urbanização acelerada**, acentuando a deficiência alimentar com o êxodo rural;

10. **embora a urbanização não fosse um mal em si, acentuou outros problemas histórico-estruturais**, que já existiam desde a chegada dos primeiros aventureiros europeus no país, instigados a obter altos e céleres lucros, a qualquer custo;
11. o **desenvolvimento econômico no país**, com as características acima delineadas, enquadra-se no **tipo colonialista e não nacionalista**, pois, basicamente, **limitado a certos setores mais rentosos**, em detrimento de outros setores básicos, indispensáveis ao progresso social;
12. por trás da estrutura desse **progresso de fachada** permanecem **latifúndios improdutivos, o sistema de agricultura expansiva e escravocratas, o pauperismo e a fome**;
13. a par dessa aparência de progresso, pouco favorável à melhoria das condições alimentares do país, o **Estado abandonou as regiões mais pobres, que, proporcionalmente, têm mais fome**;
14. o Estado, quando se valeu de suas próprias poupanças para se desenvolver, não observou critérios de prioridades, preferindo **alocar recursos em áreas mais adiantadas,** quando existiam centros em expansão, potencialmente capazes de participar do processo econômicos;
15. o perfil de desenvolvimento econômico adotado no país **deixou de integrar áreas marginais**, como a Amazônica e o Nordeste, neste último caso, na qual se concentra a maior parte da população brasileira e que vive em condições econômicas precárias;
16. o **Estado tem se limitado a proteger a economia açucareira do Nordeste**, que, isoladamente, nunca poderá emancipar a área, limitando-se a praticar políticas paternalistas nas épocas calamitosas da seca, beneficiando mais certos grupos de apadrinhados do que as próprias vítimas do flagelo;
17. as **áreas mais ricas do país, com maior poder econômico e político, podem cooperar para a emancipação das áreas mais pobres**, em benefício da nacionalidade, para acabar com a economia fragmentada;
18. a **pobreza e a fome do povo do Nordeste são decorrentes de condições históricas desfavoráveis e de um jogo de variáveis econômicas** que, à época, favoreceram o sul do país;
19. ao **Nordeste falta liderança política**. Se todo o Norte se unisse para reivindicar políticas cambial, de exportação, de tarifas e de créditos mais justas, a economia da região se expandiria mais depressa do que limitada, como está, a créditos orçamentários, incapazes de alterar solidamente o seu cenário;

20. a **disparidade dos índices de produção, de renda e de consumo entre as diferentes camadas sociais e regionais** do país traduz o seu subdesenvolvimento;
21. um **desenvolvimento econômico-social autêntico procura atenuar esses desníveis**, por meio de uma melhor distribuição da riqueza e um mais justo critério de investimento nas diferentes regiões e setores das atividades econômicas do país;
22. o **governo atual não tem proporcionado instrumentos adequados para se alcançar este nivelamento no conjunto econômico nacional** e, consequentemente, não tem contribuído para eliminar a fome de certas áreas do país;
23. as **regiões Amazônica e Nordeste se submetem a esta economia de dependência total do sistema econômico de outras**, sem modificar a sua situação alimentar;
24. para um **país agrícola**, o Brasil dispõe de pequena porcentagem de terras para o cultivo e, desta, parte insignificante destina-se à **produção de gêneros alimentícios**. A produção **insuficiente** resulta no baixo consumo de alimentos, principalmente os chamados protetores, como frutas e verduras, comparativamente aos quadros estatísticos mundiais;
25. a realidade social vigente mostra que **o Brasil, apesar do progresso econômico, ainda é uma das grandes áreas da geografia universal da fome**;
26. embora a **consciência da realidade do problema da fome** tenha melhorado, com a abertura do debate entre o governo e o povo, **poucos foram os resultados**;
27. desde 1930, o desenvolvimento econômico no Brasil prosperou, em termos de capacidade de autonomia, e a **industrialização aumentou a sua capacidade produtiva**, cresceram também os índices da renda média *per capita*. **Entretanto, há desigualdade na distribuição da renda** entre os diferentes grupos sociais e concentração em certas áreas e nas mãos de certos grupos, o que não denota um progresso social;
28. o **desnível setorial entre indústria (região sul) e agricultura (região norte) é a mais grave distorção da dinâmica do desenvolvimento econômico do país**. É sobre este ponto que o ensaio dispensa a sua maior atenção;
29. o processo de desenvolvimento econômico do Brasil, um país subdesenvolvido, criou uma série de desequilíbrios que demandariam **ações corretivas**. Exatamente por isso que **não se pode importar modelos de desenvolvimento como transposição válida da experiência de outros povos**;
30. a distorção mais acentuada no caso do **desenvolvimento econômico do Brasil tem sido o atraso da agricultura em relação ao progresso industrial**, quando o nível

de produção alimentar que se atingiu somente atende às necessidades solváveis da população, sendo insuficiente para suprir as necessidades vitais;

31. a **fraqueza e o atraso da agricultura** são mais nítidos, não em relação ao volume de produção, mas **aos índices de produtividade do trabalhador agrícola e da terra cultivada**, fatores que **travam a economia nacional, freando o próprio ritmo de industrialização**;
32. **um dos fatores de estrangulamento da economia industrial é a escassez de matérias-primas** necessárias para que o país possa concorrer com os mercados mundiais e, ainda, obter meio de subsistência para alimentar o povo;
33. no contexto do marginalismo econômico, tudo leva à **oneração do erário público, por meio da prestação de serviços sociais, quando poderiam ser aplicados em investimentos produtivos**. As forças de contenção, oriundas do atraso da economia rural, limitam o nosso desenvolvimento econômico;
34. o abandono da agricultura vem pesando na situação alimentar do povo, com a **inflação que se reflete na alta dos preços dos gêneros alimentícios**;
35. o **aumento do custo de vida** consome inteiramente a **classe trabalhadora** que se vê obrigada a um **regime de restrições em razão da perda do valor aquisitivo dos salários, apesar dos reajustamentos, mas sempre atrasados e em níveis inferiores à inflação**;
36. há **desenvolvimento desequilibrado quando o esforço recai somente num único setor da economia**, que cedo ou tarde sofrerá com o impacto e reduzirá o ritmo de expansão;
37. é preciso integrar a **população rural, maior parte no percentual da demografia do país**, **alijada do consumo básico** para a sua sobrevivência, tendo em vista a **ausência de mercado interno para absorver a crescente produção industrial**;
38. com **o recesso do ritmo de expansão da indústria** no país, amplia-se o **desemprego pela superprodução e falta de mercado interno**. Paralelamente, verifica-se a alta dos custos de produção em conjunto com a alta dos preços dos produtos de subsistência. Isso **se agrava com as migrações**, devido à falta de amparo à economia rural;
39. quanto ao dilema do pão ou do aço, a **maioria dos economistas acreditam que se deve concentrar todo o esforço na industrialização intensiva e não na obtenção de bens de consumo**. A coletividade deve arcar com o curso do progresso, se sacrificar, para que o Brasil possa se emancipar economicamente;

40. a **solução do dilema não está no atendimento exclusivo ao pão ou ao aço, mas aos dois, simultaneamente**, tendo como critério as circunstâncias sociais e as disponibilidades econômicas existentes, **sem sacrificar demasiadamente, acima do tolerável**, e, ainda, **de maneira desproporcional entre todos os grupos sociais**. Entretanto, o governo não está atento às necessidades da população que vive da agricultura;
41. a inadequação de nossas estruturas agrárias é o fato essencial da **má utilização de nossos recursos naturais, da baixa produtividade agrícola e da subocupação do homem do campo**, com destaque para a **inadequada distribuição das propriedades**, sendo que dos latifúndios decorrem a ínfima porcentagem de área cultivada no país;
42. os **minifúndios desenvolvem exploração antieconômica** e miséria crônica de uma subsistência que não mata a fome da própria família;
43. a **reforma agrária adequada** não se faz com a simples desapropriação e redistribuição de terra, mas com um **limite à exploração da propriedade agrária** de modo que eleve o seu rendimento e melhore a distribuição dos benefícios auferidos da terra para toda a coletividade rural;
44. além da estrutura agrária, **é preciso ultrapassar outros obstáculos, como a rede interminável dos intermediadores e atravessadores nos processos de distribuição da produção agrícola, dos monopolistas e exploradores da fome**.

Na sequência, foram apontadas, em síntese, as seguintes conclusões (Castro, 1984):

1. o **Brasil ainda não conseguiu se libertar da fome e da subnutrição** que marcaram a sua história social, o que travou o seu progresso e o bem-estar social do seu povo;
2. a **dualidade brasileira**, com a sua estrutura econômica integrada e próspera no **setor industrial,** de um lado; e a **estrutura agrária**, com manifesta **tendência à monocultura latifundiária**, do outro, é a **principal responsável pela fome**;
3. a situação do **abastecimento alimentar no país** é o fator mais negativo da estrutura agrária brasileira, formada por um **inadequado regime de propriedade e de relações de trabalho, e inutilização da riqueza potencial dos solos**;
4. os **baixos índices de produtividade agrícola, a produção insuficiente pela exiguidade de terras cultivadas, a insuficiência dos meios de transportes e de**

armazenamento dos produtos constituem fatores de base do abastecimento alimentar insuficiente e inadequado às necessidades alimentar da população;

5. a **inflação provocada pela alta dos preços dos produtos alimentares e a baixa capacidade de compra** de certos setores da população, sobretudo na zona rural, têm acentuado as dificuldades do abastecimento alimentar de sua maior parcela;
6. apesar dos esforços de programas de educação alimentar e de extensão agrícolas, destinados a propagar conhecimentos sobre a alimentação adequada, a **ignorância** ainda é um dos fatores do agravamento na dieta brasileira, em razão da **má aplicação por parte do povo de seus parcos rendimentos**;
7. o **surto de expansão industrial, sem o simultâneo incremento da produção agrícola**, de modo a atender o aumento da demanda de alimentos, principalmente das cidades, também é um **fator de agravamento da situação alimentar do país**;
8. de modo geral, a **alimentação do brasileiro, em toda a sua extensão territorial, apresenta-se, em regra, insuficiente, incompleta e desarmônica, com fome epidêmica, endêmica e de subnutrição crônica**;
9. entre as inúmeras e graves deficiências decorrentes da fome tanto global como específica, os **baixos índices de longevidade e a incapacidade laborativa**;
10. **nenhum plano de desenvolvimento é válido se não melhorar em prazo razoável as condições alimentares do povo**, sem o qual é incapaz de produzir em níveis que conduzam o país a um **desenvolvimento econômico equilibrado**.

Após expor “o quadro da dramática situação alimentar do país, seus traços mais marcantes”, Castro salientou (1984, p. 289):

> (...) a necessidade de uma política alimentar mais efetiva, que não seja apenas de paliativos de correção das falhas de programas simplesmente assistenciais. (...), que venha a criar os meios indispensáveis à elevação dos nossos padrões de alimentação. (...) é necessário por parte dos poderes públicos é condicionar o desenvolvimento e orientá-lo para fins bem definidos, dos quais nenhum se sobrepõe o bem-estar social da coletividade. (...). Só assim teremos um verdadeiro desenvolvimento econômico que nos emancipe de todas as formas de servidão (...).

Como se nota, Geografia da Fome ultrapassou a análise fisiológica da fome e desenvolveu-se de modo amplo, alcançando as perspectivas histórico-culturais, sociais e econômicas. Em linhas gerais, é possível se afirmar que Castro se posicionou negativamente sobre os reflexos oriundos da industrialização brasileira tardia sobre a sociedade de 1930-1960, porquanto, entre outros argumentos, respaldou-se na busca do desenvolvimento a qualquer

custo, com grave comprometimento da população mais carente, notadamente seu direito à alimentação.

1.4 REFERENCIAL TEÓRICO 1: JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DA PROPOSTA DISSERTATIVA (IDEIAS-CHAVE)

No item anterior, apresentou-se, de modo mais resumido possível, a espinha dorsal da obra Geografia da Fome, pontuando os principais elementos trabalhados por Castro, do objeto às suas conclusões gerais.

Agora chegou o momento de extrair-se as ideias-chave que fazem parte do referencial teórico deste trabalho. A seleção restringiu-se àquelas que abordaram os aspectos econômicos, sociais e políticos da fome e que viabilizaram as reflexões sobre a desigualdade de acesso ao alimento, com base na renda, nos limites da proposta dissertativa. São elas:

1. a fome não é uma fatalidade, nem uma consequência natural, é **produto do próprio homem contra o seu semelhante**;
2. a fome é um **problema histórico-estrutural**, portanto, **complexo**, que depende para a sua solução da adoção de ações, integradas, articuladas, contínuas e sistêmicas, pautadas na interdisciplinaridade;
3. a fome é um **fenômeno social e econômico**, decorrente do seu automático desequilíbrio, principalmente da desigualdade de renda que impede ou prejudica o acesso ao alimento. Sem se alimentar adequadamente, a população adoece, com reflexos na produtividade laboral, de modo a não contribuir para o progresso nacional;
4. a fome é um **fenômeno eminentemente político** porque o Estado se mostra incapaz e desinteressado na correção de distorções do sistema econômico, como a desigualdade de renda; na inoperância em equilibrar os interesses privados e coletivos, e os interesses inter-regionais e, ao contrário, atua em prol de minorias, dando ênfase aos aspectos econômicos, em detrimento do bem-estar social; não prioriza o aumento progressivo das capacidades aquisitivas da população, nem as estruturas que poderiam garantir uma revalorização fisiológica do homem, preferindo o puro assistencialismo e o enfrentamento pontual, transitório e emergencial da fome no país;

5. é preciso **reconhecer os erros do passado** para reencontrar um caminho adequado e eficaz de reduzir a fome no país.

Salienta-se que, com o uso dessas ideias-chave, não se quer encontrar uma solução definitiva ou inovadora para o problema da fome no Brasil. Utilizá-las como uma espécie de fórmula mágica em “Cinco Passos”. O próprio Castro afirmou que, para essa doença, não havia “ação fulminante de um remédio específico (Andrade, 2003).

Entretanto, serão tomadas como subsídio para o desenvolvimento da proposta dissertativa, cujos elementos básicos constam da introdução deste trabalho e, com mais detalhes, no seu terceiro capítulo.

Antes de adentrar à porta do desenvolvimento e planejamento territorial para a análise da fome urbana no Brasil de 1930-2022, passa-se ao “QUARTO DE DESPEJO: Diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, obra que com Geografia da Fome completa o embasamento teórico deste trabalho.

CAPÍTULO 2: "QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA" (1960): O TESTEMUNHO DE CAROLINA MARIA DE JESUS SOBRE A FOME URBANA NO BRASIL

CAPÍTULO 2. "QUARTO DE DESPEJO: Diário de uma favelada" (1960): O TESTEMUNHO DE CAROLINA MARIA DE JESUS SOBRE A FOME URBANA NO BRASIL

> "Fiz o café, e os pães que eu ganhei ontem. Puis feição[51] no fogo. Quando eu lavava o feijão pensava: eu hoje estou parecendo gente – vou cozinhar feijão. Parece até um sonho!"

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como já salientado na introdução, o recrudescimento da fome mundial, que já vinha sendo observado pela FAO desde 2014, tornou o seu combate ainda mais desafiador com os nefastos reflexos da crise sanitária causada pelo novo coronavírus a partir de março de 2020. O cenário despertou iniciativas científicas de pesquisas, análises, discussões e reflexões sobre o flagelo, bem como as medidas que poderiam alterar o itinerário dessa realidade.

No âmbito internacional, a FAO apresentou evidências sobre a insegurança alimentar. Por meio dos relatórios SOFI 2021-2023, apurou que a fome, no período de 2020 a 2022, entre outros aspectos, havia aumentado em grupos mais vulneráveis, considerando o gênero, a renda, a escolaridade, a ocupação e o estado civil (separados ou divorciados). E mais: a insegurança alimentar grave se abatia mais em mulheres. Constatou também que essa desigualdade de gênero recaía sobretudo nos estratos mais pobres, com menor escolaridade, com elevado índice de desemprego e residentes em periferias (FAO, 2021-2023).

Na América Latina, as cifras desse aumento assimétrico, em termos de gênero, foram significativas, havendo uma pequena redução entre 2018 e 2019. No entanto, em 2020, ano sublinhado pela crise epidemiológica planetária, os números projetados em desfavor das mulheres seguiram uma curva ascendente, no nível mais grave da fome. Entre os fatores apontados nos relatórios SOFI 2017-2021, destacaram-se as dimensões produtivas e econômicas somadas à sobrecarga de tempo de dedicação à família. Uma queda da desigualdade no acesso ao alimento foi experimentada entre 2021 e 2022, notadamente em algumas regiões do mundo e em países como o Brasil (FAO, 2021).

Por aqui, ampliaram-se os debates em torno da temática. O discurso crítico de Jesus voltou a ser referência de denúncia social. "QUARTO DE DESPEJO: diário de uma favelada", que versa sobre a fome, entre outros dramas urbanos, voltou ao topo de leituras e releituras.

---

[51] Salienta-se, desde logo, que para os dizeres de Carolina Maria de Jesus seguirão *ipsis litteris*.

Em 2020, o seu legado foi resgatado em lançamentos editoriais. A obra recebeu edição comemorativa após 60 anos da publicação original. No ano seguinte, a Universidade Federal do Rio de Janeiro concedeu à Carolina Maria de Jesus o título de Doutora *Honoris Causa*, como reconhecimento oferecido a pessoas com contribuições decisivas para a arte, a ciência e a cultura brasileiras (UFRJ, 2021).

Já em 2022, a Câmara Municipal de SP realizou a 1ª edição do Prêmio Carolina Maria de Jesus para reconhecer o trabalho de mulheres negras que se evidenciaram nos campos das artes, da defesa dos direitos humanos, no combate à miséria e à fome na cidade. O ano também foi marcado pela Exposição Carolina Maria de Jesus: Um Brasil para os brasileiros, em cidades como Rio de Janeiro (RJ) e SP, pelo Instituto Moreira Salles (IMS, 2022).

Carolina Maria de Jesus também voltou a ser parâmetro e basear dissertações, teses, estudos, debates e outras produções jornalísticas e acadêmicas. Um rápido acesso ao *google* mostra a grande quantidade de páginas eletrônicas de projetos e blogs criados com objetivos variados. A dimensão do surgimento e da proliferação de pesquisas científicas sobre Carolina Maria de Jesus e seu pensamento pôde ser constatada no Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que, ainda, permite verificar a diversificação de abordagens e áreas de conhecimento. Entre 1993 e 2019, valendo-se do nome da autora e do título de sua obra, "QUARTO DE DESPEJO: Diário de uma favelada", constam os registros de 115 e 57 teses e dissertações, nessa ordem. Entre 2020 e 2022, foram 96 e 53 teses e dissertações (CAPES, 2022).

Nesse interregno, inquéritos realizados de dezembro de 2020 e novembro de 2021 a abril de 2022 **(**I e II VIGISAN – 2021-2022), apuraram o aumento de vulnerabilidades associadas ao gênero, à cor, à posição de referência no âmbito familiar, à escolaridade e à renda. Segundo os dados coletados, a mulher autodeclarada parda/negra, chefe de família, com baixas escolaridade e renda foi a mais atingida pela fome no país (Rede PENSSAN, 2021-2022).

Percebeu-se que a fome no Brasil de 2022 tinha um rosto. Extraído do contexto de uma calamitosa crise sanitária (2020-2022), esse rosto vai ao encontro do de Jesus, mulher, negra, mãe solteira, de baixas escolaridade e renda, um perfil socioeconômico das décadas de 1950 e 1960. O rosto do Brasil da fome de ontem, "Carolinas do século XX" (1930-1960), parece ser o mesmo dos de hoje, "Carolinas do século XXI" (2020-2022). O presente visita o passado. Não se pode falar que a fome é uma intrusa. Ela está assim, grave, desde 2014. O Brasil de hoje continua sendo um Brasil de Carolinas? Antes de responder ao questionamento, faz-se necessária uma aproximação de Jesus.

2.2 QUEM FOI CAROLINA MARIA DE JESUS?

Ao contrário do que possa parecer, dizer quem foi Carolina Maria de Jesus não é uma tarefa das mais fáceis. Isto porque a descrição não se resume a uma simples biografia, o que, aliás, consta abundantemente em diferentes fontes, da *internet*, inclusive, de fácil e rápido acesso. Afinal, Carolina foi considerada uma das mais importantes escritoras negras do Brasil por instituições de renome (UFRJ, 2021).

A dificuldade reside mesmo em conferir-lhe a merecida qualificação por sua contribuição literária que ainda reverbera pelo mundo afora, especialmente se consideradas as condições totalmente desfavoráveis de uma carreira profissional para uma mulher, negra, favelada e mãe solo na década de 1960[52].

Por outro lado, a autora não dispensa apresentações. Muita gente não a conhece. Esta dissertação mesmo somente adotou "QUARTO DE DESPEJO: diário de uma favelada" como parte do embasamento teórico após a brilhante ideia do orientador, professor doutor Ycarim Melgaço Barbosa.

A dissertação não diz respeito à autora, mas sobre o que ela disse e do lugar da qual emanou sua fala, pelo que, ainda assim, faz-se necessária uma breve exposição sobre o panorama de sua vida. Para tanto, recorreu-se a livros especializados. Outros dados e informações foram extraídos do site do projeto bibliográfico digital "Vida por Escrito", da Literatura Afro-Brasileira da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e da Prefeitura de Sacramento/MG.

Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento, aos 14 de março de 1914, num ambiente indiferente à vida de negros e pobres e quando o mundo vivia a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Era neta de escravos e filha de uma família pobre de lavradores. A mãe era analfabeta e lavadeira. Carolina cresceu com mais sete irmãos. Não conviveu com o pai, que desapareceu e nunca mais retornou. A baixa escolaridade não a impediu de apaixonar-se pelos livros. Cursou

[52] O texto original do Código Civil de 1916, o qual foi substituído em 11 de janeiro de 2002 pela Lei nº 10.406 (novo Código Civil – CC/2002), retratava uma sociedade patriarcal e conservadora. O universo da mulher era reduzido ao lar e aos cuidados domésticos do marido e filhos. As conquistas alcançadas pelo movimento feminista no Brasil tiveram uma trajetória bem diferente do resto do mundo. Em resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, publicada em 1789 durante a Revolução Francesa, Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze, propõe em setembro de 1791 à Assembleia Nacional da França a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (ROCHA. et. al., 2020). A declaração não foi aceita e permaneceu empoeirado até ser retomada em 1986 por Bernóite Groult, jornalista, escritora e ativista feminista francesa. Antes disso, em 1949, a filósofa também francesa, Simone de Beauvoir publica o livro O Segundo Sexo, reconhecido como um marco do feminismo (Portal MEMÓRIAS DA DITADURA, 2023). No Brasil, o movimento aparece fragmentado em bandeira e espaço de tempo, mas se intensifica na época da ditadura militar (TELES, 1993, p. 53).

até o segundo ano primário[53], graças a uma vizinha da cidade natal que, além de incentivá-la a estudar, custeou parte das despesas (Farias, 2018).

A história de Carolina Maria de Jesus em SP começou com uma viagem da família em 1930 e, logo depois de vaivéns pela estrada, instalando-se, definitivamente na cidade, quando decidiu acompanhar uma empregadora doméstica sete anos depois. Mais tarde, viveria por um ano debaixo de pontes e viadutos. Depois disso, desempregada e grávida, mudou-se em 1948 para a favela do Canindé, onde morou com os três filhos, quando eram crianças[54], todos frutos de diferentes relacionamentos (Farias, 2018).

A sua produção literária foi múltipla, englobando "poemas, contos, peças teatrais, romances, provérbios, diários pessoais e compunha músicas" (Prefeitura de Sacramento, 2022). Carolina Maria de Jesus peregrinava por jornais e revistas para conseguir publicar seus escritos. Em 1950, finalmente, teve o aceite do jornal "O Defensor" de veicular um poema em homenagem a Vargas. Devido suas insistências, passou a ser conhecida como "A Poetisa Negra" (Farias, 2018).

A história da favela do Canindé, contada por Carolina Maria de Jesus em seus diários, foi descoberta em 1958 pelo jornalista Audálio Dantas, da "Folha da Noite". Para sua surpresa, a matéria que havia sido encarregado de escrever já constava em cadernos encardidos no interior de um dos barracos visitados. Carolina era a sua autora (Jesus, 2014, prefácio). Com a ajuda do jornalista, Carolina conseguiu propagar parte da obra sobre o cotidiano da favela. A primeira versão do material constou de um exemplar de 1950 do jornal em que trabalhava o seu "descobridor". Depois, no "Cruzeiro", a revista de maior circulação da época. Era o começo de um sucesso, mas com prazo curto para acabar. A sua história de vida não tem um final feliz.

No dia 19 de agosto de 1960, Carolina Maria de Jesus se torna a escritora do livro "QUARTO DE DESPEJO: Diário de uma favelada". Audálio Dantas selecionou e editou os trechos mais significativos, preservando a linguagem da autora, incluindo a grafia e a acentuação das palavras (Jesus, 2014, prefácio).

As imperfeições da escrita na obra tornaram Audálio e Carolina alvos de críticas e especulações. Colocaram em dúvida a sua autenticidade. A ambição literária de Carolina Maria de Jesus foi motivo de chacota pela elite intelectual (Farias, 2018). Com efeito, o sucesso de

[53] De acordo com a estruturação da educação escolar brasileira (Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, alterada pela Lei nº 12.796, e abril de 2013), corresponde ao ensino fundamental de hoje.
[54] De acordo com o artigo 2º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, considera-se criança: "a pessoa até doze anos de idade incompletos" (PLANALTO, 2023).

Carolina Maria de Jesus parece ter incomodado muita gente na década de 1960, com sua temática e discurso franco e pouco ortodoxos.

A esse respeito, em entrevista, Carolina comentou (2014, p. 195): "Não é preciso ser letrado para compreender que o custo de vida está nos oprimindo (...). Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. (...) Eu escrevi a realidade". Estratégia ou não, a providência e zelo do jornalista Audálio Dantas possibilitou o leitor se aproximar da realidade retratada por Carolina Maria de Jesus, como autora e protagonista, e garantiu-lhe sucesso editorial, uma vez que o seu estilo e o próprio enredo da obra eram novidades na época. Não fosse o *feeling* jornalístico de Audálio, os escritos certamente teriam se perdido no lixo paulistano.

Figura 3. Foto de Carolina Maria de Jesus na noite de autógrafos do lançamento da obra (19/8/1960) e de trecho do seu diário sobre o grande dia.

Fonte: site do Instituto Moreira Salles

Enquanto despertava o interesse de ricos, famosos, políticos, estudiosos e intelectuais, a fama fez Carolina Maria de Jesus conhecer um mundo que sequer imaginava para muito além da favela paulistana. Foi entrevistada como uma das vinte e seis mulheres de destaque, sendo Carolina a única negra da prestigiada lista (Prefeitura de Sacramento). Em virtude do sucesso e da repercussão da obra, Carolina Maria de Jesus foi homenageada pela Academia Paulista de Letras e pela Academia de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo. Outras condecorações se seguiram, dentro e fora do país. Chegou a obter o título de cidadã pela Câmara Municipal de SP. O êxito editorial decorreu, basicamente, da curiosidade despertada nos leitores pelo inusitado ambiente da favela e sua gente, e pela pobreza urbana e suas mazelas. A ideia da

miséria pela mão da miserável impactou a sociedade. Foi um verdadeiro choque de realidade (FARIAS, 2014, p. 241 e 245).

Segundo o próprio Audálio Dantas, Carolina se tornou "um artigo de consumo e, em certo sentido, num bicho estranho" (Jesus, 2014, prefácio).

A aura publicação da obra serviu apenas para Carolina adquirir um imóvel no Alto de Santana, quando, finalmente, pôde sair da favela. Não saiu como legítima representante dos moradores, ao contrário, fez inimizades com as histórias contadas ao mundo, saindo sob frases de baixa calão e gestos piores ainda (Farias, 2018). O desinteresse do mercado editorial não tardou e dificultou produções posteriores. "Casa de Alvenaria: Diário de uma ex-favelada" (1961) não teve o mesmo sucesso que "QUARTO DE DESPEJO: diário de uma favelada". Somados a outros fundamentos, como a sua personalidade forte, Maria Carolina de Jesus teve que custear alguns de seus trabalhos. Logo caiu no esquecimento e regressou à pobreza em que viveu boa parte da vida. Voltou a não ter nem pão para dar aos filhos. Voltou a catar lixo (Farias, 2018). O que antes representava um sonho, morar numa casa de alvenaria, tornou-se um tormento, entre os quais ter que suportar uma sociedade falsa e hipócrita. Para se afastar disso tudo, em 1963 mudou-se com os filhos para um sítio no bairro de Parelheiros, SP.

Carolina Maria de Jesus faleceu cedo, aos 62 anos, em 13 de fevereiro de 1977. Nenhuma autoridade foi ao seu enterro ou velório (Farias, 2018). Após sua morte, outras obras foram levadas a público, a última em 1986 ("Diário de Bitita"). Carolina se tornou nome de rua, de biblioteca, de centro cultural e museu, e sua vida foi contada e reproduzida em diversas produções literárias. O destino dos filhos não se diferenciou muito da matriarca.

Foi um longo ostracismo até que o nome de Carolina Maria de Jesus fosse retomado em 1990. A institucionalização do arquivo da autora, por intermédio da pesquisa desenvolvida por professores da Universidade de São Paulo e de *Miami*, resultou na publicação do livro "Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus", em 1994. A iniciativa também levou à microfilmagem do acervo custodiado por uma de suas filhas, Vera Eunice de Jesus Lima. Foi fruto da cooperação firmada entre a Biblioteca Nacional do RJ e a Biblioteca do Congresso dos EUA para (Prefeitura de Sacramento). O seu centenário em 2014 foi celebrado com inúmeras eventos e lançamentos, a exemplo do portal bibliográfico "Vida por Escrito", parte do projeto "Vida por Escrito - Organização, classificação e preparação do inventário da obra de Carolina Maria de Jesus", contemplado pelo Edital Prêmio Funarte de Arte Negra, categoria Memória, em 2013. O legado que Carolina vem sendo recuperado, preservado, reiteradamente lembrado e debatido por diversas frentes acadêmicas e midiáticas para que não caia em novo esquecimento.

Com esta proposta, buscam-se ideias-chave do "QUARTO DE DESPEJO: Diário de uma favelada" para se pensar a fome enquanto um problema eminentemente político no âmbito urbano. A proposta também representa uma parcela de colaboração para que a literatura de Carolina Maria de Jesus não fique no passado e suas lições continuem vivas e participantes de importantes reflexões sociais mundo afora.

Com o fim de facilitar o desenvolvimento deste trabalho, os nomes da obra "QUARTO DE DESPEJO: Diário de uma favelada" e de sua autora, Carolina Maria de Jesus, recebem novo tratamento: Quarto de Despejo e Carolina, nessa ordem.

2.3 A ROTINA DA PANELA VAZIA: DESABAFO SOLITÁRIO E DENÚNCIA SOCIAL (1955-1960)

Planificação do pensamento de Carolina

Com menos de 200 páginas, Quarto de Despejo é um livro dividido por datas não sequenciais, intervaladas de 15 de julho de 1955 a 1º de janeiro de 1960. É possível organizar as narrativas em três períodos: 15 a 28 de julho de 1955; 2 de maio a 31 de dezembro de 1958 (a parte mais extensa); e 1º de janeiro de 1959 a 1º de janeiro de 1960.

A fala de Carolina enquadra-se nas concepções de literatura memorialista[55] e testemunhal[56], uma vez que construída por episódios recordados de sua vida pessoal, familiar e profissional, e a de terceiros, com quem conviveu (é, a um só tempo, autora, narradora e personagem[57]), e sobre os quais tece reflexões [58] (Andrade, 2009).

As histórias contadas no diário foram vertidas do duro cotidiano dos moradores da favela do Canindé, uma das tantas favelas de SP. Carolina e sua família também eram seus moradores. É o registro da visão de alguém de dentro do universo retratado. São memórias reflexivas de testemunho, portanto. Para a literatura ortodoxa da época, uma verdadeira intrusa. Por isso também, o estilo de Carolina insere-se no campo da literatura realista, surgida em meados do século XIX, na França, e caracterizada como manifestação cultural com olhar mais realista e objetivo sobre as relações humanas e o seu cotidiano, geralmente atrelado a críticas de caráter sociais (SOUSA, 2004).

[55] Que se traduz numa narrativa de resgate, alternando, de modo sutil, entre o real e o imaginário.
[56] Diz respeito a um relato da experiência traumática do próprio narrador.
[57] Típico de uma autobiografia.
[58] Por isso, a literatura produzida por Carolina também é reflexiva, pois exprime ponderações sobre a realidade que retrata na obra.

Figura 4. Carolina com os três filhos

Fonte: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/08/18/quem-foi-carolina-maria-de-jesus-uma-das-mais-importantes-escritoras-do-brasil.ghtml

A par disso, a peculiaridade do texto original marcado pela escrita coloquial e recheada de metáforas. É fácil perceber que Carolina confere a certas expressões significados particulares. Faz o mesmo em relação a elementos do universo de sua narrativa. O seu exemplo está no próprio título da obra, cujo conteúdo será adiante comentado.

Todos os recursos literários usados por Carolina propiciam uma experiência singular ao leitor, pois o fazem aproximá-lo do cenário, da narradora e dos personagens e, assim, compreender todo o enredo proposto. Essa talvez seja uma das inúmeras qualidades de destaque do estilo literário de Carolina. Submeter o leitor à sua realidade e fazê-lo perceber com todos os sentidos: o barulho da algazarra e das discussões acaloradas dos moradores, o gosto amargo e vazio da fome e do pedaço de carne que quase nunca faz parte do cardápio, o cheiro fétido da favela às margens do rio Tietê, a visão da habitação precária e a textura da lama que obrigava moradores, todas as manhãs, com destino aos trabalhos, a carregarem os próprios sapatos nas mãos para não se sujarem. As adversidades de favelas brasileira já haviam sido contadas por outros escritores, mas ninguém conseguiu, como Carolina, cumprir a missão de forma tão surpreendente e exuberante (Jesus, 2014, prefácio).

O dia a dia da favela do Canindé foi apresentado por Carolina com riqueza de detalhes, de forma nua e crua, e sem qualquer censura. A obra não foi resultado de uma teorização, após orientação e revisões gramaticais e de formatação. O que está escrito em Quarto de Despejo defluiu da experiência de alguém que descreveu a miséria, tudo o que ouviu, viu, cheirou e sentiu, por que a vivenciou bem de perto.

O Brasil de Carolina (1930-1977) e de Quarto de Despejo (1955-1960)

Antes de explorar as particularidades de Quarto de Despejo, faz-se necessário contextualizar alguns aspectos do período de 1930 a 1977, com vistas a melhor entender as bases sobre as quais afloraram todos os seus registros.

Como dito anteriormente, Carolina chegou a SP na década de 1930 e mudou-se para a favela do Canindé em 1948. Quarto de Despejo foi publicado em 19 de agosto de 1960, alguns meses depois da inauguração de Brasília/DF, a nova capital federal[59]. O ano também marcou a realização de mais um sonho de Carolina: morar numa "Casa de Alvenaria". Após altos e baixos, em 1968, a escritora afasta-se da cidade e instala-se com a família em Parelheiros/SP. Falece em 1977.

Dada a interseção do Brasil de Carolina (1930-1977) com o de Quarto de Despejo (1955-1960), optou-se pela apresentação sequencial do contexto histórico-político, jurídico-legislativo, econômico e social, tal como feito no capítulo inaugural deste trabalho. Entretanto, essa exposição encontra-se registrada no capítulo anterior até abril de 1964. Assim sendo, os referidos contextos, neste momento, serão abordados genericamente, salvo os dados e as informações restritos a SP, cidade retratada em Quarto de Despejo. Diferentemente se faz quanto ao quadro dos anos posteriores até o falecimento de Carolina (1962-1977), que serão expostos com as minúcias pertinentes.

Em breve retrospectiva, os anos de 1930 a 1970 foram desafiadores para o mundo. Crises econômicas e conflitos político-ideológicos promoveram profundas transformações, especialmente para países subdesenvolvidos, como o Brasil. O conteúdo da obra de Carolina chegou a até ser motivo de preocupação de um dos seus interlocutores (2014, p. 108): "Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade". O Brasil da primeira metade do século XX buscava o seu desenvolvimento econômico. O estímulo viria do próprio Estado e o veículo para alcançar-se o desiderato era a industrialização do país. Milhares de pessoas até então submersas no ambiente rural, partiram para cidades em busca de melhores condições de vida.

O Brasil em que viveu Carolina, da chegada à SP até o seu falecimento, passou por diferentes experiências políticas (1930-1945; 1945-1946; 1951-1954; 1954-1956; 1956-1961; e 1964-1977), ora democráticas, ditatoriais, ou estas últimas simultaneamente, com mandatos longos, outros extremamente curtos. O Brasil de Carolina passou por quase dezessete governos brasileiros (1930-1979).

[59] Em 21 de abril de 1960 ocorreu a fundação de Brasília, um dos frutos do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

O arcabouço jurídico-legislativo do período transitou pelas Constituições de 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967[60], e pela EC nº 1/1969, oscilando entre conquistas, avanços e retrocessos nos direitos e garantias fundamentais, na organização e estrutura político-administrativa brasileira e no relacionamento entre os Poderes. O fluxo migratório iniciado na década de 1930 deflagrou o processo de urbanização. De 1930 a 1960, o país tinha 70,9 milhões de habitantes, mais situados na zona rural que na urbana (IBGE, SIDRA, *online*).

Inicialmente agrário, exportador de produtos primários e dependente da importação para abastecer o mercado interno, o país transformou-se, rapidamente, em urbano-industrial. Os Estados de SP, RJ e Belo Horizonte se destacaram como centros industriais de referência no país e comandaram os índices de crescimento populacional nas cidades. Em 1940, SP contava com 7,1 milhões de habitantes, dos quais 2,8 milhões não sabiam ler nem escrever, a maior parte mulheres, 1,5 milhões (IBGE, CENSO 1940).

Era um Brasil focado no desenvolvimento industrial e na priorização de aspectos políticos e econômicos. Ainda assim, verifica-se que a classe trabalhadora passou a contar com um sistema legal e medidas governamentais protetivas. Entretanto, sofreu com o alto custo de vida e a desvalorização salarial. E, guardadas as devidas proporções, a parcela da população brasileira mais carente, desamparada de tutela estatal, ficou à deriva, vivendo em condições degradantes.

Em 1932, Vargas assegurou às mulheres o direito ao voto. Carolina foi uma das mulheres que puderam interferir nos rumos do país. Há trecho na obra em que Carolina sai para votar na manhã do dia 3 de outubro de 1958 (Jesus, 2014). Embora na época existisse quem considerasse Carolina semianalfabeta, ela sabia "ler e escrever". O critério era adotado pelo IBGE no Censo de 1940[61], quando se apurou que mais de 50% da população com 18 anos ou mais era analfabeta (IBGE, 1940). Salienta-se que a representação política pelo exercício do voto, tal como preconizado pela Constituição de 1988, ainda vigente no país, independentemente de classe social, raça, sexo ou grau de instrução, somente seria alcançada em 1985[62].

A tese desenvolvimentista, de caráter nacionalista, de Vargas, ou liberalista, de JK, não estendeu o seu progresso a todo o povo e a todas as regiões brasileiras. A busca pela prosperidade econômica no Brasil gerou desequilíbrios de toda ordem. Multiplicaram-se os

[60] A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, não é considerada uma Constituição Federal, pois decretada por uma Junta Militar (STF).

[61] Até hoje é o critério usado pelo IBGE, pessoa alfabetizada é aquela (2022, p. 12): "capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece".

[62] Isso foi resgatado com a Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985. O exercício do voto é facultativo. O analfabeto chegou a votar durante o período colonial, mas o direito foi abolido em 1881 (TSE).

problemas sociais já existentes e esse processo tornou-se campo fértil para o aparecimento de outros tantos. O ambiente urbano tornou-se insustentável, especialmente para a população hipossuficiente. O aumento da industrialização, da urbanização e do movimento operário conduziram a um aumento das pressões sociais (Brasil 500 anos, IBGE).

A economia tal como configurada precisava de uma força de trabalho diferenciada, mas a grande massa era detentora de baixos níveis de escolaridade (a maior parte analfabeta) e sem qualificação profissional. Cidades como SP não estavam preparadas para o aumento da densidade populacional. Entre as consequências, no final de 1940 e início de 1950, a proliferação dos cortiços e a favelização desenfreada. Carolina seguiu o fluxo migratório da maioria da população brasileira que se deslocou das zonas rurais para o meio urbano, ávidos por emprego e melhoria de suas condições de vida. Carolina acreditava que SP era "um paraíso para os pobres" progredirem. A imagem de cidade acolhedora logo cairia por terra (Farias, 2018).

Carolina descobriu, mais tarde e a duras penas, que a prosperidade apregoada pelo governo era pura demagogia política. A ideia de SP como lugar de oportunidades era mera ilusão. O desenvolvimento promovido pelo Estado era desigual e excludente. Os seus benefícios não eram para todos. Carolina não encontrou o seu lugar ao sol, como desejou. Tornou-se mais uma trabalhadora informal deixada pela economia desenvolvimentista. E a fila era grande, muito grande. Depois de encontros e desencontros, mais disto que daquilo, em 1948 Carolina estabeleceu domicílio, com os filhos, na Rua A, barraco nº 9, no bairro de Canindé, mais conhecida como favela do Canindé.

Da publicação de Quarto de Despejo (1960) até o seu falecimento (1977), Carolina assistiu ao golpe civil-militar de 1º de abril de 1964. Os anos de 1960 a 1968 foram marcantes para Carolina. Do sucesso editorial, logo cairia no esquecimento do público e retornaria a uma rotina de dificuldades financeiras. Em 1960, SP, cidade da região Sudeste, se tornou a maior e mais populosa cidade do país, com 3,8 milhões de pessoas (IBGE, CENSO, 1960).

No dia 15 de abril de 1964, teve início o mais longo governo militar do país, mas a ditadura começa mesmo em 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Ao todo, a ditadura do período durou 21 anos e esteve sob o comando de cinco presidentes das Forças Armadas e de uma junta militar. Com o AI-5, o Estado de direito é abolido, direitos, garantias e liberdades constitucionais que vigoravam foram suspensos. O Congresso Nacional foi fechado. Políticos e adversários do regime militar foram cassados, presos, exilados ou mortos (Garschagen, 2020). A ditadura militar teve relevância para o desenvolvimento da industrialização brasileira. Aliou o continuísmo do processo iniciado em 1930 ao crescimento

econômico. A taxa de inflação passou de 30% em 1960 para mais de 90% em 1964. O recuo viria ao longo dos anos seguintes, por meio de políticas de controles de preços, cortes orçamentários do governo e redução salarial (Só História, *online*).

A partir 1964, a ditadura militar rebaixa e retorna o problema da fome à antiga visão restritiva do campo biológico da desnutrição. Nesse período, houve uma tentativa de incorporar técnicas de planejamento nutricional ao planejamento econômico, sob a direção do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, INAN (Cerri; Santos, 2002; Vasconcelos, 2005).

Embora o Brasil vivesse uma ditadura militar, milhares de pessoas foram às ruas para reivindicar melhores condições de vida. O agravamento da exclusão social durante a ditadura militar não é uma novidade na história brasileira. O processo advém desde os tempos coloniais, passou pelas Repúblicas, velha, nova e contemporânea (Sawaia, 2014).

A moeda Cruzeiros é substituída por Cruzeiros Novos em 1965. Aquela é retomada em 1970 e vigora até 1986 (Moedas do Brasil, *on line*).

O país experimenta uma fase de recessão econômica entre 1962 e 1967 (Vasconcelos, 2005). No conjunto dos anos 30 e 70, predominou no Brasil a contenção ou congelamento salarial como parte da política econômica governamental autoritária, a ponto de ocorrer profunda distorção na repartição de renda e pauperização de parte do proletariado. O declínio do salário mínimo contrastava com o aumento progressivo da produtividade econômica. Quanto à área social, não havia ações globais e sistemáticas, mas apenas algumas medidas setoriais e controladoras de eventuais crises (Junqueira, 1981).

A Constituição de 1967 (CF/67) foi promulgada em 24 de janeiro e retrocedeu a conquistas verificadas por sua antecessora. Ademais, o texto recebeu várias emendas, por meio dos famigerados atos institucionais e decretos entre 1964 e 1969 (STF, *online*).

O Brasil vive uma época de elevado crescimento econômico entre 1969 e 1973. O PIB saltou de 9,8% em 1968 para 14% em 1973. A inflação ficou no patamar de 15,6% em 1973, quando era de 19,46% em 1968. Ela já vinha em queda desde 1964, depois de seu aumento galopante após JK. Não obstante o êxito econômico no país, a população experimentou uma fase de aumento da concentração de renda e da desigualdade social (Só História, *online*).

Na década de 1970, a população brasileira chegou a 94,5 milhões. A cifra virou a música que embalou a Copa Mundial: "Noventa milhões em ação...Pra frente, Brasil" Salve a Seleção!". Eram 46,3 milhões de homens, contra 46,8 milhões de mulheres (IBGE, Almanaque Demográfico, 2022). Observam Cavenaghi e Alves (2018, p. 22): "As atividades urbanas trazem um amplo leque de alternativas e possibilidades para as mulheres e favorecem as tendências de maior equidade de gênero".

A taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais era de 33,6%. Comparativamente ao censo de 1940, como citado anteriormente, observa-se uma queda expressiva. No ensino superior, as mulheres já se destacavam desde a década de 1970 (IBGE, 1970).

Como assinalou Ferreira (2019, p. 32): "o Censo demográfico do IBGE registrou pela primeira vez que, durante os anos setenta, a população urbana tinha superado a rural". Ao contrário dos Censos anteriores, agora a população brasileira era majoritariamente urbana, num percentual de 55,9% (IBGE, Almanaque Demográfico, 2022).

A economia mundial enfrentou recessões protagonizadas pelo petróleo. A primeira turbulência em 1973 foi causada por um aumento descomunal do preço do barril, como retaliação dos países árabes aos EUA. O mesmo cenário se repete em 1979, também por questões políticas, com graves reflexos econômicos. Se entre as décadas de 1930 e 1950, o mundo constatou que o problema da fome se fundava na dificuldade do seu acesso. Em 1970, o foco altera-se para a capacidade de produção agrícola. Nessa década, a questão nutricional voltou a se destacar na agenda pública militar, quando a temática se ampliou para as áreas da saúde, educação e assistência social (Vasconcelos, 2005).

A abertura política é iniciada no ano seguinte e governo derruba o odioso AI5, embora persistissem até o final da ditadura violações a direitos e liberdades, torturas e mortes. Como assinalou Garschagen (2020, p. 199): "Apesar dos reveses, Geisel e seus aliados mantiveram o processo de abertura. O presidente revogou o AI-5 em 31 de dezembro de 1978 e conseguiu emplacar o general João Baptista Figueiredo como o seu sucessor".

Os últimos anos do regime autoritário foram conduzidos para gradualmente e definitivamente devolver o país a brasileiros civis. Com efeito, os militares não estavam muito satisfeitos com os rumos tomados pelos governos, especialmente quando possibilitada a criação de novos partidos. O "sol da liberdade, em raios fúlgicos"[63] não foi um presente, mas um acordo para que os políticos não fossem julgados e punidos pelos crimes cometidos ou conexos com estes. Mas a anistia também alcançou dirigentes e representantes sindicais, empregados das empresas privadas e assegurou o retorno de cidadãos exilados no estrangeiro, que abarcava cidadãos comuns, jornalistas, intelectuais e políticos opositores. Um deles foi Castro, que,

[63] Frase extraída do hino nacional brasileiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d15671.htm. Acesso em: 7 jul. 2022.

infelizmente, faleceu antes de realizar o sonho de regressar à terra natal, com a esposa e os filhos. Lembra Aranha (2010, p. 121):

> O regime militar implantado no país em 1964 e que se prolongou por vinte e um anos exilou Josué de Castro até a sua morte e buscou calar também todos aqueles que pretendiam reagir contra as causas que mantinham a situação de fome a castigar milhões de brasileiros. Mesmo assim, foi da rua que se ergueu a resistência contra essa situação, a partir do Movimento contra a Carestia – que no final da década de setenta mobilizou donas de casa e trabalhadores contra a alta dos preços e o baixo poder aquisitivo dos mais pobres que os impediam de adquirirem os bens e serviços básicos que necessitavam, com destaque especial para os alimentos. (p.121)

Carolina não teve o mesmo destino, mas também foi considerada uma ameaça social, passando Quarto de Despejo a ser interpretada como algo subversivo, pois evidenciada a desigualdade do país (IMS, 2022).

Embora tenha havido aumento na geração de empregos durante a ditadura, a política de restrição salarial gerou reflexos negativos. Os salários baixos não asseguravam o acesso dos trabalhadores aos benefícios do crescimento econômico. A fase é marcada pela alta concentração da renda e aumento da desigualdade social (Garschagen, 2020).

Uma frase curiosa dita pelo então ministro da Fazenda, diz muito do tipo de postura adotada pelos governos de 1967 e 1974. Afirmou que: "era preciso fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo". Mas não foi exatamente isso que aconteceu. Os altos níveis de investimentos públicos nas áreas econômicas e sociais deveriam ter rendido muito mais frutos. O que se viu depois disso, foi a deterioração do poder de compra dos brasileiros mais carentes. Desde 1964, as políticas públicas foram abolidas ou descontinuadas.

A economia mundial atravessou outra turbulência. O protagonista foi o petróleo. Na primeira delas, houve um aumento descomunal do preço do barril do petróleo, como retaliação dos países árabes aos EUA. O Brasil, que estava sob o impulso do "milagre econômico" e figurava como a 9ª maior economia do planeta, conseguiu sair ileso, usando reservas cambiais e, depois, empréstimos internacionais para equilibrar a balança comercial. Na segunda turbulência, entretanto, o país não teve a mesma sorte. O estrago ocasionou a elevação das taxas da inflação. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 no Brasil, por exemplo, houve um viés forte de pró-crescimento econômico, mas com baixo desenvolvimento humano.

O Brasil em que residiu a autora (1930-1977) e sobre o qual escreveu em Quarto de Despejo (1955-1960) mudou consideravelmente em muitos aspectos, embora o tratamento estatal dispensado a proteger os direitos e garantias de "Carolinas" somente tenha avançado muito depois da Constituição Federal de 1988.

O auge da repressão durante a Ditadura Militar ocorreu na década de 1970. Censura, tortura, mortes e exílios fizeram parte da história brasileira, ao lado do que se convencionou chamar de "milagre econômico".

Entre 1968 e 1974, o Brasil vivencia o milagre econômico, período correspondente ao crescimento econômico extraordinário, industrialização, inflação baixa, grande geração de empregos, mas houve também um aumento da corrupção. O progresso econômico alcançado por meio aparelhamento ideológico e econômico programado pelos governos da ditadura militar até 1985 custou muito caro para o Brasil. O financiamento foi o capital estrangeiro, quem ditava as regras. Vale lembrar que o Brasil estava incluído na lista dos países subdesenvolvidos sobre os quais se impunham e ampliavam o poderio de grandes corporações. Sua política voltou-se ao empresariado estrangeiro. O Estado da época não trabalhava para o povo. A hiperinflação produzida durante o governo militar foi um golpe certeiro na população mais carente, incluindo assalariados, cujas rendas não conseguiam acompanhar o aumento de preços, principalmente, dos gêneros alimentícios.

O "milagre econômico" perdurou até 1974, mas não foi capaz de minimizar a fome de brasileiros. Foi um intervalo em que a retomada econômica superou a média de 11% ao ano de taxa de crescimento. No geral, as intervenções na economia foram extremamente nocivas. Basicamente eram gestões que administraram os preços a partir de um amplo sistema de concessão de crédito, de incentivos e de subsídios para empresas privadas, e atuação direta das empresas estatais (Garschagen, 2020).

O crescimento econômico da fase do "milagre" não traduziu num desenvolvimento social, uma vez que a maioria da população ficou excluída do progresso material (Vieira, 2015).

A degradação das condições de vida das massas trabalhadoras que passaram ao largo do crescimento econômico foi atestada por vários estudos, a exemplo do Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF), realizado em 1974-1975, que atestava que 67% da população apresentava um consumo energético inferior às necessidades nutricionais mínimas recomendadas pela OMS. Entre 1975 e 1989, houve melhoria do estado nutricional da população, com aumento moderado da renda familiar, associado à expansão da cobertura dos serviços e programas sociais (Vasconcelos, 2005).

A presença notável das mulheres no atual ensino médio apareceu em 1980, quando na década anterior homens representavam quase 75% dos universitários. Em 1991, houve um nivelamento (IBGE, 2002).

Os Brasis de Carolina, no qual residiu e sobre o que retratou em Quarto de Despejo, não foram gentis com nenhuma "Carolina" do século XX. Não obstante, o crescimento econômico

experimentado pelo Brasil ao longo dos últimos cinquenta anos entraria numa fase de estagnação. A década de 1980 não passaria em branco na história. No Brasil, a década seria lembrada como a "década perdida", mas Carolina já não estava mais aqui, tanto para testemunhar como para fazer suas reflexões críticas. "Carolinas" do século XXI (2001-2022) ainda passariam fome no país.

Favela do Canindé

A favelização surge no século XX como um dos produtos decorrentes da intensa, acelerada e desordenada urbanização brasileira. Situada em um terreno público, a favela[64] do Canindé surgiu em 1948 às margens do rio Tietê, por estímulo da própria Prefeitura, que concedeu a área para o assentamento de famílias desalojadas da ocupação de um terreno particular. A sua extinção ocorreu em 1961. A desocupação ocorreu como mais um projeto do período desenvolvimentista (Paulino, 2007).

Parte da favela, erguida do caos semiurbano e sub-humano, se tornou a Marginal Tietê. A outra, segundo Carolina (2014, prefácio): "construções sólidas, ordenadas, limpas, aprumadas no lugar dos barracos cujos ocupantes foram para outros cantos da cidade, para outros quartos de despejos". O processo de urbanização foi o responsável pela remoção e o deslocamento das famílias ao Canindé em 1948. Em 1961, essas famílias e as que se formaram na sequência seriam vítimas dos interesses secundários estatais, desta vez a expansão urbana seria o seu algoz. Antes da desocupação, a obra de Carolina já havia sido publicada. Gozando de melhores condições financeiras se mudou para um lugar "mais decente" (Jesus, 2014).

Dualidade de Carolina: a cidade, um sonho; e a favela, o pesadelo

Quando indagada sobre o que teria motivado a ideia do título de "Quarto de Despejo: Diário de uma favelada", Carolina respondeu (JESUS, 2014, p. 195):

> (...) em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres, que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade.

O título externa o sentido que Carolina conferia à cidade de SP e à favela do Canindé, bem como a relação entre elas. Ao comparar a cidade e a favela, Carolina explica (2014, p. 32): "Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos" (Jesus, 2014).

[64] Consta de Quarto de Despejo explicação sobre a origem do termo (JESUS, 2014, p. 197).

Nota-se que, na visão de Carolina, os pobres não moram nas cidades, mas longe delas. A favela é o quintal onde jogam os lixos, é o "Quarto de Despejo" para onde são despejados os pobres. Isolados e abandonados, os pobres se tornam invisíveis em meio a poderosa arquitetura da cidade. As autoridades ignoram isso (Jesus, 2014).

Faz essa comparação em outro trecho (2014, p. 37):

> Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de setim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.

Logo à frente, descreveu a cidade, em detalhes, e sobre o que ela buscava esconder (Jesus, 2014, p. 85):

> Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraizo. Acho suplime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seu vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da America do Sul está enferma, com as suas ulceras, as favelas.

No contexto, percebe-se que Carolina vive uma dualidade, pois venera a cidade, mas tem consciência dos males de que é ela responsável. Faz isso também quando desdenha o barracão para a "casa de alvenaria", mas só no final, quando se muda da primeira para a segunda, é que percebe o erro na rotação de sua vida. Vê-se, ainda, que Carolina procura, o tempo todo, definir os elementos do seu universo e fora dele e se posiciona em relação a eles (Jesus, 2014, p. 37 e 147): "(...) a favela é o quarto de despejo de São Paulo. E que eu sou uma despejada. (...). Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho".

Carolina é a cara do Brasil das décadas de 1950 e 1960. O Quarto, o espaço; o Despejo, a exclusão. Ao estabelecer os limites de cada um dos lugares (cidade e favela), sobre os quais retrata em sua obra, Carolina chama a atenção para um outro tipo de exclusão. A exclusão promovida pelo "lugar". Embora a favela esteja numa área semiurbana, a cidade exclui a favela e a seus moradores, não estende a nenhum deles os benefícios que produz. Não bastasse a exclusão, são, ainda, invisíveis tanto pela sociedade quanto pelo próprio Estado.

Uma escritora quase recenseadora

Carolina valia-se dos poucos momentos de descanso para refletir sobre problemas urbanos. Nos cadernos escrevia de tudo um pouco. O rol era numeroso, mas puramente exemplificativo. A sua fala recaiu sobre a favela, os habitantes e de algumas de suas maiores dificuldades. Discorreu sobre a pobreza, de diferentes espécies, de espírito, inclusive, seus reflexos e de suas correlações, com destaque para as desigualdades socioeconômicas. Sua

narrativa discordava da ideia de um Brasil de oportunidades, moderno e inclusivo. O assunto que abordava não era muito comum e sobre isso pensava (2014, p. 46): "Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá (...) isto é mentira. Mas, as miserias são reais". Em Diário de Despejo há histórias suas e a respeito de sua família, de outras pessoas e famílias, a maioria moradores do Canindé, como ela. Em pouco mais de quatro anos, Carolina figurou quase como uma "recenseadora do IBGE".

Em 21 de julho de 1955, Carolina foi indagada por um transeunte que lhe viu sentada na calçada sobre o que escrevia. Ao senhor respondeu (2014, p. 23): "Todas as lambanças que pratica os favelados, estes projetos de gente humana". Dizia que era fácil identificar um morador da favela (2014, 45):

> Chegou a Radio Patrulha, que veio trazer dois negrinhos que estavam vagando na Estação da Luz. 4 e 6 anos. É fácil perceber que eles são da favela. São os mais maltrapilhos da cidade. O que vão encontrando pelas ruas vão comendo (...). Estavam com os bolsos cheios de moedas de alumínio, o novo dinheiro em circulação.

Carolina seguia a vida escrevendo em seus diários, todos os dias, quando a maioria das mulheres da favela era analfabetas: (2014, p. 109 e 140): "a Zefa é mulata. É bonita. É uma pena não saber ler". Dá uma boa noção sobre a configuração da família na favela (2014, p. 74): tem muitas crianças. As crianças são sempre em maior número. Um casal tem 8 filhos, outro tem 6 e daí por diante". Não bastasse a alta natalidade, segundo Carolina a família vai crescendo de outras maneiras (2014, p. 150): "Todos os dias aparece um pobre coitado aqui na favela, encosta num parente e vão vivendo". Amarrando o assunto, Carolina posicionou-se sobre uma orientação de religiosos, na contramão de sua opinião, sobre a procriação de filhos (2014, p. 142):

> De manhã o padre veio dizer missa. (...), disse aos favelados que eles precisam ter filhos. Penso: porque há de ser o pobre quem há de ter filhos – se filhos de pobre tem que ser operario? Na minha fraca opinião quem deve ter filhos são os ricos, que podem dar alvenaria para os filhos. E eles podem comer o que desejam.

Carolina abordou características gerais dos domicílios e dos moradores e de suas ocupações, das fontes de rendimentos, do nível de acesso e de dispensa de serviços públicos, como saneamento básico, coleta e tratamento de esgoto, asfalto e saúde. A favela do Canindé se localizada às margens do rio Tietê e justamente por isso sofria constantes inundações, o que já evidenciava não ser área própria para habitação. É possível extrair essa constatação do seguinte trecho (2014, p. 150): "As aguas estão aumentando e invadindo os quintais dos favelados".

Sobre morar às margens do rio Tietê escreveu (2014, p. 53-54):

> Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituiram os corvos.

Ademais, não havia canalização de esgoto nem água potável. O local não tinha a mínima infraestrutura. O chão era coberto pela lama, que obrigava trabalhadores da favela, todas as manhãs, a carregarem os sapatos nas mãos (Jesus, 2014).

Como externou Carolina (2014, p. 37): "As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre". Contou que certa vez, visitantes na favela manifestaram (2014, p. 35): "- Credo, para viver num lugar assim só os porcos. Isto aqui é o chiqueiro de São Paulo".

Em quase todo início de sua narrativa, Carolina descreve a rotina de pegar água pelas manhãs. Na favela não havia água encanada (2014, p. 17 e 109): "Despertei as 7 horas com a conversa dos meus filhos. Deixei o leito, fui buscar a agua. As mulheres já estavam na torneira. As latas em fila. (...) E a torneira é só uma". Com o assunto encerra o livro (2014, p. 191): "1º de janeiro de 1960. Levantei às 5 horas e fui carregar água".

O mesmo lugar do qual se extrai a água parece ser usado para outras finalidades (2014, p. 91): "Fui buscar água e a fila estava enorme. (...). Ao redor da torneira amanhece cheio de bosta. E quem limpa sou eu. Porque as outras não se interessam". Carolina comenta sobre a rede de saúde disponível (2014, p. 42):

> Eu sei que existe brasileiros aqui em São Paulo que sofre mais do que eu. Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. (...). Foi lá que eu vi as lagrimas deslisar dos olhos dos pobres. (...). A ironia com que são tratados os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres.

Certo dia, achando tratar-se milagrosamente de um entretenimento para a população, Carolina deparou-se com uma campanha sanitária do governo local (2014, p. 57 e 80):

> Eu já estava deitada quando ouvi as vozes das crianças anunciando que estavam passando cinema na rua. Não acreditei no que ouvia. Resolvi ir ver. Era a Secretaria da Saude. Veio passar um filme para os favelados ver como é que o caramujo transmite a doença anêmica. Para não usar as aguas do rio. (...) Vieram nos relevar o que ignoravamos. Mas não soluciona a deficiencia da agua (...). Mandaram os favelados fazer mictorios.

Trechos posteriores revelaria o conteúdo da campanha sanitária (2014, p. 100):

> Depois fui lavar as roupas na lagoa, pensando no departamento Estadual de Saude que publicou no jornal que aqui na favela do Canindé há 160 casos positivos de doença caramujo. Mas não deu remedio para os favelados. A mulher que passou o filme com as demonstrações da doença caramujo nos disse que a doença é muito difícil de curar-se. Eu não fiz o exame porque eu não posso comprar os remédios.

Vê-se da narrativa de Carolina que os moradores da favela padecem geralmente de doenças ligadas à precariedade e insalubridade do próprio ambiente. Na época não havia uma política pública de saúde para a população. Os seus filhos mesmo, assim como outras crianças vêm sendo atacadas por vermes (2014, p. 58 e 65-66): "José Carlos está mais calmo depois que botou os vermes, 21 vermes. (...) A Vera, ontem pois dois vermes pela boca".

O povo não podia contar com o Estado. Quem lhe acudia as chagas eram as enfermeiras do Frei Luiz (Jesus, 2014).

Segundo Carolina, nem todos na favela são dados ao trabalho (2014, p. 19): "Há os que trabalham. E há os que levam a vida a torto e a direito. As pessoas de mais idade trabalham, os jovens é que renegam o trabalho". Dizia (2014, p. 20): "Há casa que tem cinco filhos e a velha é quem anda o dia inteiro pedindo esmola. Há as mulheres que os esposos adoece e elas no panado da enfermidade mantem o lar. Os esposos quando vê as esposas manter o lar, não saram nunca mais".

Em complemento (2014, p. 37-38): "...As mulheres que eu vejo passar vão nas igrejas buscar pães para os filhos. (...), enquanto os esposos permanecem debaixo das cobertas. Uns porque não encontram emprego. Outros porque estão doentes. Outros porque embriagam-se". Há, ainda, segundo Carolina, as famílias que vivem da esmola (2014, p. 137):

> Tem um mocinho que mora na Rua do Porto. É amarelo e magro. Parece um esqueleto ambulante. A mãe lhe obriga a ficar só na cama, porque ele é doente e cança atoa. Ele sai com a mãe só para pedir esmola, porque o seu aspecto comove. Aquele filho amarelo é o seu ganha pão.

O povo vivia mesmo da caridade. Em muitas passagens, Carolina indica quais eram algumas das fontes de mantimentos das famílias do Canindé (2014, p. 19): "Tem as mães, que catam frutas e legumes nas feiras. Tem as igrejas que dá pão. Tem o São Francisco que todo os meses dá mantimentos, café, sabão etc." No dia 19 de maio de 1955, ao ouvir a voz do padeiro pensou (2014, p. 35): "- Olha o pão doce, que está na hora do café! Mal sabe ele que na favela é a minoria quem toma café. Os favelados comem quando arranjam o que comer". A carência de alimento grassava uma maioria no país. No Canindé, a falta de alimento era uma constância. A fonte era variada, geralmente da sobra de feiras, da caridade ou do lixo mesmo. A mães catavam restos de frutas e legumes nas feiras. Aproveita-se de tudo, até cabeça de peixe. O povo

tinha estômago de cimento armado. Por isso mesmo que o frigorífico não coloca mais lixo na rua. As mulheres pegam a carne podre para comer. E quando revolvem jogar o lixo, colocam creolina para que ninguém mexa (Jesus, 2014). Segundo Carolina, as mulheres vasculham o lixo procurando comida e dizem (2014, p. 105): "que é para os cachorros. Até eu digo que é para os cachorros".

Na favela muitas pessoas não têm o que vestir, nem calçar. Carolina se comove quando quem necessidade é criança (2014, p. 46): "E varias pessoas da favela não tem agasalhos. Quando uns tem sapatos, não tem palitol. E eu fico condoida vendo as crianças pisar na lama". Certo dia viu os próprios filhos comendo pão duro e lembrou a ineficiência do serviço social (2014, p. 41):

> Cheguei na favela os meus meninos estavam roendo um pedaço de pão duro. (...). Puis a carne no fogo com uns tomates que eu catei lá na Fabrica Peixe. Puis o cará e a batata. (...), o macarrão que os meninos cataram no lixo. Os favelados aos poucos estão convencendo-se que para viver precisam imitar os corvos. Eu não vejo eficiencia no Serviço Social em relação ao favelado. Amanhã não vou ter pão.

Logo em seguida, na mesma página da obra, reflete sobre a dureza da vida (2014, p. 41): "Os meninos comem muito pão. Eles gostam de pão mole. Mas quando não tem eles comem pão duro. Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado". Em outro trecho voltou a reclamar do serviço social (2014, p. 42):

> Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. (...) Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxilio (...). Foi lá que vi as lagrimas deslisar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres.

Outro mal sofrido pela favela era o alcoolismo (2014, p. 17 e 139):

> Tem a Maria José, mais conhecida por Zefa, que reside no barracão da Rua B número 9. É uma alcoolatra. Quando está gestante bebe demais. E as crianças nascem e morrem antes dos doze meses. (...) fico admirada é das almas da favela. Bebem porque estão alegres. E bebem porque estão tristes. A bebida aqui é o paliativo. Nas epocas funestas e nas alegrias.

O vício não se limita aos adultos (2014, p. 109):

> Assustei quando ouvi meus filhos gritar. Conheci a voz da Vera. Vim ver o que havia. Era o Joãozinho, filho da Deolina, que estava com um chicote na mão e atirando pedra nas crianças. Corri e arrebatei-lhe o chicote das mãos. Senti o cheiro de álcool. (...). Um menino de 9 anos. O padrasto bebe, a mãe bebe e a avó bebe. E ele é quem vai comprar pinga. E vem bebendo pelo caminho. Quando chega, a mãe pergunta admirada: - Só isto? Como os negociantes são ladrões!.

Outros temas complementares constam do seu inventário, incluindo um paiol de acaloradas confusões, xingamentos e desavenças, sempre muito barulhentas. Algumas delas diretamente atreladas a violências e práticas delituosas. Para Carolina (2014, p. 51): "A favela é o quarto das surpresas". A polícia era uma visita frequente na região.

A violência familiar e doméstica eram fatos corriqueiros. Relatou (2014, p. 38 e 51): "Tem um adolescente por nome Julião que as vezes expanca o pai. Quando bate no pai é com tanto sadismo e prazer.(...). Bate como se estivesse batendo num tambor. (...). Assembleia de favelados é com paus, facas, pedradas e violências".

Carolina não era a favor do uso da força, mas nem por isso deixou de aprender um pouco sobre esse ambiente hostil (2014, p. 82): "Eu sou da favela do Canindé. Sei cortar de gilete e navalha e estou aprendendo a manejar a peixeira. Um nordestino está me dando aulas. Se vai me bater pode vir".

Em outro trecho narrou sobre um episódio que culminou com a morte de um inocente (2014, p. 63, 70):

> Ela teve seis filhos: 3 do Manolo, e três de outros. Ela teve um menino que podia estar com 4 anos. Mas um dia eles embriagaram, e brigaram e lutaram dentro de casa. A luta foi tremenda. (...). Na confusão, o menino caiu no assoalho e pisaram-lhe em cima. Passado uns dias perceberam que o menino estava todo quebrado. Levaram para o Hospital das Clínicas. Engessaram o menino. Mas os ossos não ligaram. O menino morreu. (...).

Há notícia na favela de uma moça que engravida e ninguém sabe de quem são os filhos. Mas ela mesma contou que os seus filhos são de seu pai. Além de violências, a favela tem muita malandragem, como a apropriação do dinheiro solicitado para o enterro de um morador falecido para gastos com bebidas (Jesus, 2014). A par disso, falou da prostituição de mulheres, especialmente as mais jovens, e da marginalização infantil. Os trechos abaixo são representativos (2014, p. 19, 22 e 137):

> Nas favelas, as jovens de 15 anos permanecem até a hora que elas querem. Mescla-se com as meretrizes, (...). Durante o dia, os jovens de 15 e 18 anos sentam na grama e falam de roubo. (...). Com os jovens de 16 anos. É uma folia. Mais de 20 homens atrás delas".

No ponto, registra o seu entendimento sobre o ambiente da favela para as crianças (2014, p. 45):

> E o pior na favela é o que as crianças presenciam. Todas crianças da favela sabem como é o corpo de uma mulher. Porque quando os casais que se embriagam brigam, a mulher, para não apanhar sai nua para a rua. (...). Tudo que é obseno pornografico o

> favelado aprende com rapidez. Tem barracões de meretrizes que praticam sua cenas amorosas na presença das crianças.

Antes disso, já havia externado a sua percepção sobre a transformação negativa das crianças na favela (2014, p. 38):

> As vezes mudam algumas familias para a favela, com crianças. No inicio são educadas, amaveis. Dias depois usam o calão, são soezes e repugnantes. São diamantes que transformam em chumbo. Transformam-se em objetos que estavam na sala de visita e foram para o quarto de despejo.

Carolina deixa claro em suas narrativas uma preocupação especial com as crianças. Disserta (2014, p. 104): "Segui pensando na desventura das crianças que desde pequeno lamenta sua condição no mundo. Dizem que a Princesa Margareth da Inglaterra tem desgosto de ser princesa. São os dilemas da vida".

A convivência entre vizinhos na favela nem sempre era pautada na amizade, no respeito e solidariedade. Pior ainda quando a relação era com a vizinhança da alvenaria (2014, p. 32): "Os visinhos de alvenaria já tentaram com abaixo assinado retirar os favelados. Mas não conseguiram. Os visinhos das casas de tijolos diz: - Os politicos protegem os favelados. Quem nos protege é o povo e os Vicentinos. Os politicos só aparecem aqui nas epocas eleitoraes". Em outro trecho registrou sua impressão sobre o sentimento dos vizinhos com os moradores da favela (2014, p. 55): "Os visinhos de alvenaria olha os favelados com repugnancia. Percebo seus olhares de odio porque eles não quer a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobresa. Esquecem eles que na morte todos ficam pobres".

Ao olhar de Carolina não escapar nem mesmo questões ambientais do Canindé. A poluição, que vinha das fábricas, já fazia parte do cenário paulistano. A respeito, descreveu (2014, p. 57 e 137): "Nem o ar que respiramos, não é puro, porque jogam lixo aqui na favela. (...) o dia surgiu claro para todos. Porque hoje não tem fumaça das fabricas para deixar o céu cinzento".

Ao longo de sua narrativa costuma pensar nos problemas do cotidiano e comparar a vida do homem e à dos animais. No dia 19 de maio despertou às 5h (2014, p. 35): "Os pardais já estão iniciando a sua sinfonia matinal. As aves deve ser mais feliz que nós (...). O mundo das aves deve ser melhor do que dos favelados, que deitam e não dormem porque deitam-se sem comer". Tinha dó dos animais, mas também inveja deles. Eis os termos (2014, p. 61):

> (...) é duro a gente vir ao mundo e não poder nem comer. Pelo que observo, Deus é o rei dos sabios. Ele pois os homens e os animais no mundo. Mas os animais quem alimenta é a Natureza porque se os animais fossem alimentados igual aos homens,

> havia de sofrer muito. Eu penso isto, porque quando eu não tenho nada para comer, invejo os animais.

Em outro trecho (2014, p. 60): "Vi os homens jogar sacos de arroz dentro do rio. Bacalhau, queijo, doces. Fiquei com inveja dos peixes que não trabalham e passam bem".

Vê-se, portanto, que a atemporalidade da obra tem justificativa de sobra. Com efeito, parte considerável do Quarto de Despejo representou uma amostra sobre o que também existia em outros quadrantes da cidade. Isso porque tudo crescia em São Paulo, a miséria, inclusive. A realidade que Carolina retratou não mudou muito de 1955 para 2022.

A Carolina por Carolina

A biografia de Carolina foi apresentada, de modo resumido, no item 2.2. Agora, passa-se à visão de Carolina sobre si mesma e sua família. Carolina era uma mulher de pele negra. A cor da pele não foi um empecilho para a sua liberdade de expressão. Ao contrário, foi a sua fonte de empoderamento. Nem a linguagem dominante pode lhe oferecer resistência. Sofreu preconceito, mas não se curvou (2014, p. 64): Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondiam-se: - É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. (...). Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta.

Em muitas partes da obra, Carolina refletiu sobre a abolição da escravatura. Tem a libertação como um acontecimento histórico, mas que não encontra ressonância na realidade. A sua fala costumeiramente vincula opressões ao homem branco. Era a relação de dominação dele com o mundo. No dia 13 de maio de 1958, Carolina fez o seguinte registro (2014, p. 30): Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia em que comemoramos a libertação dos escravos. (...). Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz". Em outro trecho ponderou (2014, p. 70):

> Passei no açougue para comprar meio quilo de carne para bife. (...). Pensei na desventura da vaca, escrava do home. Que passa a existência no mato, se alimenta com vegetais. (...) Depois de mota é dividida. Tabelada e selecionada. E morre quando o homem quer. Em vida dá dinheiro ao homem. E morta enriquece o homem. Enfim, o mundo é como o branco quer.

Ainda assim criticava a superioridade que o branco achava ter (2014, p. 65): "Se o negro bene pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro tambem. A natureza não seleciona ninguem". Em outra passagem, salientou (2014, p. 122): "Deus criou todas as raças na mesma época. Se criasse os negros depois dos brancos, aí os brancos podia revoltar-se!".

Comentou sobre o resultado da vida em seu corpo (2014, p. 175): "Hoje eu fui me olhar no espelho. Fiquei horrorizada. O meu rosto é quase igual ao de minha saudosa mãe. E estou sem dente. Magra. Pudera! O medo de morrer de fome!".

Carolina fala de sua aparência física, invólucro humano que representava os seus enredes e desenredos, da crueza de sua realidade, dos vendavais enfrentados com três crianças menores impúberes. Sobre a sua vestimenta diária, Carolina faz a seguinte descrição (2014, p. 22, 45 e 61): "Já habituei-me andar suja. (...) trapuda e suja. E não tenho sapato para calçar. Já uso o uniforme dos indigentes". Entretanto, não era o que desejava (2014, p. 22): "O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível". Contou que, certa vez, um homem que não conhecia reclamou de sua sujeira (2014, p. 98): "Já faz duas semanas que eu não lavo roupa por falta de sabão. As camas estão sujas que até dá nojo. (...) Creio que devo andar com um cartas nas costas: *Se estou suja é porque não tenho sabão*".

Em uma passagem do livro, Carolina conta sobre uma experiência infeliz que teve no interior de um elevador por causa de sua condição social (2014, p. 111):

> Subi no elevador, eu e a Vera. (...). Toquei a campainha. Surgiu a dona da casa e a criada. Ela deu-me um saco de papeis. (...). O elevador em vez de descer, subiu mais dois andares. (...). No sexto andar o senhor que penetrou no elevador olhou-me com repugnancia. Já estou familiarizada com estes olhares. Não entristeço. Quis saber o que eu estava fazendo no elevador. Expliquei-lhe que a mãe dos meninos havia dado-me uns jornaes. (...). Perguntei-lhe se era medico ou deputado. Disse-me que era senador. (...). O homem estava nem vestido. Eu estava descalça.

Carolina já sofreu com violência na favela (2014, p. 95): "A Leila pegou machado e repicou o fundo da bacia. A bacia é da Ivone Horacio, que deu-me as 5 canivetadas em 1952. O processo foi cancelado porque ela não compareceu no foro".

Refletiu (2014, p. 18): "Estive revendo os aborrecimentos que tive esses dias (...) Suporto as contingências da vida resoluta. Eu não consegui armazenar para viver, resolvi armazenar paciência". Quanto ao estado de espírito, assim se identificava Carolina (2014, p. 25): "Eu sou alegre. Todas manhãs eu canto. Sou como as aves, que cantam apenas ao amanhecer".

Sobre a sua escolaridade, Carolina escreveu (2014, p. 16): "Tenho apenas dois anos de grupos escolar". Mesmo assim era conhecida na favela por saber ler e escrever. Um dos vizinhos já lhe disse (2014, p. 26): "- Nunca vi uma pessoa preta gostar tanto de livros como você". Sobre isso registrou, na sequência (2014, p. 26): Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler". Era conhecida na favela por ler e escrever muito. Dizia (2014, p. 24): "Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem".

A literatura de Carolina brotou do lixo, de onde auferia renda para comprar alimento e alimentar o corpo e a alma. O interesse de Carolina pela literatura surge até de uma trivial conversa entre vizinhos, como a seguinte (JESUS, 2014, p. 168):

> Sabe Carolina, eu sou um homem infeliz. Depois que morreu Maria nunca mais ninguém me quis. Eu dei uma risada, porque percebi que ele havia falado e formado uma quadrinha. Parei de rir, porque a tristeza de sua voz comoveu-me. Marina foi uma mulher negra que viveu com ele. Bebia muito. E morreu tuberculosa com 21 anos.

Carolina era mãe de três filhos, Vera Eunice de Jesus Lima (15/6/1953), João Carlos de Jesus (6/8/1950) e João José de Jesus (1º/2/1949), à época, menores de idade, cada um de um pai diferente (Prefeitura de Sacramento). Os filhos, mesmo chovendo, iam para a escola. Em 1958, eles já eram alfabetizados (Jesus, 2014).

Pensou certa vez, quando Vera esteve doente (2014, p. 66): "E se a doença fosse piorar? Eu não posso contar com o pai dela. Ele não conhece a Vera. E nem a Vera conhece ele". Mas acabou revelando a Vera a identidade do pai. Teve que recorrer ao Juizado para receber a pensão alimentícia. Entretanto, nem sempre ele pagava a pensão regularmente. Diante disso, a sua filha Vera dizia (2014, p. 166): "- Mamãe, o meu pai não presta!". No dia 11 de maio em 1958 (2014, p. 30): "Dia das Mães. O céu está azul. Parece que até a Natureza quer homenagear as mães que atualmente se sentem infeliz por não poder realizar os desejos dos seus filhos".

Sabia o que cada filho apreciava comer (2014, p. 21): "Preparei a refeição matinal. Cada filho prefere uma coisa. A Vera, mingau de farinha de trigo torrada. O João José, café puro. O José Carlos, leite branco. E eu, mingau de aveia". Ressaltava (2014, p. 22): "Já que não posso dar aos meus filhos uma casa decente para residir, procuro lhe dar uma refeição condigna". Nem sempre tinha condições de dar-lhes o alimento preferido. Sobre essa roda gigante (2014, p. 30): "Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada: - Viva a mamãe". A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o habito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida". Nas páginas do seu diário, Carolina dizia que dos filhos, a Vera Eunice era a que mais reclamava da situação (2014, p. 41-42): "O dinheiro não deu para comprar carne, eu fiz macarrão com cenoura. Não tinha gordura, ficou horrível. A Vera é a única que reclama e pede mais. E pede: - Mamãe, vende eu para a Dona Julita, porque lá tem comida gostosa". Carolina mal tinha dinheiro para comer, mesmo assim, vez ou outra, era impelida pelas circunstâncias a gastar com outras prioridades (2014, p.35):

> João disse-me: - Já que a senhora tem dinheiro, podia mandar arrancar o meu dente, porque está doendo. Mandei ele vestir-se e lavar os pés. (...). O João sentou-se na cadeira. - Quanto é, doutor? – Cem cruzeiros! Achei o preço exagerado. Mas ele já

> estava sentado na cadeira. Abri a bolsa e sentei. E comecei a contar as notas de 5. Separei 20 notas de 5.

A dedicação à família é comprovada ao longo da obra. O agradecimento dos filhos vem de algumas manifestações que lhe agradam (2014, 20): "As vezes eu ligo o radio e danço com as crianças, (...). Hoje comprei marmelada para eles. Assim que dei um pedaço a cada um percebi que eles me dirigiram um olhar terno. E o meu João José disse: - Que mamãe boa!".

Os aniversários dos filhos não eram datas para comemorações. Ao estrear a primeira página da obra, no 15 de julho de 1955, Carolina registrou (2014, p. 11):

> Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimenticios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar.

Aos 6 de agosto de 1958 disse (2014, p. 106): "Fiz café para João e o José Carlos, que hoje completa 10 anos. E seu apenas posso dar-lhe os parabéns, porque hoje nem sei se vamos comer".

Era mãe solteira e escolheu assim permanecer, se mostrando uma mulher forte e independente para a época. Dizia (2014, p. 22): "Eu não tenho homem em casa. É só eu e meus filhos". Bem adiante na obra disse Carolina (2014, p. 189):

> Eu tenho muito serviço. Não posso preocupar com homens. O meu ideal é comprar uma casa decente para os meus filhos. Eu, nunca tive sorte com homens. Por isso não amei ninguém. Os homens que passaram na minha vida só arranjaram complicações para mim. Filhos eu criá-los.

Pensava (2014, p. 49): "(...) um homem não há de gostar de uma milher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lapis e papel debaixo do travesseiro. (...) prefiro viver só para o meu ideal".

Sofria discriminação por outras mulheres da favela pelo estado civil (2014, p. 16-17):

> Elas alude que eu não sou casa. Mas eu sou mais feliz do que elas (...) E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite quanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos sossegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. Não casei e não estou descontente.

Embora a opção pela solteirice seja reiterada ao texto, Carolina chegou a refletir sobre a dificuldade da condição (2014, p. 22): "Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Ele não tem ninguem no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar".

O seu ganha-pão advinha dos parcos recursos como catadora de lixo (2014, p. 12, 29 e 142): "sou uma pobre lixeira (...) Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender (...), mas a miseria continua firme ao meu lado". Afirmava (2014, p. 20, 22 e 81): "Cato papel" Estou provando como vivo! (...). Não estou descontente com a profissão que exerço (...). Já faz oito anos que cato papel. (...) Só não cato a felicidade".

Como os filhos eram menores de idade, nem sempre conseguia conciliar o labor com cuidado e zelo. Sobre as condições de uma mãe solo, asseverou (2014, p. 57):

> (...) quando nasceu a Vera eu fiquei sosinha aqui na favela. Não apareceu uma mulher para lavar minhas roupas, olhar os meus filhos. Os meus filhos dormiam sujos. Eu fiquei na cama pensando nos filhos, com medo deles ir brincar nas margens do rio. Depois do parto a mulher não tem forças para erguer um braço.

Não foram poucas as vezes que se viu obrigada a levar a filha mais nova consigo (2014, p. 22):

> Que suplicio catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e suporto o peso da Vera Eunice nos braços. Te, hora que revolto-me. Depois domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo.

No dia 22 de maio de 1955, registrou (2014, p. 33): "Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas não tinha nada para comer. (...). Não sei se choro ou saio correndo sem parar até cair inconciente".

Não perdia as segundas-feiras. Saía cedo de casa porque encontra muita coisa no lixo. Mas quando chove fica impossibilitada de trabalhar. Não consegue catar papel e se torna mendiga (Jesus, 2014).

Carolina salienta que os lixeiros se tornaram seus concorrentes (2014, p. 119): "avançam no que os catadores de papeis podem pegar. (...) Egoistas. Eles já tem emprego, tem hospital, farmácia, médicos. E ainda vende no ferro velho tudo que encontra no lixo. Podia deixar os ferros para mim ".

Era no final do dia que o corpo mais sentia (2014, p. 28, 91 e 112): "Passei o da catando papel. A noite os meus pés doíam tanto que eu não podia andar (...). A minha enfermidade é física e moral. (...) Estes dias eu carreguei tanto papel que o meu ombro esquerdo está ferido". E pensa (2014, p. 118): "Depois que eu trabalho e ganho dinheiro para os meus filhos, vou descançar. É um descanço justo".

Quando não conseguia adquirir tudo com o seu trabalho, Carolina recorria a outras fontes para se manter e a sua família. Recebia doações de pessoas, de entidades civis e religiosas. Ia à

feita catar restos de frutas, verduras e legumes. Também recorria aos ossos de frigoríferos. O resto dos mantimentos ou vestuários, ou encontrava no lixo ou recebia como doação, particular ou de entidades religiosas ou assistenciais. Destas últimas costumava obter arroz, feijão e macarrão. Eram dias que se sentia contente. O nervoso que lhe consumia por dentro logo passava (Jesus, 2014).

Carolina às vezes conseguia alimentos em troca do trabalho ou da benevolência de pessoas (2014, p. 134): "Findo o serviço ela deu-me sabão, queijo, gordura e arroz. Aquele arroz agulha[65]. O arroz das pessoas de posses".

A favela e o barraco vistas por dentro

Uma das reclamações mais recorrentes de Carolina, além da fome, era residir num barracão e, na favela. Dizia (2014, p. 22 e 25-26): "O desgosto que tenho é residir em favela. (...) Que favela é o pior cortiço que existe. (...) Se eu pudesse mudar desta favela! Tenho a impressão que estou no inferno". Não era apenas Carolina que se queixava de residir na favela (2014, 91):

> Fui buscar uma lata de agua e uma senhora estava lamentando: - Se eu fosse jovem eu não residia nesta favela nem um dia. Mas eu já sou velha. E velho não se governa. Aqui nesta favela a gente vê coisa de arrepiar os cabelos. A favela é uma cidade esquisita e o prefeito daqui é o Diabo. (...).

Sobre esse sentimento escreveu (2014, p. 58):

> Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas miserias que nos rodeia (...). Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades (...). É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela.

A mesma tristeza que lhe corroía a alma ela pôde ver nos olhos de uma mulher recém-chegada ao bairro (2014, p. 46):

> Percebi que chegaram novas pessoas para a favela. Estão maltrapilhas e as faces desnutridas. Improvisaram um barracão. Condoí-me de ver tantas agruras reservadas aos proletarios. Fitei a nova companheira do infortúnio. Ela olhava a favela, suas lamas e suas crianças pauperrimas. Foi o olhar mais triste que eu já presenciei. Talves ela não tem mais ilusão. Entregou sua vida aos cuidados da vida.

[65] A referência ao tipo de arroz não é um detalhe relevante no contexto de Carolina, pois não era o que geralmente adquiria, "mais barato, que já está velho e com gosto de terra" (JESUS, 2014, p. 115).

Ao falar sobre a favela, Carolina descreve o ambiente externo do espaço e, ainda, o barracão em que mora com os filhos. Independentemente da perspectiva, o bairro em que estabeleceu domicílio era algo que a incomodava profundamente. Talvez por isso tenha se empenhado tanto em pormenorizar algumas partes do ambiente. Na favela, Carolina não tinha lugar que pudesse escrever sossegada (2014, p. 101): "No sol eu sentia calor. Na sombra eu sentia frio".

Quando voltava da rua dizia (2014, p. 47): "Cheguei na favela: eu não acho jeito de dizer cheguei em casa. Casa é casa. Barracão é barracão. (...) Fitei o quintal, o lixo podre exalava mau cheiro". Os barracões são úmidos e quando amanhece os raios solares penetrava pelas frestas da estrutura (Jesus, 2014).

No dia 29 de outubro 1958, Carolina registrou (2014, p. 127-128 e 150): "Passei a noite concertando o telhado por causa das goteiras. Concertava de um lado, pingava de outro. Quando chove eu fico quase louca (...). Eu sinto muito frio. (...) o telhado é coberto com papelões e os papelões já apodreceram".

Sobre o interior do barraco descreveu (2014, p. 130): "A coisa que eu tenho pavor é de entrar no quartinho onde durmo, porque é muito apertado. Para eu varrer o quarto preciso desarmar a cama".

Acerca sua vida Carolina concluiu (2014, p. 167): "A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. (...) A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro". Já nas páginas finais de seu diário, perto de acabar o ano de 1959, Carolina externou a sua insatisfação com a favela, um sentimento compartilhado por outros moradores (2014, p. 188 e 190): "Se Deus auxiliar-me hei de sair daqui, e não hei de olhar para trás. (...). O que se nota é que ninguém gosta da favela, mas precisa dela. Eu olhava o pavor estampado nos rostos dos favelados".

O diário de Carolina: um divã gratuito

Carolina fez do seu diário uma estratégia para se manter viva. Resistia à dura e amarga realidade da favela. Era um dia após o outro, em meio ao som e ao silêncio. O desenrolar era com muitas dificuldades. Mesmo ainda havia espaço para momentos de satisfação.

Até a publicação de Diário de Despejo, seus escritos eram apenas um instrumento de desabafo pessoal, constantes de cadernos que haviam sido descartados em lixos e reutilizados por Carolina (Barbosa, Youtube, 2022).

Aos 21 de julho de 1955, Carolina registrou (2014, p. 24): "Depois fui torcer as roupas e vim preparar o almoço. Hoje eu estou cantando. Estou alegre e já pedi aos vizinhos para não

me aborrecer. Todos nois temos o nosso dia de alegria. Hoje é o meu!". A literatura libertava Carolina de suas agruras. Na solidão de seus rabiscos conseguia externalizar os seus sentimentos de dor, tristeza, insatisfação e desejos não realizados. O diário, forma de escrita muito comum entre as mulheres, era uma forma de desabafar.

Por que Carolina escrevia? Ela respondeu (Jesus, 2014, p. 195): "Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevi. Tem, pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário". Outra passagem do texto evidencia o diário como um instrumento de resistência: "Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo" (p. 22).

Porta-voz das misérias humanas

Se o miserável não fala, quem fala por ele? A condição de opressão pode ser pensada, questionada e ter o silêncio rompido? O silêncio pode ser quebrado com a fala. Mais que isso, a fala pode transcender e extravasar limites. Foi exatamente o que fez Carolina com o Quarto de Despejo. Ela não se calou diante das injustiças sociais sofridas e presenciadas. Num primeiro momento, ultrapassou os limites individuais, restritos à sua histórica de vida e de sua família (meros desabafos em um diário), ao revelar as misérias da favela do Canindé, a narrativa assumiu contornos de denúncia social, de insurgência e resistência ao estabelecido pelos sistemas. Dizia (2014, p. 56): "Os pobres são criaturas de Deus. E o dinheiro é um metal criado e valorizado pelo homem".

Carolina tornou-se um tipo de "porta-voz" dos moradores, notadamente da coletividade parda/negra, já que carregava a cor da senzala. No ponto, deliberadamente tirou a máscara de Anastácia e assumiu uma posição social simbólica, tal como fez a americana negra Rosa Parks, em 1955, ao recusar-se levantar do banco de ônibus para um branco sentar-se (Farias, 2014).

Carregou em seu currículo a história de seus antepassados, sua mãe nasceu na época da lei do ventre livre. Os negros se tornaram pessoas livres, após a abolição, mas sem acesso aos direitos civis, políticos e sociais. Saíram das senzalas direto para as favelas (Barbosa, Youtube, 2022).

Ademais, passou a representar a voz da multidão esquecida pelo Poder Público. A fala de Carolina se tornou referência para a luta de outros direitos, de sua época e de anos vindouros, como a busca pela igualdade de gênero e por condições diferenciadas para mães solo. E, paralelamente a tudo isso, agiu não para manter tudo em ordem, mas para desestabilizar as hastes protocolares da sociedade e do Estado. Usou a linguagem, que também era um

mecanismo de poder, para a prática de sua subversão. Sofreu preconceito linguístico (Farias, 2014).

Não obstante, preparou solo fértil e semeou um novo estilo literário (miscelânia de diários e textos autobiográficos, testemunhais, reflexivos e memorialísticos), nada ortodoxo, e que, como se sabe hoje, somente vingaria no final do século XX, na esteira do desenrolar dos movimentos feministas, especialmente nos anos sessenta e setenta (Paulino, 2007). Nota-se, portanto, bem claros e delimitados o "sujeito político", a "fala" e o "lugar da fala" na obra. O trecho abaixo demonstra isso (2014, p. 36):

> Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros. (...). Antigamente, isto é de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas, 1957, 1958, a vida foi ficando caustigante. Já não sobra dinheiro para eles comprar pinga. As batucadas foram cortando-se até extinguir-se.

Na sequência desse movimento, representado pela publicação da obra, Carolina, com a ajuda do jornalista, rompeu os muros da "sala de visita" (SP) e da "sala de jantar" (Prefeitura), do "jardim" (cidade), bem como das fronteiras geográficas. Assim agindo, saiu da invisibilidade e dela tirou o universo que retratou, embora grande parte dos personagens (fala-se dos moradores da favela) quisesse permanecer no anonimato, talvez por vergonha mesmo de serem vistos em condições tão degradantes.

Eles pensavam que Carolina estava falando deles, somente. De fato, grande parte das páginas da obra foi reservada aos seus principais problemas e carências. Todavia, não perceberam que, enquanto Carolina falava deles, também falava de si. Afinal, viviam a mesma desgraça. Quando Carolina abordava a fome, por exemplo, não restringia a fala à fome alheia. Falou muito da insegurança alimentar grave sua e de seus filhos. Estava mergulhada na lama que se alastrava na favela, assim como todos os outros da favela. A invisibilidade aqui possui um alcance maior que passar a ser visto pelo mundo. O mais significativo no processo é passar a existir, tal como sabiamente lembrou Ribeiro (2017, p. 37): "O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir".

Carolina entendeu o poder de suas palavras, da postura de não rendição. Tinha plena consciência disso (2014, p. 48): "Não tenho força física, mas as minhas palavras ferem mais do que espada". Mas o esforço de Carolina teria sido em vão se a bandeira que hasteou descesse do mastro e recortasse ao fundo da gaveta. Por isso, além de fazer-se e ser, efetivamente, ouvida, até mais que desejava a sociedade, abriu caminhos e empoderou outras pessoas a usar suas próprias vozes para que não dependessem de uma terceira pessoa. Não apenas existirem, mas

reexistirem. Era preciso que outras "Carolinas" continuassem a empreitada porque os resultados poderiam demorar, mas viriam um dia.

O Estado não trabalha para os pobres

Na sucinta fala a seguir Carolina parece dizer menos que pretendia (2014, p. 61): "Os bons eu enalteço, os maus eu critico". Extrai-se da detida análise da obra que Carolina destinava ferrenhas críticas a alguns personagens, como os comerciantes e os frigoríficos, nutrindo maior sentimento de indignação aos políticos.

Por uma questão metodológica, salienta-se, desde já, que o "político" de Carolina será trabalhado no capítulo seguinte, conforme a proposta dissertativa, como "Estado", no sentido de entidade politicamente organizada para garantir, proteger e promover o bem-comum da coletividade.

Portanto, quando Carolina deprecia o político, está, no âmbito deste trabalho e, em linhas gerais, reclamando da atuação estatal. É bem verdade que teoricamente os termos "político", "governo", "Estado" e outros que costumam ocupar as ciências políticas, em especial, têm significações distintas.

Todavia, sem ter a intenção de adentrar a controvérsias sobre o entendimento e comparações superficiais e equivocadas da população em geral, na prática, a figura do Estado costuma ser confundida com a do "político" e do "governo".

Foi, aliás, o fez Carolina e faz grande parte dos brasileiros. A ignorância certamente não é a única culpada disso, o próprio agente estatal corrobora ativamente para a formação dessa cultura. O que importa para o momento é que Carolina tinha consciência política e de alguns dos efeitos danosos do exercício do poder para o povo. Ao longo da obra fez registros sobre alguns "políticos" da época e emitiu sua opinião sobre parte deles. Um exemplo segue abaixo (2014, p. 35):

> O que o senhor Juscelino [Kubitschek] tem de aproveitavel é a voz. Parece um sabiá e a sua voz é agradavel aos ouvidos. E agora, o sabiá está residindo na gaiola de ouro que é o Catete. Cuidado sabiá, para não perder esta gaiola, porque os gatos quando estão com fome contempla as aves nas gaiolas. E os favelados são os gatos. Tem fome.

E o responsabiliza pela pobreza (2014, p. 134):

> Quando Jesus disse para as mulheres de Jerusalem: — 'Não chores por mim. Chorae por vós' — suas palavras profetisava o governo do Senhor Juscelino. Penado de agruras para o povo brasileiro. Penado que o pobre há de comer o que encontrar no lixo ou então dormir com fome.

Em sua franca percepção sobre a atividade política dizia (2014, p. 38):

> ...Quando um politico diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na politica para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fede a nossa sensibilidade.

O descaso político com a população carente era um tema sensível para Carolina. Dizia (2014, p. 29):

> O que eu aviso aos pretendentes a política, é que o povo não tolera a fome. E preciso conhecer a fome para saber descrevê-la. (...) O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças.

E quando o problema era fome, Carolina reclamava (2014, p. 33): "Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos politicos". Refletia (2014, p. 39):

> Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revolvar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o paiz dos politicos açambarcadores.

Vê-se que para Carolina, os políticos pareciam indiferentes ao sofrimento do pobre. Compara o pão duro ao coração deles (2014, p. 53): "Comprei um pão as 2 horas. É 5 horas, fui partir um pedaço já está duro (...). O pão atual fez uma dupla com o coração dos políticos. Duro, diante do clamor público".

Mudavam-se os políticos, mas tudo permanecia como estava, a miséria, inclusive. Nesse sentido dissertou Carolina (2014, p. 40 e 43): "muda-se os politicos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursaes nos lares dos operarios. (...) Mas o povo não está interessado nas eleições, que é o cavalo de Troia que aparece de quatro em quatro anos".

Carolina não tinha apenas consciência política e contestava o sistema, como fazia questão de tentar modificar a realidade com o seu voto. No dia 3 de outubro de 1958 registrou (2014, p. 124):

> Deixei o leito as 5 horas porque quero votar (...). Nas ruas só se vê cédulas pelo chão. Fico pensando nos desperdícios que as eleições acarreta no Brasil. Eu achei mais difícil votar do que tirar o titulo. A Vera começou a chorar dizendo que estava com fome. O presidente da mesa disse-me que nas eleições não pode levar crianças. Respondi que não tinha com quem deixa-la.

O grande problema, segundo Carolina, é o que vinha depois das eleições (2014, p. 128):

> Uma senhora chamou-se para dar-me papeis. Disse-lhe que devido ao aumento da condução a policia estava nas ruas. Ela ficou triste. Percebi que a noticia do aumento entristece todos. Ela disse-me: - Eles gastam nas eleições e depois aumentam qualquer coisa (...). Um pouquinho de cada um, ele vão recuperando o que gastam. Quem paga as despezas das eleições é o povo!.

Revoltada, Carolina esbravejou (2014, p. 129 e 130):

> Nos bondes que circulam vai um policial. E nos ônibus tambem. O povo não sabe revoltar-se. De viam ir no Palacio do Ibirapuera e na Assembleia e dar uma surra nestes politicos alinhavados que não sabem administrar o país. (...) Se o custo de vida continuar subindo até 1960 vamos ter uma revolução.

Fome: o tema mais recorrente

Não obstante a diversidade de assuntos veiculados em Quarto de Despejo, alguns problemas se repetiam em todos os seus períodos. A fome era o mais recorrente deles, o pior algoz de um ser humano. A fome aparece em todos os períodos do diário. A comida era sempre o seu dilema (Jesus, 2014). Ela ainda pensava (2014, p. 38): "Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: 'Quem escreve isto é louco'".

Aliás, é a reclamação mais recorrente de Carolina, desde o momento em que desperta até quando adormece. A temática inaugura o primeiro período da obra (15/7/1955) e, por pouco, não finaliza o último deles (26/8/1959).

Era muito comum Carolina e os filhos acordarem sem ter o que comer e, mais ainda, dormirem com o estômago vazio (2014, p. 129): "Eu estou triste porque não tenho nada para comer". Isso quando no fragmento anterior do texto já havia dito (2014, p. 120): "Ontem comemos mal. E hoje pior". Essa foi uma das constatações de Audálio Dantas, ao prefaciar a obra (2020, p. 2): "A fome aparece no texto com uma frequência irritante. Personagem trágica, inarredável. Tão grande e tão marcante que adquire cor na narrativa tragicamente poética de Carolina".

Carolina pensava, sofregamente, todos os dias, numa maneira de arrumar dinheiro para comprar comida aos filhos. A tristeza e a desolação deles lhe corroíam a alma (2014, p. 28 e 186): "Eu disse para os filhos que hoje nós não vamos comer. Eles ficaram tristes (...). Os meninos ficam nervosos por não ter o que comer". Em outra passagem manifestou-se (2014, p. 38): "Como é horrível ver um filho comer e perguntar: 'Tem mais? Esta palavra 'tem mais' fica oscilando dentro do cerebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais". Não obstante o

seu instinto de proteção, não foram poucos os momentos de descontrole quando os filhos se mostravam insatisfeitos com a refeição do dia (2014, p. 169): "Quando cheguei em casa fiz sopa de aveia. A Vera chorou. Não queria comer aveia. Dizia: - Eu não gosto. Dei-lhe uma surra e ela comeu". Lado outro, quando a comida era saborosa e/ou farta, era como ganhar na loteria, a família entrave em êxtase (2014, p. 154, 181): "No dia 31 de maio de 1958, Carolina registrou (2014, p. 47-48): "Fui fazendo o jantar. Arroz, feijão, pimentão e chouriço e mandioca frita. Quando a Vera viu tanta coisa disse: hoje é festa de negro!". A respeito da carne, enfatizou (2014, p. 154): "Hoje eu vou comer carne. Atualmente quando o pobre come carne fica rindo atoa!".

Em 12 de julho de 1959 (2014, p. 180-181): "Hoje eu fiz arroz e feijão e fritei ovos. Que alegria! Ao escrever isto vão pensar que no Brasil não há o que comer. (...). Quando a Vera come carne fica alegre e canta. (...)". Outro trecho representativo da satisfação de Carolina quando tem comida em casa (2014, p. 49):

> Eu já fiz almoço (...). Tinha arroz, feijão e repolho e linguiça. Quando eu faço quatro pratos penso que sou alguem. Quando vejo meus filhos comendo arroz e feijão, o alimento que não está ao alcance do favelado, fico sorrindo atoa. Como se eu estivesse assistindo um espetáculo deslumbrante.

Nem sempre Carolina podia garantir comida na mesa, boa e com fartura. Na maior parte do tempo, não tinha o que comer mesmo, restando-lhe a criatividade para não passar fome com sua família (2014, p. 30):

> Ontem eu ganhei metade de um cabeça de porco no Frigorífico. Comemos a carne e guardei os ossos. E hoje pus os ossos para ferver. E com o caldo fiz as batatas. Os meus filhos estão sempre com fome. Quando eles passam muita fome eles não são exigentes no paladar.

Essa foi a reflexão feita por Carolina no final do dia de mais um ano de comemoração da abolição dos escravos no Brasil (2014, p. 32):

> A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. (...). Era 9 horas da noite quando comemos". E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!.

Pensou outro dia, após os filhos comerem arroz com um pouco de peixe (2014, p. 189): "Se Jesus Cristo pudesse multiplicar estes peixes!".

Sobre os problemas derivados da fome, Carolina refletia (2014, p. 163): "Sempre ouvi dizer que o rico não tem tranquilidade de espirito. Mas o pobre também não tem, porque luta

para arranjar dinheiro para comer". Para Carolina (2014, p. 53): "Só quem passa fome é que dá valor a comida".

Ela conhecia como ninguém sobre o que estava dizendo. A sua percepção do flagelo era de alguém que passava fome. Dizia que a fome tinha cor, amarela. Quando surgia a cor era porque já havia atingido o limite do insuportável (Jesus, 2014).

Falou sobre a importância do alimento para o corpo sobre ficar de jejum (2014, p. 44):

> A comida no estomago é como o combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. O meu corpo deixou de pesar. Comecei andar mais depressa. Eu tinha a impressão que eu deslisava no espaço. Comecei sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetaculo. E haverá espetaculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida.

A fome despertava nas pessoas pensamentos. Um deles surgiu de Carolina (2014, p. 186): "Quando eu cheguei em casa estava com tanta fome. Surgiu um gato miando. Olhei e pensei: eu nunca comi gato, mas se este estivessem numa janela ensopado com cebola, tomate, juro que comia. Porque a fome é a pior coisa do mundo". Outro sintoma experimentado por Carolina, na condição de faminta, era a tontura. Isso quando ficava sem comer (2014, p. 116): "Eu comecei sentir tonturas porque estava com fome". Ou, ainda, quando comia depois de longo tempo de abstinência (2014, p. 158): "Quando o pobre come uma comida forte, dá tontura".

Os jovens jogavam bolo e corriam pelo campo com energia. Se tomassem leite puro e comessem carne (Jesus, 2014).

Ao entrelaçar trabalho a fome, Carolina salientou (2014, p. 129): "se a gente trabalha passa fome, se não trabalha passa fome". Contadas as vezes que a palavra "lixo" aparece ao longo da narrativa, o resultado certamente ultrapassará o número de dedos das mãos. Ademais, a palavra quase que segue acompanhando outra bem conhecida por Carolina, qual seja, "lixo".

Embora Carolina já tivesse prometido aos filhos não pegar comida no lixo, essa era uma realidade que não conseguiu dominar (2014, p. 39):

> (...) os meus filhos vieram dizer-se que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me: - Pois é. A senhora disse-me que não ao mais comer as coisas do lixo. Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar.

As evidências constam abundantemente de trechos de Quarto de Despejo, dos quais destacam-se (Jesus, 2014, p. 39-40);

> Eu ontem comi aquele macarrão do lixo com receio de morrer porque em 1953 eu vendi ferro lá no Zinho. Havia um pretinho bonitinho. (...). Os lixeiros haviam jogado carne no lixo. E Ele escolhia uns pedaços: Disse-me: - Leva, Carolina. Dá para comer.

> Deu-me uns pedaços. Para não manguá-lo aceitei. Procurei convencê-lo a não comer aquela carne. Para comer os pães duros ruidos pelos ratos. Ele disse-me não. Que há dois dias não comia. Ascendeu o fogo e assou a carne. (...). No outro dia encontraram o pretinho morto. Os dedos do seu pé abriram. (...). Não trazia documento. Foi sepultado como um Zé qualquer. Ninguem procurou saber seu nome. Marginal não tem nome.

Carolina e sua família conviviam com o risco de contaminação alimentar (2014, p. 99): "os meninos ganharam uns pães duro, mas estava recheiado com pernas de barata. Joguei fora". Certa vez Carolina foi questionada por um operário (2014, p. 112): "É verdade que você come o que encontra no lixo? – O custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. Temos que imitar os animaes".

Pegar comida no lixo para comer era algo vergonhoso para todos (2014, p. 105): "Passei no Frigorifico, peguei uns ossos. As mulheres vasculham o lixo procurando carne para comer. E elas dizem que é para os cachorros. Até eu digo que é para os cachorros". Tinha uma opinião formada sobre os comerciantes de SP (2014, p. 34):

> Chegou um caminhão aqui na favela. O motorista e o seu ajudante jogam umas latas. É linguiça enlatada. Penso: É assim que fazem esses comerciantes insaciáveis. Ficam esperando os preços subir na ganancia de ganhar mais. E quando apodrece jogam fora para os corvos e os infelizes favelados. (...). Vejo as crianças abrir as latas de linguiça e exclamar satisfeitas: - Hum! Tá gostosa! A Dona Alice deu-me uma para experimentar. Mas a lata está estufada. Já está podre.

Sobre os atacadistas dizia (2014, p. 146 e 148):

> (...) estão se divertindo com o povo igual os Cesar quando torturava os cristãos. Só que o Cesar da atualidade supera o Cesar do passado. Os outros era perseguido pela fé. E nós, pela fome! Naquela epoca, os que não queriam morrer deixaram de amar a Cristo. Mas nós não podemos deixar de comer. (...). Pensei: porque é que o homem branco é tão perverso assim? Ele tem dinheiro, compra e põe nos armazéns. Fica brincando com o povo igual gato com rato.

Sobre o custo de vida, Carolina dizia (2014, p. 11 e 134): "(...) o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do curso de vida. (...) O açucar aumentou. A palavra da moda, aumentou". Sobre o mesmo problema salientou (2014, p. 43):

> Antigamente era a macarronada o prato mais caro. Agora é o arroz e feijão que suplanta a macarronada. São os novos ricos. Passou para o lado dos fidalgos. Até vocês, feijão e arroz, nos abandona! Vocês que eram os amigos dos marginais, dos favelados, dos indigentes. Vejam só. Até o feijão nos esqueceu. Não está ao alcance dos infelizes que estão no quarto de despejo. Quem não nos despresou foi o fubá. Mas as crianças não gostam de fubá.

Reclamou (2014, p. 126): "O dinheiro devia ter mais valor que os generos. E no entanto os generos tem mais valor que o dinheiro. *Tenho nojo, tenho pavor. Do dinheiro de alumínio. O dinheiro sem valor. Dinheiro do Juscelino*".

Quando conseguem fazer feijão, as crianças sorriem e Carolina pensa (2014, p. 43): "Comeram e não aludiram a cor negra do feijão. Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia". Tamanha a importância do feijão que Carolina chegou a sonhar com ele. No dia 30 de julho de 1958 registrou (2014, p. 185-186):

> (...) sonhei que estava noutra casa. E eu tinha tudo. Sacos de feijão. Eu olhava os sacos e sorria. Eu dizia para o João: - Agora podemos dar um ponta-pé na miseria. E gritei: - Vai embora, miseria! A Vera despertou-me e perguntou: - Quem é que a senhora está mandando ir-se embora?.

Sobre o feijão, Carolina disse (2014, p. 188): "eu ouvi o povo reclamar contra a falta do feijão. Que os atacadistas estão sonegando o produto ao povo. E os preços atuais? Isto não é mundo para o pobre viver". Desesperançosa disse (2014, p. 46): "Será que Deus sabe que existe as favelas e que os favelados passam fome?". Em seu último registro, faz constar o seu entendimento sobre o flagelo (2014, p. 191): "A pior coisa do mundo é a fome!".

Sonhos e sublimações

Extrai-se da narrativa que Carolina não apenas vivia, mas tentava sobreviver à miséria, à fome, ao descaso estatal e à indiferença da sociedade. Aliás, não apenas sobrevivia, ela resistia mesmo. Acordava cedo e conseguia enxergar alguma beleza no caos em que vivia. No diário, muito utilizado por mulheres e que acabou se transformando numa poderosa ferramenta de empoderamento feminino, Carolina não se limitava a registrar o dia a dia da favela do Canindé. Nele também veiculava seus sonhos e devaneios, momentos em que conseguia escapar da dura realidade. Para isso bastava uma caneta e uma folha de papel. Dizia (2014, p. 29): "Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: Faz de conta que eu estou sonhando".

Embora o trecho abaixo já tenha sido transcrito anteriormente, de tão representativo cito parte dele, mais uma vez. Ao perder na madrugada do dia 12 de julho de 1958, Carolina escreveu (2014, p. 58):

> (...) vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades (...). É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela.

Numa passagem Carolina disse (2014, p. 21): "Deixei o leito as 4 horas para escrever. Abri a porta e contemplei o céu estrelado. Quando o astro-rei começou despontar eu fui buscar água". Em outra (2014, p. 25, 32): "De manhã eu estou sempre alegre. A primeira coisa que faço é abrir a janela e contemplar o espaço", "gostaria de recortar um pedaço do céu para fazer um vestido".

O suicídio foi pensado

O seu universo de escrita era norteado por inúmeras indagações. Dizia (2014, p. 33): "Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil?". Outros trechos revelam sua angústia de ganhar dinheiro para garantir comida aos filhos. Aliás, essa era uma preocupação geral e nem sempre a história tinha uma final feliz (2014, p 62-63):

> Parei na banca de jornaes. Li que uma senhora e três filho havia suicidado por encontrar dificuldades de viver (...). A mulher que suicidou-se não tinha alma de favelado, que quanto tem fome recorre ao lixo, cata verduras nas feiras, pedem esmola e assim vão vivendo. (...), é uma vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se porque passa fome". "E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia: - Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome. (...) A noticia do jornal deixou-me nervosa. Passei o dia chingando os politicos, porque eu também quando não tenho nada para dar aos meus filhos fico quase louca.

Sobre isso pensava (2014, p. 162): "se os pobres do Brasil resolver suicidar-se porque estão passando fome, não ficaria nenhum vivo". Para ela (2014, p. 61): "Ninguem deve alimentar a ideia de suicídio. Mas hoje em dia os que vivem até chegar a hora da morte, é um heroi. Porque quem não é forte desanima".

Sobre a ideia de tirar a própria vida, Carolina já havia externado (2014, p. 67): "Quando eu fiquei doente eu andava até querendo suicidar por falta de recursos". Em outro trecho a ideia foi retomada (2014, p. 99): "Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. Eu suicidando-me é por deficiencia de alimentação no estomago. (...)".

Entretanto, seguia resistindo (2014, p. 162): "Quando eu encontro algo no lixo que eu posso comer, eu como. Eu não tenho coragem de suicidar-me". A autora nunca romantizou ou disfarçou em seus escritos a sua vida na favela. Sempre buscou de um jeito sincero, demonstrar os seus sentimos e aflições num cenário dito por ela várias vezes como um inferno.

Mas logo conseguia voltar ao prumo (2014, p. 24): "Tem hora que revolto com a vida atribulada que levo. E tem hora que me conformo". Na virada de ano novo, de 31 de dezembro de 1959 para 1º de janeiro de 1960, consignou (2014, p. 191): "Espero que 1960 seja melhor

do que 1959. Sofremos tanto no 1959, que dá para a gente dizer: *Vai, vai mesmo. Eu não quero você mais. Nunca mais*!".

Da visibilidade ao limbo da exclusão na casa de alvenaria

Um dos sonhos mais recorrentes de Carolina, além de fartura à mesa, era mudar-se da favela para uma casa de alvenaria. Dizia (2014, p. 20): "Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui". Ao escrever a obra, Carolina pensava em vendê-lo. Já tinha o destino certo para o dinheiro que iria auferir (2014, p. 27): "comprar um terreno para eu sair da favela".

José Carlos, um de seus filhos, tenta tranquilizá-la e diz (2014, p. 17): "- Não fique triste mamãe" Nossa Senhora Aparecida há de ter dó da senhora. Quando eu crescer eu compro uma casa de tijolos para a senhora". O filho compartilha do meu sonho, diz Carolina (2014, p. 140): "O José Carlos disse-me que vai ser um homem distinto e que eu vou trata-lo de Seu José. Já tem pretensões: quer residir em alvenaria".

A fama pelas publicações nos jornais colocou o nome de Carolina na boca do povo e passou a ser reconhecida nas ruas (2014, p. 172): "Quando circulava pelas ruas o povo abordava-me para dizer que havia me visto no O Cruzeiro". A sua dedicação à literatura parecia começar a dar frutos (2014, p. 173):

> Bateram na porta. Mandei o João ver quem era e disse: - Entra, negra! – Ela não é negra, mamãe. É uma mulher branquinha e está com O Cruzeiro na mão. Ela entrou. Uma loira muito bonita. Disse-me que havia lido a reportagem no O Cruzeiro e queria levar-me no Diario para conseguir auxilio para mim. (...) Na redação, eu fiquei emocionada. (...). O senhor Antonio fica no terceiro andar, (...). Ele deu-me revista para eu ler. Depois foi buscar uma refeição para mim. Bife, batatas e saladas. Eu comendo o que sonhei! Estou na sala bonita. A realidade é muito mais bonita do que o sonho! Depois fomos na redação e fotografaram-me (...). Prometeram-me que eu vou sair no Diário da Noite amanha. Eu estou tão alegre! Parece que a minha vida estava suja e agora estão lavando.

Embora se tornasse a porta-voz da miséria, muita gente não gostou de ter se tornado personagem de sua obra (2014, p. 171):

> (...) a jornaleira disse que as negrinhas da favela havia me chingado, que eu estava desmoralizando a favela (...). O João disse-me que o Orlando Lopes, o atual encarregado da luz, havia me chingado. (...). Ele disse-me que eu pus na revista que ele não trabalha.

O sonho de se mudar para uma casa de alvenaria virou realidade no final de 1960. Publicou o livro e pôde adquirir um imóvel em Santana/SP. Carolina morou na favela do Canindé por cerca de 10 anos. Mudou-se de lá sob ameaças e xingamentos dos vizinhos. A

chamaram de traidora por tê-los usado como personagens da obra e não receberem nada por isso (Farias, 2018).

No final das contas, não se sabe qual(ais) foi(ram) o(s) mundo(s) que Carolina virou do avesso: o seu e o dos filhos, o dos moradores do Canindé, o dos leitores, o da sociedade ou o do Estado. Independentemente de qual(is) seja(m) a(s) resposta(s), o próprio livro mostra que Carolina sofreu sérias implicações. O sucesso e os recursos obtidos com o Quarto de Despejo levaram-na ao "desenvolvimento".

Isso pelo menos era o que ela, ingenuamente, pensou no início. Entretanto, a engrenagem do seu iníquo processo inseriu-a em outro nível de exclusão. Carolina conseguiu sair da miséria, da segregação socioespacial, da fome e parecia-lhe que a sociedade a havia recebido de braços abertos, mas logo foi reconduzia ao estágio inicial do processo de exclusão, desta vez por todos do universo de seu livro: abastados da sociedade paulista e seus antigos companheiros da miséria. Da favela para a cidade e da cidade para a solidão. Carolina foi "despejada para o limbo". Não era mais aceita pela cidade, nem pela favela. Imersa em seus escritos, morreu na companhia dos filhos, de mais ninguém.

2.4 REFERENCIAL TEÓRICO 2: JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DA PROPOSTA DISSERTATIVA (IDEIAS-CHAVE)

Por meio do item anterior, procurou-se apresentar, de modo mais resumido possível, a espinha dorsal da obra Diário de Despejo, pontuando os principais trechos da narrativa de Carolina Maria de Jesus.

Assim como no capítulo anterior, procedeu-se à seleção das ideias-chaves que fazem parte do referencial teórico deste trabalho. Para tanto, restringiu-se àquelas que abordaram aspectos econômicos, sociais e políticos da fome. São elas:

1. a **fome é um problema antigo**, que representa o **descaso estatal e a indiferença da sociedade**;
2. o **Estado prioriza os aspectos econômicos e político**, em detrimento dos aspectos sociais, deixando a **população mais carente em condições degradantes de vida e sem acesso aos serviços públicos basilares**;
3. o **custo de vida impede o povo de se alimentar**;
4. o **alimento é o combustível do corpo**, o responsável direto pela produtividade do ser humano;

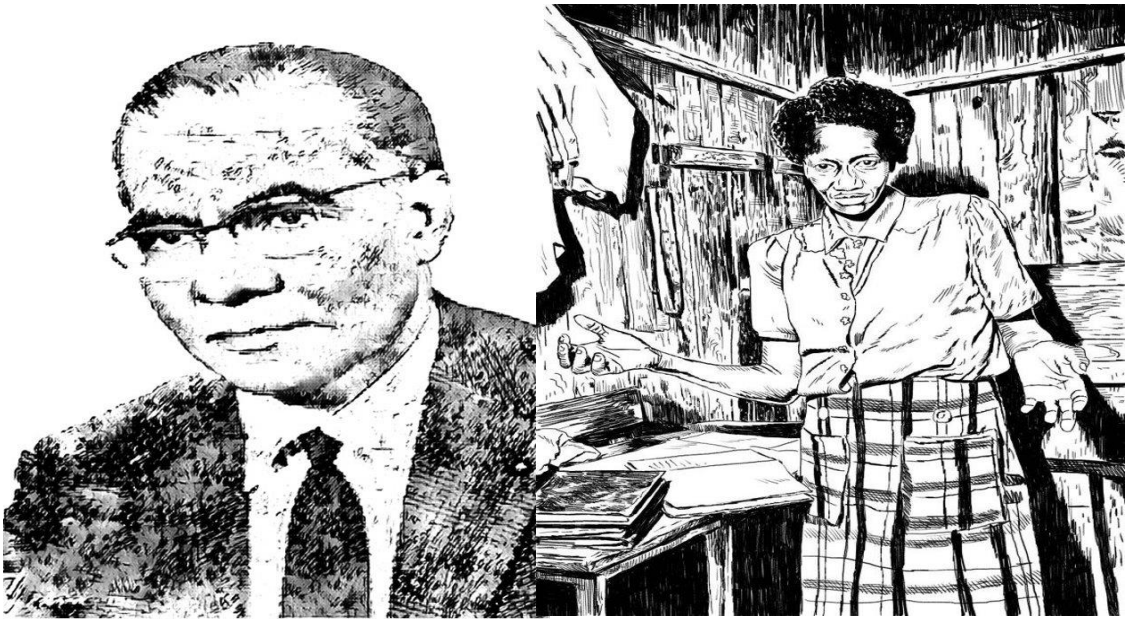
5. ao ser **obrigada a consumir alimento do lixo**, a pessoa perde a dignidade e coloca em risco a sua vida e saúde.

Não se quer com essas ideias-chave alcançar uma solução definitiva ou inovadora para o problema da fome no Brasil, mas tão-somente tomá-las para viabilizar reflexões sobre a desigualdade de acesso ao alimento, com base na renda.

Passa-se agora ao terceiro e último capítulo deste trabalho, iniciando-se com o detalhamento da proposta dissertativa, a conjugação das ideias-chave de Castro e de Carolina Maria de Jesus, inclusive, ao conjunto da matéria-prima produzida.

Em 1993, Audálio Dantas, ao prefaciar a obra de Carolina, observou que os "quartos de despejo, multiplicados, estão transbordando" (JESUS, 2020).

No século XXI muita coisa mudou em São Paulo, no Brasil. A observação do jornalista aplicar-se-ia *ipsis litteris* se não fosse um detalhe. A fome de Carolina (1955-1960) não é a mesma de 2022, ela consegue ser ainda pior.



CAPÍTULO 3. DIÁLOGOS ENTRE JOSUÉ DE CASTRO E CAROLINA MARIA DE JESUS PARA UM BRASIL SEM FOME[66]

[66] A fotografia original do lado esquerdo é do escritor Josué de Castro e foi retirada do site Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro (site: https://josuedecastro.org.br/josue-de-castro/.). A fotografia do lado direito, tal como está, é da escritora e foi obtida na História em Quadrinhos, de autoria de Sirlene Barbosa e do desenhista João Pinheiro (PINHEIRO, João; BARBOSA, Sirlene. **Carolina**. 3ª ed. Veneta: 2016).

CAPÍTULO 3. DIÁLOGOS ENTRE JOSUÉ DE CASTRO E CAROLINA MARIA DE JESUS PARA UM BRASIL SEM FOME

"(...) inaptidão do estado político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo", Josué de Castro (Geografia da Fome, p. 14).

"O povo não podia contar com o Estado", Carolina Maria de Jesus (Quarto de Despejo, p. 92).

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Castro dizia que o flagelo da fome é (1984, p. 21): "prova evidente de que as organizações sociais vigentes se encontram incapazes de satisfazer a mais fundamental das necessidades humanas – a necessidade de alimentos".

Carolina, algumas décadas depois, na condição de escritora e personagem em uma obra que impactou a sociedade de 1960, construiu um discurso semelhante. A seu modo manifestou (2014, p. 40): "muda-se os politicos e não soluciona a fome". Castro, autor de Geografia da Fome, apresenta um ensaio minucioso e contundente sobre a fome e a desnutrição nos idos de 1930 e 1940 em áreas brasileiras. Carolina em Quarto de Despejo expõe sua amarga e humilhante realidade, de sua família e de outros moradores da favela do Canindé, surgida como intrusa no progresso paulistano de modernização. Sua narrativa aborda diversos problemas urbanos das décadas de 1955 a 1960, mas a fome aparece em quase todas as páginas do livro e, invariavelmente, conectada a todos eles.

De um lado, a clássica obra de um médico e filósofo, renomado pesquisador e estudioso, com fama internacional, e ferrenho ativista contra a fome, a miséria, a injustiça social, as desigualdades e o subdesenvolvimento. Do outro, a literatura realista sobre o universo da fome de uma mulher, negra, favelada, catadora de lixo e mãe solo.

Entretanto, essas diferenças não inviabilizaram o cruzamento das ideias e o diálogo entre os escritores. A aproximação deles residiu na denúncia social que fizeram sobre a fome e nas severas críticas que direcionaram às estruturas sociais, econômicas e políticas brasileiras. Há entre eles congruência quando concluem, cada qual valendo-se de um tipo textual específico, que a fome é produto do descaso estatal, sendo um problema eminentemente político.

O presente capítulo, após expor, minudentemente, a proposta dissertativa, e fazer uma imersão pontual aos aspectos e subaspectos histórico-políticos (ações e omissões estatais e priorizações gerais; ações e omissões estatais e priorizações específicas na área da segurança alimentar e nutricional), jurídico-legislativos (normas constitucionais com repercussões

sociais específicas e normas infraconstitucionais com repercussões sociais específicas na área da segurança alimentar e nutricional), econômicos (Tesouro Primário do Tesoura Nacional, Produto Interno Bruto e índice de inflação e/ou conjuntura) e sociais (insegurança alimentar, analfabetismo e ensino fundamental incompleto, e rendimentos inferiores a um salário mínimo) do período de 1930 a 2022, promove o cruzamento da matéria-prima coletada (bibliográfica e documental) com as ideias-chave extraídas dos pensamentos de Josué e de Carolina, a fim de analisar a agudização da fome urbana no Brasil entre 2020 e 2022, com ênfase no segmento demográfico escolhido.

O diálogo entre Castro e Carolina Maria de Jesus é registrado estrategicamente ao longo do item 3.3, de modo a conferir ao trabalho as reflexões de cada um dos escritores.

3.2 PROPOSTA DISSERTATIVA

3.2.1 Estado da arte, recortes e elementos estruturais da pesquisa

Estado da arte

O drama vivenciado pelo aumento exponencial das estatísticas sobre a fome no Brasil, antes e depois do pico da covid-19, e a retomada de importantes discursos literários sobre o flagelo foram determinantes para a escolha e delimitação do tema da pesquisa.

Em 2021, realizou-se o estado da arte por meio do mapeamento da produção acadêmica sobre a fome, momento em que se constatou uma extensa gama de artigos, sob diferentes perspectivas, a grande maioria vinculando-a ao contexto da pandemia. Por exclusão, chegou-se ao tema. Neste meio tempo, o professor doutor Ycarim Melgaço Barbosa sugeriu como embasamento teórico da dissertação a obra Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus, a qual havia sido relembrada na seara acadêmica para reflexões sobre a fome.

A leitura do próprio livro e de outros que tratam da vida e da obra da escritora teve importância primacial não apenas na adesão à brilhante sugestão do nobre orientador, mas também viabilizou pensar o velho problema da fome a partir de novas roupagens e conferir justificativas de peso ao desenvolvimento da pesquisa. Embora o flagelo apareça insistentemente em todas as páginas de Quarto de Despejo, a insurgência a outros problemas urbanos também serviu de fonte de inspiração para o traçado da investigação. Após pensar, repensar e pesquisar ainda mais sobre a temática, chegou-se inevitavelmente à Castro, um dos maiores estudiosos no século XX, que dedicou parte considerável de sua vida na luta contra a fome no mundo.

Diante disso, o trabalho não poderia olvidar de sua principal obra, Geografia da Fome. A sintonia entre Carolina e Josué era factível. Por que não conjugar os seus pensamentos para refletir sobre a fome, indagou o orientador? Ambos tratam da fome como um problema socioeconômico e político. Perfeito! Deliberou-se pela junção de Geografia da Fome e Quarto de Despejo como referencial teórico da dissertação.

Delimitação temática e título da dissertação

A essa altura foi possível, finalmente, delimitar o tema (A fome urbana no Brasil) e escolher o título da dissertação: FOME URBANA NO BRASIL: a denúncia do passado e o fato no presente (1930-2022).

A intenção do título foi despertar a curiosidade sobre a fome urbana brasileira, já que na frase que o compõe não há dicas do estado de (in) segurança alimentar. O subtítulo, a seu turno, faz uma provocação, no sentido de contrastar a (in) segurança alimentar no Brasil do presente com a do passado, partindo de sua análise como um fato já conhecido e denunciado, mas que ainda faz parte de sua realidade. Assim como fez Castro, recorreu-se a uma dualidade para abordar o flagício da fome: teoria e realidade.

A dissertação trata predominantemente na fome coletiva no sentido estrito, de ausência e/ou restrições graves de alimentos, em termos de quantidade, qualidade e acessibilidade perene. Optou-se por realizar um maior detalhamento com definições e classificações no item 3.2.4, categorias analíticas.

Recortes e elementos estruturais da pesquisa

Para se chegar aos recortes e elementos estruturais da pesquisa foram observados os resultados dos inquéritos realizados pela Rede PENSSAN em 2020 e 2022, que, em síntese, demonstraram um retrocesso da situação de insegurança alimentar aos patamares de 2004, com uma aceleração intensa de 2018 a 2020, sobretudo nos domicílios onde a pessoa de referência se autodeclarava preta ou parda.

O levantamento foi bastante abrangente e respaldou-se em dados coletados de entrevistas realizadas e das POF’s 2002-2018. O apuramento seguiu a mesma dimensão e, embora os piores percentuais da fome estivessem na área rural, optou-se por limitar a pesquisa ao âmbito urbano brasileiro. Isso porque as narrativas que formam o embasamento teórico deste trabalho debruçam-se especialmente sobre o ambiente das cidades.

Apesar de Geografia da Fome também abordar a fome de populações rurais quando discorre sobre o dilema de 1930-1940, há que se lembrar que a dualidade de Castro se alterou

significativamente nos anos seguintes até 1960, quando o Brasil passou à fase desenvolvimentista. O lugar da fala de Castro tomou novo rumo, assim como os migrantes brasileiros, da zona rural para a urbana. A cidade tornou-se o destino auspicioso de milhões deles a partir da segunda metade do século XX. A literatura realista de Quarto de Despejo veicula narrativa sobre uma diversidade de problemas urbanos, tais como a miséria e a fome na cidade de SP, nos idos de 1955 a 1960. A par disso, consideraram-se os dados complementares coletados pelo IBGE (POF's 2002-2018) e pela FAO (SOFI's 1999-2023).

Recortes da pesquisa

Diante disso, o **recorde espacial** escolhido foi o Brasil[67], numa abordagem da fome no âmbito nacional, sem delimitação regional. A proposta de trabalho importou-se tão-somente com a fome no âmago urbano, independentemente de sua configuração numérica.

A situação do domicílio é urbana, segundo sua área de localização. Como **situação urbana**, consideram-se "as áreas correspondentes às cidades (sedes municiais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas" (IBGE, 2022). O recorte espacial foi trabalhado a partir dos **domicílios particulares**: "aqueles destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência" (IBGE, 2022). Vale salientar que o mesmo critério também foi usado para classificar a população urbana e rural, para fins comparativos, notadamente no item 3.3.2.1 deste trabalho, quando abordados os aspectos gerais no exame da fome no Brasil. Em todos os casos, as definições foram extraídas da Nota Técnica da PNAD Contínua 2022.

O **recorte temporal** abrange o período de 1930 a 2022, tendo em vista os marcos das bases informacionais de Geografia da Fome (1930), de Quarto de Despejo (1960) os I e II VIGISAN (2020 e 2022), complementados pelas pesquisas FAO e IBGE. Como já assinalado, o estudo de Castro foi publicado em 1946, mas alcançou o panorama da insegurança alimentar em regiões brasileiras nos anos de 1930 até o momento de sua revisão por volta de 1960. Carolina relata problemas urbanos como a fome desde o momento em que chegou em SP no ano de 1930 até seu falecimento na década de 1970. Os I e II VIGISAN foram realizados pela Rede PENSSAN no interregno de dezembro de 2020 e novembro de 2021 a abril de 2022. A fim de evitar repetições desnecessárias, a explicação e considerações adicionais encontram-se

[67] O Brasil é o maior país do continente americano sul, com uma área territorial de 8.510.418 quilômetros quadrados. De acordo com a organização político-administrativa definida pela CF/88 (Título III), a República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Brasília é a Capital Federal. São 26 Estados e 5.570 municípios (IBGE, Censo 2022).

no item destinado às estratégias metodológicas. No tocante ao **recorte demográfico**, lembra-se, inicialmente, do que consta do SOFI 1999 (FAO, p. 5): "antes de tomar as medidas necessárias, é necessário saber quem passa fome e quem faz parte dos sectores vulneráveis, onde vivem e porque não conseguiram remediar a sua situação". Conforme a Rede PENSSAN, o agravamento da fome urbana afetou especialmente famílias chefiadas por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda. A desigualdade do acesso ao alimento em termos de gênero também foi identificada pela FAO no relatório SOFI 2023. O fato já havia sido relatado pelo IBGE no ano de 2018. O recorte demográfico do trabalho, portanto, recai sobre mulheres negras, com baixas escolaridade e renda, que são chefes de famílias urbanas. Sua definição, delimitações e conjunturas constam do subitem 3.2.4 como categorias analíticas.

Elementos estruturantes da pesquisa

Verifica-se que o processo usado para atingir a delimitação temática também serviu para formular o **problema de pesquisa**: há relação de causalidade da atuação estatal de 1930 a 2022 com o aumento da fome urbana nos anos de 2020 a 2022, em termos de gênero, cor/raça, responsabilidade familiar, escolaridade e renda? Visando facilitar o desenvolvimento do recorte temporal, dividiu-se o período de 1930-2022 em seis marcos governamentais no nível federal:

1) Marco governamental 1 (MG-1): 1930-1956, abrangendo os governos de Vargas e de Dutra;
2) Marco governamental 2 (MG-2): 1956-1961, período do governo de JK;
3) Marco governamental 3 (MG-3): 1961-1985, englobou todos os governos da ditadura militar;
4) Marco governamental 4 (MG-4): 1985-2003, diz respeito aos governos de José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (Sarney), Fernando Collor de Melo (Collor), Itamar Augusto Cautiero Franco (Itamar) e Fernando Henrique Cardoso (FHC);
5) Marco governamental 5 (MG-5): 2003-2016, abarcou os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e de Dilma Vana Rousseff (Dilma); e
6) Marco governamental 6 (MG-6): 2016-2022, tratando dos governos de Michel Miguel Elias Temer (Temer) e de Jair Messias Bolsonaro (Bolsonaro).

Como **estratégia metodológica complementar**, e considerando que a cronologia adotada é sequencial, de acordo com a especificação acima, o estabelecimento desses marcos partiu dos termos iniciais e finais dos principais mandatos presidenciais e do(s) traço(s)

marcante(s) do(s) governo(s) e/ou do agrupamento residual e aproximado deles. Nesse último caso, ressalte-se que os governos correspondentes tiveram mandatos curtos e não se caracterizam de forma expressiva de modo a demandar o exame da atuação estatal nos períodos. Para contextualizar os marcos temporais, atrelou-se a cada período uma ideia representativa da (in)segurança alimentar, sem que isso signifique uma espécie de hipótese, servindo apenas para iniciar a exposição e reflexões respectivas, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1: Marcos temporais/governamentais de 1930-2022

MARCOS TEMPORAIS/GOVERNAMENTAIS DE 1930-2022				
MARCO TEMPORAL/ GOVERNAMENTAL	**IDEIA REPRESENTATIVA DA FOME**	**TERMOS INICIAL E FINAL DO MANDATOS PRESIDENCIAIS**	**TRAÇO(S) MARCANTE(S) DO(S) GOVERNO(S)**	**AGRUPAMENTO RESIDUAL E APROXIMADO**
1930-1956	**Fome um tema proibido e de combate acanhado**	**3/11/1930 a 10/11/1937 (Getúlio Vargas)** **10/11/1937 a 29/10/1945 (Getúlio Vargas)** **31/1/1946 a 31/1/1951 (Eurico Gaspar Dutra)** **31/5/1951 a 24/8/1954 (3º mandato de Getúlio Vargas)**	**Estímulo e crescimento da industrialização brasileira**	**29/10/1945 a 31/1/1946 (José Linhares)** **24/8/1954 a 8/11/1955 (Café Filho)** **8/11/1955 a 11/11/1955 (Carlos Luz)** **11/11/1956 a 31/1/1956 (Nereu Ramos)**
1956-1961	**Fome e Desenvolvimentismo**	**31/1/1956 a 31/1/1961 (Juscelino Kubitschek)**	**Crescimento e diversificação industrial**	**31/1/1961 a 25/8/1961 (Jânio Quadros)**
1961-1985	**O milagre econômico na ditadura militar e o pecado da fome**	**25/8/1961 a 7/9/1961 (Ranieri Mazzilli)** **7/9/1961 a 2/4/1964 (João Goulart)** **2/4/1964 a 15/4/1964 (Ranieri Mazilli)** **15/4/1964 a 15/3/1967 (Humberto Castelo Branco)** **15/3/1967 a 31/8/1969 (Artur da Costa e Silva)** **30/10/1969 a 15/3/1974 (Emílio Garrastazu Médici)** **15/3/1974 a 15/3/1979 (Ernesto Geisel)** **15/3/1979 a 15/3/1985 (João Figueiredo)**	**Regime político autoritário e repressivo** **Supressão de direitos, liberdade e garantias constitucionais** **Progresso econômico seguido de grave crise econômica (endividamento público e hiperinflação)**	**31/8/1969 a 30/10/1969 (Junta Militar de 1969)**
1985-2003	**Fome e redemocratização**	**15/3/1985 a 15/3/1990 (José Sarney)** **15/3/1990 a 29/12/1992 (Fernando Collor de Melo)** **29/12/1992 a 1º/1/1995 (Itamar Franco)** **1º/1/1995 a 1º/1/2003 (Fernando Henrique Cardoso)**	**Redemocratização** **Desestabilização econômica e alternância de planos econômicos para conter a inflação**	
2003-2016	**O Brasil no Mapa da Fome da ONU**	**1º1/2003 a 1º/1/2011 (Luiz Inácio Lula da Silva)** **1º/11/2011 a 31/8/2016 (Dilma Rousseff)**	**Multiplicação de políticas públicas sociais**	
2016-2022	**Agudização da fome e o desmonte de políticas públicas setoriais**	**31/8/2016 a 1º/1/2019 (Michel Temer)** **1º/1/2019 a 1º/1/2023 (Jair Bolsonaro)**	**Controle de gastos públicos e redução de políticas públicas**	

Fonte: elaborada pela própria autora, 2023.

A partir desse contexto, e considerando o pressuposto de que a fome é um tema complexo e multifacetado e, ainda, o audacioso recorte temporal, foi necessário o uso de filtros para a coleta, escolha e interpretação da matéria-prima no período aventado.

Se o Brasil de 2020-2022 registrou um agravamento da fome quando nos anos de 2004 a 2013 tinha reduzido as estatísticas a ponto de ser excluído do famigerado Mapa da Fome da ONU em 2014 (SOFI 2015), é possível extrair-se indícios do perfil da atuação estatal anterior até 1930 para compreender essa involução. Assim caminhou a pesquisa.

Nesse sentido, e num primeiro momento, a atuação estatal de 1930-2020 foi analisada a partir de aspectos gerais (territoriais, populacionais e situação domiciliar) e específicos (histórico-políticos, jurídico-legislativos, econômicos e sociais), e, neste último caso, subaspectos capazes de assegurar a operacionalidade da metodologia, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2: Subaspectos propostos nos marcos temporais

SUBASPECTOS DE ANÁLISE DOS MARCOS TEMPORAIS/GOVERNAMENTAIS		
MARCOS TEMPORAIS/GOVERNAMENTAIS	**ASPECTOS CARACTERIZADORES DO(S) GOVERNO(S)**	**SUBASPECTOS**
1) 1930-1956 **2) 1956-1961** **3) 1961-1985** **4) 1985-2003** **5) 2003-2016** **6) 2016-2022**	**1. Aspectos histórico-políticos**	**1.1 Ações e omissões estatais e priorizações gerais** **1.2 Ações e omissões estatais e priorizações específicas na área da segurança alimentar e nutricional**
	2. Aspectos jurídico-legislativos	**2.1 Normas constitucionais com repercussões sociais específicas na área da segurança alimentar e nutricional** **2.2 Normas infraconstitucionais com repercussões sociais específicas na área da segurança alimentar e nutricional**
	3. Aspectos econômicos	**3.1 Resultado Primário do Tesouro Nacional** **3.2 Produto Interno Bruto** **3.3 Nível de inflação e/ou conjuntura**
	4. Aspectos sociais	**4.1 Insegurança alimentar grave** **4.2 Baixa escolaridade (analfabetismo e ensino fundamental incompleto)** **4.3 Baixa renda (linha da pobreza e da pobreza extrema)**

Fonte: elaborada pela própria autora, 2023.

Vale salientar que os dados e informações que abarcam os subaspectos se relacionam diretamente à (in) segurança alimentar e foram eleitos de forma a estreitar o quanto possível os referenciais fáticos integrantes do problema da pesquisa.

Os **subaspectos histórico-políticos** dizem respeito às ações e omissões estatais e priorizações gerais e específicas na área da segurança alimentar e nutricional. Aqui a priorização estatal deve ser entendida, no âmbito dos aspectos políticos, como ações ou omissões socioeconômicas conjugadas. Historicizar a insegurança alimentar a partir da conjuntura política, ainda que brevemente, auxiliar na compreensão do cenário atual.

Quanto ao conteúdo **jurídico-legislativo**, mirou-se o olhar ao conteúdo social das Constituições de 1890 a 1988 e de determinadas leis infraconstitucionais, a fim de tratar da fome, sob o seu aspecto formal, direto ou indireto.

Os subaspectos Resultado Primário do Tesouro Nacional (RPTN), Produto Interno Bruto (PIB) e nível de inflação[68] e/ou conjuntura, destinam-se a delimitar o olhar da fome, sob a **perspectiva econômica**, extraindo sua conjuntura nos períodos de 1930-2022. Isto porque é possível abordar a economia como disciplina capaz de contribuir significativamente para o debate do desenvolvimento social no campo da segurança alimentar e nutricional, meio da implementação de ações governamentais equitativas numa sociedade de mercado, porquanto a fome se sobrepõe quando não há intervenção Estatal no processo de lucro desenfreado (ROCHA; BURLANDY; MAGALHÃES, 2013).

O desenvolvimento do **aspecto social** baseia-se na insegurança alimentar grave, baixa escolaridade (analfabetismo e ensino fundamental incompleto) e baixa renda (linha da pobreza e da pobreza extrema).

Para analisar os resultados, categorizaram-se três tipos de atuação estatal, classificados de acordo com a **predominância do interesse**: atuação de interesse econômico, atuação de interesse social e atuação estatal de interesse misto, esta última caracterizada pela presença concomitante, equilibrada ou não, de interesses econômicos e sociais. Posteriormente, com o propósito de viabilizar a análise do nexo causal entre a atuação estatal e a intensificação da fome nos dois anos subsequentes (2020-2022) ao período anterior a 1930, procedeu-se à comparação dos enquadramentos realizados com o quadro de (in)segurança alimentar identificado nos marcos temporais.

A resposta à problemática de pesquisa resultou da análise do conjunto teórico e estatístico produzido, conforme delineado anteriormente.

É importante destacar que essa metodologia não busca quantificar exatamente a parcela ou extensão da responsabilidade estatal nos anos de 1930-2020, diante do agravamento da fome no país entre 2020 e 2022. Não há variáveis estáveis que possam ser tratadas no formato estatístico ou matemático dentro desse contexto. Entretanto, é viável explorar indicadores que possam ter contribuído para a escalada descontrolada da fome no Brasil, impactando principalmente mulheres negras com baixa escolaridade e renda, além de chefes de família residentes em áreas urbanas. Nesse sentido, a metodologia adotada também propiciou

[68] Embora o fenômeno seja complexo e sujeita a inúmeras variáveis, é possível defini-lo como "taxa contínua de crescimento dos preços num período determinado" (MORAN, 1993, p.2).

reflexões sobre o papel do Estado na superação da insegurança alimentar desse segmento populacional.

Este trabalho não tem, por conseguinte, a intenção de esgotar o universo de dados e informações pertinentes aos aspectos investigados, mas, tão-somente, de lançá-los à discussão dos pontos imediatamente mais significativos sobre a fome urbana de famílias lideradas por mulheres negras, com baixa escolaridade e renda. Outro ponto merece anotação. A extensão do texto dissertativo se deve justamente a esse volume e variedade dos aspectos e subaspectos escolhidos para o seu desenvolvimento. Diante das considerações apresentadas, estabeleceu-se como **objetivo geral** a análise da fome urbana no Brasil no período de 2020-2022, encarada como um desafio eminentemente político, com uma num formato retrospectivo até 1930, buscando compreender sua maior incidência em famílias lideradas por mulheres negras, com baixa escolaridade e renda. Como **objetivos específicos**:

1. extrair as ideias-chave de Castro em Geografia da Fome, circunscritas aos aspectos políticos, econômicos e sociais da fome;

2. retirar as ideias-chave de Carolina Maria de Jesus em Quarto de Despejo, circunscritas aos aspectos políticos, econômicos e sociais da fome;

3. consolidar as ideias-chave de Castro em Geografia da Fome e de Carolina Maria de Jesus em Quarto de Despejo;

4. conjugar essas ideias-chave de modo a viabilizar o diálogo entre os autores para analisar a agudização da fome urbana no Brasil de 2020 a 2022, com maior incidência em famílias chefiadas por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda, frente à atuação estatal nos anos de 1930 a 202;

5. compreender noções teóricas sobre a fome como um problema complexo e multifacetado, sob as dimensões políticas, econômicas e sociais;

6. analisar o histórico do estado de insegurança alimentar e sua elevação no mundo, em linhas gerais, e no Brasil, detalhadamente, contados dos resultados das pesquisas realizadas pela FAO (SOFI 1999-2023), IBGE (POF 2003-2018) e Rede PENSSAN (2020-2022);

7. estudar a desigualdade de gênero, de cor ou raça, de acesso ao alimento, em função da renda, sob a perspectiva da economia de mercado, desagregada do desenvolvimento humano como liberdade;

8. apresentar a fome e o cenário internacional, a partir dos principais eventos dos séculos XX e XXI;

9. expor a fome urbana no Brasil de 1930 a 2022, em seus aspectos gerais (territoriais populacional e situação domiciliar) e específicos (histórico-políticos, jurídico-legislativos, econômicos e sociais);

10. analisar os aspectos específicos com base nos subaspectos histórico-políticos (ações e omissões estatais e priorizações gerais; ações e omissões estatais e priorizações específicas na área da segurança alimentar e nutricional), jurídico-legislativos (normas constitucionais com repercussões sociais específicas e normas infraconstitucionais com repercussões sociais específicas na área da segurança alimentar e nutricional), econômicos (Tesouro Primário do Tesoura Nacional, Produto Interno Bruto e índice de inflação e/ou conjuntura) e sociais (insegurança alimentar, analfabetismo e ensino fundamental incompleto, e rendimentos inferiores a um salário mínimo);

11. estabelecer o perfil de atuação estatal dos anos de 1930 a 2022, baseando-se na preponderância conferida pelos governos dos períodos de 1930-1955; 1956-1961; 1961-1985; 1985-2003; 2003-2016; e 2016-2022, ao interesse econômico, social ou misto; e

12. refletir a fome como um problema eminentemente político, a partir da figura do Estado como protagonista na superação da fome.

Justificativa

O flagelo da fome é um problema muito antigo, mas ainda se faz presente no mundo, gerando impactos para toda a sociedade. A fome é atemporal. Malgrado seu enfrentamento conste com mais frequência nas pautas políticas, como prioridade, inclusive, desde que as nações se uniram para reconstruir o mundo pós-guerras mundiais, e a história tenha inscrito em suas páginas avanços significativos, a humanidade ainda convive com cifras alarmantes de insegurança alimentar grave.

Aqui no Brasil, os resultados das últimas pesquisas realizadas pela FAO (SOFI 2023) e pela Rede PENSSAN (Inquéritos I e II, 2021-2022), quando comparados a outras de período pretéritos (SOFI 1999-2022 e POF's 2002-2018) demonstram que, desde 2014, o flagelo não está reduzindo, ao contrário, aumenta a cada ano e agrega complicadores ao seu enfrentamento. A par disso, entre 2020 e 2022, a Rede PENSSAN verificou que famílias urbanas chefiadas mulheres negras, com baixas escolaridade e renda foram um dos segmentos mais afetados pela fome no país. A reflexão sobre a fome, portanto, é atual e demanda a permanente (re)construção de conhecimentos científicos que possam reverter o quadro. Contudo, o futuro não parece caminhar no sentido de reduzir, muito menos erradicar a carestia.

São múltiplas as razões que justificam a fome no território nacional e sua oscilação temporal entre melhoras e pioras, mas parte significativa delas ligam-se, indiscutivelmente, a ações e omissões estatais. Ora, se a alimentação adequada é um direito humano, inerente à dignidade da pessoa e indispensável à realização dos demais direitos igualmente consagrados na CF/88, é possível afirmar que a fome é uma escolha política.

Ademais, a temática tem solo fértil para mais frutos e margem para uma produção diversificada. É preciso ultrapassar os limites da simples constatação da fome no país. Há falhas, lacunas e imperfeições no enfrentamento ao flagelo que demandam respostas mais pontuais, com ânimo em contribuir para a criação e melhoria da proteção especial a grupos formados por pessoas que padecem de profusas vulnerabilidades históricas e contemporâneas. Em se tratando de insegurança alimentar, famílias chefiadas por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda constitui-se numa matriz referencial que deve nortear políticas, planos, programas e ações governamentais.

Nesse sentido, e com o fim de ampliar, qualificar e enriquecer o debate, acredita-se que este trabalho tenha relevância acadêmica e social, ao incorporar à análise da desigualdade de acesso ao alimento o gênero e a cor/raça para refletir sobre o protagonismo estatal na concretização do direito e na garantia dos mecanismos para a sua exigibilidade. A par disso, tem-se que a adoção da literatura realista no campo do planejamento e desenvolvimento territorial para abordar o lado outro do progresso econômico, pode auxiliar no rompimento de fronteiras e delimitações ortodoxas, em busca de novas soluções para o problema da fome urbana.

A riqueza material do mundo continua concentrada nas mãos de poucos e os benefícios são mantidos distantes da maior parte da população. Aqui não há desenvolvimento, que o Estado dever-se-ia planejar e colocar em prática para erradicar e/ou reduzir as dimensões sobrepostas no ciclo da miséria e da desigualdade. Estar-se diante de um novo subdesenvolvimento, com significação diversa da original, fundada da dualidade de países ricos e pobres, classificados sob os critérios da situação de pobreza e da dependência econômica. Isso porque a engrenagem tem como foco preponderante a produção de riquezas a qualquer custo, de vidas humanas, inclusive. O subdesenvolvimento atual está na postura estatal. Daí a importância de se promover o cruzamento de diferentes áreas do saber humano, como será demonstrado no item a seguir.

3.2.2 Literatura realista no campo do desenvolvimento e planejamento territorial

Como visto, há razões de sobra para justificar Geografia da Fome como embasamento teórico desta dissertação. A sua abordagem multidisciplinar e as perspectivas sociais, econômicas e políticas sobre as quais Castro desenvolveu o estudo já seriam suficientes para assegurar à obra pertinência temática ao campo do desenvolvimento e planejamento territorial. Afinal, a fome emerge da questão urbana como um dos seus problemas mais sensíveis e desafiadores, especialmente porque ligado às desigualdades socioeconômicas e à ineficiência estatal de harmonizar os interesses privados e coletivos.

A adequação da obra Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus, não se mostra tão evidente quanto Geografia da Fome, embora coincidam, em parte, na temática da fome.

Carolina era uma mulher negra, mãe solo, com baixas escolaridade e renda. Em Quarto de Despejo, Carolina faz o registro sobre o cotidiano de miséria de moradores de uma favela paulistana. Era autora, mas também protagonista. Ao contrário de Castro (livre-docente), Carolina, tal como consta de sua biografia (subitem 2.2), não cursou faculdade[69], embora tenha em 2020 recebido o título de Doutora *Honoris Causa* (UFRJ, 2021).

É muito comum se associar ao universo de escritores pessoas com alto grau de formação, dotadas de atributos e dons especiais com o manejo das palavras e seus significados, bem como ao destacado conhecimento e domínio da língua culta. Entretanto, a qualificação de Carolina como escritora ultrapassa todas essas convenções. A ocupação de escritor é reconhecida como profissão no Brasil e integra a Classificação Brasileira das Ocupações[70], mas não tem regulamentação (MT, 2023).

Todavia, independentemente do gênero textual, o ato de escrever não pressupõe curso superior. A história da literatura brasileira nos revela renomados escritores autodidatas. Como exemplos, Machado de Assis, mestiço e de família pobre, nunca frequentou a universidade (Literafro, 2020), e Cruz e Souza, filho de escravos alforriados, teve uma trajetória marcada pelo preconceito e pela discriminação (Ebiografia, 2022).

Ademais, malgrado a profissão esteja ligada aos cursos de Jornalismo, Letras e Artes, há exemplos de famosos escritores brasileiros formados em outras áreas: José de Alencar (1829-1877) e Monteiro Lobato (1882-1948), em Direito; e Carlos Drummond de Andrade,

[69] Na obra, Jesus diz (2014, p. 16): "Tenho apenas dois anos de grupo escolar".
[70] Constam: escritor de cordel, de ficção, de folhetim, de histórias em quadrinhos, de não ficção, de novela de rádio, de novela de televisão, de obra didática, de obras científicas, de obras educativas de ficção, de obras educativas de não ficção, de obras técnicas (MT, 2022).

em farmácia (Ebiografia, 2022). A conclusão que se chega é que qualquer pessoa pode se tornar um escritor, se talento tiver e outros fatores auxiliarem na carreira profissional. Foi o que aconteceu com Carolina, apesar de suas condições desfavoráveis. Pensando bem, foi justamente essas condições que fizeram brotar o fruto Quarto de Despejo. Para Cândido (2011, p. 176-178 e 188), estudioso da área, literatura:

> (...) da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. Vista deste modo a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. (...) A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornece a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. (...). Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade.

Essa lição coaduna-se com o rumo que vem tomando a literária brasileira do século XXI, no sentido de valorizar narrativas contra hegemônicas, especialmente ligadas às dimensões sociais, raciais e de gênero, como instrumento de representatividade e participação de diferentes realidades, localizações e personagens. Antes mesmo de iniciado o movimento de multiplicidade e mistura de tendências literária no século XX, Carolina já marcava a década de 1960, ano de publicação de Quarto de Despejo. A obra de Carolina desde então vem sendo referência para trabalhos científicos em áreas como Linguística, Letras e Artes; Filosofia; Educação e Serviço Social.

Consta do Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que, entre 1993 e 2022, valendo-se do nome da autora e do título de sua obra, "QUARTO DE DESPEJO: Diário de uma favelada", a área multidisciplinar registrou tão somente treze e cinco dissertações e teses, nessa ordem (CAPES, 2022).Não obstante, as ideias da escritora devem basear pesquisas em outras áreas do conhecimento científico. Tem aptidão de inovar, galgar novos degraus de conquistas e avanços sociais, descobrir e descortinar outros fenômenos que prejudicam a concretização da felicidade humana.

Considerado a variedade e diversidade do discurso crítico-social de Carolina, que engloba atribulações da realidade urbana de 1955 a 1960, Quarto de Despejo justifica-se no âmbito no campo do desenvolvimento e planejamento territorial. A narrativa de Carolina abrange segregações, desigualdades e discriminações socioeconômicas, raciais e de gênero, danos ambientais, violações a direitos sociais como a saúde, a alimentação, o trabalho e a assistência aos desamparados, bem como a ausência da prestação de serviços públicos

essenciais, a exemplo do saneamento básico. Somando tudo isso, abordagens de caráter político.

Nesse contexto, a fome aparece como um dos graves e mais frequentes problemas decorrentes do processo de urbanização e de globalização do mercado. É preciso ter em mente que o fenômeno urbano da fome não fala de números, mas de pessoas que poderiam contribuir para o mundo se tivessem oportunidades. Nesse sentido, a fome não é somente efeito, mas também causa porque impacta diretamente na capacidade de aprendizagem e produtividade laboral das vítimas. O progresso econômico não é construído com mãos fracas, por pessoas com fome. Daí por que o desequilíbrio social interfere na economia do país.

O Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial foi enquadrado pela CAPES na **área de concentração** o **Planejamento Urbano e Regional e Demografia (código 30)**, diante da proposta de reflexão pautada na "multiplicidade cultural, econômica, política e social de grande relevância para o país (...)" (PUC-GO, 2023).

A literatura realista de Carolina torna possível e inova a fala sobre as mazelas urbanas, lado outro do progresso econômico, por alguém que também foi dele excluído. É o testemunho e a visão de alguém de dentro do círculo da pobreza, não de um simples observador ou teorizador. Neste sentido, há convergência deste trabalho com o caráter multidisciplinar do curso, por ensejar a exploração de novos caminhos e abordagens para o problema da fome, com relevantes impactos na temática do desenvolvimento urbano, conferindo-lhe um caráter mais humano. O mundo está submetido a grandes transformações. O tempo é inevitável, não para. Cedo ou tarde, o tempo faz existir aquilo que produz e, muitas vezes, como dizia Cazuza, "o futuro repete o passado e as ideias não correspondem aos fatos" (Vagalume, *online*).

O tempo tem mostrado que posturas inflexíveis e ultraconservadoras não favorecem a compreensão para problemas e dilemas do passado e que poderão fazer parte do futuro humano. Muito já foi feito no combate à fome, mas a insuficiência das medidas até agora adotadas, especialmente para grupos alijados do progresso econômico, demanda a construção de novos conhecimentos e experiências. É o que se busca aqui.

3.2.3 Embasamento teórico: conjugação das ideias-chaves (Geografia da Fome/Diário de Despejo)

A Geografia da Fome, de Castro (1946), por seu lado, traduz-se num estudo pormenorizado sobre as áreas de fome no Brasil nos idos de 1930 e 1940. Embora o autor utilize do termo fome, verifica-se que sua análise versa sobre a subnutrição coletiva, a

sistematização que fez ao estudo o flagelo e as reflexões de natureza política, econômica e social, a obra oferece lições elementares e contributos para subsidiar este trabalho.

Em Quarto de Despejo, Carolina expõe a amarga e humilhante realidade dos habitantes de uma favela na década de 1950. A obra foi editada em 1960 e reúne relatos de 15 de julho de 1955 a 1º de janeiro de 1960 sobre alguns problemas urbanos. A fome aparece em quase todas as páginas e, invariavelmente, conectada esses problemas, motivo pelo qual tomo os trechos mais pertinentes e relevantes à proposta dissertativa, com destaque ao seu pensamento crítico sobre a postura inoperante do Estado frente às necessidades basilares da população carente.

Dada a largueza e diversidade temáticas das obras, Geografia da Fome e Quarto de Despejo, foram selecionadas ideias-chave e os trechos dos diálogos mais representativos de cada uma delas, com a finalidade de articular o arcabouço referencial e da matéria-prima coletada (bibliográfica e estatística) e, assim, ponderar sobre o papel do Estado na concretização do direito ao alimento do segmento demográfico delimitado. Em ambos os casos, a seleção deslindou-se da extração e consolidação das ideias-chave que abordam os aspectos econômicos, sociais e políticos da fome, e que viabilizaram reflexões sobre a desigualdade de acesso ao alimento, com base na renda. Nesse sentido, repisem-se os resultados:

Geografia da Fome

1. a fome não é uma fatalidade, nem uma consequência natural, é **produto do próprio homem contra o seu semelhante**;
2. a fome é um **problema histórico-estrutural, complexo**, portanto, que depende para a sua solução da adoção de ações, integradas, articuladas, contínuas e sistêmicas, pautadas na interdisciplinaridade;
3. a fome é um **fenômeno social e econômico**, decorrente do seu automático desequilíbrio, principalmente da desigualdade de renda que impede ou prejudica o acesso ao alimento. Sem se alimentar adequadamente, a população adoece, com reflexos na produtividade laboral, de modo a não contribuir para o progresso nacional;
4. a fome é um **fenômeno eminentemente político** porque o Estado se mostra incapaz e desinteressado na correção de distorções do sistema econômico, como a desigualdade de renda; na inoperância em equilibrar os interesses privados e coletivos, e os interesses inter-regionais e, ao contrário, atua em prol de minorias,

dando ênfase aos aspectos econômicos, em detrimento do bem-estar social; não prioriza o aumento progressivo das capacidades aquisitivas da população, nem as estruturas que poderiam garantir uma revalorização fisiológica do homem, preferindo o puro assistencialismo e o enfrentamento pontual, transitório e emergencial da fome no país;

5 é preciso **reconhecer os erros do passado** para reencontrar um caminho adequado e eficaz de reduzir a fome no país.

Quarto de Despejo

1 a fome é um **problema antigo**, que representa o **descaso estatal e a indiferença da sociedade**;

2 o **Estado prioriza os aspectos econômicos e políticos**, em detrimento de questões sociais sensíveis, deixando a população mais carente em condições degradantes de vida e sem acesso a serviços públicos basilares. Só retoma problemas como a fome por conveniências eleitoreiras;

3 o **custo de vida** impede o povo de se alimentar;

4 o **alimento é o combustível do corpo**, o responsável direto pela produtividade do ser humano;

5 ao ser obrigada a consumir alimento do lixo, a pessoa **perde a dignidade e coloca em risco a sua vida e saúde**.

Visando conciliar a literatura realista do Quarto de Despejo (1955-1960) com o discurso dissertativo, o segmento trabalhado será nominado “Carolinas” do século XXI (2001-2022), paralelamente às “Carolinas” do século XX (1930-2000).

Dando prosseguimento, promoveu-se a combinação das ideias-chave dos escritores para estabelecer as linha-mestra que embasaram o trabalho:

Geografia da Fome/Quarto de Despejo

1 a fome é uma mazela antiga e persistente, um **problema histórico-estrutural, complexo**, portanto, que depende para a sua solução de ações, integradas, articuladas, contínuas e sistêmicas, pautadas na interdisciplinaridade;

2 a fome não é fruto da fatalidade ou da natureza, mas um **produto do próprio homem contra o seu semelhante e da indiferença da sociedade às** condições degradantes de vida da população mais carente **e** sem acesso a serviços públicos basilares;

3 a fome é um **fenômeno social e econômico**, decorrente do seu automático desequilíbrio, principalmente da desigualdade de renda que impede ou prejudica o acesso ao alimento. O custo de vida constitui um dos maiores obstáculos para o povo possa se alimentar adequadamente e com dignidade, sem expor a risco sua integridade física e mental (vida e saúde física e mental);

4 a fome é um **fenômeno eminentemente político** porque o Estado se mostra desinteressado em corrigir as distorções do sistema econômico; inoperante em equilibrar os interesses privados e coletivos, ao contrário, atua em prol de minorias, dando ênfase aos aspectos econômicos, em detrimento do bem-estar social; não prioriza o aumento progressivo das capacidades aquisitivas da população, nem das estruturas que poderiam garantir uma revalorização fisiológica do homem, preferindo o puro assistencialismo e o enfrentamento pontual, transitório e emergencial da fome no país; e costuma retomar problemas como a fome por conveniências eleitoreiras;

5 o **alimento é o combustível do corpo**, o responsável direto pela produtividade do ser humano. Sem se alimentar adequadamente, a população adoece. Assim, não tem condições de contribuir para o progresso nacional e ainda se torna dependente do assistencialismo estatal;

6 é preciso **reconhecer os erros do passado** para reencontrar um caminho adequado e eficaz de reduzir a fome no país.

Para operacionalizar a articulação, optou-se pela transcrição dos trechos mais significativos das ideias-chave no momento da apresentação e discussão dos resultados da pesquisa. Passados mais de 60 anos de Geografia da Fome e Quarto de Despejo, suas ideias permanecem atuais e são importantes fontes para a reflexão sobre a fome como produto da ganância e egoísmo humano. Sobre a importância do aprendizado ou da experiência de outrora, assinalam Fernandes e Gonçalves (p. 10): “é preciso pensar sobre o pensado, para superar e construir novos conhecimentos”.

3.2.4 Metodologia científica e categorias analíticas

Adotou-se a **pesquisa qualitativa**, a fim de compreender a fome, suas nuances e aspectos lindeiros, como a pobreza, as desigualdades socioeconômicas, especialmente as desigualdades de gênero, de cor/raça, de renda, assim como a função estatal de realização do direito ao alimento.

Algumas características básicas identificam os estudos qualitativos. Nesse sentido, um fenômeno pode ser analisado no contexto do qual é parte, numa perspectiva integrativa, considerando os pontos de vistas relevantes das pessoas nele inseridas (Godoy, 1995).

O campo de abrangência deste trabalho engloba aspectos demográficos, histórico-políticos, jurídico-legislativo, econômicos e sociais suficientes para auxiliar no entendimento da atuação estatal de 1930-2020 no enfrentamento à fome, comparativamente ao período de maior aumento do flagelo em solo nacional no lapso temporal de 2020 a 2022 e, assim, conferir maior robustez fática às reflexões decorrentes. Entre os aspectos sociais, a base empírica numerária mais extensa recaiu, em linhas gerais, na situação alimentar mundial, e, especial e detalhadamente, no Brasil.

Os dados e informações estatísticos foram utilizados apenas para subsidiar a construção de argumentos explicativos, a partir da articulação dos níveis teórico e empírico, e conjugação com os diálogos representativos do embasamento teórico. Assim sendo, a pesquisa é preponderantemente qualitativa, mais vocacionada ao entendimento e ponderações sobre a fome urbana no Brasil em grupos mais vulneráveis e a função do Estado no sentido de principal protagonista na promoção da segurança alimentar, que sua quantificação e representação numérica.

Sua apresentação consta de simples textos ou de tabelas e gráficos, com ou sem formas conclusivas, como mais uma referência da investigação descritiva realizada.

A **pesquisa é bibliográfica e documental**[71], tendo em vista a busca por literaturas especializadas na temática e na consulta à legislação brasileira. A pesquisa bibliográfica englobou teses, dissertações, artigos científicos e livros, físicos e digitais, bem como sites contendo os dados e as informações utilizados. A pesquisa documental abarcou a legislação brasileira, com mais destaque às CF's, relatórios e inquéritos estatísticos, bem como notas técnicas. Os dados e informações técnico-estatísticos, principais e secundários, foram extraídos das páginas da ONU, da OMS, da FAO, do BM, do IBGE, do MDS e da Rede PENSSAN.

Embora o Brasil ocupe a posição central do interesse dissertativo, o uso de fontes internacionais propiciou uma visão global da situação da (in)segurança alimentar, contribuindo para as reflexões propostas.

[71] Na lição de Godoy (1995, p. 21): "Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. Partindo de questões amplas que vão se aclarando no decorrer da investigação, o estudo qualitativo pode, no entanto, ser conduzido através de diferentes caminhos".

No tocante ao seu objetivo, a pesquisa tem **caráter exploratório** porque trilhou um dos seus caminhos no sentido de proporcionar maior familiaridade e delineamento fático e teórico ao assunto delimitado. Para a **coleta do material**, optou-se pelo formato físico e digital. Ressalta-se que o armazenamento foi exclusivamente digital, com a distribuição do material em arquivos específicos. A **análise de conteúdo**[72] foi a técnica utilizada durante e depois da investigação. Observou-se a mesma técnica ao longo do processamento da matéria-prima produzida, especificamente nos processos preparação, unitarização, categorização, descrição e interpretação, numa abordagem dedutiva, considerando a predefinição dos objetivos da pesquisa[73]. Ilustrações auxiliaram na cognição da pesquisa e construção da narrativa, de modo a desembaraçar quaisquer obscurantismos, além de torná-las mais convidativas ao leitor.

A seu turno, as **categorias analíticas**[74] manejadas para o desenvolvimento do discurso foram selecionadas a partir dos elementos estruturantes da pesquisa. De antemão, vale esclarecer que a delimitação, a definição e as classificações operadas nessa etapa dessumiram-se, basicamente, de notas técnicas e relatórios da FAO, do IBGE, da Rede PESSAN ou da legislação constitucional e infraconstitucional.

Compuseram o acervo, ainda, uma variedade de produção do IBGE, como livros e questionários de coleta de informação. Destacam-se, entretanto, os Censos Demográficos realizados entre 1872 e 2023, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2012-2016 e 2022, Síntese de Indicadores Sociais 2000-2023, POF's 2002 a 2018, Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil 2017-2018 e Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil de 2011. Ressalte-se que, embora os inquéritos sobre a insegurança alimentar realizados pela Rede PENSSAN analisem mais categorias, esta pesquisa limitou-se a abordar mulheres negras chefes de famílias domiciliadas em áreas urbanas. E tendo em mira os objetivos propostos, abrangeu outros necessários para responder ao problema formulado.

Eis, pois, as unidades de conteúdo analisadas: mulheres negras, chefes de família, com baixas escolaridade e renda; pobreza e desigualdades de gênero, de cor/raça, de renda e de

[72] Segundo Moraes, destina-se a (1999, p. 8): "descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e texto. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais (...). Como método de investigação, a análise de conteúdo compreende procedimentos especiais para o processamento de dados científicos".

[73] As etapas do processo de análise pautaram-se nas lições de Moraes (1999, p. 9-10).

[74] Constitui categorização o "procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles" (MORAIS, Roque. Análise de Conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999).

acesso ao alimento; fome e insegurança alimentar; desenvolvimento humano como liberdade; e Estado e mecanismos de exigibilidade do direito à alimentação adequada.

Por uma questão de proximidade das temáticas e sua intersecção, observou-se para sua exposição o agrupamento acima. A vulnerabilidade de gênero, de cor/raça, de renda e alimentar atinge segmentos já fragilizados na história, como ocorre com as mulheres negras, chefes de família, com baixas escolaridade e renda. Sobre isso se ocupa a primeira categoria analítica exposta.

Mulheres negras, chefes de família, com baixas escolaridade e renda

A proposta dissertativa não alcança todas as pessoas, em termos de gênero, mas restringe-se às **mulheres**. O termo "mulher" admite interpretação um tanto extensiva na atualidade, tendo em vista que sua definição não se circunscreve ao sexo da pessoa, na seara biológica, mas pode advir da construção social e cultural da identidade de gênero. Por isso, entende-se que o termo usado pelos legisladores constituinte e reformador em passagens do texto constitucional, tais como as que constam dos artigos 5º, inciso I[75], e 226, § 3º[76], deve ser interpretado por meio dos métodos teleológico e sociológico[77], de modo a preservar ou atualizar as normas jurídicas ao fim e proteção perquiridos. Não obstante, ao menos neste trabalho, optou-se por tratar o termo "mulher" ao gênero feminino, sem qualquer preocupação com questões vinculadas à orientação sexual, nos seguintes termos técnicos (IBGE, 2018):

> A palavra "sexo" refere-se aqui às diferenças biológicas entre homens e mulheres. "Gênero", por sua vez, refere-se às diferenças socialmente construídas em atributos e oportunidades associadas com o sexo feminino ou masculino e as interações e relações sociais entre homens e mulheres. As questões concernentes à orientação sexual e novas identidades de gênero para além de "mulher/feminino" e "homem/masculino" não estão no escopo deste trabalho, não obstante a crescente relevância do tema e a necessidade de participação nas discussões técnicas e conceituais em torno do desenvolvimento de instrumentos de coleta e análise de dados.

[75] "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (...)".

[76] "Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. (...) § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (...).

[77] No campo da hermenêutica jurídica, o método teleológico persegue-se a finalidade pela qual foi editada. O sociológico, por sua vez, procura saber o fim social da lei, o que ela buscou proteger (LOBO, Jorge. Hermenêutica, interpretação e aplicação do Direito. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 72, abr/jun, 2019.

Portanto, o sentido aqui tomado do termo "mulher' visa tão somente articulá-lo às colocações afetas à temática e a questões lindeiras como a desigualdade de renda, de gênero e de cor/raça. Ademais, trata-se de uma opção que se aproxima das fontes estatísticas utilizadas para subsidiar a elaboração do debate e reflexões que se quis desenvolver.

A proposta dissertativa também não alcança todas as mulheres, em termos de cor/raça, mas tão-somente as **mulheres negras**. Não há como falar de cor/raça, nem sobre preconceito, discriminação e desigualdade sem retomar, ainda que brevemente, parte do histórico da população escrava no Brasil. O trecho abaixo, escrito por Machado de Assis, no conto Pai contra mãe, diz muito sobre o período tenebroso em que seres humanos eram tratados como propriedade e vendidos em praças públicas:

> (...) ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha de flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boa. Tinham só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficaram dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas (MORICONI, 2009, p. 19)

Considerando estatísticas de povoamento, a população escrava no Brasil transitou de 1,7 milhões em 1864 para 723,4 mil em 1887 (IBGE, Brasil 500 anos, 2000).

Segundo o IBGE (2007): "a partir da segunda metade do século XIX, a população negra e mestiça cresceu, mas não decorrente de alforrias, e sim devido a um crescimento natural: era gente livre tendo filhos livres". O marco legal do fim da escravidão se deu em 13 de maio de 1888. Após a extinção decretada pela Lei nº 3.353, o processo foi gradual. Antes disso, já vigia no país as leis que proibiram a entrada de africanos escravizado no país em 1850, libertaram todas as crianças nascidas de mães escravas a partir de sua publicação e que tornou livres os escravos com idade igual ou superior a sessenta anos. Não obstante, a Constituição do Império (1824) manteve-se inalterada quanto à política escravocrata, mantendo os escravos alijados de direitos civis, sociais e políticos (Só História, *online*). O "abrasileiramento[78]" fez parte da formação da população brasileira. Eram os escravos africanos e seus descendentes crioulos e mestiços[79].

Em 1850, a população brasileira possuía cerca de 7,5 milhões de habitantes, com os escravos ainda respondendo por volta de 30% do total. Às vésperas da abolição da escravidão, ainda existiam pouco mais de 700 mil escravos (Abreu, 2014).

[78] IBGE, Brasil: 500 anos de povoamento, 2007, p. 15.
[79] Da crioulização surgiram os pretos nascidos no Brasil e da mestiçagem a miscigenação entre pessoas de grupos étnico-raciais diferentes.

Entre 1872 e 1991, do total de 146,5 milhões de habitantes, 75,7 milhões se declararam brancos, 62,3 milhões pardos e 7,3 milhões pretos (IBGE, Brasil 500 anos, 2000).

De 2012 a 2022, os números da evolução da população por cor alteram-se significativamente. De 214,1 milhões de brasileiros[80], 97 milhões se autodeclara de cor/raça parda. São 91,6 milhões brancos e 22,6 pretos. Em 2012, era 46,3 % da cor/raça branca; 7,4% da cor/raça preta; e 45,6% da cor/raça parda. Em 2020, as porcentagens passaram a ser 42,8% (branca), 8,8% (preta) e 47,5% (parda). No ano seguinte, 43%, 9,1% e 47%. Verifica-se o aumento da população da cor/raça parda. A par disso, observou-se que a população declarada de cor preta cresceu 32,4% e a parda 10,8%, comparando-se os números de 2012 com os de 2021 (IBGE, 2012-2022).

Ressalte-se que o item cor da população não foi incluído nos censos de 1900, 1920 e 1970. No censo de 1940, a "cor" sofreu ressalva para a categoria parda. Até 1970, "cor" ou "raça" não se constituíam em fonte para a formulação de políticas públicas. Ademais, havia uma pluralidade de categorização que eram questionadas pela sociedade civil interessada.

As categorias "branca" e "preta" sempre estiveram presentes nos levantamentos estatísticos nacionais sem definições. A categoria "amarela" evocava sua origem para delimitação. Diferentemente, as demais categorias (parda, mestiça, cabocla e indígena) passaram por alterações sucessivas, submetidas a uma infinidade de classificações e interpretações ligadas às miscigenações. Com o passar do tempo, frente às novas demandas sociais, o IBGE modificou o formato da coleta de dados. A partir do censo de 2010 a população negra é oficialmente classificada em "pretos" e "pardos", quando as categorias passaram a ser devidamente enquadradas, sob novas condições (Anjos, 2013).

O artigo inaugural, inciso IV, da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial e dá outras providências (Brasil, 2010), traz a definição de população negra: "o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga".

As categorias utilizadas pelo IBGE nos questionários são: "branca", "parda", "preta", "amarela" e "indígena". Para o âmbito desta pesquisa, interessa saber a definição das três primeiras populações. Portanto, cor ou raça é a "Característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa que se declara de origem japonesa, chinesa, coreana, etc.), parda ou indígena" (IBGE, 2022).

[80] A PNAD Contínua de 2022 inclui na categoria total para "cor ou raça" as pessoas que se declaram indígenas, amarelas ou sem declaração (IBGE, 2022).

Nesse sentido, preta é a cor da pessoa que assim e declara e possui características físicas que indicam ascendência predominantemente africana. Parda, por sua vez, se refere a quem assim se declara e possui miscigenação de raças com predomínio de traços negros. Ao fim, branco é quem se declara branco e possui características físicas historicamente associadas às populações europeias (IBGE, 2018).

Pelo exposto, mulheres negras são pessoas do gênero feminino que se autodeclaram da cor/raça preta e possui características físicas que indicam ascendência predominantemente africana ou se autodeclaram parda e possui miscigenação de raças com predomínio de traços negros.

Antes de adentrar ao que seja **chefe de família**, para os fins deste trabalho, mister apresentar algumas considerações sobre o elemento central da expressão. E para isto, não há como deixar ao largo a instituição "família", a quem o Estado endereça especial proteção.

Família pode ser compreendida como (IBGE, 2008, p. 89): "conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residentes na mesma unidade domiciliar (...)". Diferentemente, para fins de Cadastro Único o MDS família é tomado como (2022, p. 6): "pessoas que vivem na mesma casa e compartilham renda ou despesa. Cada pessoa só pode estar cadastrada em uma família". Não obstante, conjugam-se essas definições para delimitar a concepção que mais se aproxima do estudo, notadamente do maior índice de insegurança alimentar em famílias chefiadas por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda.

Portanto, define-se família, para este trabalho, o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residentes na mesma unidade domiciliar, que compartilham renda ou despesa.

Antes de compreender as razões que ligam a fome ao aludido segmento, é imprescindível dar um pulo ao passado para revisitar a instituição familiar que, até hoje, tem prioridade e especial proteção do Estado, ao menos ou em grande parte das vezes, consoante os preceitos normativos contemporâneos.

O pensamento e a estrutura da família do século passado diferem e muito das do que se encontram em curso. A mulher de hoje, ao contrário daquela época, caminha com as próprias pernas e persegue projetos individuais. Já não está mais presa às amarras do matrimônio, no qual tinha restrito papel de cuidado do lar, embora ainda esteja presa a outras de caráter sexista. A família colonial era uma organização chefiada por homens que tinham a esposa, os filhos e agregados, escravos, inclusive (durante o período escravocrata).

A família patriarcal, originada do Império, começa a enfraquecer a partir da metade do século XIX. O modelo tradicional era formado pelo casamento entre pessoas do sexo feminino e masculino, na hierarquia de papéis, no cuidado da família pela esposa, na procriação numerosa e na preservação do patrimônio familiar, cede espaço para outras formações (Castanho, 2012).

A Constituição Imperial não tratou da família e do casamento, com exceção da família imperial e sua sucessão no poder (artigo 5º). A CF/1891 também não disciplinou a família, apenas reconheceu no artigo 72, § 4º, o casamento civil e a sua celebração de forma gratuita.

A Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, que instituiu o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, CC/1916 (Brasil, 1916), tratou do Direito de Família, regulamentando exaustivamente o instituto do casamento, sua nulidade e anulação, e da simples dissolução da sociedade conjugal pelo desquite. Normatizou as famílias praticamente durante todo o século XX. Era uma família do tipo patriarcal, baseada na dominação masculina sobre a mulher. Sob a sua égide, o marido era o chefe da sociedade conjugal e, nesta condição, o representante legal da família e administrador dos bens da família.

Nesse passado, a mulher era mera coadjuvante, administradora doméstica, submissa ao marido, a quem a lei conferia o juízo de lhe autorizar ou não trabalhar (artigo 233, IV, CC/16), com possibilidade do exercício de oposição, previsto no 446 da CLT (Brasil, 1943).

Já na Era Vargas, o ideal de família patriarcal se tornou inadequado para o Estado. As mulheres passaram a ser estimuladas a sair de casa para trabalhar. Em 1932, a mulher passou a exercer o direito de votar e de ser votada, embora permanecessem excluídas as mulheres analfabetas.

Desde a CF/34, têm se multiplicado normas que tutelam a família, assegurando a liberdade e a igualdade entre seus membros. O marco histórico foi atribuído à Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), votada em 10 de dezembro de 1948, que previu no seu artigo 16.3 que: "A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado" (ONU, 2020).

Em 1962, o Estatuto da Mulher Casada ampliou os direitos das mulheres no âmbito da relação conjugal restringidos pelo CC/1916. A mulher deixou de ser considerada relativamente incapaz para direitos e obrigações.

Na década de 1970, repise-se que o Brasil tinha uma população de 93,1 milhões, organizadas em 18,5 milhões de famílias, em 17,6 domicílio. Deste total, 13% eram chefiadas por mulheres (IBGE, 1970).

Em 1977, o legislador constituinte passou-se a admitir a dissolução do casamento, mediante prévia separação judicial. Os casos foram especificados em lei ordinária. O divórcio tornou-se uma realidade, embora a conquista tenha sido acompanhada de constrangimentos e exclusões sociais. Na década de 1980, eram 119 milhões de pessoas, organizadas em 26,8 milhões de famílias, em 25,2 domicílios. Deste total, 15,6 % eram chefiadas por mulheres. Famílias compostas por casais com filhos representavam cerca de dois terços do total de famílias (IBGE, 1980).

Em 2015, o arranjo familiar duplo perde sua hegemonia, ficando abaixo de 50% (IBGE, 2015). Com o advento da Constituição Cidadã, há previsão expressa da igualdade entre homens e mulheres no artigo 5º, inciso I. Ampliou-se e muito a especial proteção do Estado à família e seus integrantes. O texto constitucional possui inúmeros dispositivos que refletem essa premissa, a exemplo do artigo 203, inciso I, que a tem a proteção à família como um dos objetivos da assistência social.

Com a virada de século, o entendimento e configuração familiar continuaram na trilha das inovações. As bases do estatuto civil brasileiro alteraram-se após a promulgação da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Brasil, 2002), momento em que a mulher passou a assumir uma posição de igualdade nas relações matrimonias (artigo 1.565).

Em 1991, o Brasil tinha uma população de 146,8 milhões, 37,5 milhões de famílias e 34,7 domicílios, sendo parte chefiadas por mulheres, numa representação de 18,1 % (IBGE, 1991).

A mulher passou a alcançar todos os níveis de formação escolar. Aliás, a taxa de escolarização feminina já supera a masculina desde 1991 (IBGE, 1991). Participa ativamente da economia e do mercado de trabalho, embora ainda padeça com as diferenças salariais com os homens. Não bastasse isso, quando constitui família, invariavelmente exerce dupla jornada laboral, uma fora de casa e outra dentro. Mulheres detém parcela muito maior das tarefas domésticas. Entre elas, a maior taxa de realização de afazes domésticos estão com mulheres negras (IBGE, PNAD/2022).

Devido a tal contexto, somado a outros que fogem da seara deste trabalho, a mulher passou a ter dificuldades na execução das múltiplas tarefas assumidas, especialmente quando agregadas à incumbência de suprir, sozinha, as necessidades materiais de sua família. No Brasil, parte delas é mãe e, nesse particular há número considerável de mães solo.

Depois de conquistar o direito de ler e escrever, galgar todos os degraus na educação formal, o direito de votar e de ser votada, de concretizar projetos pessoais, as mulheres seguem enfrentando novos desafios. Embora a igualdade entre os gêneros tenha sido proclamada, há

tratamentos desiguais que se justificam no quadro fático social, no qual o gênero feminino segue sendo o mais impactado nas pesquisas. As desigualdades ocorrem de modo particular entre gêneros e raças, e em suas intersecções, como é o caso da mulher parda/negra, com baixas escolaridade e renda. Desemprego, salários mais baixos, endividamento, maior ainda entre mulheres, há pesquisas que evidenciam a preponderância suas dificuldades, em especial para o segmento trabalhado.

Uma das maiores dificuldades do grupo vinculam-se aos fatores socioeconômicos. Por consequência, não dispõem de condições suficientes para atender as necessidades basilares de sua família. O alimento é um deles. O seu desalijo vem de programas sociais, notadamente de transferência de rendas. Isto quando já conta com representantes políticos que perseguem a proteção de seus direitos e a conquista de tantos outros. Sabe-se o quão valioso é o fator político para o alcance de direitos e garantias. O reflexo da sub-representação abrange uma gama de situações que podem comprometer a previsão e concretização do rol de direitos e garantias, tal como a desigualdade na distribuição de recursos.

Em outubro de 1988, o total do eleitorado nacional detinha mais homens em sua composição. A situação se altera em 1998. Em 2022, as mulheres já representam 52,6% na distribuição por sexo (TSE, *on-line*).

Pensando por essa teia de dificuldades e, em sintonia com pesquisas estatísticas, o Estado passou a adotar como critério para o cadastramento em programas sociais o seu encabeçamento pelo responsável familiar/pessoa de referência/chefe de família.

Segundo o IBGE (2008, p. 90): glossário do estudo Características Étnico-Raciais da População 2008 IBGE pessoa de referência é “pessoa responsável pela família ou assim considerada pelos demais membros”.

Para este trabalho, optou-se pelo termo chefe de família porque se coaduna com a fonte de dados estatísticos da Rede PENSSAN no que se refere à insegurança alimentar nos anos de 2020 a 2022, mais recentes e particularizada que o IBGE, não obstante essa denominação tenha caído em desuso a partir da CF/88, quando o termo “pátrio poder”, vinculado à figura do homem como responsável familiar, foi abolido.

Portanto, chefe de família é o responsável pelo sustento de seus membros, no âmbito da mesma unidade domiciliar. O trabalho refere-se a chefe feminina e pelo esclarecimento não se usará aspas ao termo. O que importa mesmo é o sentido que se buscou conferir ao termo, qual seja, a mulher que tem nas costas o encargo de sustentar materialmente os membros de sua família, com quem reside.

Os domicílios com responsáveis do sexo feminino no ano de 2000 já se caracterizavam como um fenômeno tipicamente urbano e segue crescente, estando localizados em 91,4% das cidades. Com uma população de 169,7 milhões de pessoas, o país tinha 48,2 milhões de famílias, 44,7 milhões de unidades domiciliares, sendo 24,9% chefiadas por mulheres. Do total de pessoas responsáveis por domicílios, 44,7 milhões, 33,6 eram homens e 11,1 mulheres. Daquele total, 7,2 milhões não tem instrução e menos de 1 ano de estudo (IBGE, 2000).

De 2001 a 2015, segundo Cavenaghi e Alves (2018, P. 9): "as famílias chefiadas por mulheres mais que dobraram em termos absolutos (105%), passando de 14,1 milhões em 2001 para 28,9 milhões em 2015". Não se pode pensar o fenômeno somente como resultado do empoderamento das mulheres no âmbito da família, pois complexo e vinculado a distintas situações vivenciadas por muitos arranjos familiares, muitas delas invisíveis que vão além das obviedades. Oportunidades ou fatalidades? Entretanto, é possível afirmar sua absoluta relevância para entender alguns aspectos sociais da relação das mulheres com a sociedade ao longo da história. Daí por que foi preciso uma visão mais ampla do contexto econômico e sociodemográfico no trabalho. Nesta oportunidade, salienta-se que o tema família nos demandaria escolher um dos diversos arranjos familiares, que após transições estruturais na sociedade ficaram mais plurais, longe dos arranjos ortodoxos da década de 1980.

Para se ter uma ideia, o número de famílias passou de 13,5 milhões em 1960 para 54,4 milhões de unidades em 2010. O arranjo monoparental feminino de mães solo passou de 11,5% em 1980 para 15,3% em 2010, quando a população superou os 190 milhões de pessoas, 54,3 milhões de famílias, 57,4 milhões de domicílios, chefiadas por 38,7% de mulheres (IBGE, 2010).

Seria lógico e em plena consonância com Diário de Despejo trabalhar com o arranjo familiar monoparental feminino formado pela mulher sem cônjuge e com filho(s). Todavia, opta-se, no ponto, pelo tratamento genérico à temática para que o trabalho não se estenda ainda mais. Mas o que chama a atenção, independentemente do tema empoderamento feminino, é o aumento das responsabilidades das mulheres no corpo familiar e sua tendência ao longo do século XXI. A par disso tudo, tem-se que a avaliação da vida das mulheres chefes de famílias diz muito sobre o bem-estar dos seus componentes.

Como visto nos capítulos 1 e 2 desta dissertação, na maior parte da história, as mulheres foram excluídas do acesso à educação. No período colonial, essa omissão abarcou tanto mulheres quanto homens. Com a diversificação da economia e transições imigratórias, as camadas sociais intermediárias passaram a ter oportunidades de galgar degraus educacionais.

Mas para as mulheres, mudança no processo da agulha para a caneta foi mais dificultosa. Os altos níveis de analfabetismo somente foram rompidos no século XX. O redirecionamento do desenvolvimento econômico brasileiro para o setor urbano-industrial propiciou a ampliação dos conteúdos pedagógicos e do ensino formal. A proporção de mulheres alfabetizadas passou de 80,6%, em 1991, para 87,5%, em 2000. Os níveis educacionais das responsáveis mais elevados encontram-se em áreas mais desenvolvidas. As mais jovens têm melhor escolaridade. A comparação dos níveis de escolaridade com homens, as mulheres aparecem em maiores proporções (IBGE, 2000).

No Censo de 1990, as mulheres eram analfabetas e terminaram o século XX mais alfabetizadas do que os homens. A mudança foi gradual e estratégica. As mulheres passaram a ser maioria no nível primário de ensino e, em seguida, no nível secundário. Até 1960, os números de mulheres no ensino superior eram extremamente acanhados. Em 1970, os homens constituíam quase 75% dos universitários no país. Dez anos mais tarde, as mulheres alcançaram 45,5% das cadeiras do ensino superior. O equilíbrio entre os gêneros se deu em 1991. Em 2010, as mulheres já representavam mais de 50%. A mudança da desigualdade de gênero na educação superior se consolidou na virada do século. Se observadas, a reversão no cenário vincula-se às políticas universalistas implantadas no Brasil, passando pelo direito ao voto até os direitos civis e de família garantidos pela CF/88.

A fim de esclarecer como deve ser apreendida a expressão "baixa escolaridade", faz-se mister adentrar brevemente no histórico da educação escolar brasileira de 1930 a 2022. Devido à amplitude da matéria, optou-se por circunscrevê-la à alfabetização e ao ensino fundamental incompleto, com dados que abrangem todos os grupos de idades. A fim de restringir ainda mais o aspecto, utilizou-se o critério em anos de estudo.

Por isso, sem instrução e menos de 1 ano de estudo diz respeito à pessoa que nunca frequentou a escola ou, embora frequentado, não chegou a concluir a 1ª série do ensino fundamental, 1º grau ou elementar. Com pelo menos 1 ano de estudo, refere-se à pessoa que concluiu a alfabetização, a 1ª série do ensino fundamental, 1º grau ou elementar (IBGE, 2000).

Tomando-se esse critério, tem-se que os resultados verificados de 1991/2000 foi positivo para chefes de família, independentemente do sexo. Houve melhoria progressiva da educação, embora grande parcela não tenha atingido o ensino fundamental e médio (IBGE, 2000).

As pesquisas mostram, como será demonstrado ao longo desta dissertação que há íntima relação entre escolaridade e renda familiar.

No corte fundamental deste trabalho, a expressão "baixa renda" está ligada a uma combinação de critérios, tendo em vista a variabilidade da base empírica estatísticas utilizada.

Segundo França (2004, p. 11): "a insuficiência ou a ausência de recursos, quando não impede, prejudica a ingestão das calorias mínimas indispensáveis à nutrição do ser humano".

Considerando que categoria analítica em tela encontra base fática e correspondência parcial com os resultados apurados em 2020 e 2021 pela Rede PENSSAN, os tem-se que os rendimentos dos segmentos mais atingidos pela fome, incluindo o segmento trabalhado, auferiram até 5 salários-mínimos. Vale salientar que o levantamento deixou claro que o recebimento de benefícios sociais não foi suficiente para amenizar o estado de insegurança alimentar. Registra-se que o valor do salário mínimo até 31 dezembro de 2022 era R$1.212 (um mil e duzentos e doze reais)[81]. Não obstante, e, a par disso, optou-se por também expor os conceitos e quantitativos das linhas da pobreza e da pobreza extrema, baseados nos dados e informações do Cadastro único (CadÚnico).

Conjugando-se as categorias analíticas retromencionadas, e considerando os dados do CadÚnico, em 2012 eram 25,06 milhões de famílias cadastradas. Em dezembro de 2012, 81,3 milhões de pessoas constavam no rol. Em 2022, a cifra saltou para 41,2 milhões, sendo 93,6 milhões de pessoas nos registros. Naquele ano, 13,1 milhões de famílias em situação de extrema pobreza. Para 2022, o registro é de 21,6 milhões. As mulheres aparecem como prevalentes na demanda, assim como as pessoas pardas (MDS, VIS DATA 3 *beta*).

A escolha não foi aleatória, mais vincula-se ao nível de pobreza mais próximo da unidade de coleta deste trabalho, Carolina Maria de Jesus, que representa o Brasil do século XX. Relembre-se que a pesquisa busca responder a um questionamento ligado à situação alimentar de "Carolinas do século XXI".

A escassez de renda é a principal causa de privações associadas à pobreza, como a fome individual e coletiva (Sen, 2010).

Por isso é que se procurou desenvolver um texto consoante a ideia de que quanto menor o rendimento familiar, mais próximo seus membros estão da insegurança alimentar de que se fala. Com isso se quer apenas examinar um dos tantos aspectos inerentes ao fenômeno e aproximar das fontes utilizadas no trabalho. A baixa renda liga-se mais a uma condicionalidade externa, instrumental, que depende as liberdades das pessoas. É apenas uma abordagem diferenciada, sem intenção de negar a ideia de ser a renda baixa uma das causas

[81] A Medida Provisória nº 1091/2021, que instituiu o valor do salário mínimo para 2022.

da pobreza e da fome. Isso ficará mais claro mais adiante, quando se veiculará a reflexão sobre o desenvolvimento como liberdade.

Do total de pessoas residentes no Brasil em 2022, quase 215 milhões, apenas 62,6% (134,1 milhões) possuíam algum tipo de rendimento. No caso dos domicílios cujos responsáveis são mulheres, os censos demográficos evidenciam a tendência de que seu rendimento represente um percentual superior a 70% do orçamento familiar. Salienta-se que ainda são persistentes as diferenças entre os rendimentos masculinos e femininos (IBGE, 2002).

O Brasil continua sendo um país de renda média com uma grande parcela da população com renda baixa e a maioria das mulheres estão representadas no conjunto mais pobre. Em 2001, o total de mulheres chefes de família recebia 62,3% do que os homens recebiam do rendimento de todas as fontes, 66,6% no caso de rendimento familiar e 90,6% quando considerado o rendimento familiar *per capita*. Para 2015, os dados das três categorias de rendimento passaram para 64%, 78,5% e 89,2%, respectivamente (Cavernaghi; Alves, 2018).

Quanto se toma o salário mínimo para evidenciar o ganho inferior entre os gêneros, verifica-se que em 2001, para o conjunto das famílias, 15,7% das mulheres chefes de família tinham rendimentos até um quarto de salário mínimo, contra 6,7% dos homens chefes. Em 2015, os percentuais passaram para 18,5% contra 7,1% (Cavernaghi; Alves, 2018).

As linhas desta dissertação, pensadas e escritas ao longo do curso de mestrado, tratam do aumento da fome no perímetro urbano brasileiro e não se limitam aos anos de 2020 e 2022. Buscam-se indícios no passado, especificamente nos governos presidenciais de 1930 a 2020 que talvez possam justificar a piora da insegurança alimentar para famílias urbanas chefiadas por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda.

Feitas as demarcações necessárias do recorte demográfico, como categorias analíticas, passa-se a chamá-las de "Carolinas do século XXI" (2020-2022) comparativamente às "Carolinas do século XX" (1930-2020), nesse movimento de volta ao passado para reavivar aspectos relevantes para discutir a temática. Além das justificativas já apontadas para a escolha do recorde demográfico no início deste capítulo, tem-se que o segmento trabalhado se encontra em situações concretas de risco em razão de pertencimento a gênero, cor/raça, escolaridade, renda e acesso ao alimento, neste último caso, como a Rede PENSSAN demonstrou. A seguir passa-se às considerações sobre algumas dessas situações concretas de risco e seu relacionamento com a pobreza e as desigualdades.

Pobreza e desigualdades de gênero, de cor/raça, de renda e de acesso ao alimento

A pobreza não é algo abstrato. Ela pode ser vista pelas pessoas, com certa facilidade, até mesmo por aquelas mais insensíveis. Está na rua, em todos os cantos do mundo. Tal assertiva não conduz a obviedade de que a fala direciona-se à pobreza econômica. Ao termo também se costuma vincular outras percepções, filosóficas e poéticas.

Ao longo da história, a pobreza foi percebida de diversas maneiras. No Ocidente, durante o século XVI, com o estabelecimento das relações de produção capitalistas, a pobreza começou a ser vista como um problema social, no lugar de virtude para a salvação religiosa. Com a consolidação do capitalismo, o avanço da urbanização e a explosão demográfica no século XVIII, o fenômeno ainda era considerado uma fatalidade, mas intensificam-se os esforços por entendê-lo como resultado de causas sociais. No contexto da ordem econômica liberal, a pobreza é tomada como produto do fracasso individual. A pobreza advém, normalmente, da distribuição desigual da riqueza em sociedades com forte desequilíbrio social e aonde o Estado pouco ou nada faz para compensar ou amenizar os seus efeitos (Eugênio, 2017). Trata-se de uma preocupação global, no sentido de encontrar uma solução de melhorar as condições de vida daqueles em vulnerabilidade e risco social.

De modo a alinhar este trabalho aos critérios adotados pelo IBGE, sua principal fonte digital de dados e informações estatísticos, adotou-se a definição de pobreza ligada à vulnerabilidade monetária para o sustento basilar de uma pessoa e sua família, conjugando-a à concepção de desenvolvimento como liberdade, como adiante será explanado, no sentido de pobreza de capacidade, ligada à ausência ou redução do potencial de uma pessoa para se tornar mais produtiva e auferir renda mais elevada. A primeira noção de pobreza fiz respeito a "condição de pessoas, famílias ou domicílios em situação de vulnerabilidade por não ter acesso a rendimentos, consumo ou a uma cesta de bens e serviços considerados essenciais para o sustento" (IBGE, 2022).

Há consenso de estudos e pesquisa no sentido da heterogeneidade da pobreza no Brasil, face a dimensão territorial e demográfica no Brasil, os desequilíbrios regionais e o seu complexo mosaico social. Há pessoas no mercado formal de trabalho. Outras estão foram deles e vivem quase que exclusivamente de atividades de autossubsistência (Velloso; Albuquerque, 2004).

Mas o importante aqui é ter em mira que a pobreza priva as pessoas dos meios para comprar ou produzir alimentos. A fome e a subnutrição causam enormes custos humanos e econômicos, afetando negativamente a saúde e a produtividade da população. Há uma relação interdependente entre a fome e a pobreza (FAO, 2009).

Portanto, é possível ver a pobreza como uma fonte de privação de capacidades básicas das pessoas. Ademais, diferenças econômicas refletem distorções nas concepções de família, que, por sua vez, geram desigualdades (Ehrahrdt Jr.; Lobo, 2021). Como fenômeno multidimensional, essa pobreza afeta diversas dimensões quanto a restrições de acesso. Em razão disso, variam também os formatos de sua medição. O mais comum, entretanto, é o uso de valores monetários.

Diz-se pobreza monetária a "condição de pessoas, famílias ou domicílios que se encontram abaixo de uma linha de pobreza baseada em rendimentos ou consumo" (IBGE, 2022).

No ponto, não há um padrão mundial para a medição da pobreza. Não obstante, utiliza-se o critério criado pelo BM que, desde 2018, considera-se situação de pobreza pessoas com renda *per capita* de até U$ 5,5 por dia e, em extrema pobreza pessoas com renda *per capita* inferior a U$ 1,90 por dia. Aqui no Brasil também não há um padrão para se medir a pobreza. O IBGE segue a proposta do BM, mas sob a rubrica linha de pobreza, como metodologia de construção dos valores que servem para mensurá-la no Brasil, com arrimo em outros indicadores, como a renda e a educação. Na prática, leva-se em conta uma composição que supõe assegurar a sobrevivência digna de um indivíduo. Segundo o IBGE, a linha da pobreza é um "recorte na distribuição de consumo ou rendimentos que separa as unidades de análise (pessoas, famílias, domicílios) em pobres e não pobres".

A linha da pobreza é caracterizada pelo valor auferido pela pessoa mensalmente até 1/2 de salário-mínimo mensal. A linha da extrema pobreza, por sua vez, se dá pela renda inferior a 1/4 de salário por mês. Neste caso, a renda se mostra insuficiente até mesmo para atender as necessidades alimentares elementares (IBGE, 2022).

É importante pensar que os valores que formam os limites da renda *per capita* sofrem oscilações, de acordo com os preços do mercado, da inflação, principalmente. O mesmo ocorre com os itens que compõem o mínimo necessário para uma pessoa viver com qualidade. Por isso que o combate à fome não pode estar apartado do combate à pobreza, uma vez que ela afeta a capacidade de satisfação das necessidades alimentares básicas do indivíduo, além de comprometer o acesso a outros bens e serviços (IPEA, 2014).

Se a pobreza está basicamente ligada à insuficiência de renda, é imperioso pensar o Estado como idealizador e implementador de políticas sociais voltadas à sua geração. Pensar o Estado como semeador de condições favoráveis para que as pessoas produzam riquezas por mérito próprio e não lhes criar amarras. O tempo e o espaço têm registrado o acesso desigual de diferentes grupos populacionais a bens e serviços públicos basilares, grande parte já

garantidos textualmente como direitos na CF/88. Não obstante o avanço de políticas públicas voltadas à realização e ampliação desses direitos, o Estado ainda não foi capaz de reverter o quadro histórico de pobreza que mantém o país em números assustadores. O fosso entre os mais ricos e mais pobres do Brasil se mostra ainda mais dramático quando considerada a forma como é produzido a renda do levantamento.

Quanto aos "reles mortais", o IBGE leva em conta o rendimento domiciliar *per capita*, que se traduz no cálculo entre o total dos rendimentos domiciliares e o total de moradores da unidade domiciliar respectiva. Isso significa que o resultado advém do "conjunto da obra", do esforço comum de todos os componentes familiares. A renda dos semideuses dos setores financeiros, de bebidas e cervejas, e da internet, geralmente, advém de fonte única, dos próprios afortunados, independentemente se fruto ou não de sucessão patrimonial.

Portanto, falar de pobreza e riqueza nos leva inarredavelmente à narrativa das desigualdades de toda sorte. Não há como passar pela fome sem antes tratar de uma das tantas consequências da pobreza monetária. As análises centradas no econômico, que privilegiam a exclusão como sinônimo de pobreza, e no social, que se voltam fundamentalmente à noção de exclusão como injustiça social, tem suas artimanhas envoltas no caráter ilusório da inclusão, no contexto do circuito reprodutivo das atividades de mercado. A exclusão, nesse passo, é entendida como um total descompromisso político com o sofrimento alheio, limitando sua atuação em prol da manutenção da ordem social. A exclusão é sanada pela inclusão social, mantendo o excluído como parte integrante da sociedade (Sawaia, 2014).

Assim como na pobreza, a diversidade das desigualdades nos conduz a uma infinidade de cenários e combinações. No entanto, este trabalho restringiu-se às desigualdades de gênero, de cor/raça, de renda e de acesso ao alimento, tendo em vista o recorte proposto. Quem são os excluídos senão todos aqueles rejeitados, física ou materialmente, do mercado e de todas as riquezas culturais e espirituais produzidas pela sociedade (Sawaia, 2014). A vertente naturalista explica a origem das desigualdades no campo das ciências sociais a partir das singularidades biológicas de cada pessoa. No plano teórico, a fonte é outra, liga-se ao:

> (...) acesso diferenciado às oportunidades de desenvolvimento de suas capacidades com reflexos no processo de concorrência. Essa corrente de pensamento toma por base estudos de pensadores clássicos cuja referência principal é Jean Jacques Rosseau, para quem a desigualdade era socialmente produzida (PIZZIO, 2008, p. 82).

Nesse sentido, a desigualdade no campo teórico liga-se a fatores de acesso diferenciado às oportunidades de desenvolvimento das capacidades humanas e distancia-se do

determinismo biológico. Vale observar que Castro destinou especial atenção a tal ocorrência, dando-lhe explicações científicas que demonstraram sua total ilogicidade, criado e usado pelos grupos sociais abastados como ferramenta de manobra da população mais vulnerável.

Consta do *World Inequality Report*[82] *2022*, abreviado por WIL (sigla em inglês) e elaborado *World Inequality Lab*[83] desde 2017, que a América Latina é a região mais desigual do mundo e o Brasil é um dos países mais desiguais países do mundo, os 10% mais ricos capturam 59% do rendimento nacional total, enquanto a metade inferior da população leva apenas cerca de 10%". A parcela de 1% mais rica no Brasil tem cerca de metade da riqueza nacional. A desigualdade é a mais alta se compara aos EUA. Na América Latina, o Brasil é o segundo mais desigual. Chile encabeça a lista. No nível global, o Brasil é o 11º no ranking. Segundo os dados do mesmo relatório, entre 2021 e 2019, a riqueza dos 0,001% do topo cresceu 14%, enquanto a riqueza média global foi estimada em apenas 1%. A riqueza global dos bilionários aumentou mais de 50% no período (LDM, 2022).

Isso quando ocupa um dos lugares das maiores superpotências mundiais no G-20[84] (G-20, 2024). Durante a pandemia, os ricos ficaram mais ricos e a pobreza extrema aumentou para mais 100 milhões de pessoas (BM).

A lista dos ultrarricos costuma ser publicada anualmente pela Forbes, conceituada revista americana de negócios e economia, desde março de 1987. As cifras divulgadas costumam ultrapassar trilhões de dígitos de dólares. Na publicação mais recente da Forbes Brasil, o Brasil teve 51 bilionários em 2022. Aparecem no topo da lista, com cifras na casa dos bilhões de dólares, empresários do ramo das indústrias de bebidas e de alimentos, de restaurantes de *fast food*, do varejo e de comércio eletrônico. Os "sortudos" fazem parte do grupo que gere grandes marcas brasileiras e internacionais de variados setores, como Burger King, Ambev e Americanas (Forbes, 2022).

Na lista de bilionários globais da Forbes 2022 constam 25 pessoas, com patrimônio total avaliado em US$ 2,1 trilhões de dólares. Destes, US$ 211 bilhões pertencem a Bernard

[82] Tradução: "Relatório Mundial sobre Desigualdade 2022" (site: https://inequalitylab.world/en/).
[83] Tradução: "Laboratório das Desigualdades Mundiais" (LDM). Tem sede em Paris e trabalha em parcerias com investigadores e instituições públicas e sem fins lucrativos.
[84] Em setembro de 2009, vinte países, com as maiores economias do mundo, incluindo o Brasil, se reúnem na Cúpula de Pittsburgh, após mais de cem encontros ao longo de todo o ano, para discutirem iniciativas econômicas, políticas e sociais. É o principal fórum de cooperação econômica internacional. Sua criação foi uma resposta à crise financeira global após o colapso do banco Lehman Brothers. O que começou por Ministros de Estado e Diretores dos Bancos Centrais passou a Chefes de Estado. A primeira Cúpula do G-20 foi realizada em Washington em novembro de 2008. Depois de 2011, as reuniões passaram a ser anuais. A reunião da cúpula no Brasil está agendada para ocorrer nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, no RJ. Antes disso, haverá, conforme o calendário, a Cúpula Social nos dias 15 a 17 nos mesmos mês e ano (G-20,2024).

Arnault e família, cujos lucros e ações advêm da LVMH, proprietária da Louis Vuitton, Christian Dior e Tiffany & Co., entre outras (Forbes, 2022).

Impossível deixar de aportar as dimensões de gênero e raça na famosa lista dos bilionários da revista Forbes Brasil. Entre 2016 e 2022, somente 4 mulheres constaram da relação. Nenhum representante da cor ou raça preta/parda. Essa realidade divide o mundo entre os que parecem ter tudo o que desejam e os que quase nada tem, nem mesmo um prato de comida no dia.

Embora a lista Forbes Brasil possa não ilustre, com precisão, a realidade dos rendimentos dos bilionários em solo nacional, nos dá uma boa noção do quão distante é a linha que separa os ricos dos pobres. Aliás, ricos não, trilionário. Pobres somente não, extremamente pobres também. Ademais, o cruzamento dos dados nos permite refletir sobre as desigualdades de renda no Brasil. Isto dá uma noção da concentração de riquezas com contornos inadmissíveis em um país que tem como objetivo previsto na Constituição a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais (Tarrega, 2010). O que é desigualdade senão o tratamento igualitário dado a indivíduos com diferentes particularidades.

Sob a perspectiva da igualdade, significa muito mais do que tratar todas as pessoas da mesma forma. Envolve reconhecer as diferenças e tratar de forma diferente grupos que se encontram em situações desiguais, para que eventualmente acabem em pé de igualdade. A igualdade também deve ser proporcionada a diferentes níveis: na lei e nas oportunidades, e deve garantir a igualdade nos resultados (FAO, 2009).

A história do progresso material é também uma história tanto de crescimento econômico quanto de desigualdade. Alguns poucos com prosperidade; outros tantos afundados em extrema pobreza, privações, doenças, fome e morte. O bem-estar não repousou sobre todos. Os sofrimentos dos menos favorecidos deve estimular esforços para reduzir as disparidades. Isto porque a desigualdade pode impulsionar ou inibir o progresso. Apesar das grandes inovações que trouxeram benefícios para toda a humanidade, o mundo de hoje é incomensuravelmente mais desigual que há três séculos (Deaton, 2017).

No âmbito das desigualdades internas, o Brasil também se destaca quando se fala em dissimetria entre gêneros, cor/raça, renda e acesso ao alimento. Em todo o mundo, o acesso desigual ao poder e aos recursos está no centro da discriminação contra as mulheres na sociedade, no mercado, pelo Estado e até nas suas próprias famílias (FAO, 2009).

O Dia Internacional da Mulher é comemorado anualmente em 8 de março como um momento para reflexões sobre o papel das mulheres na sociedade, independentemente do sexo. Por sua vez, 20 de novembro simboliza a consciência e resistência negra nacional, como

homenagem à Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, que morreu nesta data, e serve para pensar a luta pela igualdade racial. A data representa que a desigualdade de gênero e racial seguem persistentes no mundo, no Brasil, inclusive, e vitimiza o segmento no exercício de direitos e garantias, bem como no alcance de novas conquistas.

De acordo com o artigo 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Brasil, 2006), que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências, prevê:

> (...) toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (...).

O artigo seguinte, estabelece que às mulheres são asseguradas as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à saúde e à alimentação, entre outros. Não obstante os anos de submissão e concessões, as mulheres continuam sua batalha pelas desigualdades de gênero, cor/raça, de renda e de acesso ao alimento. As desigualdades raciais constituem importantes vetores de análise da reprodução estrutural das desigualdades sociais e revelam a maior vulnerabilidade socioeconômica das populações de cor ou raça preta e parda (IBGE, 2022).

A já citada Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, também nos fornece no artigo 1º, incisos II e III, as definições das categorias analítica em voga:

> (...) II - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica; III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais; (...)

A fala sobre o segmento é recente porque, como assinala Colling (2004, p. 31): "(...) desde o século XIX, o lugar da mulher dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores". À mulher foi conferida, sem direito a alternativa, o espaço privado e doméstico, a função de esposa e mãe. Enclausurada, não tinha acesso à palavra. Isto graças à política e à cultura, não à ciência, com discursos simbólicos repressores ligados à natureza feminina, morfológicas, biológicas e psicológicas (Colling, 2004).

O acesso ao trabalho assalariado e ao voto feminino no Brasil enfrentaram o argumento de peso de fim da família, da educação dos filhos, da prosperidade da nação. Mas o Código Eleitoral de 1932 foi editado e a família continuou existindo. Portanto, falar de mulheres não

se limita a falar de fatos presentes, mas, antes de tudo, reconhecer o processo histórico de sua exclusão, desconstituí-la e reconstruí-la em bases reais e igualitárias (Colling, 2004).

Ultrapassadas os obstáculos iniciais frente às diferenças impostas pela própria sociedade, a mulher segue perseguindo a posição que deseja ocupar, galgando a cada dia consciência sobre si mesma e capacidade para configurar sua própria vida. Há correspondência do segmento escolhido com as pesquisas estatísticas adotadas deste trabalho. Segundo o IBGE e a Rede PENSSAN, há dissimetrias da insegurança alimentar, em termos de gênero e raça/cor. No caso, a maior ocorrência de fome em lares chefiados por mulheres negras não é uma coincidência. Nos últimos cinquenta anos, políticas reforçaram o desemprego, sobretudo para mulheres e negros, com evidente piora nas condições de distribuição de renda, impactando negativamente acesso das famílias aos alimentos (ROCHA; BURLANDY; MAGALHÃES, 2013).

A estrutura socioeconômica que não assegura o acesso ao alimento ou o seu acesso igualitário, também se omite ou se faz inoperante em relação outros itens essenciais para uma vida digna e à saúde humana (IPEA, 2014). Defluiu-se dos registros da história brasileira, conforme salientado por Vasconcelos que (2005, p. 440) "as distintas formas de intervenção estatal na área de alimentação e nutrição são construídas, desconstruídas e/ou reconstruídas a partir do jogo de interesses econômicos, sociais e políticos que se opera entre os distintos segmentos sociais de cada conjuntura".

A fome é um dos problemas testemunhados no âmbito da dinâmica da exclusão. A "vulnerabilidade" alimentar refere-se a toda a gama de fatores que colocam as pessoas em risco de se tornarem inseguras em termos alimentares. O grau de vulnerabilidade de indivíduos, famílias ou grupos de pessoas é determinado por sua exposição aos fatores de risco e por sua capacidade de resiliência (FAO, 2009).

Relatórios da FAO também evidenciam a desigualdade no acesso ao alimento entre homens e mulheres. A ONU relata que a população mundial é composta mais por homens que mulheres. Mais da metade do total de pessoas vivem em metrópoles, cerca de 4,5 bilhões, o que está a exigir medidas que trabalhem a inclusão e equidade, de modo a romper o círculo de desigualdades de gênero, ainda existentes e com cifras expressivas (ONU, 2022).

Assim como será visto com mais detalhes mais adiante, além de consagrar o princípio da igualdade, ao lado da liberdade, a CF/88 impôs ao Estado o dever de erradicar as desigualdades sociais. Não obstante, o que se tem e muito são registros ascendentes da insegurança alimentar no Brasil. A próxima categoria analítica expõe as definições e as

classificações pertinentes, e de estabelecer as delimitações sobre as quais se caminham a proposta dissertativa.

Fome e insegurança alimentar

Num mundo de abundância do século XXI, no qual são produzidos alimentos suficientes para fartar todos os seus habitantes, ao contrário da previsão pessimista de Malthus, a fome já deveria ter sido concretada no passado. Entretanto, essa não tem sido a realidade veiculada em pesquisas na área de segurança alimentar e nutricional. A alimentação é um direito natural e humano básico. A compreensão dessa premissa decorre do próprio direito à vida, cuja existência depende diretamente do alimento. Há também íntima relação da alimentação à integridade física, psíquica e a saúde do indivíduo. De acordo com a Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS), de 1946, a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade. Consta que o gozo do melhor estado de saúde constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de qualquer natureza. Também prevê que os governos têm responsabilidade pela saúde dos seu povo, por meio do estabelecimento de medidas sanitárias e sociais adequadas (OMS, 2022). Ao dissertar sobre o organismo humano, Castro (1968, p. 79-80) compara aos maquinismos fabricados e faz interessante dilação sobre a relação:

> O organismo humano é uma máquina muito semelhante aos maquinismos fabricados. Qualquer trabalho que realizada é sempre o resultado de uma transformação de energia que se processa na intimidade de seu complicado mecanismo. O combustível que a máquina humana utiliza é o alimento, o que, queimado, fornece a energia necessária ao seu funcionamento vital, tal qual o carvão-de-pedra ou o petróleo, quando queimado nas máquinas de combustão. Mas a máquina viva tem uma particularidade que a distingue das outras máquinas. É capaz de ampliar suas engrenagens e de recompor os seus materiais usados, através do próprio trabalha. É o aparente milagre do crescimento e do equilíbrio vital que o organismo realiza à custa dos alimentos.

Daí a necessidade de se debater e refletir sobre o flagelo e suas consequências para a sociedade. Antes, porém, é preciso caminhar sobre bases seguras, saber de qual fome se discorre. Cabe fazer um esclarecimento terminológico sobre "fome" e "insegurança alimentar', para começar. A fome aqui investigada não é como um fenômeno em si, nem trata dos seus aspectos fisiológicos, psicológicos e poéticos. A pesquisa excluiu, ainda, a desnutrição e a subnutrição do eixo principal, definindo-as como a falta, deficiência ou má qualidade de fontes energéticas ou de um ou mais nutrientes essenciais à vida (FAO, 2009).

Vale salientar que a obesidade é um aspecto da insegurança alimentar e nos dias hodiernos se constitui em mais um desafio para a humanidade. Mas a temática foge à intenção

deste trabalho. Fica apenas o registro apenas para avolumar ainda mais os argumentos no sentido de se tratar a insegurança alimentar de um problema sério e que exige preeminência na atuação estatal. Também foram excluídas da abordagem a fome individual e aquela observada nas áreas rurais, embora estas sejam frequentemente as mais afetadas pelo flagelo.

A fim de compatibilizar as diferentes fontes estatísticas (FAO, IBGE e Rede PENSSAN), notadamente a forma como cada qual faz a mensuração da segurança alimentar e nutricional, utilizou-se de forma intercambiável os termos "fome" e "insegurança alimentar". Fome é um termo curto e que remete, facilmente, à realidade retratada. Exatamente por isso o termo figurou no título desta dissertação, nas palavras-chave e ao longo do texto, de modo a simplificar o discurso. A definição que se adota é a do sentido *stricto* da palavra mesmo, de ausência e/ou restrição de alimentos, em termos de quantidade, como uma vulnerabilidade que pode representar o último estágio de insegurança alimentar, sua modalidade mais grave. Insegurança alimentar é "a condição de não ter acesso pleno e permanente a alimentos" (Rede PENSSAN, 2020). Neste diapasão, a tabela 3 apresenta a classificação do nível de insegurança alimentar.

Tabela 3: Classificação do Nível de Insegurança Alimentar segundo a Rede PENSSAN

NÍVEL DE INSEGURANÇA ALIMENTAR	
Insegurança alimentar leve	incerteza quanto ao acesso a alimentos em um futuro próximo e/ou quando a qualidade da alimentação está comprometida
Insegurança alimentar moderada	quantidade insuficiente de alimentos
Insegurança alimentar grave	privação no consumo de alimento e fome

Fonte: Rede PENSSAN

Nota-se que o grau de insegurança alimentar está vinculado à incerteza quanto ao acesso aos alimentos em um futuro próximo, ou a um futuro que se torna presente de forma gradual ou repentina para os membros de uma família.

Assim, tem-se que a **insegurança alimentar leve** refere-se à redução na qualidade dos alimentos consumidos e à preocupação com o acesso futuro. Em outras palavras, é quando alguém não tem acesso pleno e permanente a alimentos. A **insegurança alimentar moderada**, por sua vez, ocorre quando há restrição no acesso aos alimentos em relação à

quantidade consumida. Finalmente, a **insegurança alimentar grave**, é caracterizada pela falta de alimentos para os membros da família na mesma unidade domiciliar (IBGE, 2018).

Assim, percebe-se que "fome" e "insegurança alimentar" não são termos sinônimos, mas puderam ser usados de modo a permitir uma abordagem sem contradições, em mira à reflexão sobre a desigualdade de acesso aos alimentos, a partir de seus condicionantes histórico-políticos, jurídico-legislativos, econômicos e sociais. A identificação e mensuração da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) têm múltiplas dimensões, entre as quais interessa para o trabalho a dimensão do acesso físico e econômico, vinculada à capacidade de obter alimentos em quantidade suficiente e com qualidade nutricional adequada, e conjugada com a dimensão da estabilidade, entendida como sendo o grau de perenidade daquele acesso (IBGE, 2021).

Devido a essa multiplicidade de aspectos, existem distintos métodos empregados por inquéritos alimentares. No Brasil, a avaliação e mensuração da insegurança alimentar são conduzidas desde 2004 através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que descreve diferentes níveis do fenômeno para as unidades domiciliares. O método refere-se às dificuldades da família em ter acesso a uma alimentação adequada, em razão da ausência de renda. A classificação operada pela escala diz respeito, em grande medida, aos segmentos de baixa renda, a partir da sua experiência de IA. É lógico que somente inquéritos alimentares, apoiados em avaliações antropométricas, clínicas e análises laboratoriais autorizaria uma análise numérica exata das pessoas em situação de pobreza que padeçam de fome. A insegurança alimentar não é algo conspícuo.

Depende da análise de inúmeros critérios. O IBGE somente empreendeu algo próximo a isso no ano de 1974, mediante o ENDEF, assim mesmo com algumas restrições. Depois disto, outros se seguiram, mas com metodologias que incluíram variáveis antropométricas e de consumo alimentar. Desde 1987, o IBGE vem realizando a POF, que se baseia nas condições de vida da população a partir do orçamento e consumo domésticos, especialmente das famílias de menor rendimento. A última delas ocorreu em 2018 (IBGE, 2022).

Diante disso, o que se pode fazer é deduzir o risco de pessoas em insegurança alimentar quando inseridas nas linhas de pobreza. Ademais, a pesquisa teve que se adequar às fontes existentes ao seu recorte temporal (1930 a 2022).

Para traçar um panorama global, recorreu-se à FAO, mas o estado da insegurança alimentar no Brasil foi delineado a partir de dados e informações do IBGE e da Rede PENSSAN. De 1930 a 2017, as fontes sobre insegurança alimentar e nutricional são exclusivamente bibliográficas.

O Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) abarcou os anos de 1974 e 1975. Foi uma pesquisa de âmbito nacional, mas deixou de fora algumas regiões rurais do país. Depois disso, o IBGE deu início a edições sobre orçamentos familiares por meio das denominadas POF's 1987-1988, 1995-1996, 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018. Diferentemente dos anos de 1980 e 1990, cujas pesquisas abarcaram dados sobre estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor, os demais divulgavam quadros mais abrangentes, como a disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil. Optou-se por partir da POF 2002-2003, dada a análise comparativa empreendida pelo IBGE dos resultados nos últimos trinta anos.

Durante a pandemia de covid-19, a Rede PENSSAN realizou dois inquéritos sobre a insegurança alimentar no Brasil (I e II VIGISAN - 2020 a 2022) que vieram conferir atualização à temática. Utilizaram uma metodologia parecida com a POF/IBGE e que permitiu o estabelecimento de bases comparativas desde o ano de 2004.

A fala a respeito da fome nos leva inarredavelmente ao direito à alimentação. Os contornos jurídicos dessa relação constarão dos aspectos jurídico-legislativos dos marcos governamentais de 1930-2022.

Desenvolvimento humano como liberdade

Os famintos têm fome. Seria uma tautologia referir-se à fome de comida, é verdade. Com efeito, o faminto não quer só comida, o ser humano quer liberdade, no sentido mais amplo e filosófico do termo.

Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Brito compuseram uma canção, cujo texto se mostra apropriado citar, por veicular outras dimensões da fome no contexto de luta pela redemocratização do Brasil. O país tinha fome de comida, mas também de democracia, de cultura, de diversão, de arte, de muita coisa, por inteiro, não pela metade. O povo tem desejo, vontade e necessidades. A música intitulada "Comida" embalou a década de 80 com a banda de rock paulista Titãs (FONTE):

> "Bebida é água. Comida é pasto. Você tem sede de quê? Você tem fome de quê? A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte. A gente não quer só comida. A gente quer saída para qualquer parte. A gente não quer só comida. A gente quer bebida, diversão, balé. A gente não quer só comida. A gente quer a vida como a vida quer (...). A gente não quer só comer. A gente quer comer e quer fazer amor. A gente não quer só comer. A gente quer prazer pra aliviar a dor. A gente não quer só dinheiro. A gente quer dinheiro e felicidade. A gente não quer só dinheiro. A gente quer inteiro e não pela metade. (...). Desejo, necessidade, vontade. Necessidade, desejo, é. Necessidade, vontade, é Necessidade".

Esse raciocínio vai ao encontro do disposto na DUDH, que, desde 1948, já considerava essencial a proteção dos direitos do homem por meio de um regime de direito, na dignidade e no valor da pessoa humana e no progresso social capaz de melhorar as condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos (ONU, 2023).

Portanto, o bem-estar do ser humano não se resume à riqueza material. Sob a perspectiva da pobreza, é possível também afirmar que suas consequências não se restringem às carências materiais. Vão além. Quão graves são os efeitos negativos da condição de miséria de total inutilidade para a sociedade. Um bom exemplo disso é a relação existente entre pobreza e exclusão do mercado de trabalho.

Segundo lições do sociólogo francês Serge Paugam sobre a desqualificação social, a pobreza não se limita ao estado de despossuir, mas a precariedade da condição torna os indivíduos desnecessários. A consequência do processo é a sua gradativa expulsão da sociedade e, posteriormente, incluídos de forma marginal, assumindo um *status* de inferioridade social (Pizzio, 2006).

A vida e saúde do ser humano são vistas a partir de sua utilidade para a sociedade, dependente do retorno material que proporciona. Do contrário, se torna um objeto e, a partir dessa relação perversa, o indivíduo é incluído no processo de obsolescência programada criada pela economia de mercado. O ciclo é produzir riquezas e consumir bens e serviços. Fora deste ciclo, o ser humano cai em completa irrelevância ou se torna um peso para a sociedade. Isto quando o próprio Estado, no exercício do poder legislativo, fez prever no texto constitucional de 1988 como seu objetivo fundamental, entre outros, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

No contexto da economia de mercado, todavia, a moeda física ou digital é imprescindível para a sobrevivência. Em razão disso, é preciso que o Estado garanta à população mais vulnerável oportunidades para realizarem o que precisam para viverem com dignidade. A noção de dignidade humana refere-se ao valor absoluto e intrínseco dos indivíduos simplesmente porque são humanos, e não em virtude de qualquer estatuto social ou poderes particulares (FAO, 2009).

A definição de desenvolvimento é fluída e vasta a literatura que lhe confere diferentes abordagens. Neste trabalho, adotou-se a concepção de Amartya Sen, em sua obra "Desenvolvimento como liberdade". Vale salientar, para efeito elucidativo e introdutório, que há diferença, doutrinária pátria e na seara do direito, entre liberdade formal e liberdade material. Pode-se afirmar que a primeira se constitui no direito de uma pessoa não ser tolhida

no exercício de seus direitos e garantias legalmente instituídos, a segunda, por sua vez, abre-se para um leque de direitos e garantias que não somente aqueles elencados pela lei em sentido estrito. A liberdade material, também conhecida como substantiva, diz respeito a tudo aquilo que o ser humano social pode e deve ter para alcançar sua legítima e justa liberdade.

Nesse passo, vale salientar que privações não definem a liberdade, apenas limitam o proveito que seus titulares usufruem de seus direitos. Ao dissertar sobre o que faz parte do processo de desenvolvimento, Sen ponderou (2010, p. 9):

> Vivemos em um mundo de opulência sem precedentes, de um tipo de que teria sido difícil até mesmo imaginar um ou dois séculos atrás. (...). Entretanto, vivemos igualmente em um mundo de privação, destituição e opressão extraordinárias. Existem problemas novos convivendo com antigos – a persistência da pobreza e de necessidade essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fome crônica muito disseminadas, violação de liberdades políticas elementares e de liberdade formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agenda das mulheres (...), tanto em países ricos como em países pobres.

Ao pensar o desenvolvimento humano, o autor altera o foco normalmente conferido ao crescimento econômico, volvendo os olhos para as consequências nefastas da desigualdade e da exclusão social. Faz uma interessante e instigante digressão sobre o papel das diferentes formas de liberdade e da atuação do Estado, do indivíduo e da sociedade em sua concretização. Sen parte do pressuposto que a liberdade individual se complementa a outras e é dependente de externalidades. Uma abordagem ao desenvolvimento baseada nos direitos humanos coloca os indivíduos em primeiro lugar. Promove o desenvolvimento centrado no ser humano e enfatiza a liberdade, a igualdade e o empoderamento, e acrescenta uma dimensão jurídica às abordagens tradicionais de desenvolvimento (FAO, 2009).

O grau e o alcance da liberdade individual dos indivíduos se tornam indiscutivelmente restritas e limitadas pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas. É uma abordagem básica. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer sua condição de agente. Por outro lado, esse objetivo é complementado pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção e garantia de outras liberdades. O desenvolvimento tem como principal fim e meio a expansão da liberdade, sem a qual não há comprometimento social. Oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora se constituem nas denominadas liberdades instrumentais (Sen, 2010).

Isso significa que o desenvolvimento, a partir dessa visão, constitui-se um processo de expansão das liberdades efetivas que as pessoas desfrutam, é visto como objetivo e não

meramente como um meio para atingi-las. Portanto, o progresso de um país é avaliado conforme se dá ou não o aumento das liberdades das pessoas.

Do ponto de vista jurídico, os princípios dos direitos humanos surgem do reconhecimento de que a adoção de medidas para alcançar a plena realização do direito à alimentação é uma obrigação legal e com estreita interdependência a outros os direitos humanos reconhecidos internacionalmente, tais como a participação política e o direito de participar na gestão de assuntos públicos (FAO, 2009). De grande valia a observação feita por Sen (2010, p. 18):

> O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades.

É difícil pensar em qualquer processo de desenvolvimento substancial que exclua o papel do custeio social, da regulamentação pública ou da boa condução dos negócios do Estado, quando eles podem enriquecer a vida humana. A privação da liberdade econômica na forma de pobreza extrema pode tornar a pessoa uma presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade. Há persistência de privações e desigualdades econômicas entre segmentos da comunidade que permanecem excluídos dos benefícios da sociedade orientada para o mercado. Nessa toada, os indivíduos não vivem bem na condução de sua vida privada, nem participam como deveriam nas atividades econômicas e políticas (Sen, 2010).

Sem o mínimo existencial, as pessoas padecem de condições que inviabilizam uma vida digna e inclusiva. Desafortunados das capacidades essenciais de desenvolvimento, são prisioneiras das circunstâncias. Daí se falar numa restrição de liberdade desumana quando se é forçado a passar fome, por exemplo. A segurança protetora é imprescindível para proporcionar uma rede de segurança social, de modo a impedir que a população afetada por carências de toda ordem seja reduzida à miséria adjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte (Sen, 2010).

A rede de proteção social se mostra imprescindível para camadas sociais espoliadas dos benefícios urbanos. Diferentemente, a expansão das liberdades permite que os seres sociais se completem e consigam colocar em prática suas volições, permitindo-os interagir com o mundo, influenciando-o. As liberdades aumentam diretamente as capacidades das pessoas, suplementam-se e podem, além disso, reforçar umas às outras (Sen, 2010).

Com efeito, o processo de expansão das liberdades diz respeito ao desenvolvimento humano em sua inteireza, com o fim de atingir o máximo de suas capacidades. A dinâmica é benéfica não apenas para quem dela participa, como também seus limites lindeiros, especialmente a sociedade. O princípio do direito humano de empoderamento implica que as pessoas devem ter o poder, a capacidade, as competências e o acesso necessários para mudar as suas próprias vidas e devem ter o direito, em particular, de procurar medidas corretivas do Estado para violações dos seus direitos (FAO, 2009).

As recompensas do desenvolvimento humano vão muito além da melhora direta da qualidade de vida individual. Diz respeito ao crescimento das habilidades produtivas das pessoas e sobre o crescimento econômico em uma base amplamente compartilhada (Sen, 2010).

Reduzir o desenvolvimento à dimensão econômica é examiná-lo de forma incompleta e ineficiente. Isso porque o crescimento econômico somente se consolida se calcado no pilar da dignidade da pessoa humana, da equidade e no bem-estar social. Ao englobar essas facetas, o desenvolvimento promove não somente o atendimento das necessidades básicas das pessoas, como também dá oportunidades a elas crescerem de forma produtiva. Assim, o Estado confere segurança jurídica, social e econômica a todos a quem tem o dever de cuidar e proteger.

Não há nada de errado com o progresso econômico, desde que seu caminhar propicie vantagens a todos os participantes ou, ao menos, crie oportunidades sociais para que os benefícios produzidos alcancem todos indistintamente, as populações mais vulneráveis, inclusive. É preciso investir em capital humano. A aluência econômica colhe o que planta. A formação e o aproveitamento das capacidades humanas são providências determinantes no processo de desenvolvimento, um compromisso social, especialmente para oportunidades econômicas oferecidas por um sistema de mercado propício. O contrário seria o despreparo de um povo face a vasta negligência estatal na oferta de serviços públicos basilares, como é o caso da educação (Sen, 2010).

Maiores chances de desenvolvimento das capacidades, com preponderância a aspectos econômicos e políticos, dependem indiscutivelmente de ações e políticas estatais geradoras de oportunidades sociais. Valorizar os direitos humanos coletivos não significa negligenciar o desenvolvimento econômico, ao contrário, se quer colocá-lo em função as pessoas. No contexto do direito à alimentação, o ambiente propício refere-se às condições de vida num determinado país que resultarão num acesso regular e equitativo a recursos e oportunidades que permitam a todos prover a si próprios (FAO, 2009).

As pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas na conformação de seu próprio destino e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. Em razão disso, o Estado e a sociedade têm papéis relevantes no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas (Sen, 2010).

Em se tratando de liberdades basilares como a capacidade de produzir riqueza para alimentar a si e sua própria família, o papel estatal é decisivo para o seu povo empobrecido.

Isso porque a pessoa humana fica enclausurado no ciclo da pobreza e dele não consegue se desvencilhar das amarras que o prendem essa espécie de escravidão. São destruídos de perspectivas, não conseguem lutar contra o flagelo e, nessa condição, permanecem nessa condição até a morte (Fernandes; Gonçalves, 2007).

Ao falar sobre o assunto, salientou Castro que temos (1968, p. 73): "um mundo de homens libertos desta terrível escravidão biológica".

Dele também se extrai a definição de desenvolvimento e de subdesenvolvimento de um interessante artigo intitulado Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição, publicado na revista O Correio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em 1973.

Nele, Castro imputa ao subdesenvolvimento de países periféricos a causa primeira da poluição e da degradação do meio ambiente. O subdesenvolvimento econômico de que fala decorreria do colonialismo sofrido por estes países e, num momento seguinte, do mercado de consumo.

Ao discutir os problemas ambientais no mundo, Josué fala que o subdesenvolvimento representa um tipo de poluição humana que decorrente da exploração de grandes potências industriais do mundo. Inicialmente, Josué trata logo de colocar os "pingos nos is" e faz a diferenciação basilar entre "meio" e "desenvolvimento". Mais uma vez, lança mãos de uma visão integrativa, Castro (1973, p. 19) diz que meio:

> (...) não é apenas o conjunto de elementos materiais que, interferindo continuamente uns nos outros, configuram os mosaicos das paisagens geográficas. (...) Considerado globalmente, (...) o meio abrange aspectos biológicos, fisiológicos, econômicos e culturais, todos combinados na mesma trama.

Quanto ao termo desenvolvimento, Castro explica (1973, p. 20):

> Igualmente falso é o conceito de desenvolvimento avaliado unicamente à base da expansão da riqueza material, do crescimento econômico. (...), não é meramente quantitativo, mas compreende os aspectos qualitativos dos grupos humanos a que concerne. Crescer é uma coisa; desenvolver, outra. Crescer é, em linhas gerais, fácil. Desenvolver equilibradamente, difícil. Tão difícil que nenhum país do mundo

> conseguiu ainda. Desta perspectiva, o mundo todo continua mais ou menos subdesenvolvido.

O subdesenvolvimento não é insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento. Ao contrário do que pensam que nas regiões subdesenvolvidas não existe preocupação com qualidade de vida, apenas com a possibilidade de sobreviver, em meio à fome e epidemias, estes são apenas sintomas de uma grave doença social, o subdesenvolvimento. A humanidade inteira paga a conta, com fome e miséria, pelo crescimento desequilibrado econômico da civilização ocidental (Castro, 1973).

Correlacionando o subdesenvolvimento, nas bases teóricas de Castro, com o fenômeno da fome, chega-se à conclusão de que não há desenvolvimento onde o flagelo se faz presente. Não se pode falar em crescimento econômico quando maioria das pessoas não têm capacidades e condições de sustentar a si mesmas e sua família.

Nessa linha de intelecção, conjugando-se as lições de Sem e Castro, busca-se construir um paralelo explicativo de desenvolvimento como liberdade no contexto da economia de mercado, de modo a destacar o ser humano no lugar do capital e a fome como parte contrária disso.

Estado e mecanismos de exigibilidade do direito à alimentação

Quando se liga o termo Estado à expressão "mecanismos de exigibilidade do direito à alimentação", fala-se do poder público como conjunto de órgãos dotados de legitimidade para a execução das funções típicas e atípicas estatais, constituído do Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário, nos termos do artigo 2º da CF/88[85].

É a figura do Estado como poder político e responsável pela movimentação da máquina estatal, independentemente da cadeira que ocupe e do seu âmbito territorial de atuação, que age para assegurar e concretizar os direitos e liberdades dos cidadãos.

O Estado é o principal instrumento de que a sociedade dispõe para a promoção da igualdade de oportunidade entre os cidadãos, especialmente os mais carentes, que necessitam dos serviços públicos para melhorar suas condições de vida (Oliveira, 2012).

[85] "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". Salienta-se que o termo União não se refere, estritamente, ao ente federativo, mas à República Federativa do Brasil, de modo a englobar todos os entes que compõe a sua organização político-administrativa, nos limites da própria CF/88.

O Estado aqui referido não tem sentido de unidade federativa[86], mas abarca a compreensão global dos entes que compõem a organização político-administrativa brasileira[87]. A expressão "poder público" equipara-se, no âmbito deste trabalho, ao Estado de quem se fala.

O Estado de hoje possui contornos distintos daquele que ressurgiu após os escombros da Primeira Guerra Mundial. Do século XIX para o XX, a sociedade passou a exigir uma nova postura estatal frente às adversidades da vida humana. Na lição de Oliveira (2012, p. 56):

> O Estado, na forma como o conhecemos, se organiza a partir do século XIX e se consolida no início do século XX. Após a I Guerra Mundial, evoluiu mais fortemente e, no sentido de ampliar suas responsabilidades, mas só a partir da II Guerra Mundial se firma como Estado de bem-estar social.

Desde então, o Estado oscilou entre a mera garantia dos direitos de propriedade e liberdade, ao incremento de políticas intervencionistas frente à ampliação dos direitos sociais, e a condutas abstencionistas, quando emerge o Estado regulador. Neste último caso, lembra Freitas (2011, p. 86): "se desfez de uma série de tarefas que antes desempenhava diretamente ou através de sua administração".

Em razão do processo de globalização que atravessou o século XXI, alteraram-se os objetivos sociais e, consequentemente, os fins político-administrativos do Estado. Este foi obrigado a se redefinir para ampliar o rol de políticas públicas destinadas a uma variedade de grupos. A estrutura social modificou, tornou-se mais complexa, fragilizando ainda mais determinados segmentos sociais. O rompimento das fronteiras comerciais modificou as particularidades das desigualdades do passado fazendo surgir novos desafios. Não obstante os avanços advindos com a interação mundial, com destaque para a disseminação do conhecimento de uma maneira geral, a fome, um antigo problema da humanidade, continua sendo uma preocupação que não vem sendo tratada a contento.

No âmbito da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (Brasil, 2006), conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), o seu artigo inaugural impõe ao poder público os deveres de formular e implementar políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. A proposta, portanto, é refletir sobre o

[86] Essa definição consta da Nota Técnica do Censo Demográfico 2022: "Os Estados são unidades federativas autônomas de maior abrangência territorial na organização político-administrativa do Brasil, compartilhando seu espaço geográfico com os municípios" (IBGE, 2022).

[87] De acordo com o artigo 18 da CF/88: "A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federa e os Municípios, todos autônomos".

papel do Estado e sua importância na consecução da segurança alimentar, especialmente a "grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social", nos termos do artigo 4º, inciso III, da referida lei. Deveria estar entre as mais destacadas preocupações do Estado.

Exigibilidade também inclui pensar o direito a respostas e ações oportunas e adequadas por parte das autoridades públicas competentes (FAO, 2009). A par disso, avançar o entendimento de que a função estatal não pode limitar-se à realização dos direitos basilares, dentro da infeliz tradição de não deixar o povo morrer de fome. Como afirma Freitas (2011, p. 134): "Não basta produzir os bens necessários à sobrevivência básica e digna de cada indivíduo".

Nesse contexto, surge a necessidade de o Estado implementar e ampliar o rol de ações e políticas públicas céleres, intersetoriais, integrativas e coordenadas, voltadas os segmentos mais atingidos pela fome no país, como mulheres negras, chefes de família e com baixas escolaridade e renda. O modelo do Estado mínimo, que se exime da responsabilidade de integrar os excluídos, não tem serventia para a hipótese. As políticas públicas inserem-se num âmbito mais amplo da atuação estatal, não no sentido de modo de intervenção, mas modo de eficiência de toda e qualquer ação, ao contrário do que pode parecer da redação do artigo 174 da CF/88, que estabelece suas funções de agente normativo e regulador da atividade econômica.

E não se pode esquecer na diferença existente entre Estado e político. Segundo Garschanger (2020, p. 260):

> Não confiamos nos políticos porque prometem o que não podem cumprir, não cumprem adequadamente aquilo que poderia ser feito e ainda usam o governo para seus projetos pessoais, financeiros, ideológicos ou do partido a que pertencem, não importa que para isso tenha de violar o código ético e moral da sociedade e passear por páginas do código penal.

Pode ser difícil fazer essa separação quando se sabe que o Estado é uma entidade abstrata e que seus braços e pernas são os representantes que elegemos de tempos em tempos. Se há erros ou acertos, ou os dois juntos, simultânea ou separadamente, por trás do Estado há homens. Lembra Garschanger (2020, p. 272): "só as leis e instituições não bastam. Porque as leis são feitas – e as instituições são formadas – por homens, que podem, uma vez no poder, desrespeitá-las, revogá-las e utilizá-las a seu serviço".

A corrupção é uma das piores barreiras no caminho do progresso econômico bem-sucedido, pode prejudicar políticas públicas e afastar o investimento e as atividades

econômicas de setores produtivos (Sen, 2010). A vontade política é uma variável fundamental na definição de uma agenda de governo. Assim, embora o poder emane do povo e em nome deste deva ser exercido, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo inaugural da CF/88, representantes políticos costumeiramente invertem sua atuação em prol dos seus próprios interesses, violando o mandamento nuclear de preservação do bem-comum. Se o direito possui função social e o Estado deve funcionar na esteira da lei, os interesses da sociedade se sobrepõe aos daqueles que a representam. Ou seja, os interesses individuais não devem prosperar em prejuízo das necessidades do povo. O distanciamento da realidade social provoca, inevitavelmente, iniquidades e resultados impróprios e inadequados (Tarrega, 2010).

Por isso o combate à fome é um problema humano, o pior da humanidade e, portanto, de todos os partidos (Castro, 1968).

Com a razão está Castro, ao considerar a fome um inimigo comum a todos os seres humanos, com mais razão daqueles que são eleitos para fazer imperar a justiça social, especialmente quando se está em jogo a vida e a dignidades de pessoas. Este trabalho maneja a categoria analítica do Estado para dissertar sobre a fome urbana e sua responsabilidade legal na concretização do direito à alimentação adequada e no combate a condições degradantes e desumanas. Importante salientar que o entendimento sobre Estado não se limita ao Poder Executivo, mas a todos os poderes incumbidos da defesa da ordem pública, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, a exemplo do Ministério Público, nos termos do artigo 127 da CF/88.

Dispõe o artigo 2º do Estatuto da Igualdade Racial que:

> É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

O artigo 4º, incisos I, IV, V e VI, da mesma lei ainda estabelece, entre outros deveres para o Estado, a promoção prioritária da participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural, por meio de inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social; de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação étnica e às desigualdades étnicas em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais; e da eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada.

Consta, ainda, autorização do legislador ordinário no artigo 56, § 1º, para adotar medidas que garantam, em cada exercício, a transparência na alocação e na execução dos recursos necessários ao financiamento das ações previstas neste Estatuto, explicitando, entre outros, a proporção dos recursos orçamentários destinados aos programas de promoção da igualdade, especialmente nas áreas de educação, saúde, emprego e renda, desenvolvimento agrário, habitação popular, desenvolvimento regional, cultura, esporte e lazer.

O alimento não se constitui um bem público, mas o seu acesso deve ser garantido pelo Poder Público, não apenas porque é um direito humano fundamental, mas também em razão dos reflexos negativos para toda a sociedade quando há parcela da população sem tê-lo no dia a dia. A inacessibilidade ou insuficiência pode gerar consequências para a saúde pública por meio de custos sociais e econômicos com as doenças decorrentes (Rocha; Burlandy; Magalhães, 2013).

Vincular o Estado à concretização do direito à alimentação adequada, é pensar no ente como adotante de ações e medidas capazes de atender tal desiderato, notadamente políticas públicas eficazes e eficientes. Mas é preciso renovação em direção à realidade. Ao falar de Estado é preciso lançar os olhos aos princípios sensíveis erigidos pelo legislador constitucional, cuja normatividade se espraia a todo sistema jurídico nacional. Vale lembrar que os princípios têm função interpretativa porque assumem o papel de orientar a soluções jurídicas; função supletiva, pois integram o ordenamento jurídico; e fundamentadora, eis que possuem força motriz capaz e afastar a incidência de outras normas com ele divergentes (Tarrega, 2010).

Nesse contexto, a insegurança alimentar de mulheres negras, chefes de famílias urbanas, e com baixas escolaridade e renda, está a demandar políticas públicas categorizadas, que lhes assegurem o gozo do direito à alimentação adequada. A exposição ao risco e a capacidade de resistir eficazmente a um risco ou crise são os dois fatores de vulnerabilidade que determinam as consequências da insegurança alimentar. Em razão disso, o Estado tem a obrigação de dar prioridade imediata aos indivíduos e grupos mais vulneráveis que enfrentam grandes desafios na realização do direito à alimentação (FAO, 2009).

O olhar deve se voltar a uma categorização, sem esquecer-se de alcançar áreas além da assistência social, saúde e educação, sem o qual as desigualdades não podem ser rebatidas (Lotta; Costa, 2020).

Cuida-se de uma especial combinação das ações emergenciais e estruturais. Além disso, a situação demanda, ainda, ações estatais voltadas ao reconhecimento da cidadania da pessoa como titular do direito e agende de sua própria transformação social.

A sociedade contemporânea tem conferido grande importância à relação entre reconhecimento e identidade, quando há a compreensão de quem somos, a partir de nossas características definidoras fundamentais como seres humanos. As políticas de reconhecimento abrem, na esfera pública, um campo de possibilidades para projetos individuais e coletivos (Pizzio, 2008).

Na missão de categorização da população mais atingida pela fome ou as expostas à situação, vale salientar a importante iniciativa de um planejamento respaldado num levantamento de dados e informações fidedignas à realidade que se busca modificar. Esta missão é um dos focos prioritários que devem ser perseguidos pelo Estado. As especificidades de famílias chefiadas por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda implicam, sem dúvida alguma, em tutelas jurídicas diferenciadas para defender seu interesse a uma alimentação adequada, a partir da efetivação de uma igualdade material na sociedade.

No tocante à repartição de competências, a atuação estatal ainda demanda a regulamentação do parágrafo único do artigo 23, que dispõe sobre a cooperação intergovernamental nas matérias de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para os fins de enfrentamento da pobreza e da fome, com ganhos incomensuráveis em qualidade de vida e em dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, conferir especial atenção aos alimentos regionais, especialmente aqueles advindos da agricultura familiar, para um escoamento com ganhos sociais, barateando o seu custo e assegurando a renda dos segmentos envolvidos. Assim estar-se-á valorizando a produção e o consumo regional de alimentos locais de baixo custo e elevado valor nutricional (Rocha; Burlandy; Magalhães, 2013).

Tal como repisado ao longo do texto, o problema da fome exige uma atuação conjunta e sistêmica para lograr êxito. Daí falar-se não apenas na adoção de políticas públicas e programas sociais permanentes como mecanismos de exigibilidade do direito à alimentação adequada, como também e, talvez, com mais propriedade, na criação de um fundo orçamentário e sistema próprios, à semelhança como se dá com a saúde e a assistência social.

Não sujeito às oscilações das conjunturas e de posturas cômodas de políticas paliativas e de socorros ocasionais e pontuais, um fundo orçamentário e sistema próprios se mostram ideais para equacionar de maneira mais eficiente o problema da fome no Brasil. Afinal, insegurança alimentar é uma questão política de interesse social, justiça e direitos humanos. Diante disso, o mais importante é reafirmar o papel de protagonista do Estado na eliminação de situações de vulnerabilidade extremas. A fome é uma delas.

3.3 ATUAÇÃO ESTATAL CONTRA A FOME URBANA NO BRASIL (1930-2022): ENTRE CONQUISTAS, AVANÇOS E RETROCESSOS

Em se tratando de fome urbana no Brasil, a atuação estatal experimenta conquistas, avanços e retrocessos. A história tem muito a revelar. Por isso volveu-se os olhos para 1930 para examinar os aspectos diretos da insegurança alimentar no Brasil, com destaque para sua agudização nos anos de 2020 a 2022. Na sequência, foram analisados os panoramas da fome no mundo e, particularmente, no Brasil, neste último caso, passando-se pelos aspectos gerais e específicos escolhidos para discutir e refletir a fome urbana de famílias chefiadas por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda.

3.3.1 Panorama da fome global nos séculos XX e XXI (1999-2022)

O panorama contemporâneo global é delineado por cinco continentes distintos: Ásia, África, América, Europa e Oceania. Ao longo dos tempos, observamos um notável e expressivo avanço no processo de povoamento do planeta. O marco do primeiro bilhão de habitantes foi alcançado em 1800, sucedido pelo segundo bilhão em 1930, coincidindo com avanços significativos no desenvolvimento de vacinas. A expectativa de vida humana experimentou um aumento considerável, em parte devido às inovações científicas e tecnológicas. Cinquenta anos mais tarde, a população mundial atingiu a marca de 5 bilhões, embora o ritmo de crescimento e fertilidade tenha diminuído desde a década de 1950, quando a população era de 2,5 bilhões. O ápice do crescimento acelerado ocorreu entre 1962-1965 (ONU, 2022).

Ao adentrarmos o século XXI, a população mundial atingiu 6 bilhões, e em 15 de novembro de 2022, registrou 8 bilhões de habitantes. Comparativamente, os números do século XXI superam em mais de três vezes aqueles do século anterior (ONU, 2022). Essa rápida expansão populacional apresenta desafios substanciais, não apenas à luz das preocupações históricas de Malthus sobre o aumento populacional em relação à produção alimentar, mas também na confrontação global com a pobreza e a fome. A inadequada adesão de líderes mundiais a compromissos compartilhados, evidenciada nos anos de 2020-2022, ressalta a necessidade premente de medidas governamentais eficazes.

Desde a década de 1950, observam-se disparidades de gênero e cor/raça, com predominância masculina em países asiáticos, como China e Índia, enquanto nos continentes europeu e americano, incluindo a América do Sul, há uma maior proporção de mulheres. Em

2022, os homens representam 50,3% da população mundial, e as mulheres, 49,7%, com projeções de inversão ao longo do século em direção a uma igualdade numérica (ONU, 2022). Esse aumento populacional pode complicar ainda mais os esforços para reduzir as desigualdades de gênero e cor/raça.

A questão da pobreza ganha destaque, pois priva as pessoas de oportunidades, escolhas e dignidade. A necessidade de enfrentar a pobreza vai além de simplesmente reduzi-la; é crucial avançar em direção à erradicação efetiva. Com uma população global de 8 bilhões, a oferta e expansão de serviços públicos para grupos vulneráveis tornam-se imperativas, destacando o papel crucial do Estado na garantia da sobrevivência e do bem-estar humano.

O texto destaca que não é possível abordar todos os eventos globais dos séculos XX e XXI, mas busca destacar alguns que contribuíram para o diálogo sobre a fome no mundo.

Raras as vezes em que o homem uniu esforços para alcançar benefícios comuns a toda a humanidade. Com a existência de organismos e entidades internacionais, como a ONU, isso se tornou uma prática mais comum. A preocupação com a fome, como flagelo mundial, surgiu após a eclosão das Primeira e Segunda Guerras Mundiais, e a bipolarização da disputa político, econômica e ideológica com a Guerra Fria (1947-1991).

Durante a Primeira Guerra Mundial, houve uma inquietação sobre quem dominaria o fornecimento. Diferentemente ocorreu no final da Segunda Guerra, quando o desassossego passou a ser a capacidade de produção de alimentos. O sistema econômico mundial foi duramente afetado. Nesse ambiente, a pobreza e a fome passaram a ser equacionadas por meio de cooperações internacionais, dada as instabilidades sociais e política, especialmente de país pobres (IPEA, 2014). A Conferência de Alimentação de *Hot Springs*[88] foi a 1ª convocada pelas Nações Unidas para tratar de problemas fundamentais à reconstrução do mundo no pós-guerra. Realizada em 1943, o evento representaria um marco da mudança de paradigma sobre a fome mundial, oportunidade em que vinte e quatro nações confessaram as reais condições de alimentação dos seus povos. O maior fruto da reunião foi a criação da FAO (Castro, 1984).

A criação da ONU em 1945 e a posterior DUDH em 1948 foram marcos importantes na promoção da paz, segurança e cooperação global. A preocupação com a fome intensificou-se após as guerras mundiais. A importância do direito humano à alimentação adequada foi formalizada com o (DESC) em 1966. Dispõe o artigo 11, §1º: "Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma

[88] Cidade dos Estados Unidos da América (EUA), sede da conferência.

melhoria contínua de suas condições de vida". Seu § 2º reconhece, expressamente, o direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome.

Da leitura do texto, verifica-se que o direito de não passar fome é o único apontado como "fundamental". Sem esse direito não é possível se falar numa existência digna em sociedade. É o nível mínimo do qual todos devem se beneficiar, independentemente do grau de desenvolvimento do Estado, considerando-se os recursos mínimo necessários para permitir a sobrevivência dos indivíduos (FAO, 2009).

As conferências e cúpulas subsequentes, como a I Conferência Mundial de Alimentação em 1974, reafirmaram o compromisso global de combater a fome. A Declaração do Milênio em 1990 e a CMA em 1996 estabeleceram metas ambiciosas para reduzir a pobreza extrema e a subalimentação. Em 1996, a CMA divulgou que no mundo havia 800 milhões de desnutridos. A Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial, em 1996, reforçou o compromisso global de reduzir a subalimentação, mas os resultados não foram totalmente eficazes. A alimentação é um direito humano fundamental, universal e indivisível por alcançarem todas as pessoas indistintamente e estarem conectados a demais direitos inseridos no quadro dos direitos econômicos, sociais e culturais, juntamente com os direitos civis e políticos, quando comparados aos enunciados deduzidos da DUDH e DESC. Entretanto, apesar dos esforços, os desafios persistem, especialmente diante das desigualdades crescentes e exacerbadas decorrentes pelas políticas neoliberais. A queda do Muro de Berlim em 1989 simbolizou a esperança de paz e harmonia, mas a exploração econômica dos mais fracos continuou fazer parte da realidade mundial.

Para acompanhar o progresso sobre os esforços globais e nacionais para alcançar a meta estabelecida pela CMA em 1996 de reduzir pela metade o número de subnutridos para 400 milhões até 2015, a FAO se propôs a divulgar relatórios regulares contendo os dados dos países que obtiveram maiores ganhos ou sofreram mais reveses com a fome. Se propôs, ainda, a analisar fatores subjacentes que contribuem para a elevação ou redução do flagelo no mundo, bem como os grupos populacionais mais propensos à insegurança alimentar.

Seguem resumos dos relatórios de 1999-2023, no intuito de apresentar um retrato da fome no mundo, do Brasil, inclusive, quando mencionado no relatório examinado. O intuito aqui não é tecer minúcias do estado de in(se)gurança alimentar global, mas conferir ao texto dissertativa uma visão geral que possa subsidiar a reflexão proposta.

Vale esclarecer, antes de iniciar a jornada sobre o estado de in(se)gurança alimentar global 1999-2023, que o ano diz respeito à publicação e não ao período de referência do levantamento. O primeiro relatório da série foi publicado em 1999 e contém dados e

informações dos anos anteriores até 1990. Os demais fazem referência ao ano anterior. Malgrado isso, a FAO costuma fazer remissão a SOFI's pretéritos, especialmente para fins comparativos. A par disso, os relatórios recebem denominações específicas anuais e é abreviado para SOFI (sigla em inglês). A fim de facilitar a exposição, adotou-se a sigla ao longo do texto.

O SOFI 1999, na sua primeira edição, forneceu uma visão abrangente da fome crônica em diferentes partes do mundo, incluindo países em desenvolvimento, países industrializados e em transição. Sua definição destacada de insegurança alimentar como "When people must live with hunger and fear starvation[89]" ressalta a gravidade do problema. É possível verificar que o título no relatório FAO 1999 foca na insegurança alimentar, diferentemente dos demais. Da leitura da série SOFI 1999-2023, constata-se que a mudança de abordagem ocorreu em 2017. O SOFI 2018 representou o início de um acompanhamento regular de resultados vinculados às metas da Agenda 2030 da ONU para os anos de 2015-2030 (FAO, 2017). O objetivo 2 usa a expressão "segurança alimentar" (ONU, 2015).

Quanto ao teor do SOFI 1999, os dados apresentados indicaram que o progresso na redução da fome era lento e desigual, com apenas 37 países conseguindo uma diminuição no número de subnutridos, totalizando 100 milhões de pessoas, enquanto o restante do mundo em desenvolvimento viu um aumento de quase 60 milhões de pessoas com fome. Assim sendo, não havia esperanças para o alcance da meta. Se a meta não fosse atingida, estimava-se que mais de 638 milhões de pessoas iriam dormir sem ter o que comer. Além disso, foram apresentadas estimativas para 1995-1997, pontuando que cerca de 790 milhões de pessoas no mundo em desenvolvimento não tinham alimentos suficientes, representando uma redução de 40 milhões em relação a 1990-1992. Neste período, as estimativas eram de 830 a 840 milhões de pessoas com fome.

Em 1979-1981, havia 920 milhões de pessoas com fome. Entre 1980 e 1996, apenas 40 países reduziram a fome rapidamente e de forma constante, o suficiente para atender à meta da CMA. Destacou que 34 milhões de pessoas vivem em países que passaram por grandes transições políticas e econômicas na década de 1990. Restou claro no relatório haver provas de que a fome não também apenas países pobres, mas também países desenvolvidos. Em países em desenvolvimento o número é de 790 milhões de pessoas sem terem o que comer. A medição e monitoramento da prevalência da subnutrição é feita com 5 categorias para a descrição da porcentagem de subnutridos: extremamente baixo, muito baixo, moderadamente

[89] Traduzido para o português significa "Insegurança alimentar: quando as pessoas têm de viver com fome e temem morrer de fome".

baixo, moderadamente alta e muito alto. Para a FAO, insegurança alimentar crônica é representada por estimativas do número de pessoas cuja ingestão de alimentos não fornece calorias suficientes para atender suas necessidades basilares de emergia.

Ao abordar a situação específica do Brasil, o relatório destacou que o país não registrou as maiores diminuições nos números de famintos entre os países do bloco latino-americano. A prevalência da subnutrição medida no Brasil foi descrita à época como moderadamente baixa.

Diante dos resultados insatisfatórios com a redução da fome no mundo, a FAO pugnou por uma mudança mais significativa e duradoura para a eliminação da fome crônica no mundo. A análise ressaltou a importância de identificar grupos vulneráveis à pobreza e à fome, destacando a necessidade de ir além dos números e compreender os fatores que contribuem para a insegurança alimentar. O relatório ressaltou ainda a perda do pleno potencial físico e mental em homens, mulheres e crianças por causa da fome, quando poderiam estar contribuindo para o mundo que os rodeia. Na identificação dos grupos vulneráveis, a FAO apontou as populações marginais em áreas urbanas, incluindo pessoas em abandono escolar, desempregado, que vivem em favelas na periferia urbana, trabalhadores do setor informal, e, ainda, pessoas pertencentes a grupos sociais de risco como as famílias analfabetas.

Salientou que a determinação da população vulnerável à pobreza e à fome varia conforme as combinações de fatores de um lugar para outro, mas que, geralmente, advém de uma combinação de aspectos demográficos, ambientais econômicos, sociais e políticos. Ponderou que as pessoas mais necessitadas são geralmente participantes marginais na economia de mercado dominante. Sua inclusão somente ocorrerá por meio de programas de redução da pobreza criteriosos criados no âmbito das redes de segurança social.

O SOFI 2000 asseverou que a falta de rendimento monetário era um dos fatores mais importantes que impede tanto as populações urbanas como as rurais de obterem os diversos alimentos necessários para uma dieta adequada. Concluiu pela ausência de mudança significativa do período de 1996-98 em comparação com 1995-1997. Estimou que 826 milhões de pessoas permaneciam subnutridas em 1996-1998.

O levantamento do grau de privação alimentar concluiu que o Brasil se encontrava na prevalência e profundidade moderadas de subnutrição. Segundo o relatório, a prevalência de subnutrição no Brasil, baseando-se na proporção da população, atingiu 13% em 1979-1981, 10% em 1990-1992 e 15,9% em 1996-98. No capítulo “Estado nutricional e vulnerabilidade”, a FAO apontou que as mulheres são muitas vezes mais vulneráveis que os homens à

desnutrição, em razão das características fisiológicas (menores, taxas metabólicas mais baixas e menos músculos). Os riscos ainda são maiores quando estão grávidas ou amamentando.

Chamou a atenção para o fato de que onde a fome é generalizada há uma questão básica de desenvolvimento que impede o crescimento econômico nacional e mantém pessoas presas na pobreza. No ponto, ponderou que o custo econômico da fome e da subnutrição reflete consideravelmente na perda de produtividade, na doença e na morte. Quanto ao primeiro ponto, compromete o desenvolvimento cognitivo e o aproveitamento da aprendizagem. Em razão disso, concluiu que é preciso investir nas pessoas para que os países tenham o retorno esperado. Para a FAO, mais educação, apoio alimentar e nutricional direto e prestação dos serviços públicos básicos, como saneamento e água potável, são formas de investir nas pessoas.

O SOFI 2001 destacou os esforços globais e nacionais para atingir a meta da CMA e respondeu às perguntas fundamentais sobre quem são os afetados pela fome, onde estão localizados e porque enfrentam insegurança alimentar. Segundo as últimas estimativas da FAO, em 1997-99, havia 815 milhões de pessoas subnutridas no mundo, 777 milhões nos países em desenvolvimento. No tocante aos países em desenvolvimento, o último número representou uma diminuição de 39 milhões desde 1990-92 (o período de referência utilizado na CMA), para o qual o número revisto é de 816 milhões de subnutridos. Isto significou que a diminuição média anual é agora em cerca de 6 milhões de pessoas. A mensagem da FAO foi no sentido de que, cinco anos depois da CMA, o progresso para a redução do número de subnutridos não vinha acontecendo rápido o suficiente. Entretanto, a redução anual necessária para isso cresceu de 20 para 22 milhões por ano. Nesse ritmo, seriam precisos mais de 60 anos para atingir o alvo.

Ponderou pela premente necessidade de esforços para identificar os grupos mais afetados pela fome e a tomada de ações concretas e pontuais para uma melhoria em curto prazo. Para a FAO, o Brasil é um dos países que contribuíram de forma mais significativa para a redução do número de subnutridos no mundo, num total de 3 milhões de pessoas. Tal como verificado em edições anteriores, o progresso na redução de subnutridos foi extremamente contrastante entre os países. A região da África Subsaariana continua tendo a proporção de subnutridos na população total mais elevada.

O relatório lembrou da estimativa de 956 milhões de famintos em 1969-71, tão elevado quanto 777 milhões de pessoas subnutridas em 1997-99. Para a FAO, a produção alimentar permanecerá ascendente, mas um aumento menor já seria suficiente para a resolução da fome se acompanhadas de medidas mais equitativas no acesso aos alimentos. A desigualdade

intrapaíses de acesso aos alimentos deve-se principalmente a diferenças de rendimentos ou poder de comprar entre as famílias.

O SOFI 2002 ofereceu estimativas atualizadas do número de pessoas com fome crônica no mundo, evidenciando que o progresso na redução da fome foi lento, com números aquém do necessário para atingir a meta da CMA. A FAO exemplificou a relação existente entre a alfabetização com a fome. Milhões de crianças famintas sofrem com a diminuição da capacidade de aprendizagem ou são forçadas a trabalhar em vez de frequentar a escola. Disse, ainda, que numerosos estudos confirmaram que a redução da desigualdade de género e o empoderamento das mulheres produziriam reduções significativas na fome e na pobreza. Embora a pobreza seja, sem dúvida, uma causa da fome, a fome também pode ser uma causa da pobreza. A fome muitas vezes priva as pessoas empobrecidas da força e da habilidade para trabalhar de forma produtiva. A fome e a subnutrição generalizadas prejudicam o desempenho económico não só dos indivíduos e das famílias, mas também das nações.

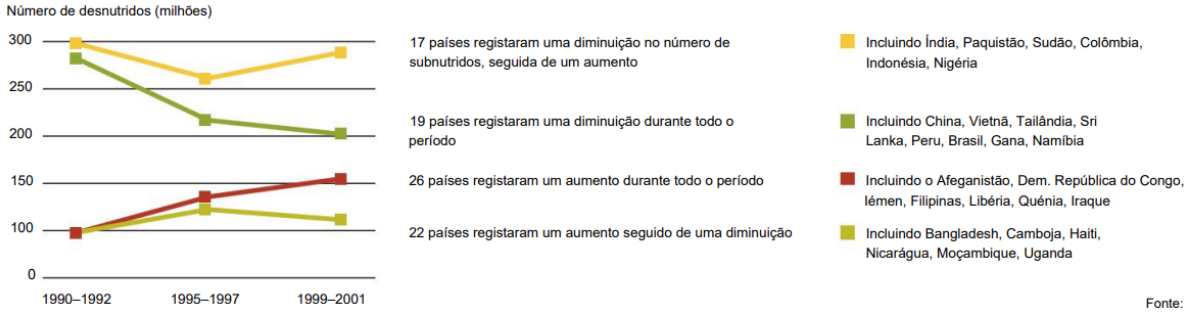
Nas edições anteriores, houve notícias de constante, desigual e lento progresso na redução dos subnutridos. O relatório em voga informa que o progresso praticamente parou. Com efeito, as últimas estimativas da FAO sobre o número de pessoas subnutridas confirmam uma tendência alarmante: os progressos na redução da fome no mundo em desenvolvimento abrandaram e na maioria das regiões o número de pessoas subnutridas está efetivamente a aumentar. Os últimos números e análises deixam claro que o progresso na redução da fome durante a década de 1990 foi rápido em alguns países, vagaroso noutros e inexistente ou negativo em grande parte do mundo em desenvolvimento. Se continuarmos no atual ritmo, o número de pessoas com fome no mundo em desenvolvimento em 2015 ainda totalizará mais de 750 milhões, muito acima da meta CMA. Isto significa que se continuarmos ao ritmo atual e o objetivo da CMA somente será alcançado após 100 anos de atraso. Agora seria preciso reduzir o número de pessoas com fome em 24 milhões por ano, a partir de 2001 até 2015.

A prevalência da subnutrição em países em desenvolvimento, com foco especial no Brasil, pode ser analisada ao longo de diferentes períodos na América Latina e no Caribe. Os dados revelam tendências marcantes nessa problemática. Na região da América Latina e Caribe, entre 1979 e 1981, observou-se um total de 355,9 milhões de pessoas, das quais 45,9 milhões enfrentavam subnutrição. Em 1990-1992, a população total aumentou para 442,2 milhões, com 58,8 milhões de pessoas experimentando subnutrição. Posteriormente, no período de 1998-2000, embora a população tenha alcançado 504,4 milhões, o número de subnutridos diminuiu para 54,8 milhões. No contexto brasileiro, durante 1979-1981, a população total era de 121,6 milhões, com 18,1 milhões de pessoas sofrendo de subnutrição.

Entre 1990 e 1992, apesar do aumento populacional para 150,3 milhões, o número de subnutridos registrou um aumento discreto, atingindo 19,4 milhões. No período de 1998-2000, apesar do crescimento contínuo da população para 168,2 milhões, houve uma redução nos casos de subnutrição, totalizando 16,7 milhões de pessoas. Mesmo diante dos resultados apurados, a FAO ressaltou ser factível o atingimento da meta CMA e ODM se houver compromisso político neste sentido.

A 5ª edição do Estado da Insegurança Alimentar no Mundo (SOFI 2003) mostrou que em 19 países ocorreu uma redução significativa de mais de 80 milhões de pessoas subnutridas entre 1990-1992 e 1999-2001. A lista de sucesso abrangeu países grandes e relativamente prósperos como o Brasil e a China, onde os níveis de subnutrição eram moderados. O número total de pessoas com fome declinou em mais de 80 milhões durante todo o período de nove anos. Nos países menores, onde a fome era mais generalizada, como o Sri Lanka, houve aumento significativos de 60 milhões de pessoas. A notícia ruim, no entanto, é que, globalmente, cerca de 842 milhões de pessoas ainda enfrentavam subnutrição em 1999-2001, uma redução de apenas 19 milhões em comparação ao período de referência. Desde 1995-1997, o número aumentou em mais de 18 milhões. Significou que a meta da CMA somente seria alcançada com reduções anuais de 26 milhões. No nível regional, a redução ocorreu na Ásia, no Pacífico, na América Latina e nas Caraíbas. Em contraste, os números para a África Subsaariana e no Próximo Oriente e Norte da África continuam a aumentar. Só a China reduziu os números de subnutridos desde o período base da CMA, num total de 58 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, a Índica destacou como país em declínio nos números de 20 milhões entre 1990-92 e 1995-97. Depois disso, o número de subnutridos aumentou 19 milhões. Isso pode ser facilmente observado na figura abaixo.

Figura 5: Tendências na subnutrição por agrupamento de países



Fonte: FAO/SOFI 2003

Entre 1995-1997 e 1999-2001, o número de pessoas com fome nos países em desenvolvimento aumentou em 18 milhões, eliminando quase metade da diminuição de 37

milhões alcançada durante os cinco anos anteriores. A menos que sejam obtidos ganhos significativos em países grandes onde o progresso estagnou, será difícil inverter esta tendência negativa. A FAO lembrou que em países desenvolvidos, o crescimento econômico originado na agricultura pode ter um impacto particularmente forte na redução da pobreza e da fome. Hoje, 75% das pessoas pobres vivem em zonas rurais e o aumento da pobreza urbana tende a ser fomentado pela migração para as cidades, com o fim de escapar à privação rural. Por outro lado, salientou que uma alta dependência de exportações de *commodities* deixam os países extremamente vulneráveis às condições do mercado internacional. Isso significa dizer que os declínios e flutuações em receitas de exportação afetam renda, investimento, emprego e crescimento. No entanto, o comércio agrícola pode desempenhar uma redução da pobreza e da insegurança alimentar quando realizado em conjunto com reformas políticas, investimentos em infraestruturas e desenvolvimento rural.

Como boas práticas, o relatório trouxe à baila a experiência do Brasil, com o compromisso político com o lançamento do projeto Fome Zero, como uma iniciativa abrangente e elogiável. A FAO salientou que o país é um grande exportador de culturas e carne, mas 40 milhões dos seus 170 milhões de pessoas vivem com menos de 1 dólar por dia. Entretanto, abordou o ânimo do governo de reverter o quadro de pobreza extrema do seu povo com uma combinação de intervenções de emergência para fornecer alimentação a quem precisa com iniciativas de aumento da alfabetização, treinamento de habilidades e empregabilidade para reduzir a pobreza. Naquela primeira modalidade, enxergou com bons olhos o fornecimento direto de alimentos por meio de cartões eletrônicos, de refeições gratuitas ou de baixo custo nas escolas, locais de trabalho e "restaurantes do povo".

Consta do relatório que a prevalência de subnutrição no Brasil foi de 18,6% 1990-1992 numa população de 15,3 milhões, 16,7% em 1995-1997 numa população de 161,7 milhões e 15,6% em 1999-2001 numa população de 170,4 milhões. O mesmo documento revela que 33% da população rural vive abaixo da linha da pobreza. Nesta situação também se encontra 13% da população urbana.

Repisou como um erro encarar a erradicação da fome como um subproduto que se origina do crescimento econômico, no funcionamento do mercado e no estímulo do comércio liberalizado. Ao contrário disso, a fome generalizada prejudica o desempenho econômico não apenas de indivíduos e famílias, mas de nações. Diante disso, é necessária uma atuação estatal que adote estratégias para o combate pontual ao flagelo.

O SOFI 2004 anunciou que, ao rever os progressos experimentados desde 1990, a redução do número de subnutridos ficou muito aquém do necessário para o atendimento da

meta CMA. Salientou que o ritmo permanece lento e extremamente desigual. Apesar dessa involução, numerosos países provaram que o sucesso é possível. Eles conseguiram reduzir a prevalência da subnutrição em 25%, com um total da população de mais de 2,2 milhões de pessoas. Foram exatamente 30 países, representando quase metade da população mundial em desenvolvimento, que obtiveram tal êxito. Um dos países exitosos foi o Brasil. A FAO voltou a elogiar o programa Fome Zero, como uma estratégia louvável para a melhoria da segurança alimentar. Apesar dos compromissos assumidos pelo mundo em desenvolvimento, o número reduziu apenas 9 milhões desde o período de referência da CMA. Apenas a América Latina e as Caraíbas registaram uma redução modesta no número de pessoas com fome.

Estimativas da FAO indicam que 852 milhões de pessoas enfrentam a fome, sendo a maioria nos países em desenvolvimento, 815 milhões. A fome nas áreas urbanas, embora apresente uma proporção menor em comparação às áreas rurais, está crescendo rapidamente, especialmente em favelas, onde a falta de serviços básicos é alarmante. Esse fenômeno destaca a necessidade urgente de abordar não apenas a fome em si, mas também as condições de vida nas áreas urbanas mais empobrecidas. A falta de educação emerge como um fator inextricavelmente ligado a fome, impactando negativamente a produtividade e a capacidade de ganho. Investir em educação, especialmente nas mulheres, surge como uma estratégia crucial para atacar as raízes da desnutrição.

Ao falar sobre o Brasil, a FAO elogiou a atuação do Ministério Público na reivindicação do direito à alimentação, por meio de ações civis coletivas, graças à ampliação do seu escopo pela CF/88, que o prevê expressamente como um direito social. Quanto à prevalência de subnutrição, apontou a FAO que o Brasil tinha 18,5 milhões de subnutridos numa população geral de 151,2 em 1990-1992; 16,5 milhões numa população de 162,8 em 1995-1997; e 15,6 milhões numa população de 174 no intervalo de 2000-2002.

Relembrou, como constantemente fez nas edições anteriores, que assim como a fome, a falta de educação são facetas da pobreza extrema. A fome, a desnutrição e a insegurança alimentar corroem as capacidades cognitivas e reduzem a frequência escolar. Por outro lado, o analfabetismo e a falta de educação reduzem a capacidade de ganho e contribuem diretamente para a fome e a pobreza. A situação é ainda mais graves nas áreas rurais. São 860 milhões de adultos analfabetos, a maioria mulheres, e dos 130 milhões de crianças, especialmente meninas, que não vão à escola. Para a FAO, a melhoria da educação pode ser uma das formas mais eficazes de reduzir a fome e a subnutrição. As taxas de desnutrição diminuem com o aumento da alfabetização, especialmente a alfabetização feminina. Enquanto

o prazo para os ODM se aproxima, a necessidade de intensificar os esforços para alcançar as metas de redução da fome torna-se premente.

O SOFI 2005 também analisou o progresso da meta CMA e da OMD 1, que se constitui em reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cuja renda é inferior a 1 dólar; e reduzir para metade, no mesmo intervalo, a proporção de pessoas que sofrem de fome. Como links das temáticas, a FAO estabeleceu que a fome perpetua a pobreza a reduzir a produtividade e impede que as pessoas de produzir ou adquirir os alimentos de que necessitam.

Segundo a FAO, se cada uma das regiões em desenvolvimento continuar a reduzir a fome no ritmo verificado, lento, apenas a América do Sul e o Caribe alcançarão atingir o ODM1. Mesmo assim, afirmou que a maioria, se não todos, ainda podem alcançar as metas CMA e ODM, em todas suas propostas. Voltou a dizer que a grande maioria das pessoas que passam fome estão no campo e que é necessário ações concertadas para a melhoria de suas condições.

Constou do relatório que o progresso na redução de subnutridos será mais desafiador, faltando apenas dez anos para 2015, não somente em razão do ritmo lento impingido nos últimos anos, mas porque a população mundial deverá crescer aproximadamente dois bilhões de 1990-2015. Isto faz com que a meta seja cumprida apenas se a redução ocorrer na fração de 2/3, não sendo mais suficiente a metade. Entre as regiões em desenvolvimento, apenas a América Latina e Caribe apresentam reduções significativas e rápidas desde 1990, conseguindo reverter o quadro negativo da década de 1980. Mas no resto do mundo, a fome continua a crescer. Indicou uma abordagem dupla para alcançar as metas CMA e ODM: reforçar a produtividade e os rendimentos dos famintos e pobres, visando as zonas rurais onde vive a grande maioria deles e o setor agrícola do qual depende a sua subsistência; e proporcionar acesso direto aos alimentos e criar redes de segurança social para os famintos.

A 8ª edição do SOFI 2006 analisou os avanços e retrocessos na mitigação da fome desde 1990-92, período de referência que sucede a CMA. Fez um balanço de dez anos após a Cimeira. Em comparação com 1990-92, o número de pessoas subnutridas nos países em desenvolvimento diminuiu modestos 3 milhões – um valor que se encontra dentro dos limites do erro estatístico. Apesar dos resultados desanimadores na redução do número de pessoas que sofrem de fome, uma parcela menor da população nos países em desenvolvimento enfrenta atualmente a subnutrição, comparada a 1990-92: 17% em contraste com 20%. Indica que o mundo está, de fato, avançando na direção correta para atingir o ODM relacionado à redução da fome. No entanto, projeções apontavam que a meta estabelecida pela CMA pode não ser alcançada, com aproximadamente 582 milhões de pessoas ainda em risco de

subnutrição em 2015, contra 412 milhões caso a meta da Cúpula fosse atingida. O mundo encontrava-se mais rico naquela época do que há uma década. Existia uma maior disponibilidade de alimentos e a produção poderia ser ampliada sem exercer uma pressão excessiva sobre os preços. Os conhecimentos e recursos necessários para reduzir a fome estão disponíveis. O que falta é a vontade política suficiente para mobilizar esses recursos em prol daqueles que sofrem de fome.

No período de 2001-2003, a FAO estimou que 854 milhões de pessoas em todo o mundo estavam subnutridas, com 820 milhões nos países em desenvolvimento. Pouco progresso foi observado em comparação à meta estabelecida, contrastando notavelmente com reduções significativas nas décadas anteriores. É motivo de preocupação o aumento de 23 milhões de pessoas subnutridas entre 1995-97 e 2001-2003, após uma diminuição de 26 milhões na década anterior. Embora apenas a Ásia, o Pacífico e a América Latina e Caribe tenham feito algum progresso em direção à meta, nenhuma região está próxima de alcançá-la. O Brasil, na América Latina, demonstrou uma redução no número de pessoas subnutridas, mas o progresso é desigual e concentra-se principalmente na América do Sul e no Caribe.

Entre 1990-92 e 2001-03, o Brasil experimentou uma diminuição no número de pessoas com fome, de 18,5 milhões para 14,4 milhões. Apesar de recursos adequados para alimentar toda a população, desafios persistem devido à distribuição distorcida de renda e terra. Iniciativas como o Programa Fome Zero e o Bolsa Família foram implementadas para enfrentar a insegurança alimentar, evidenciando a importância de intervenções combinadas que abordem tanto as necessidades imediatas quanto o aumento do potencial produtivo.

O relatório SOFI 2008 abordou o Estado de Insegurança Alimentar no Mundo, enfocando os desafios apresentados pelos altos preços dos alimentos e suas implicações na segurança alimentar. Este é o nono relatório de progresso da FAO sobre a fome global desde a CMA de 1996. Em 2008, a FAO concentrou-se nos impactos dos preços elevados dos alimentos nas populações mais vulneráveis, que viram drasticamente reduzido seu já limitado poder de compra. Destacou a importância de direcionar especial atenção à agricultura familiar nos países em desenvolvimento. Dada a natureza das famílias pobres, que raramente produzem o suficiente para sua própria subsistência, agravando a situação ao não gerar excedentes para venda, tornam-se consumidores líquidos de alimentos. As estimativas mais recentes da subnutrição, referentes ao período de 2003-2005, revelam que, em 2007, aproximadamente 923 milhões de pessoas enfrentavam a fome, representando um aumento de mais de 80 milhões desde 1990-92. Os preços elevados dos alimentos, que começaram a

aumentar em 2002, impactaram significativamente, adicionando 75 milhões de pessoas ao número total de subnutridos em 2007 em comparação com 2003-05.

A insegurança alimentar, agravada pelos preços dos alimentos, comprometeu os esforços globais para reduzir a fome. A FAO alerta que a missão de diminuir em 500 milhões o número de pessoas famintas até 2015 requer um esforço global substancial. A gestão macroeconômica em países em desenvolvimento enfrenta dilemas complexos devido aos elevados preços dos alimentos e combustíveis. A inflação global, impulsionada pelos preços dos alimentos, exigia escolhas difíceis, com implicações cruciais para a segurança alimentar.

O relatório SOFI 2009 destacou o panorama da subnutrição global e apontou para a existência de obstáculos estruturais de subinvestimento que impedem o avanço em direção aos objetivos de redução da fome propostos pela CMA e pelos ODM. O documento revelou a decepção diante da constatação de que a conjunção da crise alimentar e da crise econômica global resultou no aumento do número de pessoas subnutridas no mundo, ultrapassando pela primeira vez a marca de mil milhões desde 1970.

O Estado de Insegurança Alimentar no Mundo 2009, abordando as crises econômicas, destacou que, mesmo antes dessas crises, o número de pessoas enfrentando a fome já apresentava uma elevação constante, porém gradual. Os países em desenvolvimento, em decorrência da crise econômica mundial, enfrentavam desafios em suas receitas, resultando na perda de empregos e renda.

Agravando essa situação, os preços dos alimentos permaneceram elevados nos mercados locais, impactando ainda mais as famílias de baixa renda, as quais são compelidas a reduzir a quantidade de refeições e a consumir alimentos menos nutritivos. O objetivo estabelecido pela CMA de reduzir pela metade o número de pessoas subnutridas até 2015, não será alcançado se as tendências pré-existentes persistirem.

A FAO estimou que, em 2009, mais de um bilhão de pessoas estavam subnutridas, representando um aumento significativo em relação aos anos anteriores. Este aumento na insegurança alimentar é atribuído aos preços internos elevados dos alimentos, rendimentos mais baixos e ao aumento do desemprego, fatores que limitam o acesso aos alimentos, especialmente para a população de baixa renda.

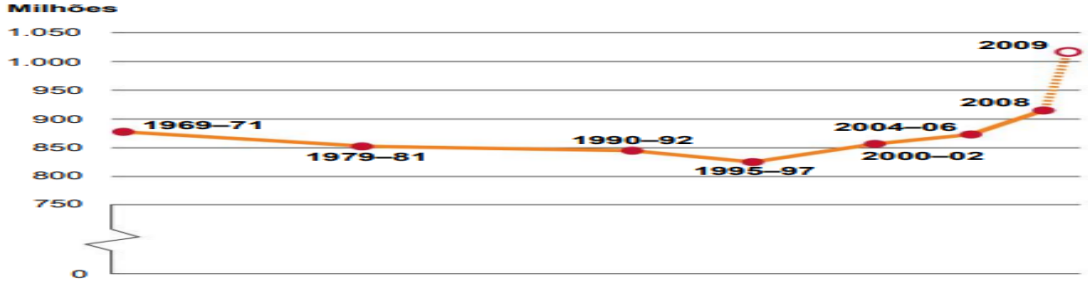
A crise da época, sem precedentes históricos, é agravada pela convergência de diversos fatores, incluindo a crise alimentar de 2006-2008, que elevou os preços dos produtos básicos a níveis inacessíveis para milhões de pessoas. Na década de 1980 e início da década de 1990, houve progressos significativos na redução da fome crônica.

Entretanto, a diminuição na proporção de subnutridos entre 1990-92 e 2004-2006 foi insuficiente para cumprir a meta de redução da fome do primeiro ODM. No relatório, o conceito de segurança alimentar é abordado como o acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendam às necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável. Em contrapartida, a insegurança alimentar é caracterizada pela falta desse acesso. A subnutrição ocorre quando a ingestão calórica está abaixo das necessidades mínimas para uma dieta adequada, variando de acordo com fatores como sexo, idade e estrutura populacional.

No final de 2008, havia otimismo em relação à dissociação dos países em desenvolvimento da crise econômica global. Contudo, as organizações internacionais revisaram rapidamente as projeções de crescimento econômico para 2009-2010, rebaixando-as significativamente. A crise econômica, que sucedeu a crise alimentar e de combustíveis de 2006-2008, diferia em sua abrangência global, afetando simultaneamente grandes regiões do mundo. A intensificação da interconexão dos países em desenvolvimento com a economia global amplificou os impactos nos mercados globais. Os preços mais elevados dos alimentos impactam principalmente os segmentos mais pobres da população, especialmente os pobres sem-terra e as famílias chefiadas por mulheres, tanto em áreas urbanas quanto rurais. A redução dos rendimentos e empregos, juntamente com os preços mais altos dos alimentos, prejudica o acesso dos pobres aos alimentos, mesmo em meio à disponibilidade global adequada.

Em face das consequências negativas da crise alimentar e de combustíveis sobre os grupos mais vulneráveis, as estimativas da FAO para 2008 foram revisadas para 915 milhões, representando uma melhoria em relação às previsões anteriores. No entanto, projeções alternativas indicam que o número de pessoas subnutridas pode atingir 1,02 bilhão, o nível mais elevado desde 1970, como mostra a Figura 6.

Figura 6: O número de subnutridos no mundo de 1969 a 2009



Fonte: FAO/SOF 2009, p. 13

Embora o número de pessoas enfrentando a fome tenha aumentado desde meados da década de 1990, observou-se uma redução no número de subnutridos nas décadas de 1970 e 1980, apesar do rápido crescimento populacional nesse período. A proporção de pessoas subnutridas nos países em desenvolvimento estava diminuindo consideravelmente, especialmente após a crise alimentar global de 1973-75, quando significativos investimentos no setor agrícola contribuíram para a redução significativa da insegurança alimentar. Entretanto, durante a década de 1990 e nos anos atuais, o número de subnutridos aumentou, mesmo com o benefício do crescimento populacional mais lento. Em 2008, a proporção de pessoas subnutridas também apresentou um aumento.

Segundo a FAO, a resposta do Brasil à crise econômica de 2008 envolveu políticas macroeconômicas anticíclicas e a implementação de redes de segurança, como o programa Bolsa Família, seguro-desemprego expandido e aumento do salário-mínimo. Essas medidas visaram proteger a população vulnerável e estimular a economia. Observou-se que o Brasil trabalhou no desenvolvimento de estratégias nacionais para garantir esse direito, incluindo programas como o Fome Zero, que abrange diversas políticas sociais e de seguridade social.

Em setembro de 2000, a Declaração do Milênio estabeleceu objetivos ambiciosos para a redução da pobreza e da fome. As edições do SOFI de 2001 a 2013 apresentam relatórios pormenorizados sobre o panorama. A Agenda 2030, lançada pela ONU em setembro de 2015, delineou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). "Fome Zero e Agricultura Sustentável" é um dos ODS, seguindo o objetivo de "Erradicação da Pobreza".

O relatório de 2010 noticiou que o número e a proporção de pessoas subnutridas reduziram, mas permaneciam inaceitavelmente elevados, perto da marca de mil milhões, o que torna mais distantes as metas fixadas pela CMA e ODM 1. Salientam a necessidade de atenção especial para países em crises duradouras ou recorrentes, na maioria, com capacidade de resposta limitada, agravando ainda mais os quadros de insegurança alimentar. Por este e outros motivos, sugeriu a ampliação de proteções sociais para sua recuperação a longo prazo.

O SOFI 2011 indagou: Como é que a volatilidade dos preços internacionais afeta as economias nacionais e a segurança alimentar? Acenou que os pequenos países dependentes das importações, especialmente a África, foram profundamente afetados pelas crises alimentar e econômica, face o aumento dos preços e a volatilidade nos mercados internacionais. Sugeriu fortes impactos no bem-estar de agricultores e consumidores mais pobres.

Em 2012, estimou-se quase 870 milhões de pessoas em situação de subnutrição em 2010-2012, evidenciando que o crescimento continua elevado. A maior parte do progresso ocorreu antes de 2007. Mesmo diante do quadro, o relatório respectivo ainda deu esperanças

no alcance das metas para 2015. Asseverou a FAO que era preciso acelerar a redução da fome, mediante o crescimento econômico acompanhado de ações públicas intencionais e decisivas. Citou como medidas o acesso mais equitativo aos recursos por parte dos pobres e o empoderamento das mulheres a partir de um sistema amplo de proteção social. Destacou que o Brasil aumentou a participação laboral das mulheres em 16% entre famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. As transferências monetárias que colocaram o dinheiro diretamente nas mãos das mulheres também aumentaram seu status na unidade familiar e promoveram sua autoestima e empoderamento econômico.

O relatório de 2013 indicou um total de 842 milhões de pessoas em subnutrição em 2011-2013, número inferior ao referido em 2010-2012. Foi uma queda de 17% desde 1990-92. Salientou que regiões em desenvolvimento registraram, no conjunto, progressos significativos rumo à meta da fome do ODM1. Entre as mensagens chave, a FAO asseverou que o crescimento econômico pode aumentar os rendimentos e reduzir a fome, mas pode não chegar a todos, motivo pelo qual é preciso um progresso global, com uma ampliação da proteção social. Segundo o relatório, em 1990, o Brasil tinha 22,8 milhões de pessoas subnutridas. Num caminhar positivo, em 2013, atingiu a marca de 13,6 milhões.

O relatório de 2014, por sua vez, registrou a persistência da redução da insegurança alimentar no mundo. Estimou que cerca de 805 milhões de pessoas ainda sofriam de subnutrição crônica em 2012-2014, uma redução de mais de 100 milhões nas últimas décadas e 209 milhões a menos do que em 1990-92. Segundo a FAO, apesar do progresso global, as diferenças entre as regiões são marcantes. A América Latina e as Caraíbas são a região que apresentou o maior progresso na redução da fome, com a prevalência da fome reduzida em quase dois terços desde o início da década de 1990. No seu conjunto, já atingiu a meta da fome dos ODM e está muito perto de atingir a meta da CMA.

Segundo a FAO, o Brasil alcançou tanto a meta dos ODM de reduzir pela metade a proporção de sua população que sofre de fome quanto a meta mais rigorosa da WFS de reduzir pela metade o número absoluto de pessoas famintas. Entre 2000-02 e 2004-06, a taxa de subnutrição no Brasil caiu pela metade, de 10,7% para menos de 5%. O progresso em direção a estas metas estabelecidas internacionalmente foi acelerado quando a erradicação da fome foi colocada no centro da agenda política do Brasil.

O que começou como um compromisso do governo para acabar com a fome foi transformado, ao longo de uma década, em legislação nacional com estruturas institucionais destinadas a promover a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada, que foi consagrado na Constituição do país em 2010. A estratégia Brasil sem Miséria se baseia

no sucesso do Fome Zero. Em 2011, introduziu novas políticas dirigidas aos extremamente pobres, que incluíam a melhoria do acesso aos serviços públicos para promover a educação, a saúde e o emprego. Mais 22,1 milhões de brasileiros foram retirados da pobreza extrema desde 2011.

Em 2015, cerca de 795 milhões de pessoas estão subnutridas em todo o mundo, uma diminuição de 167 milhões na última década e menos 216 milhões do que em 1990-92. O declínio é mais pronunciado nas regiões em desenvolvimento, apesar do crescimento populacional significativo. O ano de 2015 marca o fim do período de monitorização das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. O Brasil foi inserido no rol dos países que alcançaram a meta do ODM 1c e a meta da WFS de reduzir para metade o número de pessoas com fome até 2015. As taxas de fome estavam abaixo do limite de 5%.

O monitoramento passou por 2015 e saltou para o relatório de 2017. Nele, consta a estimativa de 2016 de pessoas subnutridas, indicando um aumento para 815 milhões, embora a marca permanecesse abaixo dos anos de 2000, quando o mundo tinha 900 milhões com fome. A situação da segurança alimentar piorou, em particular, em partes da África Subsariana, do Sudeste Asiático e da Ásia Ocidental, e foram observadas deteriorações, sobretudo em situações de conflito e conflitos combinados com secas ou inundações, ligadas em parte ao fenómeno El Niño.

A edição marcou o início de uma era na monitorização de novas progressões. O início da Agenda 2030 coincidiu com o lançamento da Década de Ação das Nações Unidas sobre a Nutrição (2016–2025), acrescentando impulso a estes compromissos ao fornecer um quadro de ação coeso e com prazo determinado.

A edição seguinte reforça a escalada da fome no mundo e alerta para as novas tendências e a necessidade de ações mais enérgicas para que o cenário seja alterado.

De acordo com a FAO, aproximadamente um quarto da população mundial enfrentou insegurança alimentar moderada ou severa em 2022, representando um aumento desde 2015. Na América Latina e no Caribe, esse aumento foi notável, indo de 25,1% em 2015 para 31,7% em 2019. A FAO utiliza uma classificação diferente da adotada pelo IBGE, mas os dados indicam um aumento na insegurança alimentar moderada. Conforme a EBIA, houve um aumento de 18,3% para 20,6% entre 2015 e 2019.

Em 2019, perto de 750 milhões – ou quase uma em cada dez pessoas no mundo – foram expostas a níveis graves de insegurança alimentar. A fome está a aumentar em quase todas as sub-regiões de África e, em menor grau, na América Latina e na Ásia Ocidental. Após décadas de declínio constante, a tendência da fome mundial – medida pela prevalência da

subnutrição – inverteu-se em 2015, permanecendo praticamente inalterada nos últimos três anos, num nível ligeiramente inferior a 11 por cento. Entretanto, o número de pessoas que sofrem de fome aumentou lentamente.

Em 2020, a revisão confirma a tendência reportada em edições anteriores: o número de pessoas afetadas pela fome a nível mundial tem aumentado lentamente desde 2014. As estimativas atuais indicam que cerca de 690 milhões de pessoas passam fome, ou 8,9 por cento da população mundial – um aumento de 10 milhões de pessoas num ano e de quase 60 milhões em cinco anos. Assinalou pela probabilidade que o estado nutricional dos grupos populacionais mais vulneráveis se deterioraria ainda mais devido aos impactos sanitários e socioeconómicos da COVID-19.

O SOFI 2021 salientou que, depois de permanecer praticamente inalterada durante cinco anos, a prevalência da subnutrição aumentou de 8,4% em 2019 para cerca de 9,9% em 2020, o que significou que, entre 720 e 811 milhões de pessoas no mundo enfrentaram a fome em 2020, mais 161 milhões de pessoas do que em 2020.

O relatório 2022 revelou que depois de permanecer relativamente inalterada desde 2015, a prevalência da subnutrição saltou de 8,0 para 9,3 por cento entre 2019 e 2020 e aumentou a um ritmo mais lento em 2021 para 9,8 por cento. Entre 702 e 828 milhões de pessoas foram afetadas pela fome em 2021. A fome afetou mais 46 milhões de pessoas em 2021 em comparação com 2020, e um total de mais 150 milhões de pessoas desde 2019, antes da pandemia de COVID-19.

O SOFI 2023 destaca que aproximadamente 29,6% da população global (2,4 bilhões de pessoas) enfrentaram insegurança alimentar moderada ou grave em 2022, com cerca de 11,3% experimentando o nível mais grave. Esses números foram menores em comparação com 2020 e 2021.

A persistência da fome global tem sido uma preocupação constante da FAO, desde o SOFI 1999, quando aproximadamente 842 milhões de pessoas sofriam de fome. A escalada das desigualdades é apontada como um fator significativo para a insegurança alimentar.

3.3.2 Panorama da fome urbana no Brasil de 1930-2022: aspectos gerais e específicos

A esta altura, já explicados o objeto e o sujeito da fala, é preciso, agora, contextualizar a fala ao lugar e seu tempo. A análise da fome urbana das “Carolinas do século XX” e “Carolinas do século XXI” ocorre no Brasil dos anos de 1930 a 2022.

Chegada a hora de perscrutar os aspectos gerais e específicos que permitiram traçar um perfil de atuação estatal dos seis marcos governamentais delimitados no período (1930-1956; 1956-1961; 1961-1985; 1985-2003; 2003-2016; e 2016-2022) e, assim, viabilizar a proposta dissertativa, notadamente em mira à resposta ao problema da pesquisa.

3.3.2.1 Aspectos gerais: territorial, populacional e situação do domicílio

De dimensão continental e construído pela expansão de suas fronteiras, com horizontes espacial e humano frutos da multiplicidade de nacionalidades e culturas, o Brasil de 2022 encontra-se situado na América do Sul, com mais doze países, e nele ocupa seu maior espaço geográfico. Do ponto de vista político-administrativo, o Brasil é dividido em Grandes Regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, nas quais são distribuídas suas unidades federativas, sendo, basicamente, 26 estados, além do Distrito Federal, e 5.568 municípios (IBGE, 2022[90]).

O país é caracterizado por seis biomas distintos: Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal, cada um dotado de riquezas naturais singulares. A Amazônia, por exemplo, abriga a maior floresta tropical do mundo, enquanto a Mata Atlântica, situada na região litorânea, enfrenta ameaças significativas, preservando apenas 27% de sua cobertura original. O Cerrado, reconhecido como a savana mais rica em biodiversidade, sofreu transformações consideráveis devido à expansão agrícola a partir da década de 1960. A Caatinga, ocupando 10% do território, enfrenta desafios pela exploração humana, assim como o Pampa, que tem aproximadamente 2% do território, utilizado principalmente para atividades agrícolas, como o cultivo de arroz. O Pantanal, conhecido como a maior planície de inundação do planeta, destaca-se por ser o bioma mais preservado, permitindo atividades de turismo (IBGE, 2022).

Possui a maior reserva de água doce do planeta, mas sua distribuição territorial é desigual, com 80% da água superficial concentrada na Região Hidrográfica Amazônica. Reconhecida por sua flora diversificada, o Brasil detém a maior biodiversidade do mundo, abrigando uma variedade de climas, desde equatorial até temperado (IBGE, 2022).

Analisando a evolução demográfica, observa-se que, na década de 1930, eram 41,1 milhões de habitantes. Havia mais homens que mulheres. Estas se tornam maioria dez anos depois. Mais pessoas de cor/raça branca que negra. A população era eminentemente rural.

[90] Os últimos resultados divulgados pelo IBGE e considerados neste trabalho são de outubro de 2023.

Apenas 31,3% dos brasileiros viviam em áreas urbanas. O país girava em torno da agricultura (IBGE, 1900-1940).

O país enfrentou o êxodo rural, culminando em sua urbanização a partir de 1970. Em 2010, 84% dos brasileiros já residiam em áreas urbanas, representando um aumento significativo em comparação com décadas anteriores (IBGE Bicentenário).

Em 2022, a população chegou a 203,08 milhões de pessoas. O número de domicílios chega a 90,6 milhões. São 124,1 milhões em áreas urbanas (61%). O Brasil possui a quinta maior população do mundo. Do total, 88,2 milhões se autodeclaram brancas e 112,6 milhões negras, sendo 20,6 milhões e 92 milhões, da cor preta e parda, respectivamente. As mulheres representam uma parcela significativa, 104,5 milhões. (IBGE, 2022).

Há relação de causalidade da atuação estatal de 1930 a 2020, com o aumento da fome urbana nos anos de 2020-2022, em termos de gênero, cor-raça, responsabilidade familiar, escolaridade e renda? Esta indagação constitui o fio para o desenvolvimento da próxima seção.

3.3.2.2 Aspectos específicos: histórico-políticos, jurídico-legislativos, econômicos e sociais

Como delineado previamente, a análise dos aspectos histórico-políticos considerou ações, omissões e prioridades políticas em âmbito geral e na esfera da segurança alimentar e nutricional. No que tange aos aspectos jurídico-legislativos, as referências provêm de normas constitucionais que têm implicações tanto em questões sociais mais amplas quanto especificamente na área de segurança alimentar e nutricional. Os aspectos econômicos foram investigados sob a ótica do RPTN, PIB e inflação, fornecendo uma visão mais detalhada e focada na análise da conjuntura econômica. Por fim, a dimensão social baseou-se em indicadores que incluem a porcentagem de pessoas em situação de insegurança alimentar, aquelas com ensino fundamental incompleto e indivíduos com rendimentos inferiores a um salário-mínimo, proporcionando uma compreensão abrangente dos desafios sociais enfrentados.

3.3.2.2.1 Marco governamental 1: fome um tema proibido e de combate acanhado (1930-1956)

Entre 1930 e 1956, o Brasil é governado por seis presidentes. Vargas inicia o ciclo do seu primeiro mandato aos 3 de novembro de 1930 e o finaliza em 10 de novembro de 1937.

O segundo mandato vai até 29 de outubro de 1945. Os demais, iniciando-se, cada um deles na data do final do mandato de seu antecessor, com exceção do último período (Golpe de 1930). Aos 29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946, José Linhares; desta data até 31 de janeiro de 1951, Dutra; desta data até 24 de agosto de 1954, Vargas; desta data até 8 de novembro de 1955, Café Filho; desta data até 11 de novembro de 1955; e, finalmente, Nereu Ramos encerrando o ciclo em 31 de janeiro de 1956 (Só História, *online*).

O traço marcante desse marco governamental, conforme a opção da proposta dissertativa, foi o estímulo e o crescimento da industrialização brasileira. Nesse sentido se mostra a exposição já realizada no item 1.3 sob as rubricas "**O Brasil de Geografia da Fome (1930-1946)"** e "**Novos rumos do dilema**", pelo que se faz mera remissão para evitar repetições desnecessárias. Ressalte-se que o balanço geral de todos os marcos governamentais, com a indicação do perfil de atuação estatal consta do item 3.3.2.3.

3.3.2.2.2 Marco governamental 2: fome e desenvolvimentismo (1956-1961)

Entre 1956 e 1961, a cadeira da presidência é ocupada por Juscelino Kubitschek em 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961, e desta data até 25 de agosto de 1961, por Jânio Quadros (Só História, *online*).

Para analisar os aspectos histórico-políticos, jurídico-legislativos, econômicos e sociais, considera-se que o traço marcante dos governos de 1956-1961 foi o crescimento e diversificação industrial. Tal como ocorreu no tópico anterior, a exposição desses aspectos já foi realizada no item 2.3 sob a rubrica "**O Brasil de Quarto de Despejo (1955-1960)" e** "**O Brasil de Carolina (1930-1977)".** Do mesmo modo do item anterior, faz-se remissão à exposição constante dos capítulos anteriores. O balanço geral de todos os marcos governamentais, com a indicação do perfil de atuação estatal consta do item 3.3.2.3.

3.3.2.2.3 Marco governamental 3: o milagre econômico na ditadura militar e o pecado da fome (1961-1985)

O Brasil atravessou uma fase desafiadora entre 1961 e 1985, marcada por um regime militar que perdurou por 24 anos, com nove diferentes lideranças. Iniciou-se com Ranierri Mazzilli (25 de agosto de 1961 a 7 de setembro de 1961). Em seguida, João Goulart até 2 de abril de 1964, esse período testemunhou mudanças frequentes no comando do país, com destaque para figuras como Humberto Castelo Branco, Artur da Costa e Silva, a Junta Militar

de 1969, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo, que encerrou o processo de abertura política em 15 de março de 1985 (Só História, *online*).

Os traços distintivos desse período abarcam um regime autoritário e repressivo, com supressão de garantias e direitos constitucionais. A economia, inicialmente marcada por progresso, acabou sofrendo com grave endividamento público e hiperinflação, caracterizando os governos dessa época. Tal como ocorreu nos tópicos anteriores, a exposição dos aspectos histórico-políticos, jurídico-legislativos, econômicos e sociais já foi realizada no item 2.3 sob a rubrica "**O Brasil de Quarto de Despejo (1955-1960)" e** "**O Brasil de Carolina (1930-1977)"**. Segue-se o mesmo modo de exposição do item anterior, em remissão ao conteúdo constante dos capítulos anteriores até o final da década de 1970. Resta, entretanto, a caracterização do período da década de 1980 até a retomada do governo pelos civis.

A década de 1980 foi marcada pela queda do Muro de Berlim, um evento que representou o colapso do comunismo e o início de um novo cenário geopolítico. Esse acontecimento simbolizou a busca pela liberdade, respeito às diferenças e a abertura de novos espaços. O Brasil do período de 1961-1985 foi composto por longos anos de repressão e violação a direitos e liberdade fundamentais, em nome dos interesses do próprio Estado (STF, *online*). A população era de 121,1 milhões, sendo 39,1 milhões domiciliadas em áreas rurais e 82 milhões em áreas urbanas. Daquele total, 59,1 milhões eram homens, 59,8 mulheres (IBGE, 1980).

Durante esse período, vigorava a Constituição Federal de 1967 e as normas da Emenda Constitucional nº 1/1969, que moldaram o cenário jurídico e legislativo da época.

Desde o final do século XIX até a década de 1980, o Estado iniciava um movimento de regresso à prestação de serviços essenciais. Nas décadas de 1970 e 1980, os influxos de ordem política e econômica conduziram a um Estado de mínima intervenção (Freitas, 2011).

O denominado "milagre econômico" foi um período de crescimento econômico elevado durante a ditadura militar, entre 1969 e 1973. Houve a conjugação de notável crescimento econômico e baixa inflação. O que veio depois foi uma inflação galopante. O Brasil parecia ir de vento em popa, mas o país não resistiria ao segundo choque do petróleo em 1979. O mundo entrou em recessão e o Brasil não escapou dela. A nominada "década perdida" teria severos reflexos no futuro do mercado de trabalho. Em 1982, a dívida externa brasileira bateu nos US$ 80 bilhões. O governo reconheceu que não mais tinha como pagá-la e decretou uma moratória. Tecnicamente, o Brasil estava quebrado e com os bolsos vazios (Garschagen, 2022). No declínio do modelo do Estado intervencionista, desenvolvimentista nacional ou internacional, ocasionou a queda da taxa de investimento público, numa estratégia de desestatização da

economia, transferindo para a iniciativa privada toda a responsabilidade durante as décadas de 1980 e 1990 (IPEA, 1990).

O problema da fome oscilou entre as décadas de 1930, 1950 e 1970 entre limitação e dificuldades no acesso ao alimento e capacidade de produção agrícola. Nos anos de 1980, a fome ressurge como uma questão de acesso físico e econômico do próprio alimento.

Em 1980, o total da população residente era de 119 milhões. As mulheres seguiam em maior número. Mais de 80 milhões residiam em áreas urbanas. Eram 64,5 milhões da cor/raça branca, 7 milhões da cor/raça preta e 46,2 milhões da cor/raça parda. Sem instrução e menos de 1 ano, eram 35,9 milhões de pessoas, sendo a maior parte mulheres. Comparativamente aos homens, as mulheres tinham menos anos de estudo. Deste universo, a maior parte eram mulheres de cor/raça parda (IBGE, 1980).

As estratégias de combate à pobreza nos anos 1970 focavam em transferências de renda para idosos e pessoas com deficiência vulneráveis. Ao longo do tempo, essas ações foram ampliadas para incluir famílias com crianças, culminando em programas como o Bolsa-Escola em 2001 e, posteriormente, o Bolsa Família.

Entre 1987 e 1989, houve a extinção de programas de combate à fome em meio a planos econômicos.

De 1930 até o final da década de 1980, segundo Lecionam Belik, Silva e Takagi (2003, p. 13): "(...) a fome passou a ser encarada como um problema de intermediação e as políticas se voltaram para a regulação de preços e o controle da oferta". O governo militar, que oficialmente encerrou em 15 de março de 1985, representou uma fase de conquistas sociais e democráticas, mas também testemunhou a extinção de programas sociais, evidenciando uma (Bastos, 2021).

3.3.2.2.4 Marco governamental 4: fome e redemocratização (1985-2003)

Com a redemocratização, o comando do país passou às mãos dos civis José Sarney, de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990, Fernando Collor de Melo até 29 de dezembro de 1992, Itamar Franco até 1º de janeiro de 1995 e de Fernando Henrique Cardoso até 1º de janeiro de 2003 (Só História, *online*).

A redemocratização e a alternância de planos econômicos para driblar a hiperinflação constituem os traços que marcam o período de 1985-2003.

A transição do regime militar para o governo civil foi conduzida pelos militares. Tancredo Neves foi eleito presidente da República de forma indireta, conforme a CF/67 e as

regras do Código Eleitoral. Todavia, na véspera de ser empossado, foi internado para uma cirurgia de emergência. Morreu após quadro de infecção generalizada (Garschagen, 2020).

Após o óbito do candidato vencedor, seu vice José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, conhecido como José Sarney assume, sendo o primeiro civil a alcançar a cadeira de presidente do Brasil. Havia a esperança de solução de todos os problemas nacionais, da fome e do desemprego, inclusive (Vasconcelos, 2005).

À época, o Brasil tinha 146,9 milhões de pessoas, sendo 36 milhões domiciliadas em áreas rurais e 110,8 milhões em áreas urbanas. Daquele total, 72,4 milhões eram homens, 74,3 mulheres (IBGE, 1991).

O Brasil, após enfrentar os desafios do governo Sarney, deparou-se com um novo capítulo em sua história política com a chegada de Fernando Collor de Mello. Este viria a ser o primeiro presidente eleito por voto direto popular após o período da ditadura militar (Garschagen, 2022).

Se no passado o país havia sobrevivido às turbulências do governo anterior, a gestão de Collor de Mello apresentou-se como um novo desafio. O lema de sua campanha, focado no combate à corrupção e aos privilégios, revelou-se paradoxal quando seu governo chegou final do mandato em 1992 respondendo a um processo de *impeachment* (Garschagen, 2022).

Com a renúncia de Collor, seu vice, Itamar Franco, assume a presidência. Embora não fosse adepto ao liberalismo econômico, com os rumos do país não teve opção. Retomou o programa de privatizações iniciado por seu antecessor. Então Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso (FHC), assume o cargo de Ministro da Fazenda em maio de 1993. O Plano Real o levou à Presidência da República, marcando o governo, com medidas neoliberais, reformas e privatizações iniciadas outrora. Em busca pela manutenção da estabilização econômica, o combate à inflação permaneceu sendo seu principal movimento (Garschagen, 2022).

FHC retomou a ideia de “Estado Mínimo”, sob a perspectiva de que as políticas públicas sociais perdem força em detrimento da competitividade e da autorregulação de atividades econômicas. Em 2000, o Brasil tinha 169,5 milhões de pessoas, sendo 31,8 milhões domiciliadas em áreas rurais e 137,7 milhões em áreas urbanas. Daquele total, 83,5 eram homens e 86,2 milhões mulheres (IBGE, 2000).

A promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988 (CF/88), que marcou o processo de redemocratização no Brasil, foi saudada como um marco democrático, sendo carinhosamente apelidada de "Constituição Cidadã" por Ulisses Guimarães, então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, instituída em 1987. Reconhecida como uma das mais

modernas, complexas e extensas do mundo, a CF/88 conferiu especial proteção aos direitos humanos, à família, ao meio ambiente, à cultura, educação, saúde e, de maneira inédita, à ciência e tecnologia (STF, *online*).

Os avanços na seara dos direitos e garantias foram grandiosos, mas a alimentação, não constava da redação original do artigo 6º, em cujo rol de direitos sociais se encontravam a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Isto quando o Brasil já era signatário de uma série de acordos internacionais sobre direito à alimentação. Não obstante a ausência de sua previsão no documento constituinte, o direito humano à alimentação defluía, sem dificuldades, do próprio sistema jurídico instituído, tamanha a carga eficacial dos princípios, dos direitos e garantias fundamentais nele previstos. Não havia desculpas fundadas em vazio normativo.

A responsabilidade estatal pela segurança alimentar já advinha de dispositivos constitucionais dispersos no texto, tais como os artigos 1º, inciso III, 3º, 5º, inciso I, 7º, inciso IV, 23, inciso X, 196, 203, VI, 208, inciso VII, 212, § 4º e 227. A dignidade da pessoa humana constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III, da CF/88.

Constituem objetivos da República Federativa do Brasil, construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3º da CF/88).

No título dos Direitos e Garantias Fundamentais, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantida a inviolabilidade do direito à vida e à liberdade, sem tratamento desumano ou degradante (artigo 5º, inciso I, da CF/88).

Em outros artigos, o constituinte tratou a alimentação como uma necessidade vital básica, que deve ser assegurada a partir de um conjunto de medidas de competência comum dos entes federativos, como forma de garantia da saúde, inclusive, e por meio de programas suplementares na educação básica pública, com prioridade absoluta em se tratando de crianças e adolescentes (artigos 7º, inciso IV; 196; 208, inciso VII; 212, § 4º; 227).

A assistência social, nos termos do artigo 203, inciso VI, da CF/88, será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem entre seus objetivos, a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. A mesma fonte legal estabelece como competência comum dos entes

federativos, entre outras, combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos (artigo 23, inciso X, CF/88). Isto quer dizer que todos os governos, nos três níveis, devem atuar no combate à pobreza e à pobreza extrema, da fome, por derradeiro.

Além desses, o artigo 170, inciso VII (garantia de existência digna a todos, observados conforme os ditames da justiça social, observados princípios como a redução das desigualdades regionais e sociais, como fundamentos da ordem econômica); o artigo 182 (o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantia do bem-estar de seus habitantes como objetivos da política de desenvolvimento urbano); o artigo 193 (ordem social baseada no primado do trabalho, no objetivo de bem-estar e justiça sociais, e no exercício estatal da função de planejamento das políticas sociais); e o artigo 203, inciso VI (redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza é um dos objetivos da assistência social).

A ordem econômica, embora fundada na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados princípios como a redução das desigualdades regionais e sociais (artigo 170, inciso VII, CF/88). A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (artigo 182 da CF/88). A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais (artigo 193 da CF/88). A redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza é um dos objetivos da assistência social, nos termos do artigo 203, inciso VI, da CF/88.

Disso se extrai que o projeto normativo idealizado pelo legislador constituinte não tem espaço para o exercício arbitrário do interesse privado, mas legítimo apenas quando fundado no propósito social.

Verifica-se que a CF/88 reposicionou o sujeito para o centro de gravidade normativa. Retirou a propriedade e inseriu a pessoa no lugar de destaque no ordenamento jurídico. A nova ordem constitucional humanizou o direito e atribuiu ao ser humano seu direito de ter uma vida digna (Tarrega, 2010). A topologia da pessoa humana faz com que tudo gire em torno dela, em favor dela e sem a qual não é possível ir contra. E mais: a CF/88 agasalha os direitos das minorias mais vulneráveis, especialmente as hipossuficientes do ponto de vista econômico.

Vislumbra-se, portanto, que naquela época, o Estado já detinha o dever de garantir a alimentação a quem dela necessitava, por meio da criação e implementação de políticas públicas sociais setoriais. Não deveria ser preciso esperar essa previsão legal expor o óbvio, uma vez que o alimento é uma necessidade basilar de todo indivíduo. A falta de previsão formal desse direito não impedia sua concretização, por intermédio de uma adequada hermenêutica constitucional. Até porque o direito já havia superado o apego irrestrito e avalorativo do próprio texto frio da lei.

A previsão da alimentação como um direito somente passou a constar do seu texto anos mais tarde.

A adesão do Brasil ao DESC foi oficializada em 24 de janeiro de 1992, tornando-se efetiva em abril do mesmo ano. Os parágrafos 1º e 2º do artigo 11 destacam o reconhecimento do direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si e sua família, incluindo a alimentação, o direito a uma melhoria contínua das condições de vida e o direito fundamental de estar protegido contra a fome (Brasil, 1992).

Esse compromisso internacional sublinha a importância atribuída aos direitos econômicos, sociais e culturais, refletindo uma busca por condições de vida dignas e a garantia de acesso à alimentação básica. A integração desses princípios na legislação nacional destaca a evolução do país em sua busca por padrões mais elevados de justiça social e respeito aos direitos fundamentais.

A hiperinflação, uma herança deixada pela ditadura militar para os governos da fase da redemocratização[91] brasileira se tornou uma tarefa de contenção quase impossível. O país se fartava com a redemocratização, mas o processo se deu enlameado pela crise econômica. Na busca por sua estabilização, foram elaborados e implementados inúmeros planos econômicos, em quaisquer das empreitadas que se aventurou por meio dos Planos "Cruzado" e "Cruzado II", "Bresser", "Feijão com Arroz" e "Verão" ao longo dos anos de 1986 e 1989 (Bresser, 1998).

Apesar de sucessos iniciais, os planos econômicos frequentemente resultaram em aumento posterior da inflação, escassez de produtos e especulação empresarial, impactando negativamente o consumo e gerando desafios econômicos persistentes (Garschagen, 2022).

No começo pareciam bem-sucedidos. Houve uma redução drástica da inflação. Mas depois do reajuste salarial, a ideia do congelamento dos preços levou o povo ao fundo do poço. O consumo acelerado levou à escassez dos produtos e a uma onda de especulação do

[91] De 15/3/1985 a 15/3/1990, José Sarney; desta data até 29/12/1992, Fernando Collor de Melo; até 1º/1/1995, Itamar Franco; e com chave de ouro Fernando Henrique Cardoso em 1º/1/2003 (FONTE).

empresariado. A fila se tornou uma instituição nacional. Mais adiante na história, os brasileiros ainda seriam vítimas de outros planos econômicos malsucedidos (Garschagen, 2022).

Em 1986, os Cruzeiros são substituídos pelos Cruzados e vigorou até sua substituição em 1989 pelos Cruzados Novos. Aqueles foram restabelecidos em 1990 e vigoraram até 1993 (Moedas do Brasil, *online*).

O congelamento de preços e salários, aliado ao confisco, tornaram-se marcos importantes na história brasileira. A inflação entre 1985 e 1990 atingiu níveis alarmantes, comparativamente ao governo anterior, gerando consideráveis desafios econômicos e sociais. O Brasil enfrentou os impactos negativos de uma série de planos de estabilização econômica, destacando-se o Plano Collor 1 e 2, e culminando na via-crúcis do Plano Marcílio no ano seguinte (Bresser, 1998). O Plano Brasil Novo, implementado em 16 de março de 1990, também conhecido como Plano Collor, foi mais do que uma mera mudança de moeda de cruzado novo para cruzeiro; ele envolveu o bloqueio dos valores poupados pelos brasileiros por dezoito meses. Na justificativa, o governo alegou a incapacidade de conter a inflação, apresentando a medida como a única alternativa viável.

De acordo com estimativas da época, o confisco atingiu cerca de 100 bilhões de dólares, representando aproximadamente 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do período. Este episódio foi o estopim para o caos econômico, resultando em falências de empresas, perda de empregos para muitos trabalhadores e até mesmo perdas humanas. Infelizmente, os efeitos em prol do combate à inflação foram temporários, visto que ela retornou de forma impiedosa e resplandecente posteriormente. Apesar da controvérsia e dos impactos negativos do Plano Collor, é importante reconhecer que o presidente Collor adotou medidas significativas para o país. Entre elas, destacam-se privatizações, a eliminação de monopólios estatais e a abertura do mercado nacional à concorrência internacional (Garschagen, 2022).

Embora tenha sido criticado por suas políticas intervencionistas, sua administração contribuiu para transformações estruturais na economia brasileira. A desregulamentação do mercado, em resposta aos problemas de abastecimento, foi adotada na esperança de que o crescimento econômico proporcionasse renda e emancipação às famílias pobres. No entanto, a hiperinflação herdada da ditadura militar trouxe desafios consideráveis para os governos da redemocratização.

O contexto da época evidenciou a complexidade e interconexão entre os aspectos jurídicos e econômicos, destacando a importância da Constituição de 1988 na busca por equidade e justiça social no Brasil. Ao longo da história, de fato, nota-se que as classes menos

privilegiadas sempre estiveram excluídas do processo político-econômico e nem sequer foram incluídas em pautas de governos, a não ser para fins eleitoreiros. Como falar em democracia sem participação ou participação restrita, quando a liberdade do exercício do sufrágio universal é comprometida por vulnerabilidades graves.

Durante o governo de Itamar, "a inflação atingiu 2.567,46%, a mais alta da história brasileira, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas" (Garschagen, 2020).

Em 1993, o país passa a ter como moeda nacional o Cruzeiro Real, que vigorou até sua substituição no ano seguinte pelo Real, a qual permanece até o momento (Moedas do Brasil, *online*).

A Unidade Real de Valor, nova moeda do país nasceu no dia 1º de julho de 1994. Em março, a inflação acumulada era de 5.153%. Poucos dias em vigor da moeda, houve queda significativa da inflação. Em setembro do mesmo ano, a inflação já era de 1% (Garschagen, 2020).

A estabilização econômica pôde, finalmente, ser garantida com o Plano Real, que criou um arcabouço fiscal e financeiro de controle de metas de inflação e de contas públicas. A troca de cruzeiro para real assegurou ao país uma certa confiança na moeda, o que atraiu investimentos externos.

FHC aprofundou as reformas e privatizações iniciadas por Collor e repudiadas por Itamar. Reduziu gastos públicos e promoveu o aumento da arrecadação tributária com mais empresas privadas. O Estado intervinha para impor limites e regular o mercado, com parcimônia, mas, paralelamente, implementava políticas públicas sociais. Retomou-se a ideia de "Estado Mínimo", sob a perspectiva de que as políticas públicas sociais perdem força em detrimento da competitividade e da autorregulação de atividades econômicas.

Segundo os relatórios de execução financeira do Tesouro Nacional, o final de 1995 apresentou resultado fiscal negativo, acumulando déficit ao longo do ano. Diferentemente ocorreu nos anos seguintes até o final do mandato, com superávit primário, resultados do esforço fiscal e aumento na arrecadação e redução das despesas. Além disso, observou-se o aumento do PIB.

As crises internacionais ocorridas durante seus primeiros dois mandatos e sua política restritiva resultaram o aumento de impostos, elevação das taxas de juros, redução do crescimento econômico e aumento do desemprego. Muitas empresas faliram, bancos, inclusive. Duramente criticado, criou programa para auxiliar banqueiro com dinheiro público (GARSCHAGEN, 2020).

A limitação e dificuldades no acesso ao alimento, a capacidade de produção agrícola e a acessibilidade física e econômica ao próprio alimento figuram como preocupações do Estado brasileiro entre as décadas de 1930 e 1980. Nos anos de 1990, os debates voltam-se para a qualidade do alimento no âmbito nutricional.

No século XX, passou a vigorar o suposto consenso de que o mercado (e não o Estado) era a solução para o desenvolvimento, sob a alegação de que a atividade econômica desregulada seria mais eficiente. Havia ainda o pensamento de que as forças do mercado conduziriam os interesses ao equilíbrio. Foi o fim do Estado social e o começo do Estado mínimo. Depois da crise financeira de 2008, essa convicção foi jogada na lona. A promessa de equilíbrio entre os interesses públicos e privados se transformou em uma grande farsa. Retorna-se a necessidade de regulação pública da economia (Ehrhardt Jr; Lobo, 2021).

A partir da segunda metade da década de 1980, os programas de combate à fome no Brasil passaram por uma transformação significativa, tornando-se mais participativos, descentralizados, segmentados e com maior controle social. As prioridades sociais a partir de 1986 incorporam novas categorias discursivas oficiais como a igualdade de direitos, cidadania e erradicação da pobreza. Entre 1987 e 1989, a importância disso se dilui em função dos sucessivos planos de estabilização econômica (Vasconcelos, 2005).

Apenas em 1985 que o objetivo de a segurança alimentar se transformar em proposta política contra a fome, com um certo atraso se comparados a atuação internacional (Rocha; Burlandy; Magalhães, 2013).

Nos primeiros anos do governo democrático, a questão social foi deixada em segundo plano. A ordem do dia era a contenção da inflação. Desde o início dos anos de 1990, segundo Lecionam Belik, Silva e Takagi (2003, p. 13): "(...) os problemas de abastecimento passaram a ser combatidos, supostamente, mediante a desregulamentação do mercado, na esperança de que o crescimento econômico pudesse proporcionar renda, emancipando as famílias pobres e fazendo que alcançassem a cidadania". Naquela década, o governo brasileiro, ao buscar supostamente controlar as desigualdades sociais, tomou uma medida controversa ao nomear um representante da Associação Brasileira da Indústria de Nutrição para presidir o INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição). Essa decisão conferiu poderes para substituir gêneros alimentícios básicos por produtos industrializados, em detrimento de uma política nacional de alimentação e nutrição adequada e eficaz. Essa escolha, ao atender aos interesses do mercado de alimentos, gerou falsas expectativas quanto ao controle das desigualdades sociais.

Nesse contexto, diversas políticas públicas foram interrompidas, incluindo aquelas voltadas ao combate à fome que estavam em vigor desde o período do regime militar. NeTe cenário, o enfraquecimento das políticas públicas acelerou a pobreza no país, contribuindo para o aumento da fome nas camadas mais vulneráveis da população. A década de 1990 testemunhou a centralidade do conceito de pobreza nos debates de organismos internacionais, organizações não governamentais e sociedade civil. A preocupação com o crescimento econômico dissociado do desenvolvimento social passou a ser discutida, levando a uma mobilização significativa contra a fome. Essa evolução envolveu uma transição de simples distribuição de alimentos para a implementação de transferências de renda em dinheiro, além de parcerias com a sociedade civil organizada. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram criados diversos programas, como o bolsa-escola, bolsa-renda, bolsa-alimentação, auxílio-gás, além do estabelecimento do salário mínimo para idosos e deficientes, e o programa de erradicação do trabalho infantil (Garschagen, 2020).

Houve no período 1990-1992, fase de tentativa de estabilização econômica, modernização do Estado e da economia, uma brutal redução dos recursos financeiros, esvaziamento e/ou extinção dos programas de alimentação e nutrição (Vasconcelos, 2005).

No início de 1995, FHC extingue o CONSEA, acabando com a parceria com a Ação da Cidadania. Cria o Programa Comunidade Solidária e o conselho respectivo, voltando as ações para a mobilização e promoção de parcerias entre os segmentos sociais. No primeiro governo, verificou-se a continuidade dos programas de alimentação e nutrição até então existentes. O de novo ou a extinção do INAN em 1997. No segundo governo, aprovou a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, e a criação do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde (Bolsa Alimentação). Nos anos de 1999 a 2000, houve reduzida atuação do Programa Comunidade Solidária, mas a multiplicação de programas vinculados à área da saúde (Vasconcelos, 2005).

FHC enfatiza programas de renda mínima para o combate à pobreza, cria o CadÚnico dos programas sociais do governo federal e de um cadastro único das famílias em situação de pobreza. Embora questões de gênero fossem amplamente discutidas, apenas dois programas destinavam-se especificamente às mulheres, nos âmbitos dos Ministérios da Justiça e da Saúde (Rocha; Burlandy; Magalhães, 2013).

O movimento social Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderado por Herbert José de Souza, conhecido como Betinho, e lançado oficialmente em 8 de março de 1993, tentou sensibilizar e mobilizar a sociedade para mudanças capazes de acabar com a miséria e a fome. Dez dias depois, o presidente Itamar Franco assumiu o compromisso de

implantar a Política Nacional de Segurança Alimentar. Em abril, foram lançados o Plano de Combate à Fome e à Miséria e a proposta de constituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). No mesmo mês, o Conselho foi instituído. A partir de então, houve uma significativa parceria entre governo e sociedade, marcada pela Ação da Cidadania e o CONSEA, culminando em numerosas ações. Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição realizada em 1989 informou a redução de doenças vinculadas à miséria e à fome (Vasconcelos, 2005).

As mulheres superaram os homens, aumentando a taxa de alfabetização. A majoração ocorreu a partir de 1991, revertendo o hiato de gênero. A diferença permaneceu nos censos posteriores. O processo no sistema educacional para as mulheres foi lento. Primeiro as mulheres passaram a ser maioria no nível primário de ensino e, em seguida, atingiram a maioria no nível secundário. Para o Programa Fome Zero, em 1999 havia 44 milhões de pessoas na pobreza extrema ou indigência, correspondendo a 27,7% da população total do país (Velloso; Albuquerque, 2004).

Por intermédio de intervenções abrangentes, o programa procurou focalizar os mais pobres dentre os pobres, privilegiando municípios com realidades sociais mais críticas.

Os esforços na área social apresentaram resultados notáveis nos primeiros anos do novo milênio, conforme indicações do *World Income Lab* (WIL, 2022). No início dos anos 2000, a desigualdade de renda foi reduzida no Brasil, resultando na saída de milhões de brasileiros da linha da pobreza (LDM, 2022).

Em 2000, a população brasileira atingiu 169,7 milhões de pessoas. Apenas 31,8 milhões residiam em áreas rurais. Comparativamente com 1991, o Brasil tinha 81,25% dos brasileiros vivendo nas cidades. Naquela época, havia um Brasil composto por 86,2 milhões de mulheres, das quais 11,1 milhões eram responsáveis pelos domicílios, correspondendo a 12,9%. Para cada 100 mulheres havia no Brasil 96,3 homens (IBGE, 2000).

Quanto à taxa de investimentos públicos, verificou-se uma fase de contração no período de 1999-2005 (IPEA, 1990).

No tocante à alfabetização, verificou-se que um aumento da porcentagem de 1991 (80,3%) para 2000 (87,2%). Em 1991, houve uma pequena diferença entre os gêneros, 80% homens e 80,6% mulheres. Em 2000, a melhora alojou-se para as mulheres, 87,5% contra 86,8% no caso dos homens. Não obstante, o número de analfabetas permanece alto, 17,6 milhões de pessoas de 10 a 14 anos (IBGE, 2000)

Com a LDB de 1961, as mulheres tiveram melhores oportunidades de entrar no ensino superior. Até o final da década de 1960, representavam apenas 1/4 das pessoas com educação

superior. Em 1991 alcançam a paridade. Mas em 2000 a história se inverteu e as mulheres superaram no ensino superior (IBGE, 2010).

Entre 1999 e 2014, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) registrou uma gradual redução nos índices de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil. Essa trajetória positiva culminou com a retirada do Brasil do Mapa da Fome em 2014. O relatório "The State of Food Insecurity in the World" destacou que, de 2002 a 2013, o percentual da população subalimentada diminuiu para 82%, e de 1990 a 2014, para 84,7%, reflexo das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da pobreza e miséria, beneficiando mais de 14 milhões de famílias (FAO, 2014). Entretanto, é importante notar que, a partir desse período, a curva dessa conquista social começou a apresentar um aumento preocupante.

3.3.2.2.5 Marco governamental 5: o Brasil no Mapa da Fome da ONU (2003-2016)

Neste tópico, o perfil governamental ligado à *implementação e ampliação de políticas públicas sociais* faz parte da atuação de Luiz Inácio Lula da Silva durante os seus mandatos eletivos (1º/1/2003 a 1º/1/2011) e de sua sucessora Dilma Rousseff até 31 de agosto de 2016 (Só História, *online*).

Em 2010, o Brasil tinha 190,7 milhões de pessoas, sendo 29,8 milhões domiciliadas em áreas rurais e 160,9 milhões em áreas urbanas. Daquele total, 93,4 milhões era homens e 97,3 mulheres (IBGE, 2010). Dilma Rousseff foi empossada em 1º de janeiro de 2011 para cumprir um mandato até os mesmos dia e mês de 2015. Depois disso, realizada nova eleição, Dilma conseguiu se reeleger para encerrar seu governo em 2019.

O período está sob a égide da CF/88, mas o texto já havia sido alterada em cinquenta e três oportunidades até julho de 2016. Antes da Emenda Constitucional nº 064 ser publicada em 5 de fevereiro de 2010, conhecida como PEC da Alimentação, o direito à alimentação não constava expressamente da CF/88. Desde então, encontra-se expresso no artigo 6º da CF/88 como um direito social, ao lado da educação, da saúde, do trabalho, da moradia, do lazer, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância, da assistência aos desamparados. Foi uma conquista proporcionada pelo legislador reformador, com o objetivo de impor responsabilidade ao Estado para a efetivação da alimentação adequada, em quantidade e qualidade. Três anos depois é editada a LOSAN, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

O direito é de uma alimentação adequada, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, que garantem a SAN e o próprio direito à vida, que é um direito civil reconhecido

internacionalmente e pela maioria das constituições nacionais pelo mundo. Consta da justificativa da PEC da Alimentação a definição do que seja SAN, vejamos:

> É a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Três anos depois é editada a LOSAN, o marco legal para a SAN no Brasil (Brasil, 2006). Em 25 de agosto de 2010, a referida lei é regulamentada pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, sendo instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, (Brasil, 2010). O 1º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional abarcaria os anos de 2012-2015 (MDS, 2015).

A definição de alimentação adequada encontra-se estampada no artigo 2º da LOSAN: "direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal".

A LOSAN foi responsável pela criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e pelo estabelecimento das definições, dos princípios, das diretrizes, dos objetivos respectivos e de sua composição, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, "**formulará e implementará** políticas, planos, programas e ações" para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (artigos 1º e 2º, grifo nosso).

O SISAN se propõe a construir um conjunto de mecanismos para, a partir da conjugação dos verbos, garantir o alimento de forma igualitária a todos que dele precisam.

A forma nominal dos verbos contidos na redação do artigo inaugural denota clara intenção do legislador ordinário de exigir a movimentação da máquina estatal. Tem notória carga imperativa. Neste sentido, não há margem para discricionariedades administrativas no sentido de um fazer ou não fazer. Ao contrário, o dever de agir constitui o núcleo da atuação estatal no âmbito do SISAN.

Extrai-se da leitura acurada e conjugada dos artigos 2º e 3º da LOSAN, que as políticas, os planos, os programas e as ações estatais devem levar em conta as dimensões econômicas, sociais, ambientais, regionais e culturais. Embora apareça em artigo diverso, mais vinculada ao estímulo de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis, é inegável que a diversidade étnica e racial e cultural da população sirvam de norte para o Estado (artigo 4º, inciso IV).

A par disso, incumbe ao poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização deste direito, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade (artigo 2º, §2º, da LOSAN).

Consta da lei outra definição igualmente relevante. De acordo com o artigo 3º, segurança alimentar e nutricional consiste na:

> realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Verifica-se que a LOSAN delimita a abrangência da segurança alimentar e nutricional, a qual se destacam a ampliação das condições de acesso aos alimentos, por meio da produção, especialmente da agricultura tradicional e familiar, da distribuição de alimentos, e medidas de geração de emprego e da redistribuição de renda; e a promoção da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social (artigo 4º, incisos I e III).

No plano internacional, a segurança alimentar advém da garantia do conjunto de todos os pacotes de mercadorias sobre os quais uma pessoa pode estabelecer o comando, tendo em conta as disposições legais, políticas, econômicas e sociais da comunidade em que vive, incluindo direitos tradicionais, como o acesso a recursos comuns. De forma sustentável e sem interferir no gozo de outros direitos, a segurança alimentar depende dos fatores de disponibilidade e estabilidade dos alimentos e sua acessibilidade (FAO, 2009).

É importante lembrar que Lula colheu os frutos de 15 anos de difícil mobilização nacional para a estabilização macroeconômica (Abreu, 2014). Durante o primeiro mandato de Lula, houve o registro de superávit no final de 2004, retomada do crescimento econômico e do emprego. Houve aumento do PIB mesmo diante de aumentos com gastos na saúde, defesa, educação, transportes e desenvolvimento agrário.

Em relação à taxa de investimentos públicos, verificou-se uma fase de ascensão no quinquênio de 2006-2010 e, na sequência, uma fase descendente em 2011-2015, após ter apresentado tendência de declínio ou mesmo estagnação desde meados da década de 1990 (IPEA, 1990).

O final de 2005 registrou déficit primário e aumento do valor de transferências para subnacionais, comparativamente com o ano de 2004. O ano seguinte apresentou superávit primário. Houve aumento de despesas com custeio e capital e despesas com pessoal e encargos

sociais. As receitas cresceram, acima da arrecadação do ano anterior. Em dezembro de 2007, o governo teve déficit primário, mas as receitas continuaram crescendo. A arrecadação cresceu pelo aumento do nível da atividade econômico, pela evolução dos preços e da massa salarial e tendo em vista medidas administrativas de recuperação de créditos. Os resultados primários dos finais dos anos do segundo mandato foram superavitários.

Tanto o seu governo quando de sua sucessora foram marcados por escândalos de corrupções. No final de 2011, o resultado primário foi de superávit. O mesmo ocorreu nos anos seguintes, havendo crescimento da arrecadação tributária. No final de 2015 experimentou um déficit alto, em razão do aumento das despesas totais, notadamente com subsídios, subvenções e outras despesas de custeio e capital. Em termos reais, as despesas apresentaram um aumento de 55,9%. O ano seguinte também foi deficitário. A evolução negativa do resultado primário é explicada pelo aumento na despesa total e redução na receita líquida.

Com sua própria cota de escândalos, o governo de Dilma, assim como o de Lula, envolveu denúncias de corrupções e de favorecimento de empresários no BNDS e de aliados. A par disso, o uso da Petrobrás para controlar a inflação, mediante o controle artificial de preços. Fez o mesmo em relação à energia elétrica, mas os resultados foram os piores possíveis (Garschagen, 2020). Alguns indicadores concluem que entre 2003 e 2012, o Brasil melhorou. Entretanto, a ciência também é democrática e cá usamos conclusões diametralmente opostas e que intitulam o período como “a década perdida”.

Nos governos em tela houve significativa ampliação nos investimentos, nas áreas da educação, moradia e no combate à pobreza e à fome, em prol do fortalecimento de parcelas socialmente e economicamente desfavorecidas, tais como mulheres, negras/os, indígenas e quilombolas (Mattioli; Araújo, 2020).

Lula saiu vitorioso nas urnas, baseando sua campanha no combate à fome. O Programa Fome Zero foi lançado em janeiro de 2003. O novo presidente se comprometeu a finalizar o mandato com todos os brasileiros podendo tomar café da manhã, almoçar e jantar. Foi a reinserção do pacto social contra a fome como prioridades na agenda política para os quatro anos. O CONSEA volta a funcionar (Vasconcelos, 2005).

Houve a consolidação de programas inicialmente desenvolvidos durante o governo FHC, ampliando significativamente seu financiamento. Iniciativas sociais, como o Bolsa Família, instituído em 2003, tornaram-se estratégicas para os políticos, não apenas por representarem uma parcela relativamente pequena do PIB, mas também por servirem como suporte para a justificativa de aumentos fiscais, como observado em 2011. Ao término de seu

segundo mandato, Lula impôs à sociedade uma carga tributária bruta total de 35,3% do PIB, superando a marca de 32,3% registrada em 2002 (Garschagen, 2020).

Lula conferiu aos programas sociais perspectiva de gênero, direcionando ações emergenciais e específicas para mulheres. Um bom exemplo disso foi o Programa Fome Zero, com propostas de transferência de renda, preferencialmente a mulheres, embora não veiculasse a priorização dela à condição de mãe como fez FHC.

O governo de Dilma Rousseff estabeleceu como meta a erradicação da pobreza extrema até o término de seu mandato, por meio do Programa Brasil Sem Miséria, criado em 2011 e vinculado ao Programa Bolsa Família. Em 2010, cerca de 16 milhões de brasileiros viviam abaixo da linha de pobreza extrema, com renda familiar *per capita* inferior a R$70,00 mensais (Vieira, 2015).

No período de 2003-2004, a segurança alimentar no país atingiu 64,8%. Os níveis de insegurança formam de 13,7%, com 12% e 9,5% nos níveis leves, moderado e grave, respectivamente. Nos anos 2008-2009, observou-se um aumento da segurança alimentar para 69,9%, alterando-se os índices de insegurança para 15,8%, com 8% e 6,6%, conforme dados do IBGE/PNAD (2004-2009).

Em 2008, segundo o PNUD, o Brasil alcançou a meta de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, diminuindo de 25,6% da população em 1990 para 4,8% em 2008 (Vieira, 2015).

Entre 2004 e 2013, a atuação estatal obteve êxito no combate à pobreza e à fome no país (IBGE/PNAD 2004, 2009 e 2013). Em 2013, a segurança alimentar foi representada por 77,1%, havendo insegurança leve de 12,6%, moderada de 6,1% e grave em 4,2%, conforme dados do IBGE/PNAD. Houve uma redução geral da insegurança alimentar de 4,2%, a mais baixa até então, quando o registro era de 9,5% (2013-2014).

O Brasil conquistou um marco significativo em 2014 ao sair do Mapa da Fome da ONU, resultado do acumulado de políticas públicas implementadas ao longo dos anos de (preencher com os anos correspondentes). No entanto, lamentavelmente, essa conquista foi temporária, e o país voltou a figurar no Mapa da Fome em 2018. No período de 2013-2014, a insegurança alimentar no Brasil registrava um índice de 12,6%, sendo 6,1% e 4,2% nos níveis moderado e grave, respectivamente, de acordo com dados do IBGE/PNAD (2014). Esses números refletem os desafios persistentes na garantia da segurança alimentar no país.

O feito justificou a retirada do Brasil sai do Mapa da Fome da ONU, graças ao acúmulo de políticas públicas ao longo dos anos desde a década de 1990. Entretanto, de 2014 para frente, o direito humano à alimentação adequada deixou de ser garantido, havendo um

progressivo retrocesso. A POF 207-2018 anunciou em letras garrafais esse movimento negativo da insegurança alimentar no país.

A taxa de alfabetização subiu muito na segunda metade do século XX e chegou a mais de 90% em 2010. O nível de analfabetismo para a população de 5 anos ou mais de idade ficou abaixo de 10% no período (Cavenaghi; Alves, 2018).

Entre 2001 e 2015, verificou-se uma melhora na renda familiar per capita de mulheres chefes de família. Naquele ano, 31,1% delas tinham renda per capita abaixo de meio salário mínimo. Em 2015, os números passaram para 25,9 (Cavernaghi; Alves, 2018).

3.3.2.2.6 Marco governamental 6: agudização da fome e o desmonte de políticas públicas setoriais (2016-2022)

Compõem o marco governamental de 2016 a 2022: Michel Temer (31/8/2016 a 1º/1/2019) e Jair Messias Bolsonaro (1º/1/2019 a 1º/1/2023). Salienta-se que o exame dos aspectos específicos deste último governo limitou-se a 31 de dezembro de 2022, em razão do recorte temporal deste trabalho (Só História, *online*)

No tópico, o perfil governamental liga-se ao controle de gastos públicos e redução de políticas públicas.

Michel Miguel Elias Temer é o 37º presidente do Brasil, que assume o comando do país após o registro de mais um *impeachment* na história brasileira. Ele era o vice de Dilma. A marca de seu governo é a retomada uma política neoliberal, com ferrenho controle dos gastos públicos e imposição de regimes fiscais para o combate à inflação.

Com a mudança de governo, surge a extrema direita política no Brasil, personificada por Jair Messias Bolsonaro, que ocupou o cargo de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022. Bolsonaro assumiu o Brasil com uma população de milhões de habitantes, sendo composta por mulheres e homens, incluindo uma população branca, preta e parda, sendo a maioria residindo em áreas urbanas (IBGE, 2022).

No início de 2019, Jair Messias Bolsonaro assumiu a presidência e marcou seu governo com o desmantelamento de importantes políticas sociais e estruturas institucionais, extinguindo conselhos relevantes, como o CONSEA (Bastos, 2021). Embora tenha garantido o auxílio emergencial em 2020 e 2021 para famílias vulneráveis durante a crise sanitária, o governo federal não demonstrou preocupação efetiva com a situação de fome no país.

Um exemplo ilustrativo que respalda essa afirmação foi a concessão do auxílio emergencial durante a crise epidemiológica causada pelo novo coronavírus, beneficiando mais

de milhões de brasileiros. O Ministério da Economia tentou resistir à implementação do benefício, mas a oposição política no Congresso Nacional conseguiu assegurar sua aprovação.

Em meio a um ambiente de sofrimento e luto, a pressão sobre os sistemas públicos de saúde e assistência social, combinada com a falta de coordenação do governo federal, levou os entes federativos a adotarem medidas divergentes e independentes. A desestabilização da economia, com o fechamento de empresas e milhões de brasileiros desempregados, resultou em condições financeiras precárias para muitos manterem suas famílias com dignidade.

Pressionado pelas circunstâncias, o presidente Jair Bolsonaro não teve alternativa senão destinar recursos federais para o combate à pandemia da COVID-19.

De recursos federais foram destinados e pagos ao combate da pandemia da covid-19 o valor total de 524 bilhões, equivalente a 15,83% dos gastos públicos nos anos de 2020. Daquele valor, 231,1 bilhões foram para o auxílio emergencial. O valor total destinado ao MDS foi de 295,9 bilhões, o equivalente a 56,48% dos recursos federais. O restante foi para o MS e Ministério da Fazenda. A área de atuação da assistência social recebeu 229,9 bilhões (CGU, 2020).

Em 2021, foram destinados e pagos ao combate da pandemia da covid-19 102,49 bilhões, equivalente a 2,80% dos gastos públicos no ano. Do valor, 60,7 bilhões foram para o auxílio emergencial. Destinaram-se para o MDS 60,4 bilhões, ou seja, 58,94% dos recursos federais. O restante foi para o MS e Ministério da Fazenda. A área de atuação da assistência social auferiu 59,6 bilhões (CGU, 2021).

A transferência de renda direta e temporária para desempregados e trabalhadores autônomos e informais foi criada em 2020, garantindo-lhes o valor de R$600,00 mensais. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado por Lula em 2003 e que retirou milhões de pessoas da pobreza extrema, foi revogado em dezembro de 2021 por Bolsonaro, sendo substituído pelo programa Auxílio Brasil.

A Brasil permanecia sob regência da CF/88, mas o texto sofreria impactos pelo exercício do legislador reformador, com grande repercussão negativa na área social. A aprovação do "teto de gastos", por meio da EC n. 95, de 15 de dezembro de 2016, instituiu um novo regime fiscal, impondo uma série de restrições para o aumento de despesas primária públicas para os exercícios de 2016 a 2036[92].

[92] Art. 1º "O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescidos dos seguintes arts. 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113 e 114: "Art. 106. Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos arts. 107 a 114 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias " (grifo original)

De 31 de março de 1992, quando foi emendada pela primeira vez, até dezembro de 2022, a CF/88, que permanece vigente até a defesa desta dissertação (26/9/2023), sofreu modificações em seu texto, após cento e vinte e nove emendas constitucionais regulares; e no período de 1º de março a 7 de junho de 1994, seis emendas constitucionais de revisão em 1994. Quanto a atos decorrentes do disposto no § 3º do artigo 5º da CF/88, foram seis decretos aprovando e/ou promulgando tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, firmados nos anos de 2007 e 2013 (Planalto, 2023).

Nos termos do § 3º do artigo 5º da CF/88, em 18 de fevereiro de 2021 houve a aprovação do texto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala, por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 5 de junho de 2013. Em 10 de janeiro de 2022, foi promulgada a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmada pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013 (Planalto, 2023).

A primeira e principal medida foi obter a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 241, que congelou o orçamento dos investimentos públicos por vinte anos, excetuados os *reajustes* de acordo com a inflação. Assim, limitou o crescimento das despesas públicas ao teto já estabelecido em 2016. Isso impactou de forma prejudicial no orçamento voltado para políticas públicas.

A análise dos indicadores econômicos revela um padrão interessante nos primeiros anos do governo. No início do mandato, houve uma queda na produção de riquezas, refletida em uma variação negativa no PIB. No entanto, nos dois anos subsequentes, observou-se uma recuperação notável. Durante os dois primeiros anos de governo, as principais ênfases foram na recuperação da economia e no equilíbrio das contas públicas. Foram implementadas ações e medidas direcionadas à redução da inflação e dos juros, objetivando, assim, estimular o crescimento econômico. Essas iniciativas resultaram em uma recuperação efetiva, como evidenciado pelo aumento do PIB, especialmente em 2017, como será demonstrados em figuras constantes do tópicos a seguir.

Os resultados primários do Governo Central nos finais de 2016, 2017 e 2018 refletem a evolução do desempenho fiscal durante o governo de Michel Temer.

Em dezembro de 2016, o resultado primário foi deficitário em R$ 60,1 bilhões. Comparativamente a dezembro de 2015, houve uma diminuição de 14,6% na despesa total e uma queda de 18,4% na receita líquida. As transferências por repartição de receita, influenciadas pela receita com multas referente à repatriação de recursos, foram um fator

significativo. No acumulado de 2015, houve um aumento de R$ 83,7 bilhões (7,2%) na despesa total, parcialmente compensado pelo aumento de R$ 45,0 bilhões (4,3%) na receita líquida.

Em dezembro de 2017, o resultado primário foi deficitário em R$ 21,2 bilhões. Houve uma elevação de 31,0% na receita líquida e uma redução de 8,2% na despesa total. A elevação da receita líquida foi impulsionada pelo bônus de assinatura referente às novas concessões de petróleo e ao aditivo contratual dos aeroportos. O resultado acumulado até dezembro de 2017 mostrou uma melhora significativa em relação a 2016, com um déficit reduzido de R$ 161,3 bilhões para R$ 124,4 bilhões.

Em dezembro de 2018, o resultado primário foi deficitário em R$ 31,8 bilhões. Houve um decréscimo de 11,3% na receita líquida e uma redução de 3,2% na despesa total. As variações foram principalmente justificadas pela receita de concessões em dezembro de 2017, referente ao bônus de assinatura de novas concessões de petróleo e aditivo contratual de aeroportos, que não teve contrapartida em dezembro de 2018, e pela redução na execução de outras despesas obrigatórias e discricionárias.

Esses resultados indicam um cenário dinâmico nas finanças públicas durante o período, com variações significativas na receita e na despesa, refletindo esforços para equilibrar as contas públicas e promover ajustes fiscais.

Quanto aos resultados fiscais do Governo Central nos finais de cada ano, temos os seguintes dados:

- Final de 2019: Um resultado primário deficitário em R$ 14,6 bilhões, com um acréscimo real na receita líquida de R$ 70,6 bilhões (+58,0%), parcialmente compensado pelo aumento de R$ 52,1 bilhões (+33,7%) nas despesas primárias.
- Final de 2020: O resultado primário foi deficitário em R$ 44,1 bilhões, com a receita líquida reduzindo em R$ 69,3 bilhões (-34,5%) e a despesa total diminuindo em R$ 40,5 bilhões (-18,7%).

- Final de 2021: Um resultado primário superavitário em R$ 13,8 bilhões, com um crescimento na receita líquida de R$ 28,4 bilhões (+19,6%) e uma redução na despesa total de R$ 34,0 bilhões (-17,6%).
- Final de 2022: Um resultado primário superavitário em R$ 4,4 bilhões, com uma diminuição da receita líquida em R$ 11,2 bilhões (6,1%) e uma redução da despesa total em R$ 958,1 milhões (0,6%).

Esses indicadores refletem o desempenho fiscal do Governo Central ao longo dos anos mencionados.

Verificou-se no período uma descontinuidade na política de valorização real do salário-mínimo, resultando no achatamento do seu poder aquisitivo para a classe trabalhadora, especialmente em razão dos impactos nos índices de desemprego no país.

O ápice desse fenômeno ocorreu em 2018, último ano do governo Temer, com quase 17% de pessoas desempregadas. Embora tenha havido um recuo com o governo Bolsonaro em 2019, atingindo 11,93%, essa redução não foi tão significativa quanto a observada em 2015, ano em que o país atingiu o pleno emprego, com uma taxa de 6,4%. A série histórica brasileira, a partir dos levantamentos, indica a taxa de desemprego como um indicador crítico da conjuntura econômica.

A economia enfrentava desafios significativos, refletidos nos ganhos reais do salário-mínimo e nos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que foram negativamente impactados pelas medidas de contenção de gastos do governo, notadamente pela Emenda Constitucional nº 95/2016.

Apesar de uma melhoria econômica posterior, essa recuperação ocorreu à custa da redução de políticas sociais relacionadas a emprego, renda e combate à fome. As expectativas de uma mudança nesse cenário não se concretizaram.

Outra reforma controversa atingiu diretamente os trabalhadores, contrariando as promessas feitas. Acordos coletivos entre patrões e empregados resultaram em condições desfavoráveis.

A extinção de ministérios essenciais, como o de Desenvolvimento Agrário, Direitos Humanos e da Mulher, que acumulou conquistas e avanços notáveis, impactou negativamente as políticas públicas sociais. Um exemplo notável foi o Ministério da Mulher, que, com sua atuação especializada, contribuiu para avanços significativos em prol das mulheres. Esses eventos ressaltam um período de transformações e desafios no panorama socioeconômico brasileiro, com consequências diretas sobre o emprego, renda e programas sociais.

Embora tenha havido nas últimas décadas esforços na direção de demandas de mulheres, LGBTI+, negras/os, indígenas, entre outras minorias sociais, o desmonte das políticas no campo tornou-se uma das tônicas do governo bolsonarista (Mattioli; Araújo, 2020).

Em 17 de setembro de 2020, a POF revelou que, de 2017 a 2018, aproximadamente 10,3 milhões de pessoas experimentaram privação severa de alimentos em algum momento no período. Mais de 50% dos domicílios com insegurança alimentar grave eram chefiados por mulheres, enquanto 15,8% desses domicílios tinham como pessoa de referência alguém autodeclarado preto ou pardo (IBGE, 2020).

Contrastando com a série anterior da PNAD realizada entre 2017 e 2018, a mais recente apontou para uma reversão da tendência. A insegurança alimentar retornou aos níveis de 2004 em cerca de 60% dos domicílios, com um aumento significativo na insegurança alimentar grave (IBGE, 2018).

Assim, desde 2004, os resultados da PNAD 2017-2018 e das pesquisas I e II do VIGISAN indicam um aumento da incidência da fome no país.

Segundo a POF de 2017-2018, os índices de segurança alimentar naquele ano eram de 63,3%, insegurança alimentar leve de 20,7%, insegurança alimentar moderada de 10,1% e insegurança alimentar grave de 5,8%.

Esses dados sustentam a argumentação de que a ausência de uma atuação efetiva do Estado na implementação e expansão de políticas em setores considerados essenciais para a sociedade repercute negativamente na produção de riquezas do país. O fechamento ou a redução de postos de trabalho emergem como uma das principais causas da pobreza e, por conseguinte, da insegurança alimentar nas famílias. A diminuição dos investimentos públicos na economia também contribui para esse quadro, levando a ONU a incluir o Brasil novamente no Mapa da Fome em 2015, agravando-se em 2020 devido à pandemia da COVID-19.

Em 2019, foram destinados 89,1 bilhões de reais a benefícios ao cidadão, atendendo a mais de 21 milhões de pessoas (11,05%), conforme informações da Controladoria-Geral da União. No ano seguinte, em 2020, esse montante aumentou significativamente, totalizando 633,3 bilhões de reais, abrangendo mais de 89 milhões de beneficiários (46,82%). Já em 2021, a alocação de recursos para benefícios ao cidadão foi de 157,1 bilhões de reais, beneficiando mais de 74,6 milhões de pessoas (39,24%). No ano subsequente, em 2022, a quantia destinada a benefícios ao cidadão foi de 148,5 bilhões de reais, alcançando mais de 29 milhões de beneficiários (15,31%). Esses dados estão disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal.

O término do primeiro ano do mandato de Bolsonaro marcou o início de um período desafiador. Em 2020, a humanidade se deparou com a inesperada pandemia da covid-19, resultando em perdas de vidas e imprevistos de diversas ordens devido à gravidade e letalidade de um vírus desconhecido até então. Os acontecimentos a partir de 2016, e agora com a pandemia, aprofundaram ainda mais as desigualdades socioeconômicas no país (Rede PENSSAN, 2020).

Dadas as especificidades do próximo tópicos, inverter-se-á a ordem de apresentação dos aspectos específicos do período de 2020-2022, primeiros para abordar as questões que mais interessam na seara social, da insegurança alimentar, inclusive, para, na sequência, adentrar

aos aspectos jurídico-legislativos e econômicos. Antes, porém, calha enfatizar que Bolsonaro ainda governava o Brasil. O término se deu somente em 31 de dezembro de 2022, que coincide com o termo final do recorte temporal deste trabalho.

Pandemia da Covid-19

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu um alerta da China sobre a possível contaminação por um novo coronavírus ainda não identificado em seres humanos. Em 5 de janeiro de 2020, antes da confirmação pelas autoridades chinesas, o primeiro aviso epidemiológico foi divulgado globalmente. Vinte e cinco dias depois, o surto foi declarado como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPIN), o nível mais alto de alerta da OMS, o sexto desde a sua criação em 1948. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada como uma pandemia (OMS, 2020).

No Brasil, a primeira suspeita ocorreu em fevereiro de 2020, com a confirmação em 26 do mesmo mês (SANAR, 2020). A Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) foi declarada aos 3 de fevereiro de 2020, com a previsão legal de uma série de medidas de prevenção, controle e contenção para o enfrentamento da pandemia no Brasil.

O período foi bastante conturbado do ponto de vista político, pois embora o governo federal tivesse o papel de centralizar e harmonizar os esforços das unidades da federação, tal como concebido pelo próprio legislador constitucional que prevê a concretização da cooperação intergovernamental, o que se viu foram desencontros e disputas. O mundo teve que se adaptar, famílias se desestruturaram, face a contaminação, adoecimento, distanciamento e luto de seus membros, milhões de trabalhadores perderam seus empregos e rendas, empresas faliram e o governo se viu obrigado a criar programas de ajudas financeiras para controlar a crise sanitária e socioeconômica (Mattioli; Araújo, 2020).

A atuação estatal de 2020 a 2022 dividiu o Brasil entre aqueles que acreditavam na gravidade da situação epidemiológica e nos que acolhiam o discurso bizarro de Bolsonaro de que a Covid-19 era uma simples "gripezinha"[93].

De 27 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020, o Brasil contava com 210, 1 milhões de habitantes. Desse total, 7,6 milhões casos da doença e 194.949 mil óbitos acumulados. A

[93] "(...) o presidente usou a expressão ao menos duas vezes publicamente. A primeira vez, em uma coletiva de imprensa, no dia 20 de março: 'Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, tá ok?'. Quatro dias depois, voltou a usar o termo em pronunciamento nacional em rádio e TV: 'No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho (...)'" (BBC News Brasil. Duas vezes 'gripezinha'. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536. Acesso em: 30 dez. 2020.

região sudeste, com população de 88,3 milhões, registrou 2,6 milhões de casos e 89.299 mil óbitos. No ano seguinte, de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, os casos subiram para 22,2 milhões e os óbitos para 619.056 mil. A região sudeste seguiu no topo de contaminações (8.6 milhões) e óbitos (294.659 mil). Em 2022, o Brasil teve 36,3 milhões de casos e chegou à marca de 693.853 óbitos. Os casos na região sudeste subiram para 14,4 milhões e 333.333 óbitos. A soma dos dados do início da pandemia até o final de 2022 chegou a 37 milhões de casos e 699.276 óbitos (MS, 2022).

Apesar do crescente número de óbitos e do pedido da Organização Mundial da Saúde para que os países redobrassem o comprometimento com o combate à pandemia, o governo federal manteve-se inerte quanto ao exercício da coordenação técnico-financeira, agindo em sentido oposto às orientações científicas, que já alertavam para o alto índice de contágio, bem como para a letalidade do vírus (Barreto; Pietrafesa; Barbosa, 20221).

Abandonados à própria sorte, estados e municípios tiveram que se desdobrar para dar conta da demanda. Não fosse isso ainda tiveram que recorrer ao STF para exercerem suas autonomias constitucionais para regulamentarem medidas de isolamento social, fechamento de comércio e outras restrições afetas aos seus territórios[94].

A contenção comunitária ou bloqueio, adotados pelas demais unidades federativas, com a suspensão de todas as atividades não essenciais à manutenção da vida e da saúde, e após pressões de diferentes ordens, o governo federal acabou liberando aportes bilionários para o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19)[95], por meio dos quais foi possível dispensar proteção social a pessoas em situação de vulnerabilidade devido à pandemia, prestar auxílio financeiro a Estados e Municípios, assegurar a manutenção dos empregos formais até que a economia retornasse a funcionar dentro de uma normalidade.

O governo federal liberou bilionários aportes para o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, destinando em 2020 um total de 524 bilhões, com redução para 102,4 bilhões em 2021 (CGU, 2022).

Para se ter uma ideia do montante de recursos federais destinados, em 2020 foram 524 bilhões. Em 2021, o valor caiu para 102,4 bilhões. A maior parte do valor foi disponibilizado para o auxílio emergencial de proteção social. Para 2020, um total de 231,1 bilhões, e para 2021, 60,7 bilhões (CGU, 2021).

---

[94] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 6.341** (0088693-70.2020.1.00.0000). Origem: Distrito Federal. Req.: Partido Democrático Trabalhista (PDT). Relator: Min. André Mendonça. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5880765. Acesso em: 5 mai. 2020.

[95] Instituído pela Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 (BRASIL, 2020). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LCP/Lcp173.htm. Acesso em: abr. 2021.

Em complemento aos dados acima, verificou-se que, entre abril de 2020 e dezembro de 2021, beneficiários do CadÚnico não habilitados para o Bolsa Família e beneficiários que solicitaram o Auxílio Emergencial pelo aplicativo[96], receberam a quantia de R$287,3 milhões (MDS, 2021).

Cruzando os dados acima é possível verificar que o auxílio poderia ter beneficiado um maior número de pessoas em vulnerabilidade. No contexto da escassez de políticas públicas e da redução dos investimentos e dos atendimentos setorizados para mulheres empobrecidas, majoritariamente negras e usualmente trabalhadoras informais ou desempregadas, a pandemia vulnerabilizou ainda mais sua situação socioeconômica. Isso fez lembrar, mais uma vez, que a intersecção entre mulheres-raça-classe revela nuances marcantes das desigualdades no país (Mattioli; Aaraújo, 2020).

As mulheres fizeram parte de um dos grupos nativos vulneráveis mais profundamente afetados pela pandemia. Além da costumeira dupla jornada de trabalho, tiveram que conciliá-la a outros cuidados necessários com a prevenção e tratamento da covid-19 (período caótico), de modo a sobrecarregar ainda mais, física e mentalmente, seus afazeres. Elas e outras minorias sociais padeceram em solo que escancarou as fraturas sociais do país. Os olhares, à época mascarados, compunham uma espécie de fronteira do contato visual, que tiveram as vozes sufocadas pelo perigo do contágio com o novo coronavírus, face a frágil atuação estatal, com a elaboração de um plano apressado e improvisado, e sua indiferença social (Mattioli; Araújo, 2020).

Em relação à segurança alimentar, houve uma reversão nos avanços obtidos entre 2004 e 2013. E, 2020-2021, os registros foram ainda piores. Mas a guinada dos números da fome não decorreu diretamente da pandemia, mas da conjugação da crise sanitária, política e socioeconômica.

Consta do I do VIGISAN, realizado no período de 5 e 24 de dezembro de 2020, e publicado em 2021, que menos da metade da população brasileira (44,8%), nas cinco regiões do país, em áreas urbanas e rurais, estava submetida a insegurança alimentar, nos mais variados níveis. Em insegurança alimentar grave, 9% da população (Rede Penssan, 2020).

Segundo a pesquisa, nos três meses anteriores à coleta dos dados, 55,2% dos domicílios tinham moradores convivendo com a insegurança alimentar. Ou seja, apenas 44,8% dos domicílios brasileiros se encontravam em segurança alimentar.

[96] Dentro desse total estão valores já sacados pelos beneficiários do Programa Bolsa Família (CGU, 2022).

Comparativamente aos dados de 2018 (36,7%), um aumento de 54%. Em números absolutos, do total de brasileiros (211,7 milhões de pessoas), no período da pesquisa 116,8 milhões estavam sem acesso pleno e permanente a alimentos. Destes, 19 milhões de pessoas sem ter o que comer (Rede Penssan, 2021).

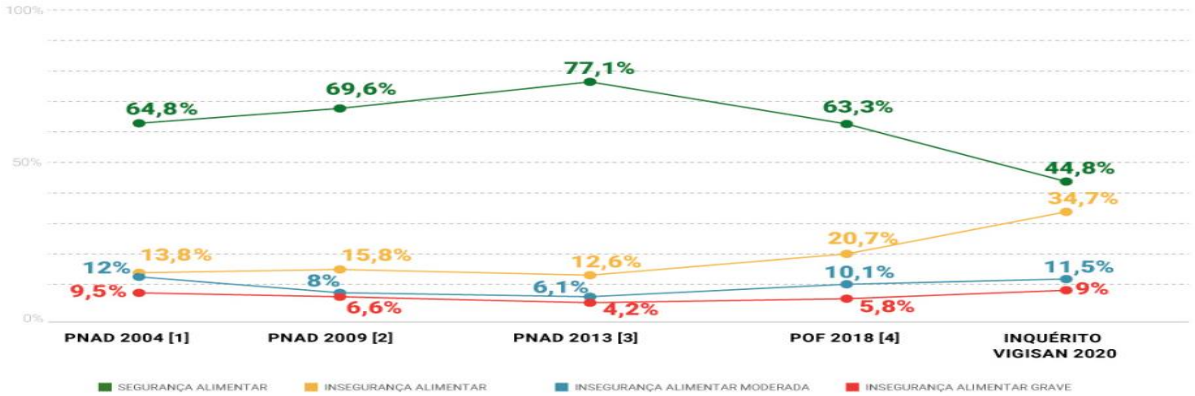
Domicílios com rendimentos de até 1/4 do salário-mínimo *per capita* (SMPC) tinham IA grave, 2,5 vezes mais que a média nacional. No entanto, os números de 2020 evidenciam uma dobra no quadro de insegurança alimentar desde 2009.

O retrocesso mais acentuado se deu entre 2013 e 2018, com um crescimento da insegurança alimentar grave de 8% ao ano. De lá até 2020, houve uma aceleração nesse processo. O aumento em 2020 chegou a 27,6% (Rede Penssan, 2021).

Em 2020, a segurança alimentar atingiu 44,8%, havendo redução comparativamente aos números de 2018. Os níveis de insegurança alimentar passaram para 34,7% (leve), 11,5% (moderada) e 9% (grave). A pandemia agravou a situação, resultando em 116,8 milhões de pessoas sem acesso adequado a alimentos.

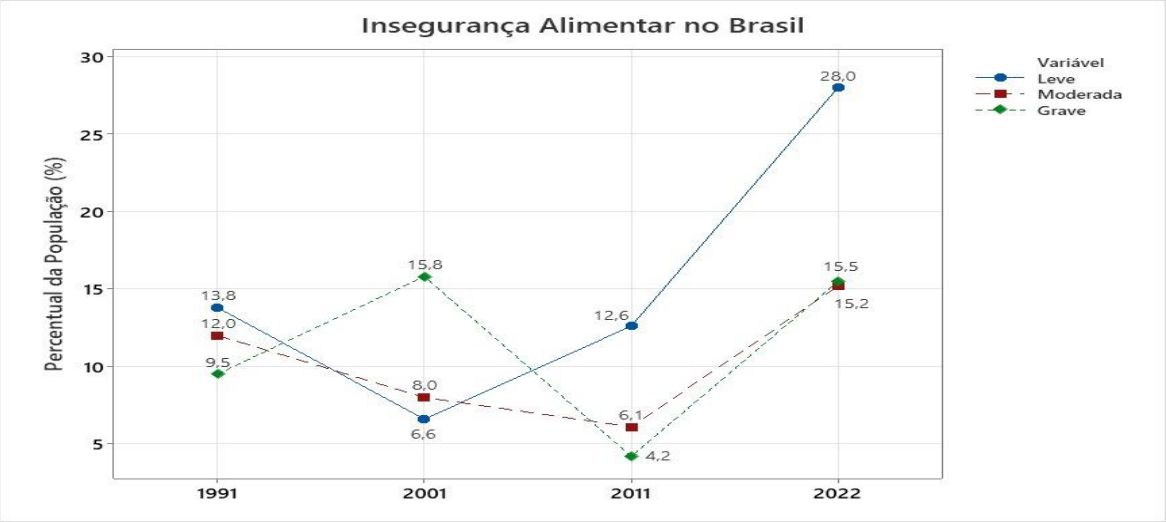
O retrocesso mais acentuado ocorreu entre 2013 e 2018, com um crescimento anual de 8%, acelerando ainda mais de 2018 a 2020, com um aumento de 27,6% (Rede Penssan, 2021). Essa conjuntura socioeconômica evidencia a profundização das desigualdades no Brasil, refletindo-se em diversas áreas, desde a saúde até a educação e a segurança alimentar, conforme mostra as figuras 9 e 10.

Figura 7: Evolução dos níveis de insegurança alimentar entre 2004 e 2020



Fonte: Rede PENSSAN (2020) - https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020/

Figura 8: Panorama de Insegurança Alimentar no Brasil



Fonte: IBGE

Os dados evidenciam que, ao término de 2020, os índices de fome retrocederam aos patamares de 2004, sofrendo agravamento em 2022. O percentual de lares com residentes em situação de fome, que era de 9% em 2020, elevou-se para 15,5%, totalizando 33,1 milhões de pessoas. Destaca-se que as regiões Nordeste e Norte permanecem as mais impactadas, apresentando uma taxa de 60%, superior à média nacional de 55,2%. Essas constatações, embora tangenciais ao escopo deste estudo, ressaltam a persistência das disparidades regionais.

A análise desvela disparidades de gênero, revelando que 11,2% dos domicílios chefiados por mulheres enfrentavam carência alimentar, em contrapartida aos 7,7% quando liderados por homens. Similarmente, observou-se que a cor/raça constitui outra variável influente, com 10,7% de lares habitados por indivíduos pretos e pardos experimentando fome, em comparação aos 7,5% entre aqueles de cor/raça branca. A correlação entre nível de escolaridade e insegurança alimentar é inequívoca, com a presença de fome em 14,7% dos lares cujos líderes não possuíam escolaridade ou tinham ensino fundamental incompleto. Constatou-se que o percentual diminui à medida que a escolaridade avança, atingindo 4,7% nos domicílios liderados por pessoas com ensino médio completo ou superior. Adicionalmente, houve um acréscimo na insegurança alimentar leve, passando de 20,7% em 2018 para 34,7% em 2020. A redução de renda familiar durante a pandemia afetou 40% dos domicílios, evidenciando a vulnerabilidade do grupo. Notável é o aumento da insegurança alimentar em lares chefiados por trabalhadores informais e desempregados.

Em 2020, 19,1 milhões de brasileiros conviviam com a fome. No biênio 2021-2022, os números agravaram-se, com um aumento de 14 milhões de pessoas em situação de fome, representando um aumento de 7,2% em relação a 2020 e um crescimento de 60% em comparação a 2018. A persistência da insegurança alimentar afetou 58,7% da população, ou seja, 125,2 milhões de pessoas.

As disparidades regionais persistem, com mais de 60% dos domicílios em áreas rurais enfrentando insegurança alimentar moderada ou grave. Diferentemente de levantamentos anteriores, em 2021-2022, rendimentos acima de um salário-mínimo *per capita* não garantiram segurança alimentar. A pesquisa destaca a personalização da fome, afetando predominantemente mulheres negras, chefes de família e com baixa escolaridade e renda.

Faz parte do levantamento, o nível de renda familiar dos entrevistados. Constou que 65% recebiam até 2 SMPC, 28% mais de 2 a 5 SMPC e 7% mais de 5 SMPC (I VIGISAN, p. 20).

O II VIGISAN foi conduzido entre novembro de 2021 e abril de 2022[97], e apurou que, em 2021-2022, lares chefiados por pessoas negras enfrentaram 65% de insegurança alimentar, em comparação com 46,8% em domicílios chefiados por pessoas brancas. As disparidades de gênero também persistiram, com um aumento na insegurança alimentar em lares chefiados por mulheres (de 11,2% em 2020 para 19,3% em 2021-2022) e por homens (de 7% para 11,9%). A desigualdade salarial entre os gêneros é apontada como um dos fatores contribuintes. No período, verificou-se que o número de domicílios com moradores passando fome aumentou de 9% (19,1 milhões de pessoas) para 15,5% (33,1 milhões de pessoas). De dezembro de 2020 a abril de 2022 houve um aumento de 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. É um aumento de 7,2% em relação a 2020. Comparados os dados de 2022 a 2018 (última estimativa nacional antes da pandemia), a insegurança alimentar chega a 36,7% dos domicílios, um aumento de 60%.

Os I (2020) e II (2021-2022) VIGISAN destacaram, entre outros resultados, a personalização da fome: mulheres negras, chefes de família e com baixas escolaridade e renda. Em 2021-2022, lares chefiados por pessoas negras convivem com 65% de insegurança alimentar, contra 46,8% quando brancas. Passaram fome 18,1% dos domicílios com lares chefiados por pessoas negras e 10,6% quando brancas. A fome aumentou comparados os números de 2021-2022 com os de 2020.

[97] Esclarece-se que cada porcentagem divulgada equivale a 2 milhões de pessoas (Rede PENSSAN, 2020).

Quando a pessoa de referência é mulher, a insegurança alimentar passa de 11,2% (2020) para 19,3% (2021-2022). Nos lares chefiados por homens, a fome passou de 7% para 11,9%. Entre os fatores envolvidos com os resultados, a desigualdade salarial entre os gêneros. O segundo ano da pandemia manteve mais de metade da população brasileira em insegurança alimentar (58,7%), nos mais variados níveis de gravidade, equivalente a 125,2 milhões de pessoas. As mesmas regiões continuaram sendo as mais afetadas pela insegurança alimentar moderada ou grave. A insegurança alimentar foi maior em mais de 60% dos domicílios das áreas rurais. O número de pessoas famintas em áreas urbanas é de cerca de 27,4 milhões. Diferentemente do levantamento anterior (I VIGISAN), em 2021-2022, rendimento acima de um salário mínimo per capita não foram suficientes para o estado de segurança alimentar no país.

Destacou-se a gravidade do retrocesso desde 2014, face a sobreposição de crises e seus impactos. A condição de pobreza, que antes não atingia grupos com renda mais estável, agora foi evidente. A necessidade de ação estatal contínua para combater a fome é sublinhada, especialmente em um contexto de desmonte de políticas públicas contra a pobreza e desigualdades. A consolidação do direito humano à alimentação adequada deve ocupar o cerne das preocupações do Estado, cumprindo seu dever constitucional de garantir esse direito a quem mais necessita.

No contexto em que o Brasil deixou de figurar no Mapa da Fome, naquela época, logrou-se uma redução de mais de 50% no contingente de pessoas em condição de fome ou subnutrição alimentar. No entanto, de acordo com a FAO, cerca de 61 milhões de brasileiros ainda enfrentam obstáculos para garantir uma alimentação adequada. No decorrer do período pandêmico, 15 milhões de brasileiros passaram por experiências de fome. A FAO destaca, adicionalmente, que três em cada 10 brasileiros encontram-se incertos quanto à disponibilidade de alimentos para a próxima refeição. Essa conjuntura não pode ser unicamente imputada à pandemia, mas também à ausência de políticas públicas, fator que contribui para o aumento das disparidades sociais (Santos, 2020).

Saltando o intervalo até 2014, quando o país saiu do Mapa da Fome da ONU, o que se viu foi o movimento ascendente da curva da fome aos níveis de 2004. Não é teoria. Os números revelam evidências. Os números são famílias e seus moradores sem as mínimas condições de sobrevivência.

Se naquela época em que o Brasil deu um salto para um significativo avanço na segurança alimentar por meio de um conjunto acumulados de políticas públicas de combate à pobreza e à fome, a história mostra que é possível reverter o quadro e, melhor, avançar os

números para assegurar o direito a alimentos a quem mais precisa. A fome é um desafio persistente e que demanda atuação estatal ininterrupta.

A agudização da fome durante os anos de 2020 e 2021 coincidem com o desmonte de políticas públicas contra a pobreza e desigualdades no país e de conselhos como o Consea que era referência mundial na área de segurança alimentar e nutricional.

Quanto ao analfabetismo, verificou-se que 5,6 pessoas com 15 anos ou mais de idade (9,6 milhões) eram analfabetas. A taxa de analfabetismo é maior em homens (5,9%) do que em mulheres (5,4%). O estudo ainda revelou que 3,4% das pessoas na mesma faixa etária de cor branca eram analfabetas, enquanto pretas ou pardas a porcentagem era de 7,4% (IBGE, 2022).

O nível de instrução, independentemente da duração dos seus estudos, relevou que 6% das pessoas não tinham instrução e 28% sequer completaram o ensino fundamental. Como maior motivo para o abandono escolar, permanece a necessidade de trabalhar (IBGE, 2022).

É relevante enfatizar que nos últimos seis anos sob as administrações de Temer e Bolsonaro, o Brasil experimentou um retrocesso, notadamente no que concerne aos investimentos em políticas públicas capazes de dar continuidade aos avanços sociais e de resgatar brasileiros e brasileiras do quadro de fome e desemprego, proporcionando-lhes oportunidades para um (re)começo.

Nesse contexto, a célebre citação de Carolina Maria de Jesus ressoa: "Eu não consegui armazenar para viver, resolvi armazenar paciência" (Jesus, 2014). Indiferente à atribuição da OMS, o MS, sob a justificativa de melhora do cenário epidemiológico, da ampla cobertura vacinal e da capacidade de atendimento do SUS, anunciou o fim da ESPIN em 2022.

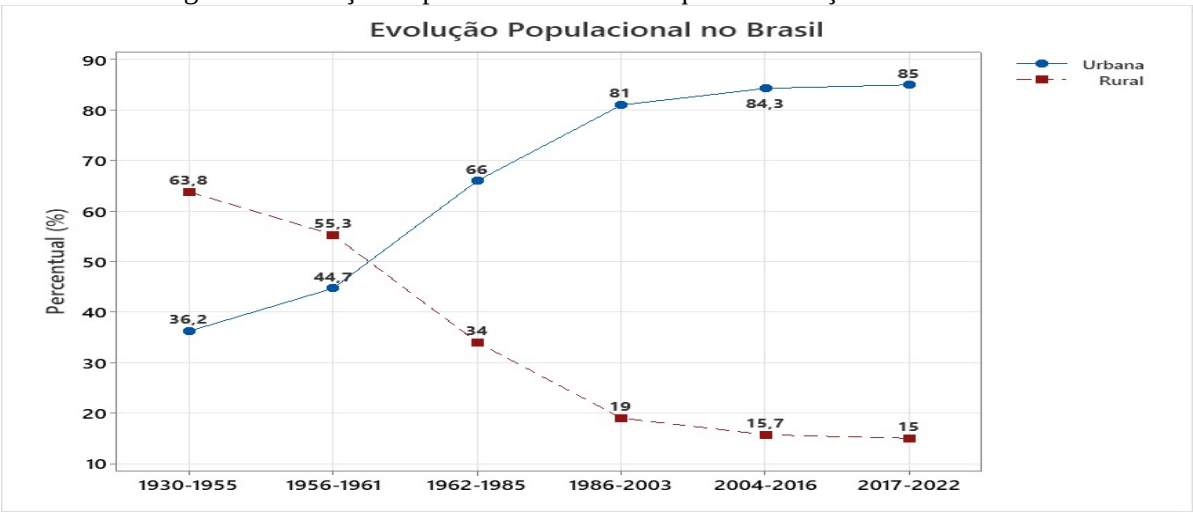
3.3.2.3 BALANÇO GERAL E ESTATÍSTICO DA CONJUNTURA DE 1930: PERFIL DA ATUAÇÃO ESTATAL

A presente seção concentra-se na reunião e consolidação dos dados numéricos obtidos para trabalhar os aspectos histórico-políticos, jurídicos-legislativos, econômicos e sociais e assim obter um retrato sobre a insegurança alimentar no Brasil de 1930-2022, de modo a viabilizar seu discurso crítico e chegar à resposta ao problema da pesquisa. Optou-se pela criação desta seção, ao invés de diluir os gráficos e comentários desde o capítulo inicial, em razão da fragmentação dos dados dos períodos e para evitar repetições desnecessárias no texto.

Evolução populacional brasileira

A Figura 11 ilustra a mudança percentual na população urbana e rural do Brasil desde 1930 até 2022. No que diz respeito à população urbana, a linha azul sólida revela um crescimento constante, partindo de aproximadamente 36% no período de 1930 a 1955 e atingindo cerca de 85% nos anos de 2017 a 2022. Esse padrão indica uma notável transição demográfica, refletindo o contínuo processo de urbanização ao longo das décadas.

Figura 9: Evolução Populacional Brasileira quanto a relação urbana e rural



Fonte: IBGE

Por outro lado, a população rural, representada pela linha vermelha tracejada, apresenta uma trajetória oposta. Iniciando em torno de 64% no intervalo de 1930 a 1955, essa linha demonstra uma diminuição constante ao longo do tempo, chegando a aproximadamente 15% nos anos de 2017 a 2022. Essa redução consistente na população rural sugere um movimento significativo de migração das áreas rurais para os centros urbanos.

Em síntese, a análise dessas tendências demográficas aponta para uma transformação profunda na estrutura populacional do Brasil ao longo do tempo, evidenciando não apenas o aumento expressivo da população urbana, mas também a correspondente diminuição na população rural.

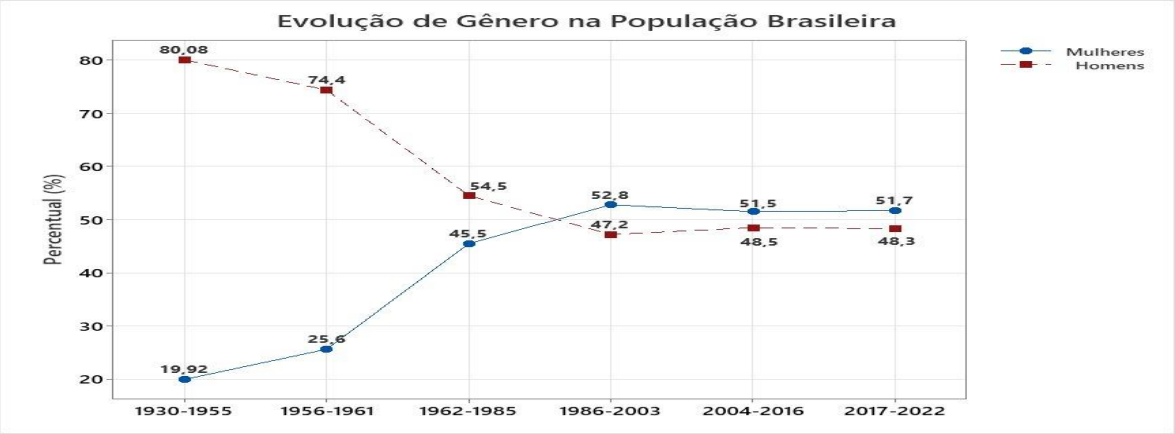
Essas mudanças têm implicações importantes para o desenvolvimento urbano, as políticas públicas e as dinâmicas socioeconômicas do país.

População brasileira por gênero

A Figura 12, intitulada "Evolução de Gênero na População Brasileira", fornece uma representação visual da mudança percentual na população masculina e feminina do Brasil

durante o período de 1930 a 2022. A análise dos dados revela tendências distintas entre os gêneros ao longo das décadas estudadas.

Figura 10: Evolução de Gênero na população brasileira nos marcos temporais.



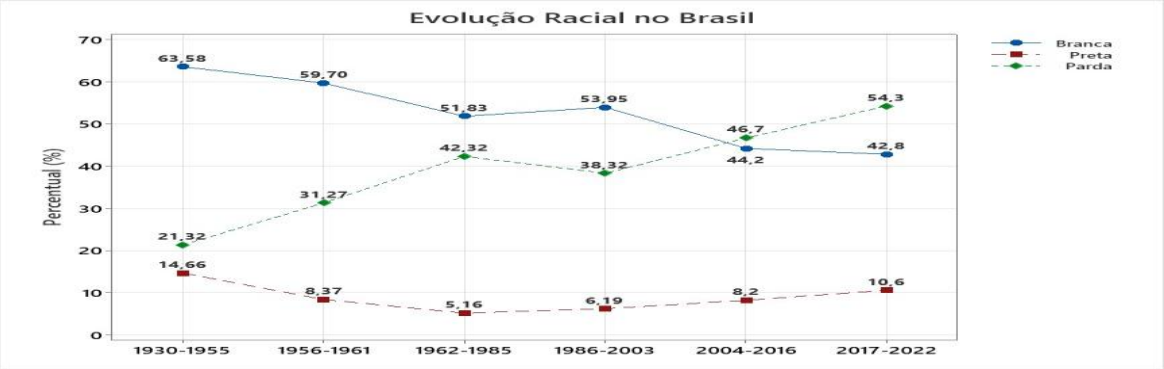
Fonte: IBGE

No tocante à população feminina, representada pela linha azul sólida, observa-se um crescimento constante. A participação percentual das mulheres, que tem início em cerca de 19,92% durante o período de 1930 a 1955, registra um aumento progressivo ao longo do tempo. Contrastando com essa tendência, a linha vermelha tracejada, que simboliza a população masculina, apresenta uma diminuição constante. A participação percentual dos homens, iniciando em aproximadamente 80,08% no intervalo de 1930 a 1955, demonstra um declínio ao longo das décadas subsequentes. Os dados evidenciam uma dinâmica complexa na distribuição de gênero na população brasileira ao longo do período analisado. Enquanto a participação percentual das mulheres continua a aumentar, a proporção masculina exibe uma trajetória decrescente. Essa análise visual proporciona *insights* relevantes para compreender as mudanças demográficas e as dinâmicas de gênero ao longo do tempo no contexto brasileiro.

População brasileira por cor/raça

Na Figura 13, é apresentada a evolução racial da população brasileira ao longo de diferentes marcos temporais. Observa-se um aumento na declaração da cor de pele parda, enquanto preta demonstra uma diminuição nas declarações.

Figura 11: Evolução racial da população brasileira



Fonte: IBGE

Essa análise sugere mudanças significativas nas autodeclarações raciais da população brasileira ao longo do tempo. O aumento na identificação como parda pode ser interpretado como um reflexo da complexidade das identidades raciais no país, indicando uma maior visibilidade e reconhecimento da diversidade racial. Ao mesmo tempo, a diminuição na declaração da cor preta pode envolver múltiplos fatores, incluindo transformações nas percepções identitárias e dinâmicas sociais. Essa dinâmica observada na Figura 13 ressalta a importância de considerar a evolução das autodeclarações raciais para uma compreensão mais abrangente das mudanças sociais e identitárias no contexto brasileiro.

População feminina por cor/raça

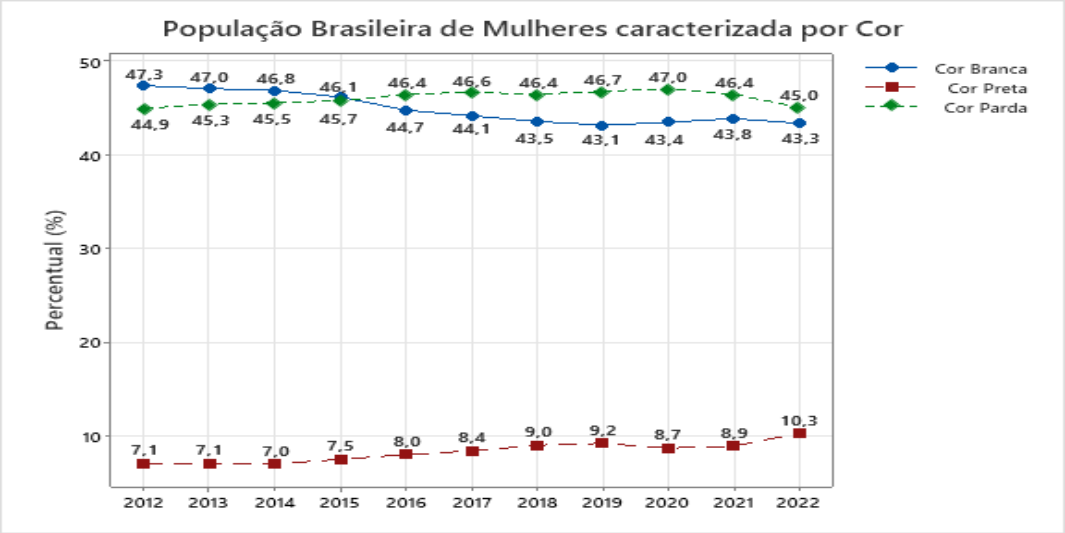
A Figura 15, intitulada "População Brasileira de Mulheres Caracterizada por Cor", apresenta um gráfico que ilustra a mudança percentual na população feminina brasileira dividida por cor, durante o período de 2012 a 2022. Os principais destaques do gráfico são:

Cor Branca: A linha representa a população feminina de cor branca, variando entre aproximadamente 44% e 47% ao longo dos anos.

Cor Preta: A linha representa a população feminina de cor preta, evidenciando um aumento notável. Inicia em cerca de 7,1% em 2012 e atinge aproximadamente 10,3% em 2022.

Cor Parda: A linha representa a população feminina de cor parda, mantendo-se relativamente estável na faixa de porcentagem média de 40%.

Figura 12:População Brasileira de Mulheres Caracterizada por Cor



Fonte: IBGE

Ao analisar a população brasileira de mulheres caracterizada por cor no período mencionado, emergem nuances importantes nas dinâmicas demográficas do grupo feminino. Destaca-se uma redução significativa na proporção de mulheres autodeclaradas como brancas, passando de 47,3% para 43,3%.

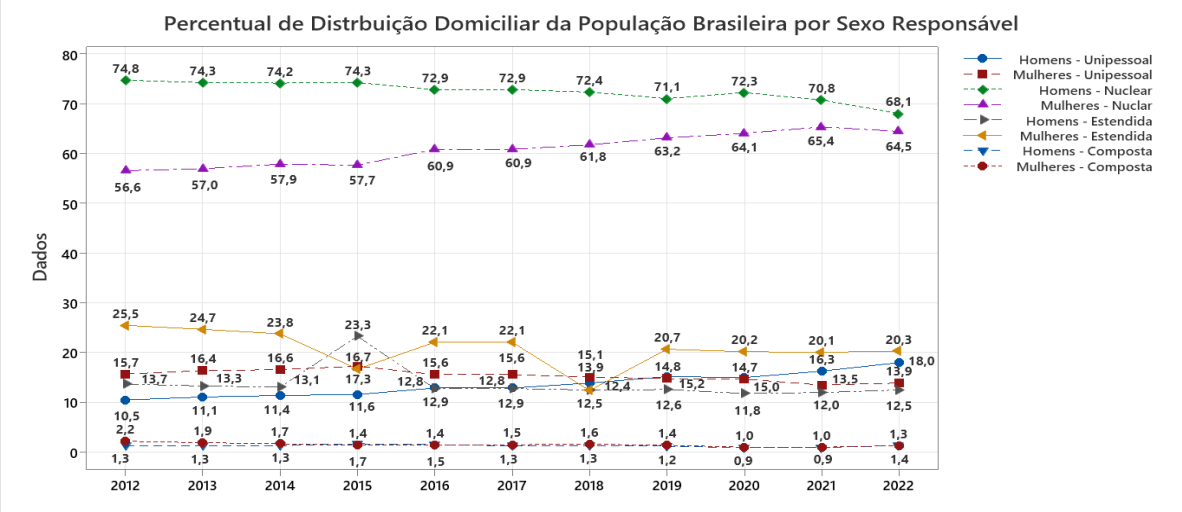
Em contrapartida, as mulheres autodeclaradas como pretas apresentaram um aumento considerável, indicando possíveis mudanças na conscientização racial ou nas percepções de identidade ao longo do tempo.

No entanto, a população de mulheres autodeclaradas como pardas manteve certa estabilidade, oscilando entre 44,9% e 47,0%. Essa constância relativa pode sugerir a persistência de dinâmicas demográficas específicas desse grupo.

Responsabilidade familiar

A Figura 16 exibe o Percentual de Distribuição Domiciliar da população Brasileira por Sexo Responsável. Uma análise dos dados referentes à distribuição domiciliar da população brasileira por sexo responsável entre os anos de 2012 e 2022 revela mudanças significativas nos padrões familiares, com distinções notáveis entre homens e mulheres.

Figura 13:Percentual de Distribuição Domiciliar da população Brasileira por Sexo Responsável



Fonte: IBGE

No que se refere aos domicílios unipessoais, destaca-se um aumento expressivo na responsabilidade dos homens, passando de 10,5% em 2012 para 18,0% em 2022. Em contrapartida, as mulheres apresentaram uma diminuição mais moderada, indo de 15,7% para 13,9% no mesmo período. Esse cenário sugere transformações nas estruturas familiares unipessoais, indicando uma possível evolução nos papéis de gênero.

Quanto aos domicílios nucleares, observa-se uma tendência oposta entre os sexos. A participação masculina decresceu gradualmente, de 74,8% em 2012 para 68,1% em 2022, sugerindo uma redistribuição de responsabilidades familiares.

Em contraste, as mulheres experimentaram um aumento nessa categoria, subindo de 56,6% para 64,5%, apontando para uma maior presença feminina como responsáveis em arranjos familiares nucleares.

No contexto dos domicílios estendidos, os homens passaram por flutuações ao longo dos anos, com uma notável queda em 2013, seguida de um aumento para 12,5% em 2022. As mulheres, por outro lado, mantiveram uma participação mais estável, variando de 25,5% para 20,3%.

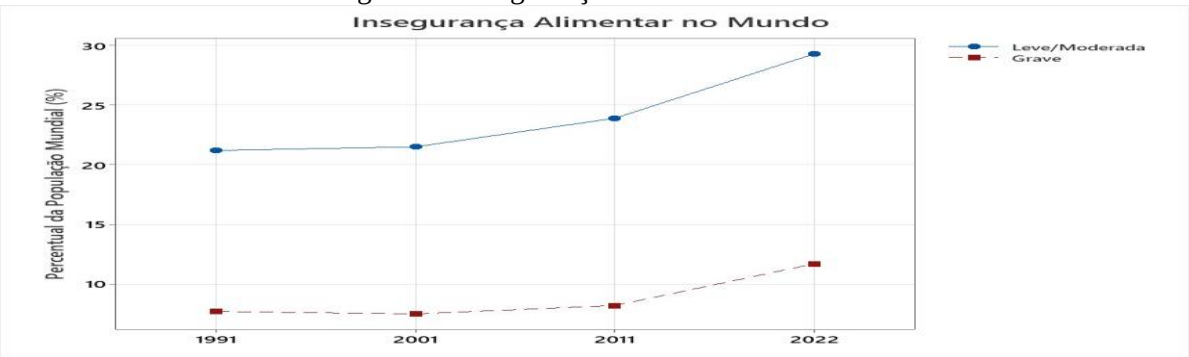
Essas variações podem indicar dinâmicas específicas de gênero na composição de arranjos familiares extensos.

Fome no mundo e no Brasil

O período de 2003 a 2022 revela uma análise abrangente da segurança alimentar no Brasil com base nos dados do IBGE e da Rede PENSSAN.

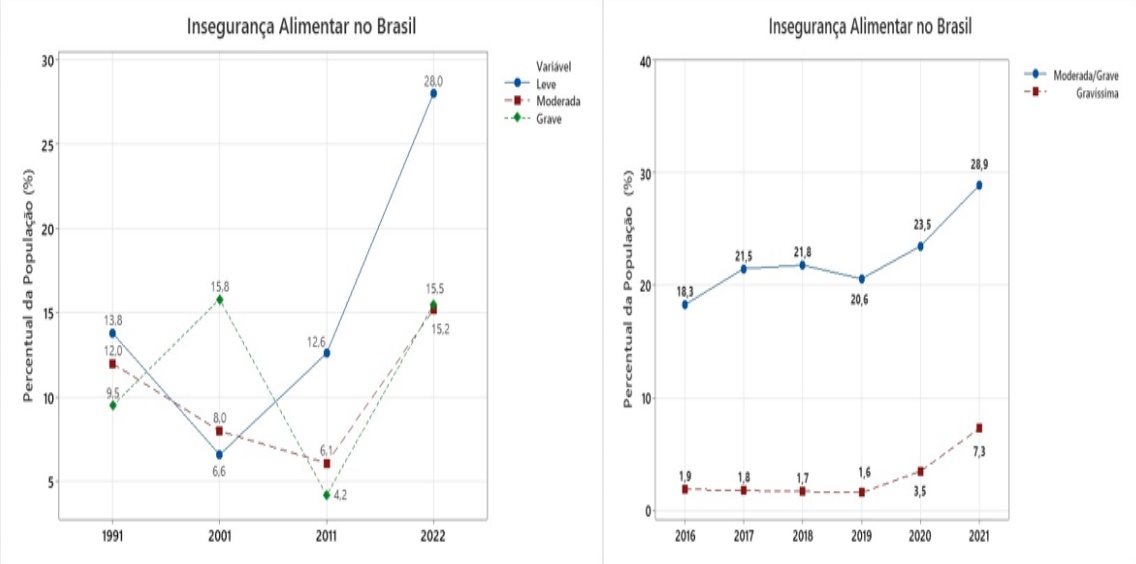
Os resultados indicam variações significativas ao longo desses anos, conforme mostra a figura 17 e figura 18.

Figura 14: Insegurança Alimentar no Mundo



Fonte: FAO/ONU (1999-2023)

Figura 15: Insegurança Alimentar no Brasil



Fonte: POF/IBGE

Em 2004, segundo a PNAD, a segurança alimentar estava em 64,8%, com 13,7% de insegurança alimentar leve, 12% de insegurança alimentar moderada e 9,5% de insegurança alimentar grave. Cinco anos depois, em 2009, houve uma melhoria geral, com a segurança alimentar atingindo 69,6%. Os índices de insegurança alimentar leve, moderada e grave diminuíram para 15,8%, 8% e 6,6%, respectivamente.

O período de 2013-2014 registrou novos avanços, com a segurança alimentar alcançando 77,1%. A insegurança alimentar leve foi de 12,6%, a moderada de 6,1% e a grave de 4,2%. Entretanto, em 2018, de acordo com a POF, houve uma reversão, com a segurança

alimentar caindo para 63,3%. Os índices de insegurança alimentar leve, moderada e grave aumentaram para 20,7%, 10,1% e 5,8%, respectivamente.

Os dados da Rede PENSSAN em 2020 revelaram um cenário ainda mais desafiador, com a segurança alimentar atingindo 44,8%. A insegurança alimentar leve atingiu 34,7%, a moderada 11,5%, e a grave 9%, sendo mais pronunciada em áreas rurais (12%).

No último período disponível, 2021-2022, a segurança alimentar situou-se em 41,3%, com 28% de insegurança alimentar leve, 15,2% de insegurança alimentar moderada e 15,5% de insegurança alimentar grave. Esses dados destacam a complexidade e as flutuações nas condições de segurança alimentar ao longo das duas últimas décadas, indicando a necessidade contínua de políticas eficazes para enfrentar esse desafio no Brasil.

A Figura 19, intitulada "Insegurança Alimentar no Brasil Homens x Mulheres," proporciona uma análise detalhada da evolução da insegurança alimentar no país no intervalo de 2016 a 2021, segregando os dados entre homens e mulheres.

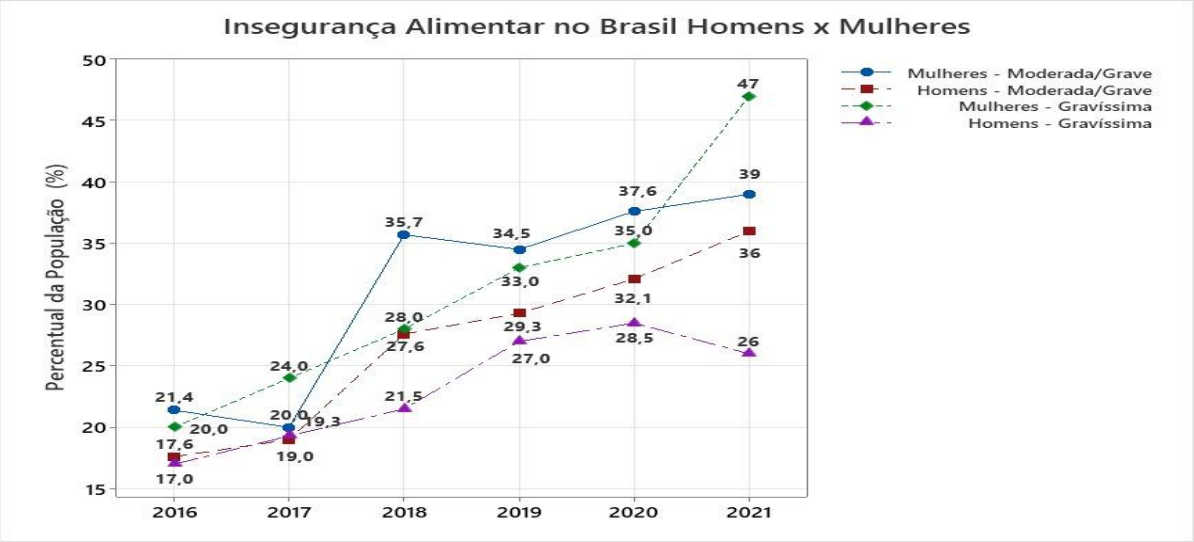
O gráfico compreende quatro linhas distintas, cada uma representando diferentes grupos e níveis de gravidade de insegurança alimentar. A Linha azul sólida representa mulheres em situação Moderada/Grave, enquanto a Linha verde tracejada representa homens com o mesmo nível de insegurança alimentar. A Linha roxa pontilhada representa mulheres em situação Gravíssima, enquanto a Linha vermelha tracejada e pontilhada representa homens em igual condição. A representação percentual da população afetada varia de 15% a 50% no eixo Y, e o eixo X destaca os anos de 2016 a 2021.

Ao analisar a figura, observa-se uma tendência preocupante de aumento na insegurança alimentar ao longo do tempo para ambos os grupos, homens e mulheres. Em particular, destaca-se que os homens experimentaram um pico de insegurança alimentar gravíssima, atingindo a marca de 47% em 2021.

Essa constatação ressalta a urgência de compreender as dinâmicas subjacentes a essas variações e direcionar esforços para enfrentar os desafios associados à insegurança alimentar no contexto brasileiro.

A análise da Figura 19 oferece insights valiosos para informar políticas públicas e intervenções voltadas para a mitigação desses impactos e a promoção da segurança alimentar na população.

Figura 16: Insegurança Alimentar no Brasil quanto a gênero



Fonte: Rede PENSSAN

A análise da Figura 20, que retrata os dados referentes ao nível de segurança alimentar no Brasil para os anos 2021/2022, estratificados por gravidade e raça, revela insights relevantes sobre as disparidades existentes.

O gráfico, intitulado "Nível de Segurança Alimentar no Brasil 2021/2022", destaca cinco pares de barras, representando diferentes graus de insegurança alimentar: Leve, Moderada e Grave, com uma distinção entre as categorias Branca e Negra.

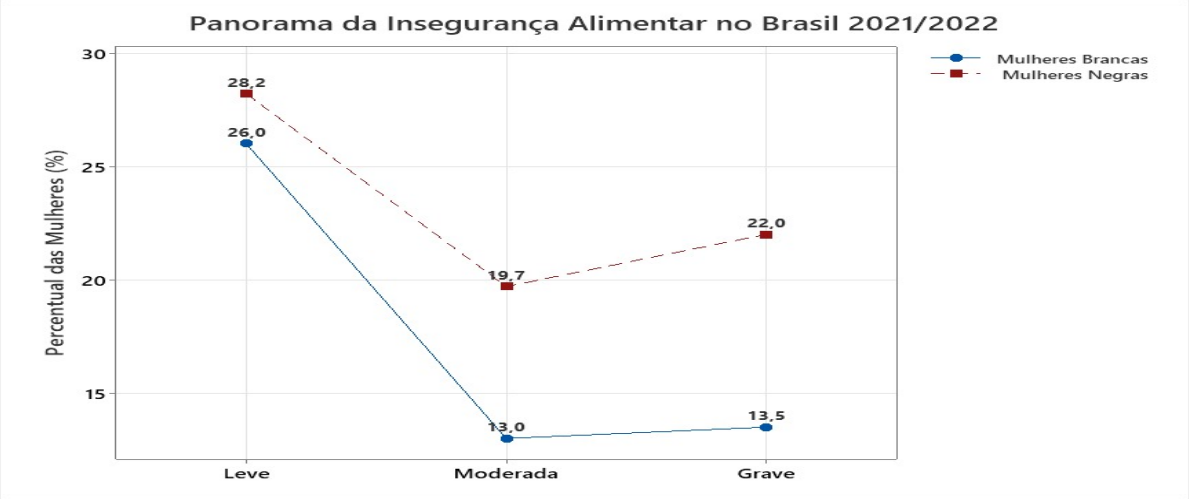
A análise da Figura 20, que retrata os dados referentes ao nível de segurança alimentar no Brasil para os anos 2021/2022, estratificados por gravidade e raça, revela insights relevantes sobre as disparidades existentes. O gráfico, intitulado "Nível de Segurança Alimentar no Brasil 2021/2022", destaca cinco pares de barras, representando diferentes graus de insegurança alimentar: Leve, Moderada e Grave, com uma distinção entre as categorias Branca e Negra.

Ao examinar as porcentagens associadas às mulheres em cada categoria, notamos padrões distintos. Na categoria "Leve", observa-se que 26% das mulheres brancas enfrentam insegurança alimentar, enquanto esse percentual é ligeiramente superior, atingindo 28,2% entre as mulheres negras. A categoria "Moderada" revela uma disparidade mais acentuada, registrando 13% para mulheres brancas e 19,7% para mulheres negras.

Na categoria mais grave, "Grave", a diferença se amplia, com 13,5% para mulheres brancas e 22% para mulheres negras. Os dados sugerem inequivocamente que as mulheres negras enfrentam uma maior prevalência de insegurança alimentar em comparação com suas pares brancas. Essa disparidade, evidenciada pelos percentuais, aponta para a urgência de estratégias e políticas públicas específicas que visem corrigir essas desigualdades sociais.

A Figura 21 apresenta uma comparação entre a insegurança alimentar entre mulheres brancas e negras no Brasil nos anos 2021/2022. O gráfico evidencia que a porcentagem de mulheres negras que enfrentam insegurança alimentar é significativamente superior à porcentagem de mulheres brancas em todos os níveis de gravidade analisados.

Figura 17: Panorama da Insegurança Alimentar na População de Mulheres no Brasil



Fonte: Rede PENSSAN

Ao analisar a insegurança alimentar leve, observa-se que 28,2% das mulheres negras estão nessa condição, superando as mulheres brancas, que registram uma taxa de 26,0%. Na categoria de insegurança alimentar moderada, ambas as porcentagens diminuem, com 13,0% para mulheres brancas e 19,7% para mulheres negras. No entanto, a disparidade persiste, com as mulheres negras enfrentando uma proporção significativamente maior. A análise da insegurança alimentar grave mostra novamente uma redução para ambos os grupos, mas as mulheres negras continuam a apresentar uma porcentagem mais elevada.

Enquanto 13,5% das mulheres brancas vivenciam insegurança alimentar grave, a porcentagem correspondente para as mulheres negras atinge 22,0%.

Esses dados revelam uma desigualdade substancial, destacando a necessidade de abordagens específicas para lidar com os diferentes níveis de insegurança alimentar entre mulheres brancas e negras. Essa compreensão mais aprofundada é crucial para orientar políticas públicas que busquem promover a equidade e a segurança alimentar em ambas as comunidades.

A Figura 23 ilustra a porcentagem da população brasileira que enfrenta insuficiência financeira para a alimentação, desagregada por gênero, ao longo dos anos de 2014 a 2019. O gráfico, representado por linhas com marcadores em 2014, 2017 e 2019, destaca as categorias "Homem" (linha azul) e "Mulher" (linha vermelha tracejada).

Em 2014, aproximadamente 17% dos homens e 20% das mulheres enfrentavam restrições financeiras para garantir uma alimentação adequada. Em 2017, esses números aumentaram para cerca de 27% entre os homens e 33% entre as mulheres.

Em 2019, a porcentagem de homens permaneceu praticamente constante, em torno de 26%, enquanto experimentou um aumento expressivo para as mulheres, atingindo aproximadamente 47%.

A situação retratada no gráfico é alarmante e reflete a dura realidade enfrentada por muitas pessoas no Brasil.

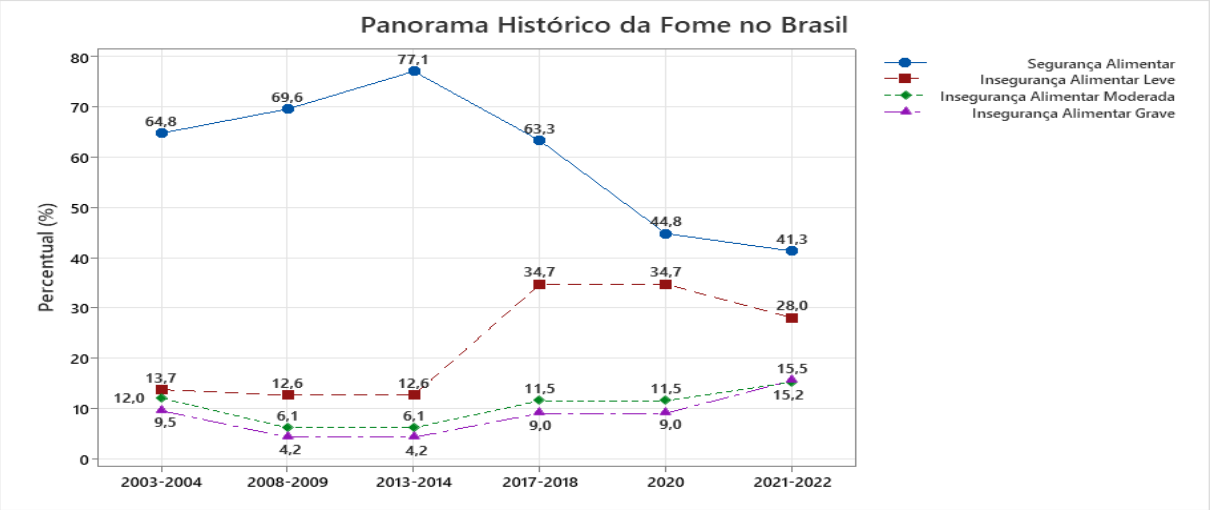
Conforme evidenciado por uma pesquisa do IBGE, mesmo antes da pandemia, 41% da população brasileira vivia com incertezas quanto à garantia de uma alimentação em quantidade e qualidade suficientes.

A pesquisa ainda revelou que as famílias sem acesso pleno à alimentação no Brasil estimam que o valor mínimo necessário para uma alimentação adequada é 85% maior do que efetivamente gastam na compra de alimentos.

A discrepância destaca a urgência de ações para abordar questões relacionadas à fome e à má alimentação, que podem acarretar sérios problemas de saúde e desenvolvimento tanto em crianças quanto em adultos.

Essas informações são cruciais para orientar políticas públicas direcionadas à promoção da segurança alimentar e ao bem-estar da população.

Figura 18: Panorama da Fome do Brasil de 2003 até 2022



Fonte: IBGE e Rede PENSSAN

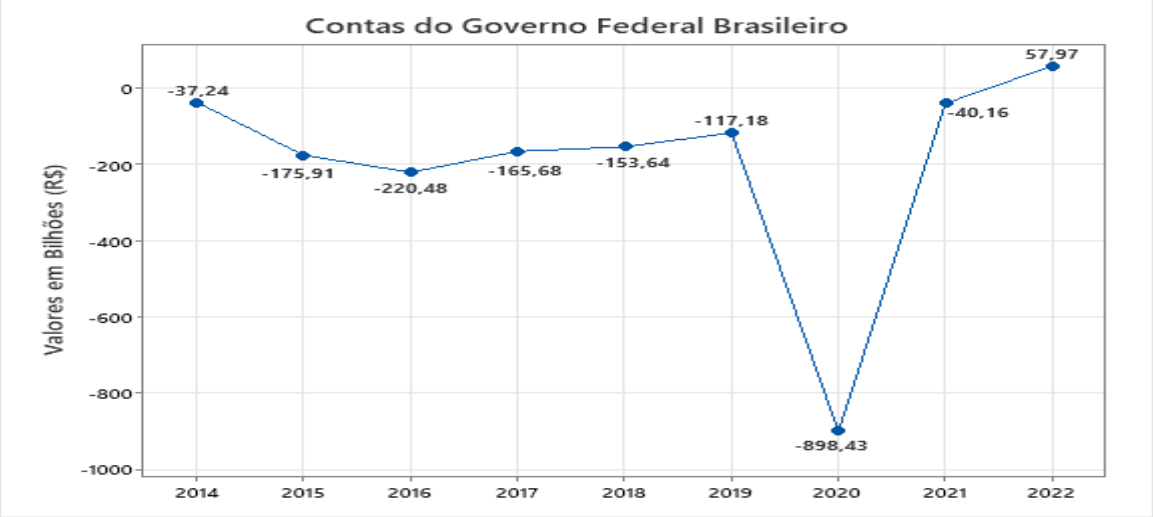
Ao longo do extenso período compreendido entre 2003 e 2022, o Brasil foi marcado por flutuações no cenário da segurança alimentar, conforme evidenciado por dados do IBGE e da

Rede PENSSAN. Inicialmente, no período de 2003 a 2009, observou-se um aumento gradual nos índices de segurança alimentar, atingindo seu ponto mais alto em 2013, quando 77,1% da população desfrutava desse benefício. No entanto, a partir de 2014, os indicadores começaram a declinar. Em 2018, o índice de segurança alimentar registrou uma queda para 63,3%, apontando para desafios persistentes. O ano de 2020 marcou um ponto crítico, com apenas 44,8% da população desfrutando de segurança alimentar, conforme dados da Rede PENSSAN. Os anos subsequentes, de 2021 a 2022, revelaram uma situação ainda mais desafiadora, com 41,3% da população enfrentando insegurança alimentar. Essas oscilações sublinham a necessidade premente de políticas públicas contínuas e adaptáveis, capazes de abordar eficazmente as necessidades alimentares da população brasileira e de enfrentar os desafios emergentes ao longo do tempo.

Conjuntura econômica

A representação gráfica contida na figura 24 oferece uma análise temporal das contas do governo federal brasileiro, abrangendo o período de 2014 a 2022. No gráfico há o registro de valores monetários em bilhões de reais (R$) no eixo y, enquanto o eixo x denota os anos em questão. A linha azul, que percorre o gráfico, contextualiza a trajetória financeira do governo federal ao longo do intervalo temporal considerado.

Figura 19:Resultado Primário do Tesouro Nacional (2014-2022)



Fonte: Tesouro Nacional Transparente (2022).

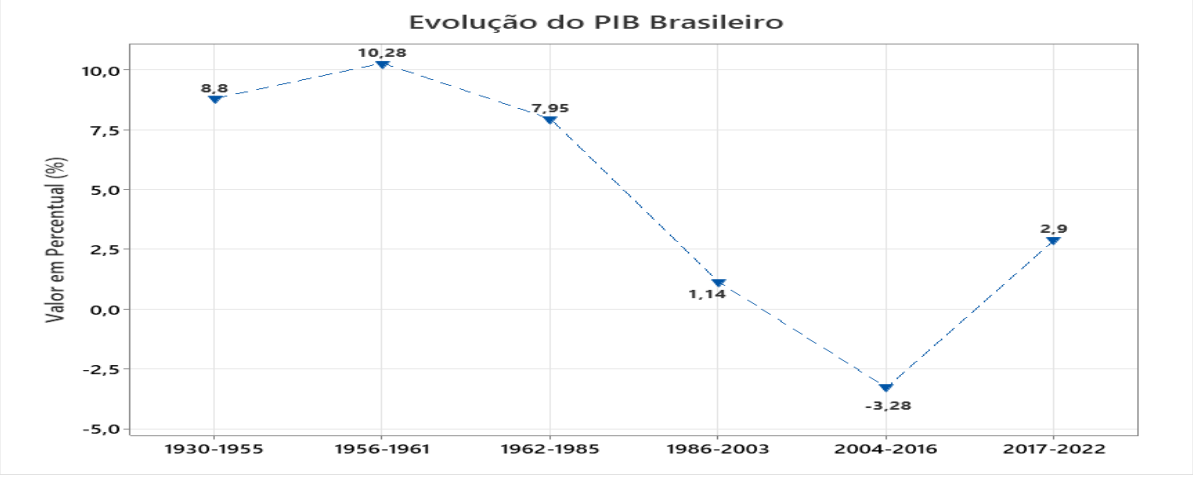
A análise das contas do governo federal brasileiro, no período compreendido entre 2014 e 2022, revela uma dinâmica fiscal caracterizada por flutuações expressivas. Inicialmente, observa-se uma tendência decrescente nos valores, atingindo seu ponto mais baixo em 2019.

O ano de 2020 emerge como um ponto crítico, evidenciando uma redução substancial nos montantes, atribuída aos impactos socioeconômicos globais desencadeados pela pandemia da COVID-19. No entanto, nos anos subsequentes, observa-se uma recuperação significativa, culminando em 2022, quando as contas do governo federal apresentaram um superávit de 54,1 bilhões de reais.

Ao examinar a série temporal, destaca-se que o cenário fiscal apresentou diferentes configurações. O período se iniciou com um déficit de -37,24 bilhões de reais em 2014, agravando-se de maneira substancial em 2015, quando alcançou um déficit de -175,91 bilhões de reais. Os anos subsequentes mantiveram a tendência de déficits, com 2020 sendo particularmente desafiador, registrando um déficit expressivo de -898,43 bilhões de reais. Contudo, a inversão dessa trajetória começou a se configurar em 2021, quando o governo conseguiu reduzir o déficit para -40,16 bilhões de reais, culminando, em 2022, em uma notável mudança para um superávit de 57,97 bilhões de reais.

A análise da Figura 25, que retrata a evolução do PIB do Brasil no período de 1930 a 2022, revela tendências marcantes na atividade econômica do país ao longo do tempo. O PIB, como medida agregada de todos os bens e serviços finais produzidos, é representado pela linha azul, refletindo valores percentuais que variam de -5,0% a 10,0%.

Figura 20: Evolução do Produto Interno Bruto Brasileiro



Fonte: IBGE (2022)

A análise da série histórica do PIB brasileiro destaca momentos cruciais que moldaram a trajetória econômica do país. O ápice, registrado em 10,28% durante 1956-1961, representa um período de crescimento robusto. Em contrapartida, o ponto mais baixo, atingindo -3,28% durante 2004-2016, indica desafios econômicos, possivelmente vinculados a crises e ajustes estruturais. Observa-se uma recuperação significativa nos anos mais recentes, sugerindo uma

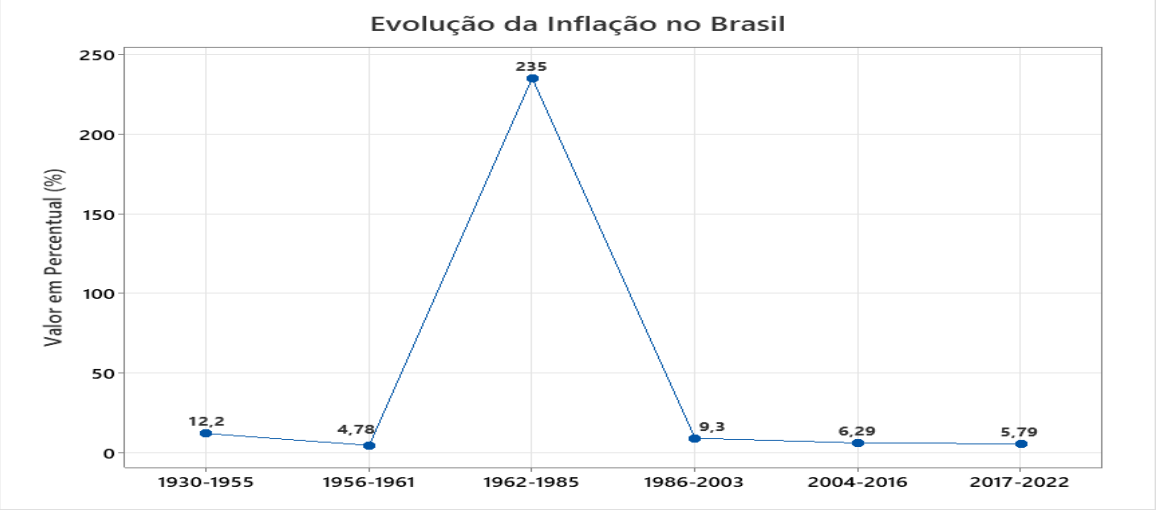
retomada da atividade econômica. Em 2022, o PIB brasileiro exibiu um superávit de 54,1 bilhões de reais, sinalizando uma reviravolta positiva nas condições econômicas do país. Essa análise proporciona insights valiosos sobre os padrões históricos e as trajetórias recentes da economia brasileira, essenciais para compreender seu desenvolvimento ao longo das décadas.

Aprofundando a observação da série histórica, identificam-se recuos em diversas décadas, como nas de 1960 e 1980, e a entrada dos anos 2000 até 2004 com uma tendência descendente. Percentagens negativas foram registradas em anos como 1981 (-4,25%), 1983 (2,93%), 1988 (-0,06%), 1990 (4,35%), 1992 (-0,54%), 2009 (-0,13%), 2015 (-3,55%), 2016 (-3,31%) e 2020 (-3,9%).

Após o recuo em 2020, o PIB apresentou avanços nos anos seguintes, com um crescimento de 4,6% em 2021 e um adicional de 2,9% em 2022. Estes números indicam uma recuperação econômica considerável, embora o contexto e os desafios subjacentes demandem uma análise abrangente para uma compreensão mais completa do panorama econômico brasileiro.

A análise da Figura 26, proporciona uma visão abrangente das flutuações nas taxas de inflação ao longo de diferentes períodos, abrangendo desde 1930 até 2022. O gráfico, com seus eixos de representação temporal (eixo x) e taxas de inflação (eixo y), apresenta distintas fases econômicas que são cruciais para compreender a estabilidade ou instabilidade do ambiente econômico brasileiro.

Figura 211: Evolução do Panorama da Inflação no Brasil



Fonte: IBGE

Ao observar os diferentes períodos demarcados no eixo x, notamos uma marcante variação nas taxas de inflação. Um destaque notório é o período de 1962-1985, caracterizado

por um pico acentuado, indicando um aumento significativo na inflação. A linha azul conectando os pontos de dados ressalta essa ascensão pronunciada, atingindo um pico de 235% nesse intervalo, o que corrobora com a compreensão histórica de instabilidade econômica nesse período. Por outro lado, o intervalo de 2017-2022 destaca-se como uma fase de menor inflação, registrando a taxa mais baixa de 5,79%. Essa queda expressiva, representada graficamente pela linha descendente no gráfico, sugere uma fase de relativa estabilidade econômica e controle inflacionário.

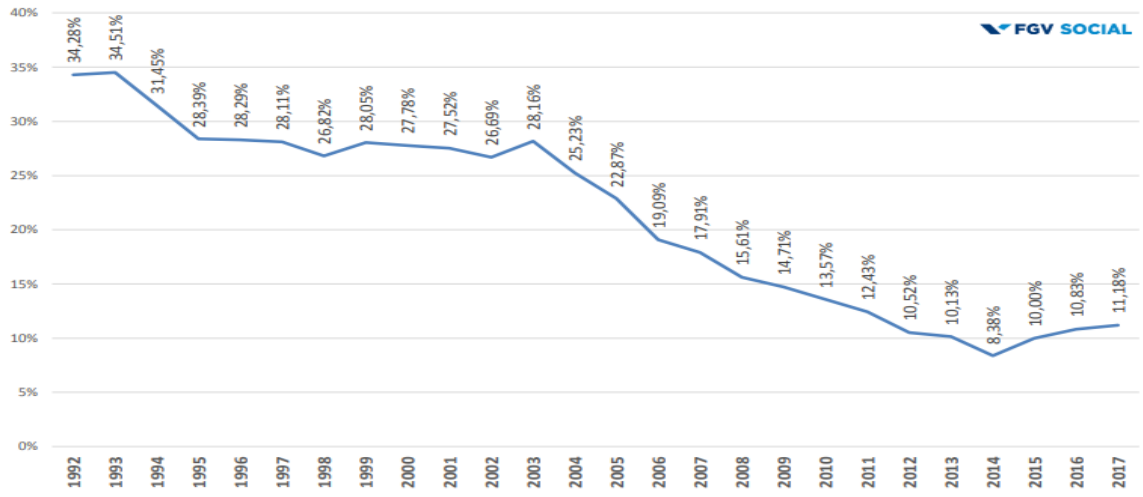
Dessa forma, a Figura 26 oferece uma representação visual esclarecedora das dinâmicas inflacionárias ao longo das décadas no Brasil, permitindo uma análise mais aprofundada dos eventos econômicos que marcaram cada período e suas implicações para a estabilidade macroeconômica do país.

Conjuntura social: Pobreza

A Figura 27, que abrange o período de 1992 a 2017, revela uma tendência consistente e significativa ao longo desses anos.

O gráfico, com seu eixo y representando porcentagens variando de 0% a 40% e o eixo x indicando anos em ordem cronológica, evidencia a dinâmica de uma queda acentuada nas taxas representadas pela linha azul.

Figura 22: Evolução da Pobreza no Brasil



FONTE: FGV, 2023. disponível em: < https://www.cps.fgv.br/cps/bd/slides/SLIDE-NOTA-Dis_Pobreza_Desigualdade_Crise_Neri_FGV_Social_FGV.pdf> Acesso em FEV 2023

Iniciando com cerca de 35% em 1992, a taxa demonstra uma trajetória decrescente ao longo do tempo, atingindo pouco acima de 10% em 2017.

Essa redução progressiva indica uma melhoria substancial nas condições ou indicadores relacionados ao fenômeno representado pelos dados.

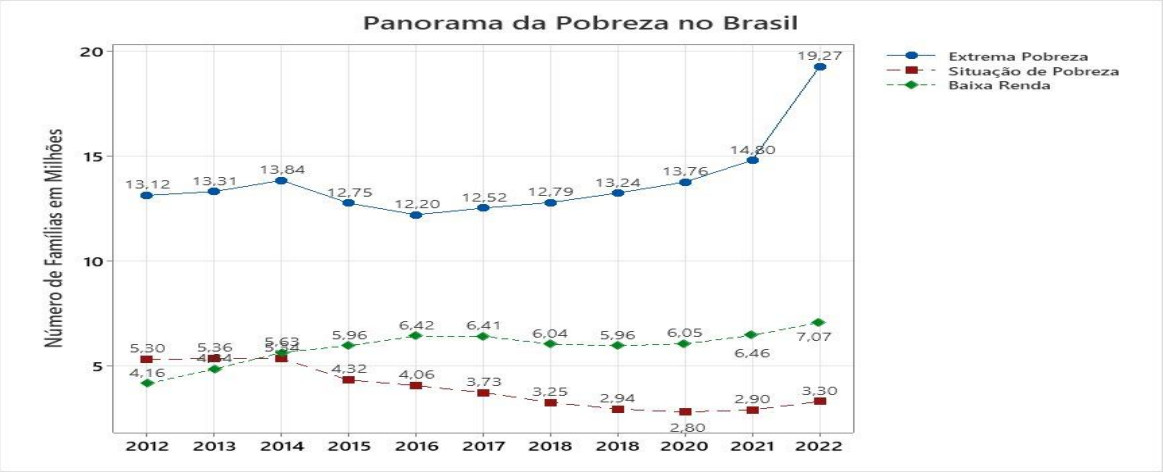
O ponto mais baixo registrado em 2017, com 10,8%, destaca-se como um marco na tendência descendente, sugerindo uma efetiva mitigação ou controle do fenômeno representado pela porcentagem em análise.

A análise da Figura 28, que abrange o período de 2012 a 2022, oferece um panorama interessante das condições de pobreza no Brasil, representadas em milhões de famílias.

O gráfico apresenta três linhas distintas, cada uma refletindo diferentes níveis de pobreza: "Extrema Pobreza" em azul, "Situação de Pobreza" em vermelho e "Baixa Renda" em verde.

Os eixos do gráfico mostram o número de famílias em milhões no eixo y, variando de 0 a 20 milhões, e os anos no eixo x, abrangendo de 2012 a 2022. As linhas em azul e em vermelha detêm maior relevância para este trabalho, tendo em vista o recorte proposto.

Figura 23: Panorama da Pobreza no Brasil



Fonte: IBGE

A análise detalhada da Figura 28 revela padrões distintos nos diferentes níveis de pobreza no Brasil ao longo do período de 2012 a 2022. A linha azul, que representa a "Extrema Pobreza", destaca um aumento significativo ao longo dos anos, com um crescimento especialmente acentuado entre 2020 e 2022. Durante esse período, ocorre um salto considerável de aproximadamente 14 milhões para mais de 19 milhões de famílias vivendo em extrema pobreza.

Em contraste, a linha vermelha, associada à "Situação de Pobreza", revela uma trajetória oposta, indicando uma diminuição consistente ao longo do tempo. Esse declínio atinge seu

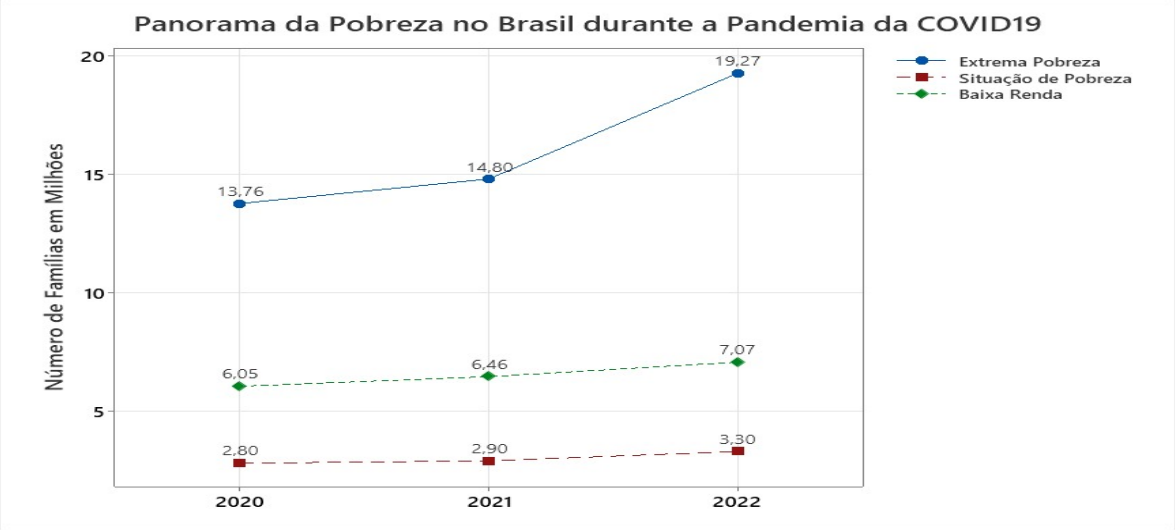
ponto mais baixo, situando-se em torno de menos de três milhões de famílias até o ano de 2021.

Quanto à linha verde, que representa a condição de "Baixa Renda", observa-se uma relativa estabilidade ao longo dos anos, com um leve incremento em direção a sete milhões de famílias até o ano de 2022.

A Figura 29 apresenta um panorama da pobreza no Brasil durante a pandemia da COVID-19, exibindo o número de famílias em milhões afetadas por diferentes níveis de pobreza.

O gráfico destaca três categorias distintas: extrema pobreza, pobreza e baixa renda. No eixo x, temos os anos de 2020, 2021 e 2022, enquanto o eixo y representa o número de famílias em milhões afetadas pelos diferentes estratos de pobreza.

Figura 24: Pobreza no Brasil durante a Pandemia da COVID19



Fonte: IBGE

As linhas no gráfico são representadas por cores distintas, sendo a linha azul associada à extrema pobreza, a linha vermelha à situação de pobreza e a linha verde à baixa renda. Em 2020, observa-se que cerca de 13,76 milhões de famílias enfrentavam extrema pobreza, 6,05 milhões viviam em situação de pobreza e 2,80 milhões eram classificadas como baixa renda. Ao progredir para 2022, destaca-se um aumento significativo na extrema pobreza, afetando aproximadamente 19,27 milhões de famílias.

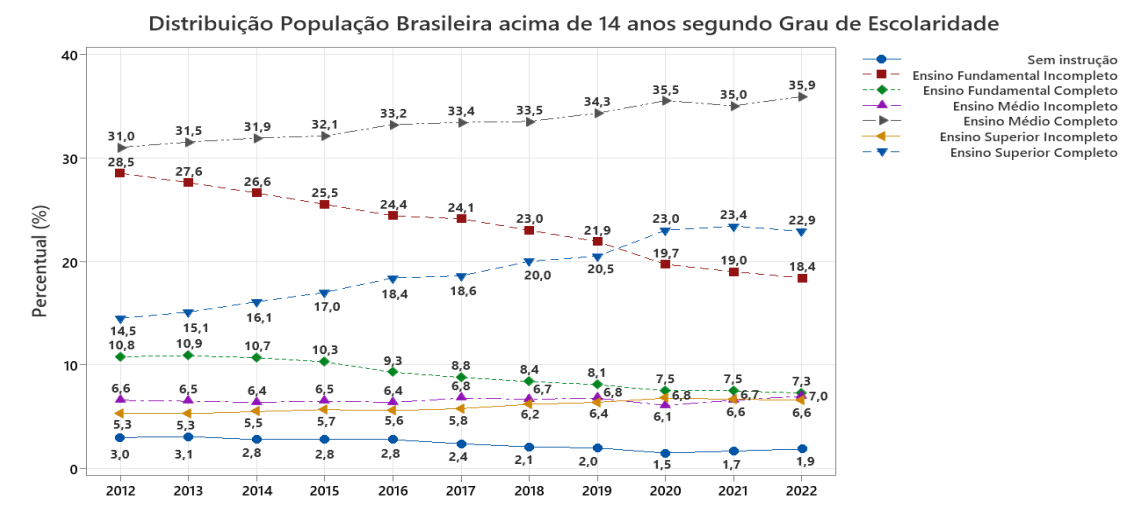
As famílias em situação de pobreza experimentaram um leve aumento, chegando a cerca de 7,07 milhões, enquanto a baixa renda também registrou uma elevação, atingindo cerca de 3,30 milhões de famílias.

Escolaridade

A Figura 30 oferece uma representação gráfica da distribuição da população brasileira acima de 14 anos, categorizada de acordo com o grau de escolaridade, durante o período de 2012 a 2022. Intitulado "Distribuição População Brasileira acima de 14 anos segundo Grau de Escolaridade", o gráfico apresenta no eixo y a porcentagem (%) de pessoas, variando de 0% a 40%, enquanto o eixo x representa os anos de 2012 a 2022.

As sete linhas distintas no gráfico correspondem a diferentes níveis educacionais, facilitando a análise: Sem instrução, Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio Incompleto, Ensino Médio Completo, Ensino Superior Incompleto e Ensino Superior Completo.

Figura 25: Distribuição População Brasileira acima de 14 anos segundo Grau de Escolaridade



Fonte: IBGE

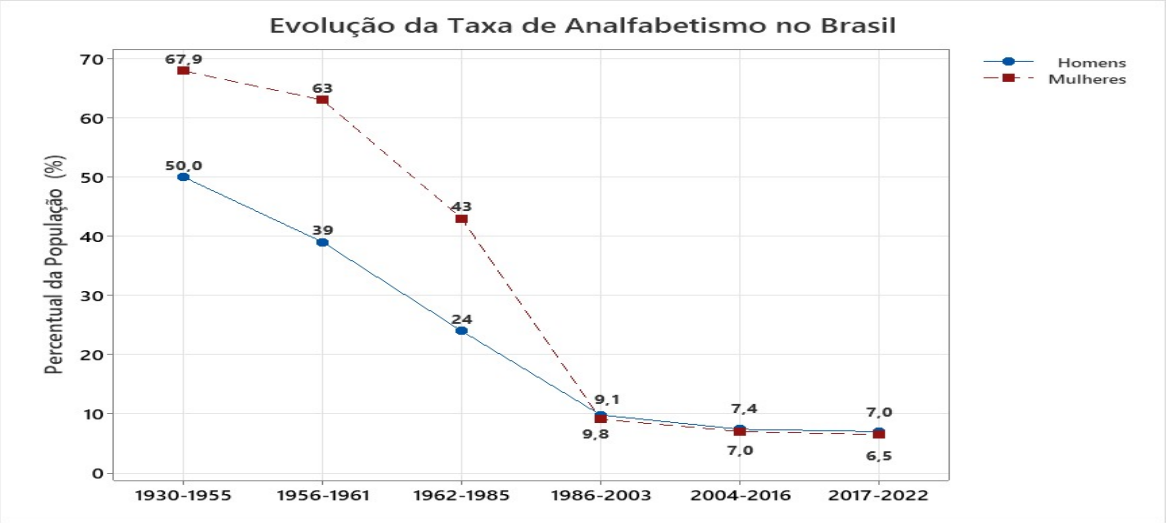
Uma observação inicial revela uma redução notável no percentual de pessoas sem instrução, passando de 3,0% em 2012 para 1,9% em 2022, sugerindo avanços no acesso à educação básica. Paralelamente, ocorre uma diminuição progressiva no percentual da população com ensino fundamental incompleto, indicando melhorias no alcance da educação fundamental.

Os percentuais referentes aos níveis de ensino fundamental completo e ensino médio incompleto mantiveram-se relativamente estáveis ao longo dos anos. Entretanto, destaca-se um aumento significativo nos percentuais de pessoas com ensino médio completo, indicando maior conclusão dessa etapa educacional. Notavelmente, o ensino superior, tanto incompleto quanto completo, apresenta uma trajetória ascendente marcante.

O percentual da população com ensino superior incompleto e completo aumentou consideravelmente, refletindo uma possível expansão do acesso ao ensino superior e a conclusão desse nível de instrução. Esses dados educacionais proporcionam *insights* valiosos sobre o progresso educacional no Brasil ao longo da última década. A redução nos percentuais de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto, aliada ao aumento nos níveis de ensino médio e superior, destaca avanços no sistema educacional do país. No entanto, é importante reconhecer que desafios persistentes podem requerer atenção contínua.

A Figura 31 oferece uma análise abrangente da evolução da taxa de analfabetismo no Brasil, abarcando o extenso período de 1930 a 2022. Intitulado "Evolução da Taxa de Analfabetismo no Brasil", o gráfico emprega o eixo x para representar diferentes intervalos temporais: 1930-1955, 1956-1961, 1962-1985, 1986-2003, 2004-2016 e 2017-2022. O eixo y reflete a porcentagem da população analfabeta, variando de 0% a 70%.

Figura 26: Evolução da Taxa de Analfabetismo no Brasil de 1930 até 1955



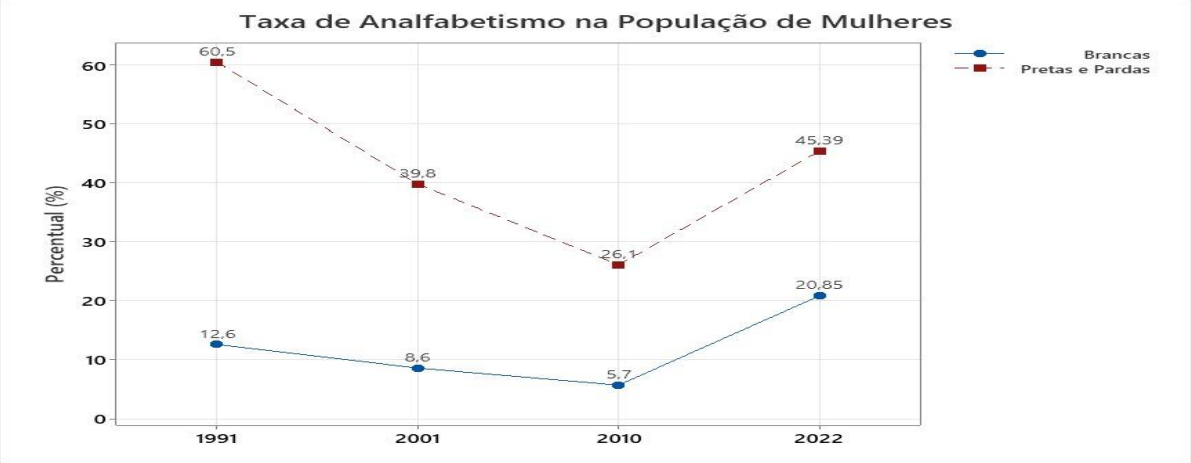
Fonte: IBGE

Duas linhas distintas destacam os dados para homens e mulheres. A linha contínua azul, com marcadores circulares, representa os homens, enquanto a linha tracejada vermelha, com marcadores quadrados, ilustra a tendência para as mulheres. Ambas as linhas revelam uma notável diminuição no analfabetismo ao longo do tempo, evidenciando um progresso significativo no cenário educacional brasileiro. Um exemplo revelador desse declínio é observado no analfabetismo feminino, que experimentou uma redução notável de cerca de 67,9% no período de 1930-1955 para uma taxa estimada de aproximadamente 6,5% no intervalo de 2017-2022.

Essa transformação demonstra os esforços contínuos e eficazes em prol da alfabetização feminina ao longo das décadas, indicando avanços substanciais na promoção da educação e igualdade de gênero no Brasil.

Sob o título "Taxa de Analfabetismo na População de Mulheres", as duas linhas distintas representam os diferentes grupos raciais: "Brancas" e "Pretas e Pardas". O eixo x indica os anos, enquanto o eixo y reflete a porcentagem da taxa de analfabetismo.

Figura 27: Taxa de Analfabetismo na População de Mulheres no Brasil



Fonte: IBGE

Para as mulheres brancas, a taxa de analfabetismo apresenta uma redução consistente ao longo do tempo, diminuindo de 12,6% em 1991 para 5,7% em 2010. Em contrapartida, as mulheres pretas e pardas experienciam uma queda significativa, passando de 60,5% em 1991 para 26% em 2010.

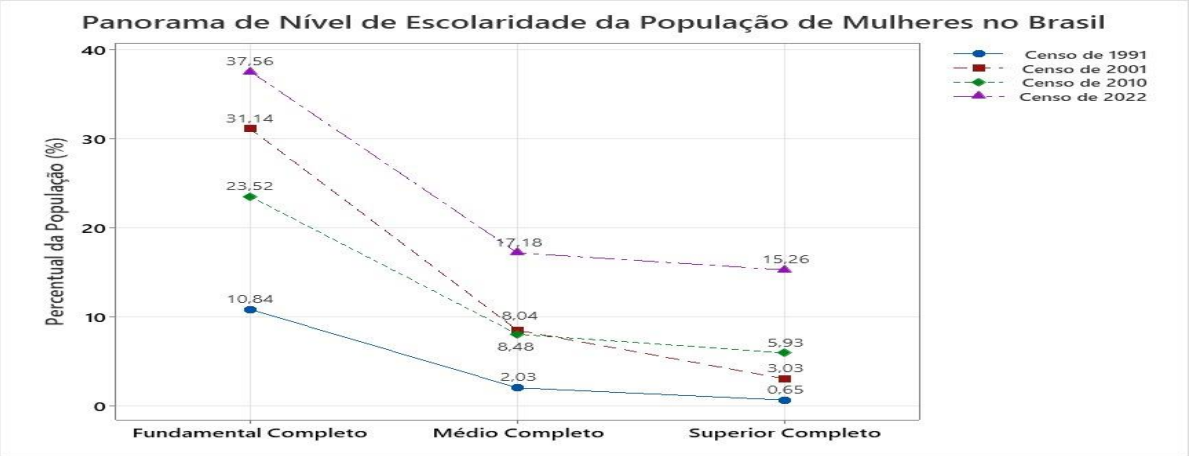
Contudo, há uma preocupação evidente, pois é projetado um aumento para 45,39% em 2022. Os pontos de dados específicos marcados ao longo das linhas fornecem informações precisas sobre as porcentagens exatas de analfabetismo em cada ano.

Essa representação visual destaca as disparidades raciais persistentes na educação, destacando a necessidade de estratégias específicas para abordar tais desigualdades e promover a inclusão educacional de todos os grupos ao longo do tempo.

A Figura 34, intitulada "Panorama de Nível de Escolaridade da População de Mulheres no Brasil", oferece uma análise dos dados educacionais ao longo dos anos de 1991, 2001, 2010 e uma projeção para 2022.

O gráfico contempla três categorias educacionais: "Fundamental Completo", "Médio Completo" e "Superior Completo", cada uma representada por uma linha distinta.

Figura 28: Escolaridade da População de Mulheres no Brasil



Fonte: IBGE

Em 1991, observou-se que 25,2% das mulheres concluíram o Ensino Fundamental, 7,8% completaram o Ensino Médio, e 1,5% alcançaram o Ensino Superior. Ao longo da década, houve uma notável elevação desses índices. Em 2001, as percentagens aumentaram para 40,6%, 15,4% e 4,2%, respectivamente.

Os dados de 2010 indicam um progresso adicional, com 53,7% das mulheres completando o Ensino Fundamental, 29,1% o Ensino Médio e 10,5% atingindo o Ensino Superior. A projeção para 2022 aponta para um cenário ainda mais positivo, com 65,8% concluindo o Ensino Fundamental, 38,2% o Ensino Médio e 15,7% alcançando o Ensino Superior.

Essa análise reflete uma tendência consistente de aumento nas porcentagens de mulheres que completaram diferentes níveis de educação ao longo das décadas consideradas. Os pontos representativos ao longo de cada linha visualmente ilustram esse progresso, sugerindo melhorias substanciais no acesso e na conclusão bem-sucedida da educação formal por parte da população feminina no Brasil. Essa evolução ao longo do tempo indica avanços significativos no âmbito educacional para as mulheres no país.

Rendimentos

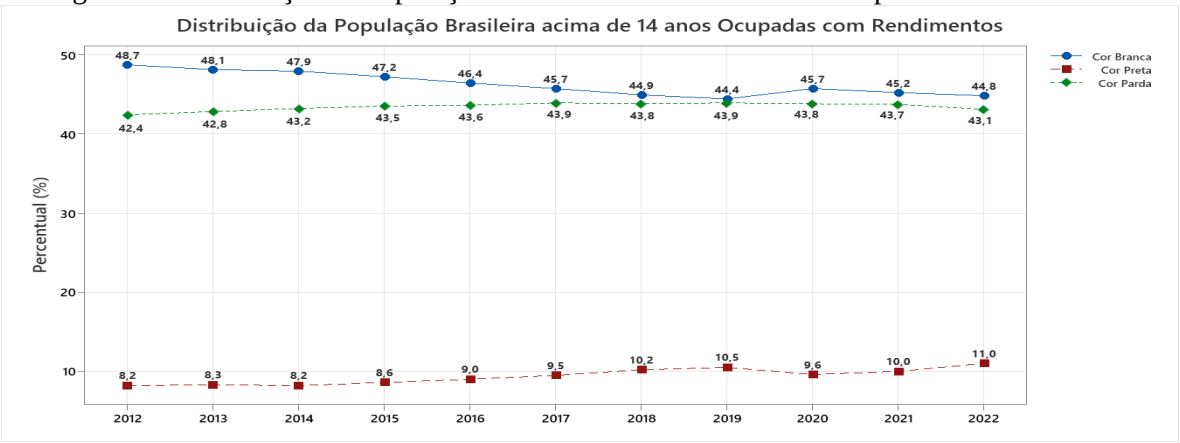
A Figura 35 em análise apresenta a "Distribuição da População Brasileira acima de 14 anos Ocupadas com Rendimentos" ao longo dos anos de 2012 a 2022. O eixo x representa os anos, enquanto o eixo y representa percentis variando de 0 a 50. O gráfico inclui três linhas distintas, cada uma correspondendo a diferentes conjuntos de dados, identificados por cores associadas a diferentes grupos étnicos: branca, preta e parda. Infelizmente, detalhes específicos sobre a natureza dessas linhas não podem ser fornecidos por questões éticas. A

análise dos dados revela dinâmicas ocupacionais significativas entre a população brasileira acima de 14 anos, segmentada por cor, ao longo do período considerado. Nota-se um declínio constante no percentual de ocupados da cor branca, passando de 48,7% para 44,8%. Essa tendência sugere possíveis transformações nas estruturas de emprego ou na distribuição de renda dentro desse grupo étnico. Em contraste, observa-se uma tendência ascendente no percentual da população preta ocupada, aumentando de 8,2% para 11,0%.

Essa variação indica avanços nas oportunidades de emprego para a comunidade negra, sugerindo esforços efetivos na redução de disparidades raciais no mercado de trabalho.

Por fim, a estabilidade nos percentuais da população parda ocupada, oscilando entre 42,4% e 43,1%, destaca uma relativa constância nas dinâmicas ocupacionais desse grupo ao longo do período analisado. Essas nuances oferecem insights cruciais sobre a evolução das dinâmicas de emprego e renda entre diferentes grupos étnicos no Brasil.

Figura 29: Distribuição da População Brasileira acima de 14 anos Ocupadas em Rendimentos



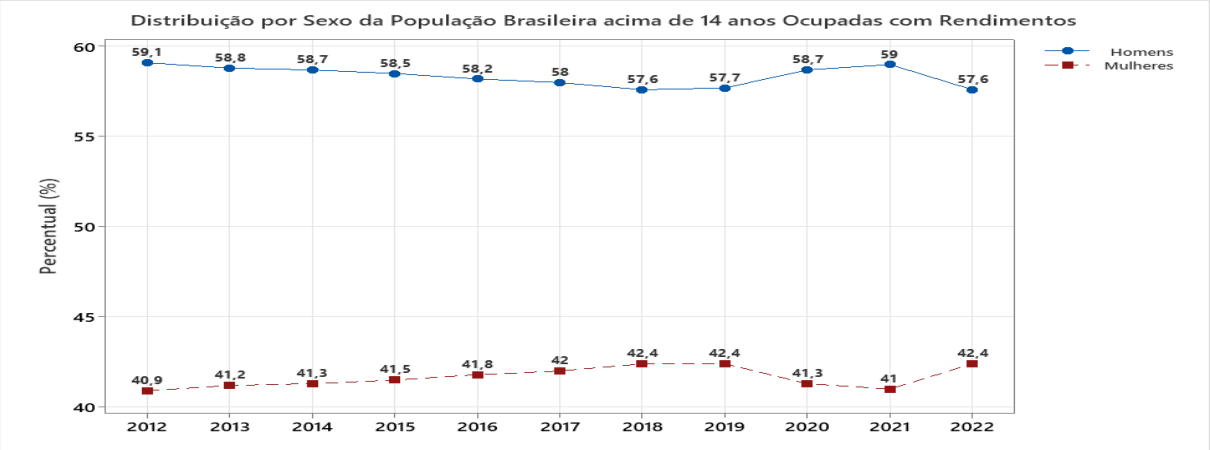
Fonte: IBGE

A figura 36 apresenta a distribuição por sexo da população brasileira acima de 14 anos Ocupadas com Rendimentos", abrangendo o período de 2012 a 2022, com o eixo x representando os anos e o eixo y indicando percentis entre 40 e 60. O gráfico destaca duas linhas distintas: uma representando homens em azul e outra representando mulheres em vermelho. Ao analisar os dados, observamos que a taxa de emprego entre os homens iniciou em aproximadamente 59,1% no ano de 2012, apresentando flutuações leves ao longo dos anos e encerrando em torno de 57,6% no ano de 2022. Em contrapartida, a taxa de emprego das mulheres teve início por volta de 40,9% em 2012, também mostrando variações sutis ao longo dos anos e atingindo cerca de 42,4% em 2022.

A interpretação desses dados revela padrões consistentes e notáveis nas dinâmicas de participação no mercado de trabalho. Durante o período analisado, os percentuais indicam

uma predominância masculina, com os homens representando a maioria dos ocupados. Contudo, é importante notar uma ligeira queda na taxa de emprego masculina, acompanhada por um aumento gradual na taxa de emprego feminina. Essas variações sugerem possíveis mudanças nas dinâmicas de emprego por sexo ao longo dos anos, destacando a relevância de considerar as disparidades de gênero no contexto do mercado de trabalho brasileiro.

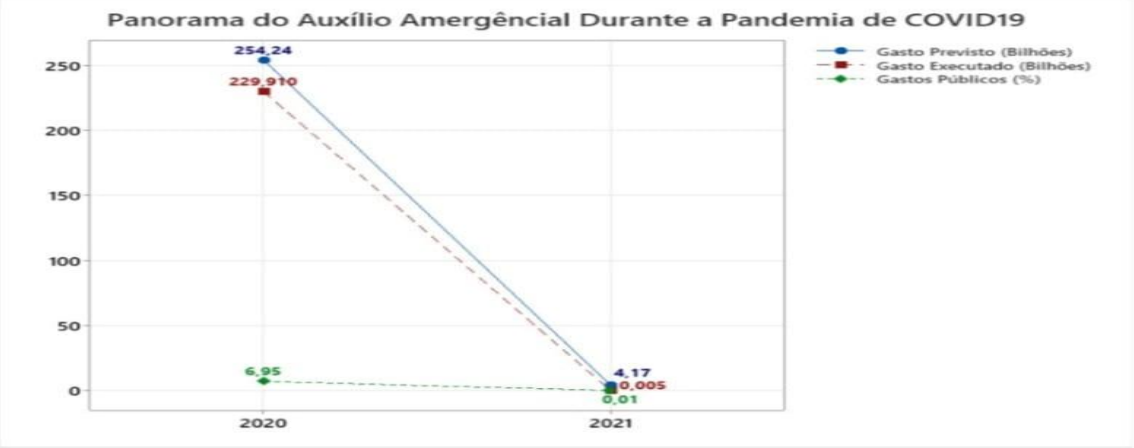
Figura 30: Distribuição por Sexo da População Brasileira acima de 14 anos Ocupadas com rendimentos



Fonte: IBGE

A Figura 37 apresenta o panorama do "Auxílio Emergencial Durante a Pandemia de COVID-19". O eixo x abrange os anos de 2020 e 2021, enquanto o eixo y representa valores de 0 a 250 em incrementos de 50. O gráfico exibe três linhas distintas que representam os seguintes indicadores: "Gasto Previsto (Bilhões)", "Gasto Executado (Bilhões)" e "Gastos Públicos (%)".

Figura 31: Panorama do Auxílio Emergencial Durante a Pandemia da COVID19



Fonte: AGU

Em 2020, o gasto previsto atingiu seu ápice, alcançando aproximadamente 254,24 bilhões de reais. No mesmo ano, o gasto executado foi de cerca de 229,91 bilhões de reais, enquanto os gastos públicos representaram aproximadamente 6,95% do total. No entanto, ao transitar para 2021, observa-se uma redução significativa em todos esses indicadores. O gasto previsto diminuiu para cerca de zero bilhão de reais, o gasto executado aproximou-se de quatro bilhões de reais, e os gastos públicos quase atingiram zero por cento.

Essa análise visual oferece uma compreensão clara das mudanças nos números relacionados ao Auxílio Emergencial durante os anos de 2020 e 2021, destacando a significativa diminuição nos valores planejados, executados e na proporção dos gastos públicos em relação ao PIB. Essas informações são cruciais para avaliar o impacto e a gestão financeira durante a crise gerada pela pandemia de COVID-19.

Os dados apresentados revelam uma significativa evolução nos valores destinados a benefícios ao cidadão ao longo dos anos. Em 2019, foram alocados 89,1 bilhões de reais para esse fim, beneficiando mais de 21 milhões de pessoas, representando aproximadamente 11,05% da população. Em contraste, o ano de 2020 testemunhou um aumento substancial nesses investimentos, atingindo a marca expressiva de 633,3 bilhões de reais destinados a benefícios ao cidadão.

Esse montante beneficiou mais de 89 milhões de pessoas, correspondendo a cerca de 46,82% da população. No ano subsequente, 2021, houve uma redução nos valores, com 157,1 bilhões de reais destinados a benefícios ao cidadão, abrangendo mais de 74,6 milhões de pessoas, o que representa aproximadamente 39,24% da população.

Já em 2022, os recursos destinados totalizaram 148,5 bilhões de reais, beneficiando mais de 29 milhões de pessoas, correspondendo a cerca de 15,31% da população. Esses números refletem a dinâmica dos investimentos em benefícios ao cidadão ao longo desses anos, evidenciando variações nos montantes alocados e na abrangência populacional dessas políticas.

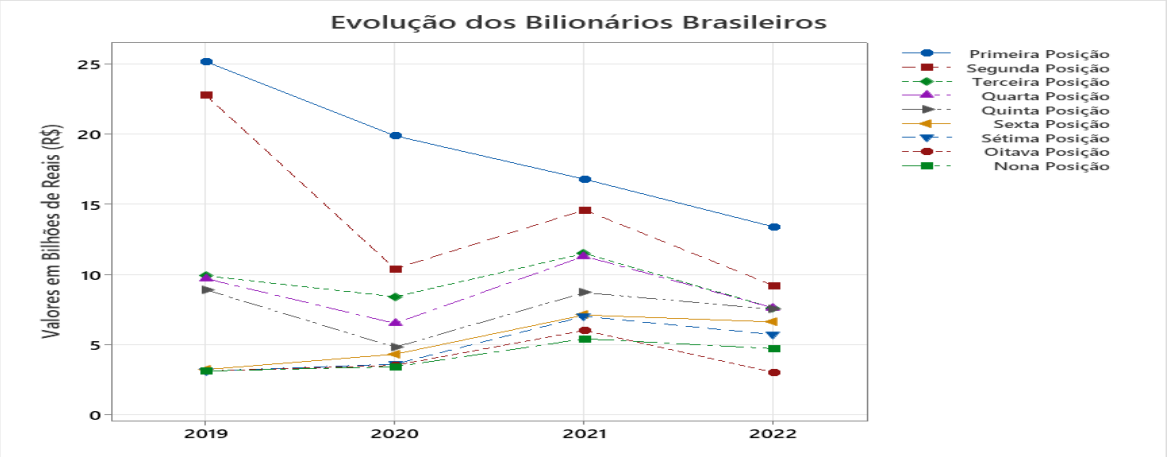
Essas informações são essenciais para compreender o comprometimento do governo com o bem-estar da sociedade e a distribuição de recursos para atender às necessidades da população.

Riqueza & pobreza

A figura 39 revela a dinâmica da evolução da riqueza dos bilionários brasileiros entre os anos de 2019 e 2022. Cada linha representa a posição financeira de um indivíduo distinto, identificado por cores e formas específicas. O eixo y, rotulado como "Valores em Bilhões de

Reais (R$)", abrange uma faixa de 0 a 25 bilhões, enquanto o eixo x representa os anos correspondentes, de 2019 a 2022.

Figura 32: Evolução dos Bilionários Brasileiro



Fonte: Revista Forbes

Ao examinar o gráfico, observam-se flutuações significativas na riqueza desses bilionários ao longo dos anos. Diferentes trajetórias são evidenciadas, com alguns indivíduos experimentando aumentos substanciais enquanto outros enfrentam declínios. Destaca-se, em particular, a trajetória de um indivíduo representado por um quadrado azul. Esse bilionário vivencia um notável aumento, passando de cerca de 5 bilhões de reais em 2019 para quase 25 bilhões de reais em 2020, antes de enfrentar um declínio subsequente.

3.4 HÁ RELAÇÃO DE CAUSALIDADE DA ATUAÇÃO ESTATAL DE 1930 A 2022 COM O AUMENTO DA FOME URBANA NO BRASIL, EM TERMOS DE GÊNERO, COR/RAÇA, RESPONSABILIDADE FAMILIAR, ESCOLARIDADE E RENDA (2020-2022)?

3.4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A indagação delineada como título desta subseção constitui o cerne problemático desta pesquisa, cujo escopo abrange mais de duzentas páginas na busca por uma resposta concernente à existência de uma relação causal entre a atuação estatal no período de 1930 a 2022e o aumento da fome urbana no Brasil de 2020 a 2022. Tal análise é realizada sob a ótica de variáveis como gênero, cor/raça, responsabilidade familiar, escolaridade e renda, nos termos da proposta já exposta em linhas volvidas e com detalhes.

As pesquisas empreendidas pela Rede PENSSAN, nomeadamente os estudos I e II VIGISAN de 2021 e 2022, convergiram para a evidência de que mulheres, principalmente negras, chefes de família, com baixa escolaridade e renda, constituíram um dos segmentos mais vulneráveis frente à fome urbana no contexto da pandemia da COVID-19. Isso já havia sido divulgado pelo IBGE anos atrás.

A presente dissertação propõe-se a investigar se essa trágica realidade já se delineava desde 1930 até o período que precedeu a agudização da fome no Brasil, visando estabelecer um nexo entre essa problemática e a atuação estatal em eras pretéritas. Os dados e informações provenientes de fontes bibliográficas, documentais e estatísticas formam a base para os resultados obtidos, os quais são apresentados e discutidos nas seções subsequentes.

Com o mergulho nos números foi possível interpretar as estatísticas socioeconômicas para compreender o fenômeno da agudização da fome em famílias chefias por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda.

3.4.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo da exposição efetuada até o presente momento, abordando os elementos histórico-políticos, jurídico-legislativos, econômicos e sociais pertinentes à pesquisa, evidencia-se uma marcante flutuação na atuação governamental na esfera social ao longo dos períodos de 1930-1955, 1956-1961, 1961-1985, 1985-2003, 2003-2016 e 2016-2022, que participaram da criação dos réis, da descontinuidade, da restauração da moeda nacional brasileira, dos cruzeiros até o real.

Há relação de causalidade da atuação estatal de 1930 a 20220 com o aumento da fome urbana no Brasil, em termos de gênero, cor/raça, responsabilidade familiar, escolaridade e renda (2020-2022)?

A resposta a essa indagação, que serviu como problema da pesquisa, é positiva, no sentido de existência de nexo causal da atuação do Estado dos anos de 1930 a 2020 com a agudização da fome urbana no Brasil de 2020 a 2022, em termos de gênero, cor/raça, responsabilidade familiar, escolaridade e renda.

Isso porque, após a caracterização do perfil governamental de cada marco temporal, verificou-se que o Estado dos períodos de 1930-1955, 1956-1961, 1961-1985, 1985-2003, 2003-2016 e 2016-2022 não se voltou, sensível, pontual e eficazmente à proteção social do segmento, de modo a contribuir para a redução progressiva da insegurança alimentar na sequência dos anos que se seguiram.

No intervalo de 1930 a 2022 não houve uma atuação estatal preocupada em toda a sua extensão com a fome urbana no Brasil, de modo a garantir o alimento a todos os seus cidadãos, notadamente os mais carentes.

Como consequência, padeceram mais acentuadamente com o flagelo notadamente famílias chefiadas por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda. Em razão disso, verificou-se, ainda, como ponto de reflexão sobre o protagonismo estatal na promoção, salvaguarda e ampliação do acesso ao alimento, a convergência entre "Carolinas do Século XX" e "Carolinas do Século XXI", em termos de gênero, cor/raça, referência familiar, renda e escolaridade, evidenciando que mulheres negras, com baixas escolaridade e renda, e chefes de família domiciliadas em áreas urbanas já figuravam como o segmento mais vulnerável dos anos anteriores até 1930.

Nessa toada, emerge a premente necessidade de o Estado adotar, a par das políticas públicas já existentes para o combate à fome, medidas governamentais setoriais para alcançar uma das categorias mais comuns como vítimas da insegurança alimentar no país.

Em 1930, o alcança seu segundo bilhão de habitantes. No Brasil, eram 41,1 milhões de habitantes presentes, sendo a maioria homens. Em 1940, as mulheres assumem o *ranking*. Durante os anos setenta, a população urbana supera a rural. Em 2022, o globo tem 8 bilhões de habitantes, deste total, 203 milhões são habitantes do Brasil.

De 2012 a 2022, os números da evolução da população por cor alteram-se significativamente. Verifica-se o aumento da população da cor/raça parda. A porcentagem da população declarada de cor preta cresceu 32,4 e a parda 10,8, comparando-se os números de 2012 com os de 2021.

A família de 2022 e sua chefia são bem diferentes daquelas de 1930. O olhar da história do lugar da mulher no seio social tem íntima ligação com a da família brasileira e vice-versa. Novos contornos vêm com a CF/88 e, depois, em 2002, com o novo CC. A família patriarcal, originada do Império, começa a enfraquecer a partir da metade do século XIX.

O modelo tradicional cede espaço para outras formações e o homem já não tem exclusividade na chefia familiar. Nessa toada, os domicílios com responsáveis do sexo feminino no ano de 2000 já se caracterizavam como um fenômeno tipicamente urbano e segue crescente, estando localizados em 91,4% das cidades. Com uma população de 169,7 milhões de pessoas, o país tinha 48,2 milhões de famílias, 44,7 milhões de unidades domiciliares, sendo 24,9% chefiadas por mulheres. De 2001 a 2015, as famílias chefiadas por mulheres mais que dobraram, passando de 14,1 milhões em 2001 para 28,9 milhões em 2015.

Em 2012 eram 25,06 milhões de famílias cadastradas no CadÚnico, cerca de 81,3 milhões de pessoas. Em 2022, a cifra saltou para 41,2 milhões, sendo 93,6 milhões de pessoas nos registros. Naquele ano, 13,1 milhões de famílias em situação de extrema pobreza. Para 2022, o registro é de 21,6 milhões. As mulheres aparecem como prevalentes na demanda, assim como as pessoas pardas.

A resposta acima pautou-se na observação equidistante nos aspectos e subaspectos dos MG 1 (1930-1955), MG 2 (1956-1961), MG 3 (1961-1985), MG 4 (1985-2003), MG 5 (2003-2016) e MG 6 (2016-2022) e na classificação do interesse preponderante em cada intervalo.

No que tange ao balanço da conjuntura histórico-política (ações e omissões estatais e priorizações), jurídico-legislativo (normas constitucionais e infraconstitucionais com repercussões sociais), econômica (RPTN, PIB, inflação) e social (fome, baixa escolaridade, analfabetismo e ensino fundamental incompleto, e baixa renda, pobreza e pobreza extrema), os resultados advindos variaram consideravelmente a depender do marco governamental analisado, quando foi possível indicar preponderância do interesse na atuação estatal no campo econômico, social ou misto.

Apurou-se, em síntese, que os MG's 3 (1961-1985) e 6 (2016-2022) caracterizaram um tipo de interesse eminentemente econômico; o 5 (2003-2016) um tipo de interesse preponderantemente social; e 1 (1930-1955), 2 (1956-1961) e 4 (1985-2003) manifestaram um tipo de interesse misto (econômico e social).

A fim de contextualizar esses resultados, optou-se por trazer à baila uma apertada resenha dos principais aspectos e subaspectos de cada um dos MG's.

O MG 1 (1930-1955), intitulado "fome um tema proibido e de combate acanhado" e como traços marcantes o estímulo e o crescimento da industrialização brasileira,

Antes de 1930, a sociedade era predominantemente rural e agrária, com alto índice de analfabetismo, principalmente entre as mulheres, e baixo nível de cidadania. O problema da fome desde o período colonial foi marcado pela exploração totalmente descompromissada com a terra e a gente brasileiras, como salientado por Castro. A população sofria graves restrições alimentares e nutricionais. A redução da miséria era gestada lentamente pelo poder público, por meio da melhoria do abastecimento alimentar do nativo.

De 1930 a 1955, o Estado caminho em direção ao progresso econômico e para isto foca seu poderio no desenvolvimento industrial, priorizando os aspectos políticos e econômicos, com investimentos diretos nos setores de infraestrutura e da indústria de base. Para alcançar seu desiderato, o Estado traz para perto de si a massa trabalhadora. Concede-lhes direitos, promete-lhes empregos e um salário mínimo que lhes garanta comida na mesa. Mais tarde

descobrem a falácia do discurso. O desenvolvimento promovido pelo Estado era desigual e excludente. Os seus benefícios não eram para todos.

A representação política por meio da ampliação do voto enche de esperanças a população mais carente, mas na prática o analfabetismo permanece impactando negativamente os pretendentes a melhorias das condições socioeconômicas.

A CF/34 avançou mais que sua antecessora, especialmente nos direitos sociais e trabalhistas, mas apesar de o legislador ter incumbido o Estado de cuidar da assistência social e da saúde, de amparar as pessoas que estivessem em indigência, com proteção especial à família, especialmente as de prole numerosa, a realidade se distanciava muito da escrita do papel.

A economia tal como configurada precisava de uma força de trabalho diferenciada, mas a grande massa era detentora de baixos níveis de escolaridade (a maior parte analfabeta) e sem qualificação profissional. Ainda assim, verifica-se que a classe trabalhadora passou a contar com um sistema legal e medidas governamentais protetivas. Entretanto, sofreu com o alto custo de vida e a desvalorização salarial. E, guardadas as devidas proporções, a parcela da população brasileira mais carente, desamparada de tutela estatal, ficou à deriva, vivendo em condições degradantes. Não gerou empregos. Como o progresso dependia da tecnologia, os trabalhadores não estavam preparados. O custo de vida agravou muito, com grande inflação dos gêneros alimentícios. Entre 1930 e 1960, há expansão do ensino no Brasil, embora de forma desigual entre as classes sociais.

Com a abertura da economia ao mercado estrangeiro e o aumento da importação de produtos, ocorre a estagnação da indústria nacional, o aumento do volume de dívidas externas e a desvalorização da moeda nacional. O ano de 1946 é marcado por diversos movimentos trabalhistas e greves de operários. O Brasil vivia altas ondas de inflação. Em nome da redução de gastos públicos para o controle inflacionário, o Estado acabou prejudicando os trabalhadores, reduzindo-lhes o poder aquisitivo do salário mínimo. Ao longo da história percebeu-se que o valor fixado não era suficiente para satisfazer as necessidades basilares e individuais do trabalhador. Os reajustes quando ocorriam eram abaixo do custo de reprodução da força de trabalho. Para o trabalhador adquirir o que na época se chamou de ração essencial mínima, era preciso elevar significativamente o seu tempo de trabalho.

A CF/46 foi a primeira experiência democrática da Quarta República. Com ela ficou extinta a pena de morte e garantida a liberdade de expressão, o direito de propriedade, entre outros. Fortaleceu mais um pouco a participação popular, estendendo o voto para todos os homens e mulheres maiores de dezoito anos, desde que alfabetizados.

O Brasil adentra num ciclo de combate à inflação e em nome desta luta Vargas altera a distribuição de renda. Os mais prejudicados foram os trabalhadores urbanos, cujos salários estavam atrelados ao salário-mínimo, com último reajustamento ocorrido em 1951. Na sequência, Vargas instituiu uma política de austeridade, havendo redução significativa dos gastos públicos, justamente quando o país mais precisava avançar em obras de infraestrutura. O clima de insatisfação era generalizado, especialmente dos militares e da classe média pela alta dos juros e elevação dos índices do padrão de vida.

Antes de 1930, a fome era uma calamidade social silenciada pelos poderes, como dissertou Castro, e pela própria ciência. O estudo da fome no país iniciou-se no século XIX, com focos nos hábitos alimentares e doenças carenciais. Até a década de 1930, os problemas de abastecimento estavam ligados à oferta de alimentos aos migrantes às grandes metrópoles. A partir de Vargas, a fome passa a ser estudada também como um problema social, notadamente da classe trabalhadora. A política social específica surge a partir de Vargas, de 1937-1945, a exemplo da instituição do salário mínimo e dos restaurantes populares. Entre as décadas de 1930 e 1950, o mundo constatou que a fome não era um problema de produção limitada de alimentos, mas da dificuldade de acesso.

Embora as medidas se direcionassem à massa proletária e tivesse como objetivo protegê-la de uma excessiva pauperização, as condições efetivas de vida de algumas categorias não melhoraram nos anos de 1930 a 1945. Em 1946, Castro mostra para o mundo o cenário de fome do Brasil, por intermédio de Geografia da Fome.

O MG 2 (1956-1961), intitulado “fome e desenvolvimentismo” e como traços marcantes o crescimento e a diversificação industrial,

JK não hesitou em expandir o poderio estatal na economia. Manteve a posição radical de uma corrente desenvolvimentista baseada numa política nacionalista de intensificação do parque industrial. No entanto, admitiu o capital externo e beneficiou grandes grupos empresariais nacionais com linhas de financiamento. Seu modelo de gestão frutificou negativamente e produziu aumento nos gastos públicos, endividamento, desestabilização monetária, inflação, aumento dos impostos, desequilíbrio da balança comercial e outras tantas consequências. No geral, a economia cresceu a ritmo acelerado. De 1955 a 1961, a produção industrial chegou a 80%. Diferentemente em áreas como a educação, justamente quando a expansão da economia dependia de mão-de-obra qualificada.

As realidades político-administrativas dos primeiros marcos governamentais eram pouco comprometidas no combate à pobreza e à fome. A desigualdade de renda não figurou na pauta política de Vargas, nem de JK. Também sequer foi motivo de preocupação dos

demais e curtos mandatos. A explicação decorria da própria concepção de desenvolvimento econômico reinante do século XX. A melhoria dos níveis de vida da população viria naturalmente com o desenvolvimento industrial.

O MG 3 (1961-1985), intitulado "o milagre econômico na ditadura militar e o pecado da fome", teve como traços marcantes o regime autoritário e repressivo, com supressão de garantias e direitos constitucionais.

Nos governos da ditadura militar verificaram progresso econômico, endividamento público e hiperinflação. Ao todo, a ditadura do período durou 21 anos e esteve sob o comando de cinco presidentes das Forças Armadas e de uma junta militar. Foi um período de abolição e suspensão a direitos, garantias e liberdades constitucionais. Políticos e adversários do regime militar foram cassados, presos, exilados ou mortos.

O período teve o desafio de ajustar os desequilíbrios deixados por JK. Para isso, os governos focaram, num primeiro momento, na redução dos gastos públicos, no aumento da receita tributária e na negociação de dívidas externas. No entanto, as despesas, ao contrário do esperado tornaram-se cada vez maiores.

A ditadura militar teve relevância para o desenvolvimento da industrialização brasileira. Aliou o continuísmo do processo iniciado em 1930 ao crescimento econômico. O recuo viria ao longo dos anos seguintes, por meio de políticas de controles de preços, cortes orçamentários do governo e redução salarial.

A partir 1964, a ditadura militar rebaixa e retorna o problema da fome à antiga visão restritiva do campo biológico da desnutrição. Nesse período, houve uma tentativa de incorporar técnicas de planejamento nutricional ao planejamento econômico. Em 1970, o foco altera-se para a capacidade de produção agrícola. Nessa década, a questão nutricional voltou a se destacar na agenda pública militar, quando a temática se ampliou para as áreas da saúde, educação e assistência social.

Até 1960, os números de mulheres no ensino superior eram extremamente acanhados. Em 1970, os homens constituíam quase 75% dos universitários no país. Dez anos mais tarde, as mulheres alcançaram 45,5% das cadeiras do ensino superior. A presença notável das mulheres no atual ensino médio apareceu em 1980, quando na década anterior homens representavam quase 75% dos universitários.

Entre 1968 e 1974, o Brasil vivencia o milagre econômico, período correspondente ao crescimento econômico extraordinário, industrialização, inflação baixa, grande geração de empregos, mas houve também um aumento da corrupção. O progresso econômico alcançado por meio aparelhamento ideológico e econômico programado pelos governos da ditadura

militar até 1985 custou muito caro para o Brasil. O financiamento foi o capital estrangeiro, quem ditava as regras.

Houve um saldo significativo no PIB. A inflação reduz o patamar. Não obstante o êxito econômico no país, a população experimentou uma fase de aumento da concentração de renda e da desigualdade social. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 no Brasil, por exemplo, houve um viés forte de pró-crescimento econômico, mas com baixo desenvolvimento humano.

A CF/67 retrocedeu a conquistas verificadas por sua antecessora. Ademais, o texto recebeu várias emendas, por meio dos famigerados atos institucionais e decretos entre 1964 e 1969.

A hiperinflação produzida durante o governo militar foi um golpe certeiro na população mais carente, incluindo assalariados, cujas rendas não conseguiam acompanhar o aumento de preços, principalmente, dos gêneros alimentícios. O crescimento econômico da fase do "milagre" não traduziu num desenvolvimento social, uma vez que a maioria da população ficou excluída do progresso material. A degradação das condições de vida das massas trabalhadoras que passaram ao largo do crescimento econômico.

No conjunto dos anos 30 e 70, predominou no Brasil a contenção ou congelamento salarial como parte da política econômica governamental autoritária, a ponto de ocorrer profunda distorção na repartição de renda e pauperização de parte do proletariado. O declínio do salário mínimo contrastava com o aumento progressivo da produtividade econômica. Quanto à área social, não havia ações globais e sistemáticas, mas apenas algumas medidas setoriais e controladoras de eventuais crises. Embora tenha havido aumento na geração de empregos durante a ditadura, a política de restrição salarial gerou reflexos negativos. Os salários baixos não asseguravam o acesso dos trabalhadores aos benefícios do crescimento econômico. A fase é marcada pela alta concentração da renda e aumento da desigualdade social.

O MG 4 (1985-2003), intitulado "fome e redemocratização" teve como traços marcantes a redemocratização e a alternância de planos econômicos para driblar a hiperinflação,

Com o país vivendo altos índices de inflação, os governos do período dedicaram especial atenção à pauta.

No Censo de 1990, as mulheres eram analfabetas e terminaram o século XX mais alfabetizadas do que os homens. A mudança foi gradual e estratégica. As mulheres passaram a ser maioria no nível primário de ensino e, em seguida, no nível secundário. Em 1991, houve um nivelamento. A proporção de mulheres alfabetizadas passou de 80,6%, em 1991, para 87,5%, em 2000.

O MG 5 (2003-2016), intitulado “o Brasil no Mapa da Fome da ONU”, teve como traços marcantes a implementação e ampliação de políticas públicas sociais.

Por fim, o MG 6 (2016-2022), intitulado “agudização da fome e o desmonte de políticas públicas setoriais” teve como traços marcantes o controle de gastos públicos e a redução de políticas públicas.

Em 2010, as mulheres já representavam mais de 50%. A mudança da desigualdade de gênero na educação superior se consolidou na virada do século.

Houve queda louvável das taxas de pobreza, inicialmente a partir da implementação do Plano Real, nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso e, depois, com Luiz Inácio Lula da Silva.

No que se refere à insegurança alimentar, a FAO constatou marcos de subnutrição que oscilaram entre melhoras e pioras desde 1969 até 2022. Naquele ano e 1979-81, a previsão de famintos era de mais de 900 milhões. Os anos de 2007-2009 alcançaram resultados piores, ultrapassando pela primeira vez a marca de mil milhões desde 1970. Mais 800 milhões de pessoas em situação de subnutrição puderam ser encontrados nos anos de 1990-92, 1996-98 e 2012-2014. Nos demais anos, os números foram superiores a 600 e 700 milhões. Ressalte-se que a estatística para os anos de 2020-2022 mostrou 720 e 811 milhões de pessoas no mundo enfrentando a fome, com estado crítico no ano de 2021, comparativamente a 2020 e 2022. Na década de 1980 e início da década de 1990, houve progressos significativos na redução da fome crônica. Entretanto, a diminuição na proporção de subnutridos entre 1990-92 e 2004-2006 foi insuficiente.

É importante consignar na maioria dos relatos, a FAO deixa evidente que a maior causa da fome advém das desigualdades socioeconômicas, embora cite outros fatores para justificar a presença marcante da insegurança alimentar no mundo, como os aspectos demográficos, ambientais e políticos. Destaca-se que para a entidade as pessoas mais necessitadas são geralmente participantes marginais na economia de mercado dominante e que as mulheres são uma das vítimas mais comuns no processo de exclusão.

Desde os primeiros relatórios da FAO, a prevalência da subnutrição medida no Brasil era descrita como moderadamente baixa. Mas assim como os registros globais, a fome no país experimentou uma diminuição do número de pessoas entre 1990-92 e 2001-03, de 18,5 milhões para 14,4 milhões. Em 2013, conseguiu melhorar a marca para 13,6 milhões de pessoas. Voltou a aumentar a partir de 2015.

A verificação dessa trajetória negativa pôde ser confirmada pelos I e II Inquéritos Nacionais sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19[98], conduzidos pela Rede PENSSAN nos períodos de dezembro de 2020 e novembro de 2021 a abril de 2022. No primeiro deles, apurou-se que 19,1 milhões de brasileiros enfrentaram fome; no segundo, já eram 33 milhões. Entre outros resultados apurados, destacou-se a possível personalização da fome: mulheres negras, com baixas escolaridade e renda, e chefes de famílias urbanas.

Após a interpretação conjunta dos aspectos histórico-políticos, jurídico-legislativos, econômicos e sociais no período de 1930-2022, nos termos acima, resta o desafio de demonstrar a relação de seus dados com a agudização da fome nos anos de 2020-2022.

A involução da segurança alimentar no período até 1930 têm fundamento em diversos fatores, mas é possível afirmar que um deles estriba-se na atuação estatal descompromissada com o combate à pobreza e à fome.

As distintas formas de intervenção estatal na área da segurança alimentar são construídas a partir do jogo de interesses econômicos, sociais e políticos (Vasconcelos, 2005).

No uso arbitrário do poder, o Estado dribla o espírito da lei, em prol dos interesses econômicos privados. Neste último caso, quer-se dizer o uso do poder político para a obtenção intencional de ganhos financeiros de interesses privados. É uma conexão política perigosa e que se distancia dos propósitos legais e institucionais da figura estatal e de seus representantes. A corrupção é uma força debilitante.

A reflexão nos faz lembrar da intrigante indagação elaborada por Josué de Castro na introdução de sua obra (1984, p. 17): “Quais são os fatores ocultos desta verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome?”.

Até que ponto, o mundo quer se ver livre do flagelo? Permanece conveniente para a estrutura de poder ignorar ou encobrir o sofrimento dos famintos ou simplesmente dar-lhes as migalhas da riqueza produzida no mundo para assegurar-lhes a sobrevivência? As perguntas são muitas, assim também as respostas, mas soluções concretas dependem de vontade política.

Afinal, a fome já não é uma desconhecida. Ao contrário, faz-se presente insistentemente na vida de milhões de pessoas em todo o mundo. Insistentemente como Carolina Maria de Jesus ao falar da fome em todas as páginas de sua obra, embora tenha reservado seu esforço literário para refletir sobre outros problemas urbanos.

Daí por que quão salutar é a ampla participação política no cenário democrático de todos os segmentos sociais e extremamente nociva a relação promíscua dos poderes econômicos e

políticos conjugados se reforçando, em detrimentos da implementação e expansão de políticas públicas estruturalistas de cunho sociais. Em outubro de 1988, o total do eleitorado nacional detinha mais homens em sua composição. A situação se altera em 1998. Em 2022, as mulheres já representam 52,6% na distribuição por sexo,

A balança da justiça, equilibrada pelo princípio da proporcionalidade, não pode continuar pendente para o prato do crescimento econômico, em prejuízo do direito à alimentação da população mais vulnerável. Um Estado responsável e de postura totalmente consoante com os ditames constitucionais vigentes jamais deixaria de lado políticas públicas sociais que garantem direitos basilares à população mais carente. O contrário é fazer tábula rasa os dispositivos constitucionais centrais construídos democraticamente no país.

Há um sólido e substancioso aporte normativo que edifica o direito à alimentação adequada no Brasil. Do mesmo modo, há dispositivos legais que conjugados dão esteira à concretização do aludido às famílias chefiadas por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda. Aliás, a proteção de indivíduos e famílias em fragilidade socioeconômica tem base constitucional. Não há, portanto, um vazio legislativo que inviabiliza a proteção do segmento no tocante a uma vida digna e de qualidade, com alimentação adequada, inclusive.

Mas o que exatamente deu errado? As causas são várias, mas é factível e constitui um dos recortes deste trabalho, que o Estado não tenha sido diligente suficientemente.

A participação do Estado por meio de programas de assistência social revela que, no término dos anos 1980, a abordagem ao combate à fome experimentou notáveis metamorfoses, transitando da universalização à focalização dos benefícios, e da distribuição de alimentos para a transferência de renda em numerário. A desvinculação do Estado com esta finalidade provoca questionamentos acerca de sua própria razão de ser, ecoando a assertiva de que "toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra de fome" (Castro, 1984), sublinhando a ineficácia das medidas estatais para reverter tal cenário.

A expressão de Jesus, "muda-se os políticos e não soluciona a fome" (p. 40), destaca a constatação de que o problema transcende a mera penúria alimentar, configurando-se como uma questão de vontade política, conforme proclamado pela FAO. A incursão na letra da música "Partido Alto" de Chico Buarque de Holanda, citada, esboça a precária realidade de milhões de brasileiros, conferindo uma humanização à situação e promovendo uma crítica social à condição dos menos favorecidos.

É incontestável que os programas sociais tenham relevância, porém sua finalidade não deve consistir numa dependência ao sistema, mas sim em propiciar auxílio aos cidadãos a retomarem sua autonomia. Alterações estruturais reverberarão não apenas na qualidade de

vida, mas também no nível educacional, capacitando a população para o exercício pleno do sufrágio. Críticas à tutela permanente estatal, é preciso pensar em outra via emancipatória, tornando-os cônscios de seus direitos e garantias. É o livrar o indivíduo da falsa inclusão social por meio de políticas públicas que se voltam para o resgate de sua humanidade, por meio de seu empoderamento a caminho da felicidade pública (Sawaia, 2014).

A música "Brasil" de George Israel e Cazuza, em conjunto com as obras de Castro e Carolina Maria de Jesus, serve como um emblemático retrato do Brasil das desigualdades e injustiças sociais. As letras convocam o povo a sobrepujar o temor e a expressar-se livremente durante o período de transição da ditadura para o regime democrático em 1988.

Castro enfatiza a prolongada batalha pela subsistência ao longo da história da humanidade, indagando sobre a aparente incapacidade do homem, mesmo após triunfar em diversas contendas contra a natureza, de obter uma vitória decisiva nesse enfrentamento pela própria sobrevivência.

O que se pode afirmar, face aos aspectos abordados, que a experiência brasileira no combate à fome nos anos de 1930-2022 se pautou numa trajetória rica e fértil, engendrada pela mobilização de diferentes frentes sociais, mas que poderia ter dados mais frutos.

Um dos maiores problemas do enfrentamento da fome na história política brasileira é a resistência de abordá-lo de forma conjunta e sistêmica, como lecionado por Castro, porquanto seja simultaneamente um fenômeno multifacetado, que passa pelos aspectos fisiológicos, culturais, ambientais, econômicos e sociais. Seu combate, portanto, depende de vários instrumentos, sem que o flagelo seja reduzido a um dos seus aspectos.

O que se nota é que a discussão e as medidas até agora adotadas já ultrapassaram a superficialidade. Muita coisa boa já foi feita. A temática progrediu para retirar muita gente da miséria e da fome. Entretanto, não se alcançou o nível suficiente para se alcançar a regularidade e frequência necessárias. Isto porque o alimento deve ser diário, ao menos três vezes ao dia. A experiência nos ensina o lado exitoso e catastrófico da atuação e omissão estatal. Há grandes chances de o passado explicar o que se tem no presente e indicar falhas que devem ser corrigidas para que a atuação estatal seja bem-sucedida. É preciso aprender com os fatos, não os ignorar, sufocá-los no fundo de uma gaveta.

É importante salientar que o retorno ao passado para reavivarmos as experiências de enfrentamento no combate à fome, envolto à outras problemáticas, mostram não apenas os modos de tomada de decisões no interior do Estado como também contribuem para sua relação com a sociedade.

A agudização da fome no país depende de medidas urgentes para um desalijo e retomada do curso de progresso no seu combate e, na sequência, novos avanços. Afinal, o Brasil já pavimentou o caminho para o desenvolvimento humano, mas apesar de ter o garfo e faca nas mãos vem vacilando. O desfecho foi a agudização da fome em território nacional, em particular, para famílias chefiadas por mulheres negras, com baixas escolaridade e renda.

O texto ressalta que o neocapitalismo invariavelmente engendra desigualdades, porém a questão crucial reside nas ações estatais para equilibrar a balança, corrigir a distribuição de renda e assegurar que nenhum indivíduo seja privado de alimentação. Políticas públicas não devem se restringir a ações assistencialistas, mas devem abarcar alterações estruturais, investindo em serviços públicos essenciais e na capacitação da população.

A redução da pobreza extrema deve ser colocada como uma prioridade. Aliás, a prioridade das prioridades, constando na agenda nacional sem seletividade política ou financeira, sob pena de negligenciar direitos fundamentais à dignidade, vida e saúde. O impacto da fome na sociedade vai além do indivíduo desprovido de alimentos, afetando toda a estrutura social.

O texto destaca a necessidade imperativa de uma política nacional abrangente para combater a fome, envolvendo cooperação federativa, pactos entre esferas de governo, participação da sociedade civil e do empresariado. A criação de um sistema nacional de segurança alimentar, em consonância com o modelo bem-sucedido na área da saúde, é sugerida como uma medida eficiente e urgente para corrigir o desnivelamento entre nutridos e desnutridos.

O desenvolvimento deve ser mediado pelo crescimento econômico e conduzido pelo custeio público. Não há como se falar em prosperidade econômica sem a expansão de serviços sociais relevantes.

O fato é como salientou Sen (2010, p. 66): "(...) o impacto do crescimento econômico depende muito do modo como seus *frutos* são aproveitados" (negrito original). Se o sistema neocapitalista é imperfeito, porquanto gera desigualdades de toda ordem, é papel do Estado reequilibrar os interesses conflitantes e tentar equalizar os problemas sociais marcantes. É preciso que o Estado preserve sua autonomia e concretize políticas de interesse nacional, freando, quando necessários, os interesses privados (Milanovi, 2020).

O Estado não pode aguardar a humanidade e benevolência das pessoas para garantir a todos, particularmente os pobres e mais vulneráveis, direitos iguais aos recursos econômicos e tenham condições de usufruir de alimentos na medida de suas necessidades fisiológicas.

É bizarro um país que figura no topo dos maiores exportadores do globo enfrentar o problema da fome em quantitativos tão expressivos. É preciso dar prioridade às liberdades básicas. Isto mediante a equalização gradual de oportunidades para todas as pessoas. A busca pela felicidade mediante um caminho sem entraves sociais que levam a privações sensíveis.

Em rodeios retóricos, pode-se afirmar que as características hipercompetitivas da economia de mercado advinda do capitalismo seriam dribladas por meio de uma atuação estatal focada na melhoria do acesso e da qualidade da educação e do aperfeiçoamento profissional e na geração de empregos, acompanhada da intensificação dos investimentos públicos respectivos. Ambas as medidas permitem mobilidade intergeracional de renda e interferem nos processos de criam sua vulnerabilidade.

A par disso, ações em mira à eliminação das desigualdades socioeconômicas, com destaque para as dissimetrias de gênero e de raça/cor. Essa focalização já seria suficiente para garantir um nível razoável de bem-estar social.

Não se quer com isso desmerecer as redes de proteção social clássicas. Devem existir, desde que acopladas a contrapartidas, mas serem medidas de empoderamento a curto e médio prazo e não formas de encarcerar a população mais carente.

Isso porque a liberdade está diametralmente oposta ao estado de dependência do indivíduo, tal como ocorre frequentemente com programas sociais para a população economicamente carente. Podemos ultrapassar meros remendos incessantes e dar um passo mais adiante ao problema da fome no país. A expansão do terreno depende de uma atuação estatal mais compromissada com a concretização do direito à alimentação, por meio de uma gama de medidas já previstas legalmente.

Conferir à população um padrão de vida mais decente, uma vida mais confortável, não como um refém da assistência social, mas como agente de transformação de sua própria vida é uma direção possível.

Como assevera Deaton (2017, p. 295): “(...) os libertados do futuro terão atrás de si a longa estrada percorrida por gerações anteriores. As pessoas podem bloquear túneis atrás de si, mas não conseguem bloquear o conhecimento de como os túneis foram escavados”.

Aprender com o conhecimento produzidos para abandonar políticas pouco eficientes e implementar outras mais audaciosas e inovadoras. A criação de orçamento e fundos próprios para o enfrentamento da fome é um exemplo contundente.

Dito tudo isso, não há motivos para desencantos. A participação política por meio do voto tem ligação direta com o que podemos esperar de governos vindouros. A proximidade das eleições presidenciais não autoriza fazer prognósticos. A incógnita será lembrada no dia

16 de outubro (Dia Mundial da Alimentação) por meio da atualização dos números. Entretanto, sem querer apunhalar a esperança, é possível afirmar que a mudança de rumo na insegurança alimentar do país não será tarefa fácil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finaliza-se esta dissertação, sem o risco de repetição, com breves considerações sintéticas sobre o seu conjunto textual.

O texto abordou de maneira abrangente a questão da fome urbana no Brasil, fornecendo uma análise sintética que se estende da década de 1930 até os primeiros anos do século XXI, com ênfase nos anos de 2020 a 2022. Abrangente porque envolveu aspectos territoriais, demográficos, histórico-políticos, jurídico-legislativos, econômicos e sociais. Análise sintética, uma vez que restringiu sua exposição a fatos e circunstâncias próximos, o mais possível, à temática.

A focalização da fome urbana recaiu sobre as famílias lideradas por mulheres negras, com baixa escolaridade e renda, revelando a agudização desse fenômeno em um contexto na qual a concepção de desenvolvimento humano parece desconectada da ideia de liberdade para a sociedade e o Estado.

A proposta dissertativa teve como objetivo geral analisar a fome urbana no Brasil de 1930-2022, a partir do período de 1930-2022, enfatizando o papel relevante do Estado na superação do flagelo no país.

O sumário foi estruturado em consonância com os objetivos específicos fixados e sobre os quais os quais o trabalho foi desenvolvido. A introdução destacou a persistência paradoxal da fome no século XXI, contrastando com os avanços da civilização. O embasamento teórico é solidificado com ideias-chave extraídas das obras de Josué de Castro e Carolina Maria de Jesus, proporcionando um arcabouço conceitual fático robusto para melhor entender a evolução da fome no Brasil, dividindo a análise em duas épocas distintas. Revisitou-se o passado e constatou-se que ele está mais presente do que se imaginava. As “Carolinas do século XX” não si distinguem tanto assim das “Carolinas do século XXI”, em termos de insegurança alimentar.

A crise alimentar, agravada pela pandemia de COVID-19, é minuciosamente explorada com base em resultados de inquéritos nacionais, evidenciando a vulnerabilidade de mulheres pardas e pretas, chefes de família, marcadas por baixa escolaridade e renda. O texto fornece uma base sólida para a discussão ao apresentar números e dados específicos da fome em termos globais e nacionais e, neste último caso, a situação alimentar do segmento.

No cenário brasileiro, a Rede PENSSAN apresentou resultados de inquéritos nacionais que confirmaram a intensificação da fome durante o período de 2020 a 2022, comparativamente com as POF’s realizadas pelo IBGE nos idos de 2003-2017. O estudo destaca a interseção entre a crise sanitária e as crises política, econômica e social, realçando a complexidade do fenômeno.

A metodologia escolhida (pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, de caráter exploratória, se mostrou eficaz, embora tenha se sujeitado a adaptações devido à intrincada natureza do tema e às dificuldades no acesso aos dados, notadamente nos meandros estatísticos.

A conclusão reforça a necessidade de intervenções estatais diferenciadas, contundentes e constantes, retomando lições de Castro e Carolina como como movimentos fundamentais para superar a insegurança alimentar no país.

Em suma, o texto apresentou uma discussão densa e detalhada, entrelaçando dados, teorias e reflexões críticas para proporcionar uma visão abrangente da fome urbana no Brasil ao longo de 1930-2022, contribuindo significativamente para a compreensão desse desafio complexo. Após olharmos para o passado e, depois, para o futuro, vimos que há muito a ser feito. A dimensão da pobreza e da insegurança alimentar revelada neste estudo é incompatível com o nível de desenvolvimento econômico já alcançado pelo Brasil. É necessário recriar estratégias mais arrojadas que assegurem as diferenças, a diversidade e a igualdade que devem permear a vida das mulheres no Brasil. Pode parecer utopia, mas parafraseando Eduardo Galeano, esse movimento nos impele a continuar caminhando na direção de novas transformações sociais.

Espera-se que todas essas reflexões venham acorrer nas searas multidisciplinar e nas mais elevadas alçadas dos Poderes da República, de modo a conseguir mais adesões para que a Fome Zero seja uma realidade no Brasil e não um pedaço de papel. A lado disto, e considerando que este trabalho tem relevância acadêmica e social, ao incorporar à análise da desigualdade de acesso ao alimento o gênero e a cor/raça para refletir sobre o protagonismo estatal na concretização do direito e na garantia dos mecanismos para a sua exigibilidade, espera-se ampliar, qualificar e enriquecer o debate, notadamente no campo do desenvolvimento e planejamento territorial, ao tratar de umas das consequências mais odiosas do subdesenvolvimento, por meio da literatura realista de Quarto de Despejo.

A concretização do princípio da dignidade da pessoa humana justifica a existência do próprio Estado. A dignidade não progride, mas o respeito deve afirmar-se e desenvolver-se continuamente, não se limitando à esfera individual, mas indo além, de modo a se projetar para a coletividade. Neste sentido, a fala da fome não pode se resumir a números, mas a pessoas de carne e osso. Porque vidas importam.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ANJOS, Gabriela dos. **A questão "cor" ou "raça" nos censos nacionais**. Indicadores Econômicos (IE). Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/2934-17797-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: jan. 2023.

ANDRADE, Letícia Pereira. **Quarto de Despejo**: a literatura memorialística feminina. Travessia, Cascavel, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3270/2583. Acesso em: 10 fev. 2023.

ANDRADE, Manuel Correia. et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. Acesso em: 8 jan. 2023. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/josue_de_castro_e_o_brasil_0.pdf. Acesso em: 7 jan. 2023.

ANDRADE, Manuel Correia. **Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo**. Dossiê Nordeste I. Estudos Avançados 11 (29), abr. 1997. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8978/10530. Acesso em: 8 jan. 2023.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História e Geografia do Brasil**: fome, escravidão e segregação – Carolina Maria de Jesus. Youtube. 21 de set. de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4dXvJCx8W2c&t=1s. Acesso em: 22 de set. 2022.

BARRETO, Keila Lemos de; PIETRAFESA, Pedro Araújo; BARBOSA. **IMPACTOS SANITÁRIOS E SOCIOECONÔMICOS DECORRENTES DA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS EM GOIÁS DURANTE A COVID-19**. Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano XXIV. v.1, n. 51, abr. de 2022. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/7952-32991-1-PB.pdf. Acesso em: 6 mai. 2022.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brazil**. Coleção de Leis do Império do Brasil. v. 1, p. 7. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. DOU 24.2.1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL**. Decreto nº 15.671, de 6 de setembro de 1922**. Declara oficial a letra do Hymmo Nacional Brasileiro, escripta por Joaquim Osorio Duque Estrada. CLBR de 1922. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d15671.htm. Acesso em: 7 jul. 2022.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. DOU 16.7.1934. Suplemento e republicado em 19.12.1935. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. DOU 10.11.1937, republicado em 11.11.1937, 18.11.1937 e 19.11.1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL**. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. DOU de 9.8.1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 7 jul. 2022.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. DOU 19.9.1946, republicado em 25.9.1946 e 15.10.1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. DOU 24.1.1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969**. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. DOU de 20.10.1969, retificado em 21.10.1969 e republicado em 30.10.1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. DOU de 11.1.2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm#art2045. Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL**. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. DOU de 18.9.2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL**. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. DOU de 8.8.2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010**. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. DOU de 4.2.2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL**. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. DOU de 21.7.2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES). **Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. **Recursos federais destinados ao combate da pandemia de CORONAVÍRUS (COVID-19)**. Disponível em: https://portaldatransparencia.gov.br/coronavirus?ano=2020. Acesso em: 8 ago. 2022.

BRESSER, Luiz Carlos. **Economia brasileira**: uma introdução crítica. 3ª ed. Editora 34: São Paulo, 1998. Disponível em: https://www.bresserpereira.org.br/books/economia-brasileira-uma-introducao-critica-3a-edicao/00000-economia-brasileira-uma-introducao-critica-3o-edicao.pdf. Acesso em: 8 ago. 2023.

BUENO, Newton Paulo. **A crise política do final da Era Vargas**: uma interpretação sob a ótica da economia política neo-institucionalista. EST. ECON. SÃO PAULO, v. 36, n. 1, p. 181-199, jan-mar 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ee/a/B7qRhGYffm69F89pQTDQPNN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 7 jan. 2022.

BURLANDY, Luciene. **Comunidade Solidária**: **engenharia institucional, focalização e parcerias no combate à fome, à pobreza e à desnutrição**. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/4530/ve_Luciene_Burlandy_ENSP_2003.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 25 jul. 2023.

CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (Org.). **Da Fome à Fome**. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. Disponível em: http://geografiadafome.fsp.usp.br/wp-content/uploads/2022/07/DaFomeaFome.pdf. Acesso em: 2 fev. 2022.

CÂNDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. Acesso em: 5 abr. 2022. Disponível em: https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2014/03/candido-vc3a1rios-escritos.pdf. Acesso em: 1º mar. 2023.

CASTANHO, Maria Amélia Belomo. **A família nas Constituições Brasileiras**. Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP): Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Argumenta – UENP. Jacarezinho nº 17. Paraná: 2012. Disponível em: https://core.ac.uk/reader/229001191. Acesso em: 7 fev. 2022.

CASTRO, Josué de. **GEOGRAFIA DA FOME (O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO)**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/473/o/CASTRO__Josu%C3%A9_de_-_Geografia_da_Fome.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome**. 8ª ed., 1ª vol., São Paulo: Brasiliense, 1968.

CASTRO, Josué de. **Subdesenvolvimento**: causa primeira da poluição. Revista O Correio, UNESCO/ONU, ano 1, nº 3, março de 1973. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000050622_spa?posInSet=3&queryId=94e0e693-8a93-4154-983b-75d83f5ec72b. Acesso em: 1º mar. 2023.

CASTRO, Josué. **Homens e Caranguejos**. São Paulo: Editora Brasiliense Soc. Na., 1967. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/473/o/Homens_e_Caranguejos-J._de_Castro.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA NO BRASIL**: avanços e desafios. ed. 32. Estudos sobre seguros. Escola Nacional de Seguros. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: https://ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf. Acesso em: 1º mar. 2023.

Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis. **Da Fome à Fome**. Diálogos com Josué de Castro. Josué de Castro. Disponível em: https://catedrajc.fsp.usp.br/. Acesso em: 9 mar. 2022.

Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro. **Josué de Castro**. Disponível em: https://josuedecastro.org.br/. Acesso em: 9 mar. 2022.

CERRI, Cláudio; SANTOS, Ana. Cláudia. **Fome**: **história de uma cicatriz social**. Brasília, 2002. Disponível em: https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20060007/54. Acesso em: 4 fev. 2023.

COLLING, Ana Maria. **GÊNERO E HISTÓRIA**. Um diálogo possível? Revista Contexto e Educação. Jan./dez. nº 71/72. Ano 19. p. 29-43, Editora UNIJUÍ: 2004. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/1131-Texto%20do%20artigo-4648-1-10-20130521.pdf. Acesso em: jan. 2023.

CONTEL, Fábio Betioli. **As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990), Terra Brasilis** [Online], 3, 26 ago. 2014. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/OneDrive/Documentos/terrabrasilis-990.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

DEATON, Angus. **A grande saída**: saúde, riqueza e as origens da desigualdade. Tradução: Marcelo Levy. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

EBIOGRAFIA. Disponível em: https://www.ebiografia.com/monteirolobato/. Acesso em: 9 jul. 2023.

EHRHARDT JR., Marcos; LOBO, Fabíola (Org.). **Vulnerabilidade e sua compreensão no direito brasileiro**. São Paulo: Foco, 2021.

EUGÊNIO, Alisson. **Pobreza e problemas sociais no interior do Brasil da Primeira República**: o caso de Alfenas-MG. Revista de História Regional 22(1): 34-52, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/ojs,+A-2-34-52.pdf. Acesso em: 8 de jun. 2023.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. **A gente quer arroz, feijão, livros e discos: o serviço nacional de alimentação da previdência social – SAPS, (1940-1967).** Anais do II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social. Juiz de Fora: 2008. Clio Edições. Disponível em: https://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c2-a2.pdf. Acesso em: 10. nov. 2022.

FAO. **Insegurança Alimentar no Mundo (SOFI)**. Roma, Itália: 1999 a 2023. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en. Acesso em: 5 abr. 2022.

FAO. **Glossário de Direito à alimentação**. Roma, Itália: 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/GLOSS%C3%81RIO%20FAO.pdf. Acesso em: 5 abr. 2022.

FARIAS, Tom. **Carolina**: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano; GONÇALCES, Carlos Walter Porto (Orgs.). **JOSUÉ DE CASTRO**: Vida e obra. 2ª ed., Ed. Expressão Popular: São Paulo, 2007.

FORBES BRASIL. **Listas dos Bilionários Brasileiros e do Mundo**. Disponível em: https://forbes.com.br/. Acesso em: 10 jun. 2023.

GARSCHAGEN, Bruno. **PARE DE ACREDITAR NO GOVERNO**. POR QUE OS BRASILEIROS NÃO CONFIAM NOS POLÍTICOS E AMAM O ESTADO. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. **PESQUISA QUALITATIVA**: TIPOS FUNDAMENTAIS. v. 35, n. 3, p. 20-29. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 5 mar. 2023.

HISTÓRIA DO MUNDO. Disponível em: https://www.historiadomundo.com.br/. Acesso em: 6 set. 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed., 14ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/188082/mod_resource/content/1/Raizes_do_Brasil.pdf. Acesso em: 8 de jun. de 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **ALMANAQUE DO CENSO DEMOGRÁFICO**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://bicentenario.ibge.gov.br/ebook/ebook_almanaque_censo.pdf. Acesso em: 9 abr. 2022.

IBGE**. Características Étnico-Raciais da População**. Um estudo das categorias de classificação de cor ou raça. 2008. Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População (PCERP). Rio de Janeiro, IBGE, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49891.pdf. Acesso em: 9 abr. 2022.

IBGE. **Brasil**: 500 anos de povoamento/IBGE. Território e povoamento e estatísticas do povoamento, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

IBGE. **Censo Demográfico**. 1890-2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?edicao=25091. Acesso em: 9 abr. 2022.

IBGE **Censo Demográfico**. Séries históricas. 1872-2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?edicao=25091. Acesso em: 9 abr. 2022.

IBGE. **Estatísticas de Gênero**. 2000-2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/index.html?loc=0&cat=-15,51,52,-16,55,-17,-18,128,129&ind=4704. Acesso em: 9 abr. 2022.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das Condições de Vida da População Brasileira: 2023/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf. Acesso em: 9 abr. 2023.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 1ª e 2ª edições. 2017-2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?edicao=25845. Acesso em: 9 abr. 2022.

IBGE. **Nota Técnica 01, de 5 de outubro de 2021**. Análise da segurança alimentar no Brasil: POF 2017-2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101858.pdf. Acesso em: 9 abr. 2022.

IBGE. **Malha Municipal Digital e Áreas Territoriais**. Nota metodológica nº 01. Informações Técnicas e Legais para Utilização dos Dados Publicados. Rio de Janeiro: 2023, IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101998.pdf. Acesso em: 9 abr. 2022.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2002-2018**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html. Acesso em: 9 abr. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). 2001-2015**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/19898-suplementos-pnad3.html?edicao=10526&t=series-historicas. Acesso em: 9 abr. 2022.

IBGE. **Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil 2000**. Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66196.pdf. Acesso em: 9 abr. 2022.

IMS. **Mostra Carolina Maria de Jesus**: um Brasil para os Brasileiros. Disponível em: https://ims.com.br/exposicao/carolina-maria-de-jesus-um-brasil-para-os-brasileiros_museudeartedorio/. Acesso em: 8 ago. 2022.

Intérpretes do Brasil. Josué de Castro. Disponível em: http://www.interpretesdobrasil.org/sitePage/64.av. Acesso em: 5 mar. 2022.

IPEA. **A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional**: projetos, descontinuidades e consolidação. Sandro Pereira Silva. Rio de Janeiro: Ipea, 1990. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **QUARTO DE DESPEJO**. Diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1992.

JUNQUEIRA, Helena Iracy. et al. **A política do bem-estar social do Brasil no contexto do desenvolvimento, na década de 70**. Serviço Social & Sociedade. Ano III – nº 7. 3ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 1981.

WORD INEQUALITY LAB. ***World Inequality Report[99] 2022***. Disponível em: *https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2023/03/D_FINAL_WIL_RIM_RAPPORT_2303.pdf.* Acesso em: 8 de jan. 2022.

LITERAFRO. Portal da Literatura afro-brasileira. **Autores.** 23 de fevereiro de 2022. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/163-machado-de-assis. Acesso em: 10 fev. 2023.

LOBO, Jorge. **Hermenêutica, interpretação e aplicação do Direito**. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 72, abr/jun., 2019. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1344914/Jorge_Lobo.pdf. Acesso em: 16 jun. 2022.

LOTTA, Gabriela; COSTA, Maria Izabel Sanches. **Uso de categorizações políticas e sociais na implementação de políticas**: contribuições teóricas e analíticas. Rev. Soc. Pol. 28 (76): 2020. Acesso em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/qzHfNJWpt5KYtgDjLr98yHn/#. Acesso em: 1º jan. 2023.

MATTIOLI, Olga Ceciliato; ARAÚJO, Maria de Fátima (Org.). **COVID-19**: o impacto da pandemia nas políticas de saúde, violência, gênero e desigualdades sociais. Curitiba: CRV, 2020.

[99] Tradução: "Relatório Mundial sobre Desigualdade 2022" (site: https://inequalitylab.world/en/).

MENDONÇA, Marina Gusmão; ABRÃO, Rafael Almeida Ferreira. **Josué de Castro e a crítica à especialização do conhecimento**. 17º SNHCT Anais Eletrônicos. UNIRIO nov. 2020. 17º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Disponível em: https://www.17snhct.sbhc.org.br/resources/anais/11/snhct2020/1608062905_ARQUIVO_82dab3d240d5c0091cf47352e2e43623.pdf. Acesso em: 7 abr. 2022.

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Prestação de contas**: pagamentos do Auxílio Emergencial. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/pt-br/acoes-e-programas/covid-19/transparencia-e-governanca/auxilio-emergencial-1/prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/. Acesso em: 2 fev. 2022.

MS - Ministério da Saúde. **CORONAVÍRUS/BRASIL. COVID-19.** Painel Coronavírus. Painel Interativo. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em 31 dez. 2022.

MT - Ministério do Trabalho. **Portal Emprega Brasil. Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf. Acesso em: 12 ago. 2023.

MT. **Portal Emprega Brasil. Listagem das Profissões Regulamentadas**. Disponível em: http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/regulamentacao.jsf. Acesso em 12 ago. 2023.

MORAES, Roque. **ANÁLISE DE CONTEÚDO**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 2, n. 33, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

MOEDAS DO BRASIL. Disponível em: http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/index.asp. Acesso em: 15 jun. 2023.

MORAN, Carlos A. Azabache; WITTE, Gilson. **A Conceitualização da inflação e uma análise dos planos econômicos brasileiros de 1970-1990**. Revista Teoria e Evidência Econômica, v. 1, n. 01, 1993. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4208/2713. Acesso em: 5 jun. 2023.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. **A política de emprego no Brasil**: o caminho da flexinsegurança. Serviço Social & Sociedade, p. 493-508, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/QWG6ZhVGn5swT6SygxGxhkK/?format=pdf&lang=p. Acesso em: 2 jul. 2023.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)**. 1946. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5733496/mod_resource/content/0/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20%28WHO%29%20-%201946%20-%20OMS.pdf. Acesso em: 9 abr. 2022.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Population Division*. **World Population Prospects 2022**. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/undesa_pd_2022_wpp-data_sources.pdf. Acesso em: 7 jan. 2023.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por. Acesso em: 8 jan. 2023.

ONU. **Declaração Universal sobre a Erradicação da fome e da desnutrição**. Disponível em: https://www.ohchr.org/es/instruments-mechanisms/instruments/universal-declaration-eradication-hunger-and-malnutrition. Acesso em: 8 jan. 2023.

ONU. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres**. Disponível em: https://www.ohchr.org/es/instruments-mechanisms/instruments/convention-elimination-all-forms-discrimination-against-women. Acesso em: 9 jan. 2023.

ONU. **Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial**. Disponível em: https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm#Note1. Acesso em: 9 jan. 2023.

ONU. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-economic-social-and-cultural-rights. Acesso em: 8 jan. 2023.

OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19. Acesso em: 7 ago. 2022.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. **A questão feminina**: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/TDrLgsgZ78XxyrcLm5yCxVv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 9 abr. 2022.

PAULINO, Jorge. **O Pensamento sobre a Favela em São Paulo**: uma história concisa das favelas paulistanas. Dissertação. Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-17052010-111743/publico/jorge01.pdf. Acesso em: 7 mai. 2023.

MORICONI, Ítalo (Org.). **OS CEM MELHORES CONTOS BRASILEIROS DO SÉCULO**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

PIZZIO, Alex. **AS POLÍTICAS SOCIAIS DE RECONHECIMENTO COMO ELEMENTO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS**. Ciências Sociais Unisinos, jan/abr, v. 44, nº 001. 2008. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil, p. 80-86. Disponível em: https://prograd.ufba.br/sites/prograd.ufba.br/files/artigo.alex.pizzio.acoes.afirmativas.pdf. Acesso em: 2 fev. 2023.

PIZZIO, Alex. **Desqualificação e qualificação social**: uma análise teórico conceitual. Ver. Mal-Estar e Subjetividade. vol. IX. nº1. Mar/2006. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/1620/3611. Acesso em: 2 dev. 2023.

Prefeitura Municipal de Sacramento. Arquivo Público Municipal Cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswik. **Guia do Acervo Carolina Maria de Jesus**. Disponível em:

https://nosmulheresdaperiferia.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Acervo-carolina-maria-de-jesus.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

Rede PENSSAN. **I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19** [livro eletrônico]. I VIGISAN – 2021. Março de 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

Rede PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19** [livro eletrônico]. II VIGISAN – 2022. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

Rede PENSSAN. **Nota sobre estimativas de fome e insegurança alimentar para o Brasil**. Disponível em: https://pesquisassan.net.br/wp-content/uploads/2022/07/Nota-sobre-SOFI-EBIA-2022-Brasil.pdf. Acesso em: 3 nov. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. Disponível em: https://www.sindjorce.org.br/wp-content/uploads/2019/10/RIBEIRO-D.-O-que-e-lugar-de-fala.pdf. Acesso: 12 dez. 2022.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Estratégia operária e neocapitalismo**. pub. 25 ago. 2009. Revista Tempo Social. 21 (1). USP: 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/VmGBhJWhxNDXyV7rqjS7dqK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 set. 2023.

ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana (Org). **Segurança alimentar e nutricional**: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

SANAR. **Linha do tempo do Coronavírus no Brasil**. Disponível em: https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil. Acesso em: 9 abr. 2022.

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social, 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 9ª reimpressão.

SILVA, Luiz Alberto da. **A TEORIA DA CAPTURA**: O DILEMA ENTRE O INTERESSE PÚBLICO E O INTERESSE PRIVADO. Dissertação no Curso de Pós-Graduação em Ciências Econômicas do setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2017. Disponível em: https://siga.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=30185&idprograma=40001016051P7&anobase=2017&idtc=20. Acesso em: 2 fev. 2023.

SILVA, João Luiz da; Sá, Alcindo José de; **A fome no Brasil**: do período colonial até 1940. Revista de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. 2006. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/kennedy,+43-52_Silva%20(1).pdf. Acesso em: 5 jul. 2022.

SÓ HISTÓRIA. 2009. Disponível em: https://www.sohistoria.com.br/. Acesso em: 1º mar. 2022.

STF - Supremo Tribunal Federal. **Constituição 30 anos**: As Constituições Brasileiras de 1824 a 1988. Brasília, DF: 2018. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=391696. Acesso em: 12 out. 2022.

TARREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco (Org.). **Fundamentos Constitucionais de Direito Agrário**. Estudos em homenagem a Bendito Ferreira Marques. São Paulo: SRS Editora, 2010.

TN - Tesouro Nacional Tesouro Nacional Transparente. Resultado Fiscal do Governo Central. Séries Temporais do Tesouro Nacional. **Resultado Fiscal do Governo Central** - Valores Acumulados no Ano Relativos ao Resultado do Tesouro Nacional (RTN). Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/series-temporais-do-tesouro-nacional. Acesso em: 31 jan. 2023.

UFRJ. Conselho de Coordenação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. **Parecer da Comissão Acadêmica sobre a proposta título de Doutor Causa Carolina de Jesus**. 880ª Reunião Ordinária, 9 nov. 2020. Disponível em: http://www.cfch.ufrj.br/images/parecer_comissao_academica_cfch_honoris_causa_carolina_de_jesus. Acesso em: 11 nov. 2022.

VAGALUME. Letras de músicas. Disponível em: https://www.vagalume.com.br/. Acesso em: 9 jun. 2023.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Combate à Fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula**. Ver. Nutr., Campinas, jul./ago., 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rn/a/dBtStfvTzwqWjvqQgSL5zqd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 4 abr. 2021.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **A nova Geografia da Fome e da Pobreza**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

VIEIRA, Getúlio Fidélis. **Cooperação Intergovernamental**. Erradicação da pobreza extrema no Brasil: a experiência do Estado do Rio de Janeiro (2011-2013). Rio de Janeiro: Novas Edições Acadêmicas, 2015.